

CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS



Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores ("Prospecto")

O **CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.019.111/0001-14 ("**Fundo**"), constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 60 meses, a contar da 1ª (primeira) Data de Emissão, é administrado pelo **BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL), S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 33.753.740/0001-58 ("**Administradora**").

O regulamento do Fundo foi registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o número 8623162, em 29 de agosto de 2007, conforme alterado em 19 de outubro de 2007 e em 12 de novembro de 2007, sob os números 8634524 e 8638973, respectivamente ("**Regulamento**").

O Fundo emitirá 1 (uma) classe de Quotas Seniores ("**Quotas Seniores**"), dividida em, no mínimo, 100 (cem) e, no máximo, 200 (duzentas) Quotas Seniores, no valor total de até

R\$200.000.000,00

(duzentos milhões de reais)

CÓDIGO ISIN QUOTAS SENIORES Nº: BRCLSCTF002

Classificação de Risco das Quotas Seniores da Fitch Ratings: "**AA+(bra)**"

Registro de Distribuição na CVM sob nº CVM/SRE/RFD/2007/065 em 14 de novembro de 2007

Protocolo CVM datado de 3 de setembro de 2007.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes das Quotas são Investidores Qualificados.

"As informações contidas neste Prospecto estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a respeito."

"Os investidores devem ler a Seção 'Fatores de Risco' deste Prospecto, nas páginas 57 a 61."

Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.

"A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."



Prospecto de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços."

CEDENTE



INSTITUIÇÃO LÍDER



INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA



ADMINISTRADORA



CUSTODIANTE



EMPRESA DE AUDITORIA



ASSESSORIA LEGAL

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



A data deste Prospecto é de 27 de novembro de 2007

AVISOS

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.”

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.”

“O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.”

“A CARTEIRA DE ATIVOS DESTES FUNDOS PODE POSSUIR PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM O PRAZO INFERIOR.”

“O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTES FUNDOS DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DO PRAZO MÉDIO DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA. NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE A ALÍQUOTA APLICÁVEL, QUANDO DO RESGATE DAS QUOTAS, SERÁ A MENOR DENTRE AS PREVISTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO	23
1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.	23
2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.	24
2.1. Custo da Distribuição	24
2.2. Custo Unitário de Distribuição	24
3. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO	24
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	27
1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	27
2. CRONOGRAMA TENTATIVO DA OFERTA	28
3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....	28
CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO	31
1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL	31
2. PÚBLICO ALVO.....	31
3. OBJETIVO	31
4. TIPO DE FUNDO	31
5. PRAZO DE DURAÇÃO	31
6. DIREITOS CREDITÓRIOS.....	31
7. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	32
8. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	32
8.1. Administradora.....	32
8.2. Custodiante.....	32
8.3. Distribuidores	33
8.4. Agência de Classificação de Risco.....	33
8.5. Empresa Auditoria.....	33
8.6. Assessoria Legal.....	33
9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	34
10. ENCARGOS DO FUNDO.....	34
11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	35
12. DAS QUOTAS.....	35
12.1. Classes de Quotas	35
12.2. Quotas Seniores	36
12.3. Quotas Subordinadas	37
12.4. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas	37
13. AMORTIZAÇÃO E RESGATE.....	37
14. RECOMPOSIÇÃO DA RESERVA	39
15. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO	39
16. TRIBUTAÇÃO	39
16.1. Tributação do Fundo.....	39
16.2. Tributação dos Quotistas	39
17. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS.....	41
18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	41

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO	45
1. CARACTERÍSTICAS DA CESSÃO	45
2. VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E VALOR MENSAL DE ENTREGA	45
3. PROCEDIMENTOS DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	48
3.1. Fluxo Resumido do Recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos	49
4. EVENTOS DE REVISÃO	49
5. EVENTO DE RECEBIMENTO ANTECIPADO E EVENTO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	52
6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	54
7. RAZÃO DE GARANTIA E DEMAIS ÍNDICES	54
FATORES DE RISCO	57
1. RISCOS RELATIVOS AO BRASIL	57
2. RISCOS RELATIVOS À CEDENTE E SEUS NEGÓCIOS	57
3. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO	59
4. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS	60
VISÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	65
1. INTRODUÇÃO	65
2. HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO	65
3. CONCESSÕES	66
4. PENALIDADES	67
5. PRINCIPAIS ENTIDADES REGULATÓRIAS	67
5.1. Ministério de Minas e Energia	67
5.2. ANEEL	68
5.3. Conselho Nacional de Política Energética	68
5.4. ONS	68
5.5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	68
5.6. Empresa de Pesquisa Energética – EPE	69
5.7. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE	69
6. LEI DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO	69
6.1. Questionamentos sobre a Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	70
6.2. Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica	70
6.3. Ambiente de Contratação Regulada – ACR	70
6.4. Ambiente de Contratação Livre – ACL	71
6.5. Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	71
7. O LEILÃO DE 2004 E OS LEILÕES DE ENERGIA NOVA	72
8. TARIFAS E ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO	73
8.1. TUSD	73
8.2. TUST	73
8.3. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – Encargo de Conexão	73
9. TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO	73
10. INCENTIVOS PARA FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA	74
11. ENCARGOS SETORIAIS	75
11.1. Reserva Global de Reversão - RGR	75
11.2. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	75
11.3. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	75
11.4. Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento	76
11.5. Inadimplemento de Encargos Setoriais	76
12. ESCASSEZ DE ENERGIA E RACIONAMENTO	76

GRUPO DA CEDENTE.....	79
1. PERFIL DA CONTROLADORA (<i>HOLDING</i>).....	79
2. HISTÓRICO.....	80
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	81
3.1. Principais Destaques.....	81
3.2. Principais Indicadores	82
3.3. Receita Operacional Líquida Consolidada	82
3.4. Despesas Operacionais	83
3.5. Resultado Operacional	83
3.6. EBITDA	84
3.7. Resultado Financeiro.....	85
3.8. Lucro Líquido.....	86
3.9. Empréstimos e Financiamentos	86
3.10. Investimentos	88
3.11. Ingresso de Recursos	88
3.12. Mercado de Capitais	88
3.13. Remuneração ao Acionista	89
3.14. Balanço Patrimonial Consolidado.....	91
3.15. Demonstração de Resultados Consolidada	92
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	93
4.1. Energia Comprada.....	93
4.2. Energia Vendida.....	93
4.3. Indicadores de Eficiência	94
4.4. Número de Consumidores	94
4.5. Pessoal e Produtividade.....	94
5. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CELESC.....	95
6. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	96
7. A ADMINISTRAÇÃO	97
8. AÇÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELEVANTES.....	98
8.1. Ações Cíveis.....	98
8.2. Ações Tributárias	98
8.3. Ações Trabalhistas	99
9. A CONCESSÃO	100
9.1. A Área de Concessão da Celesc	100
9.2. Aquisição da Companhia de Gás de Santa Catarina.....	101
10. ASPECTOS SOCIETÁRIOS DA CEDENTE.....	101
10.1. Objeto Social	101
10.2. Capital Social.....	101
10.3. Administração.....	101

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA	105
1. A ADMINISTRADORA.....	105
2. O CUSTODIANTE.....	105
3. OS DISTRIBUIDORES	106
3.1. BB Banco de Investimento S.A. – Instuição Líder.....	106
3.2. Banco ABC Brasil S.A. – Instituição Intermediária.....	107
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE	
 PARTES RELACIONADAS	111
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	115
1. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO.....	115
1.1. Contrato de Cessão.....	115
1.2. Contrato de Custódia	115
1.3. Contrato de Distribuição	115
1.4. Convênio de Cobrança	115
2. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO A CEDENTE	115
2.1. Contrato de Concessão	115
2.2. Contratos de Garantia.....	117
2.3. Contratos de Financiamento	123
ATENDIMENTO AOS CLIENTES	129
DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	133
 ANEXOS	
Anexo 1 - Regulamento.....	137
Anexo 2 - Súmula da Agência de Classificação de Risco	191
Anexo 3 - Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados - KPMG.....	207
Anexo 4 - Contrato de Cessão.....	249

GLOSSÁRIO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos na sequência, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACR	Ambiente de Contratação Regulada.
Administradora	Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.
ADR's	<i>American Depositary Receipts</i> - certificados de ações, emitidos por bancos americanos, com lastro em papéis de empresas brasileiras.
Afiliada	a(s) Pessoa(s) direta ou indiretamente controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s) direta ou indiretamente controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa.
Agência de Classificação de Risco	agência de classificação de risco devidamente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores.
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa.
Agente Escriturador	Banco do Brasil S.A.
Ambiente Regulado	segmento do mercado de energia elétrica devidamente normativizado pelas disposições legais aplicáveis ao setor.
Amortização de Quotas Subordinadas	amortização das Quotas Subordinadas, a ser realizada obedecendo o disposto no Regulamento.
Amortização Programada de Quotas Seniores	amortização das Quotas Seniores, em número de 60 (sessenta), a ser promovida no dia 28 de cada mês, obedecendo o disposto no Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Assembleia Geral	assembleia geral de Quotistas.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Base de Dados do Fundo	base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios Cedidos.
Boleto de Cobrança	documento emitido na forma de “ficha de compensação” pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, por meio do qual cada Consumidor efetua o pagamento do Direito Creditório Cedido por ele devido na Rede Conveniada, contendo as características indicadas no Contrato de Cessão.

BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo.
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDB	Certificado de Depósito Bancário.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético.
Cedente	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. , subsidiária integral de sociedade de economia mista estadual, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.783/0001-90.
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica.
CIER	Conselho Internacional de Estudos Regulares.
Celesc	CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. , sociedade de economia mista estadual, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ sob o nº 83.878.892/0001-55.
CELOS	Fundação Celesc de Seguridade Social.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Circulação	o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência.
CLSC6	ações preferenciais classe “B” emitidas pela Celesc.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CNPJ	cadastro nacional de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Compensação Eletrônica	horário em que ocorre o repasse dos recursos arrecadados pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação, em virtude do pagamento dos Boletos de Cobrança pelos Consumidores.

Constituição	Constituição da República Federativa do Brasil.
Consumidores	<p>Consumidores que se encontram vinculados a determinada UC, devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, devidamente identificados no Contrato de Cessão, os quais atenderam, na data da respectiva seleção, cumulativamente, aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) pertencer ao segmento residencial, industrial, comercial ou rural, desde que não sejam do setor público, ou ainda controlados, direta ou indiretamente, por tal setor; ii) as faturas cobradas não se encontrarem em débito automático; iii) as respectivas faturas não terem sido pagas, nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à data de seleção, com atraso superior a 15 (quinze) dias da respectiva data de vencimento correspondente; iv) o valor médio de suas respectivas faturas encontrar-se entre: (A) alta tensão – grupo A: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e (B) baixa tensão – grupo B: R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais); iv) não pertencer ao grupo de Consumidores Livres; e v) 16% (dezesesseis por cento) pertencer ao grupo A – alta tensão; e 84% (oitenta e quatro por cento) pertencer ao grupo B – baixa tensão; selecionados de acordo com o critério do menor valor da fatura paga nos últimos 12 (doze) meses.
Consumidores Livres	consumidores que podem optar por contratar seus respectivos fornecimentos de energia elétrica com qualquer produtor independente, concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica, conforme os termos e condições estabelecidos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.704, de 7 de julho de 1995, e suas alterações posteriores.
Conta da Cedente	conta corrente nº 5.121-7, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3125-9, cuja beneficiária é a Cedente.
Conta do Fundo	conta corrente nº 204.800-0, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3125-9, cujo beneficiário é o Fundo.
Conta <i>Float</i>	conta <i>float</i> do Banco do Brasil S.A. na qual recairão os recursos provenientes da arrecadação dos Direitos Creditórios Cedidos e nela permanecerão durante o Período de <i>Float</i> .
Conta Transitória	conta do sistema do Custodiante que realiza o direcionamento dos recursos arrecadados tanto para a Conta do Fundo, quanto para a Conta da Cedente.
Contrato de Cessão	“Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, a Cedente e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Celesc.

Contrato de Concessão	“Contrato de Concessão nº 56/99” celebrado entre o Poder Concedente e a Celesc em 22 de julho de 1999 e aditado em 11 de julho de 2005.
Contrato de Custódia	“Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira para o CELESC I – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente.
Contrato de Distribuição	“Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação de Quotas Seniores de Emissão do CELESC I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, os Distribuidores e a Cedente.
Contratos Iniciais	compromissos de <i>take-or-pay</i> , com preços e quantidades aprovados pela ANEEL.
Convênio de Cobrança	“Convênio de Cobrança” celebrado entre a Cedente, a Administradora e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Celesc.
COPEL	Companhia Paranaense de Energia.
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen.
CPF	cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda.
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz.
Critério de Elegibilidade	critério estipulado que permite que determinado Direito Creditório seja cedido ao Fundo.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	BANCO DO BRASIL S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Cedidos à Cedente, em moeda corrente nacional.
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização das Quotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
DEC	duração equivalente de interrupções por consumidores mensurada pela Celesc.
Deinfra	Departamento Estadual de Infra-estrutura de Santa Catarina.

Despacho ANEEL	Despacho nº 3.029, de 20 de dezembro de 2006, do Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 102, v. 143, em 21 de dezembro de 2006; e Despacho nº 1.287, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 65, v. 144, n. 81, em 27 de abril de 2007, pelo qual a Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL resolveu substituir a Celesc pela Cedente, nas determinações do Despacho nº 3.029, tendo em vista o processo de segregação de atividades anuído pela Resolução Autorizativa.
Dia Útil	todo dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais.
Direitos Creditórios	todos os direitos de crédito, presentes e futuros, devidos pelos Consumidores à Cedente, em razão do fornecimento de energia elétrica pela Cedente àqueles, e indicados nos respectivos Boletos de Cobrança, desde a data de celebração do Contrato de Cessão até 5 (cinco) anos a contar da data de celebração do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações, bem como multas, penalidades, indenizações e/ou títulos que os representem.
Direitos Creditórios Cedidos	todos os Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.
Distribuidores	BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., BANCO ABC BRASIL S.A. e qualquer outra instituição que venha aderir ao Contrato de Distribuição.
Documentos Comprobatórios	registros eletrônicos, identificados pela UC ou fatura de cada Consumidor, ou, ainda, pelo seu CNPJ e/ou CPF.
Documentos da Securitização	conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) o Contrato de Custódia; (iv) o Convênio de Cobrança; (v) o Contrato de Distribuição; e (vi) este Prospecto.
EBTIDA	lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e provisões.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emenda Constitucional	emenda constitucional aprovada nos termos da Constituição.
Empresa de Auditoria	auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira.
Energias Asseguradas	constitui o limite de contratação de cada usina hidrelétrica.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética.
Evento de Liquidação Antecipada	evento que enseja a liquidação antecipada e acelerada do Fundo, nos termos do Regulamento.
Eventos de Recebimento Antecipado	eventos ensejados por qualquer Evento de Revisão, e por meio do qual os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberam o recebimento antecipado do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Regulamento.

Evento de Revisão	cada um dos eventos descritos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Recebimento Antecipado e, por conseguinte, um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento.
FEC	freqüência equivalente de interrupções por consumidores mensurada pela Celesc.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Fundo	CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS.
Fundo UBP	Fundo de Uso de Bem Público.
GCE	Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Governança Corporativa da Bovespa	práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas pela Bovespa e divididas em níveis de adesão.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
GW	gigawatt.
IBovespa	índice representativo dos principais papéis negociados na Bovespa.
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IEE	Índice de Energia Elétrica.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Médio, conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Índice de Cobertura	índice a ser calculado mensalmente, na forma de percentual, no último Dia Útil de cada Período de Disponibilidade e cujo numerador equivale ao montante de recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos que venha a transitar pela Conta <i>Float</i> no respectivo Período de Disponibilidade e o denominador é o Valor Mensal de Entrega do correspondente Período de Disponibilidade.
Índice de Cobrança	índice calculado mensalmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Cedente, de cada Relatório Analítico, o qual representa o número de Consumidores que, conforme indicado em cada Relatório Analítico, realizem o pagamento de suas faturas de energia elétrica por meio de débito automático, índice esse que não poderá ser superior, em cada data de apuração, a 10% (dez por cento) do número total de Consumidores, sob pena de ensejar um Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão.
Início das Atividades	data do protocolo dos documentos de registro do Fundo na CVM.
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social.

Instituição Líder	BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
Instrução CVM 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados conforme definidos pela Instrução CVM 409.
IOF/Títulos	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IR-Fonte	Imposto de Renda Retido na Fonte.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
IRT	Índice de Reajuste Tarifário.
Itaipu Binacional	Usina Hidroelétrica de Itaipu.
kV	quilovolt.
KWh	quilowatt por hora.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores.
Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e alterações posteriores.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e alterações posteriores.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores.
Lei Sarbanes-Oxley	<i>Sarbanes-Oxley Act of 2002</i> - medida legislativa sobre valores mobiliários dos Estados Unidos da América que afeta empresas de capital aberto e contadores independentes.
M	número de ordem da amortização a ser feita, o qual variará entre 1 (primeira amortização) e 60 (última amortização).
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
Maesa	Machadinho Energética S.A.
Mês Contratual	todo e qualquer mês do calendário civil.
MME	Ministério de Minas e Energia do Governo Federal.
Montante Mínimo	R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

MW	megawatt.
Oferta	a presente oferta pública de Quotas Seniores.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Outros Ativos	ativos financeiros passíveis de aquisição pelo Fundo, quais sejam: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e (iii) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.
PAES	programa de parcelamento especial, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
País	República Federativa do Brasil.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PCH	pequena central hidrelétrica.
PDVI	Programa de Demissão Voluntária Incentivada da Celesc.
PERCEE	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.
Periódicos	os periódicos “Diário Catarinense” e “Valor Econômico” que deverão ser utilizados para a divulgação das informações do Fundo.
Período de Disponibilidade	o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento do 1º Preço de Aquisição, no caso do 1º Período de Disponibilidade, ou, no caso dos demais Períodos de Disponibilidade, no dia 28 de cada mês-calendário (inclusive), e termina, em ambos os casos, no dia 28 do mês-calendário imediatamente subsequente (exclusive), observado que o 1º Período de Disponibilidade não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. O último Período de Disponibilidade se encerrará somente quando o Fundo houver recebido integralmente o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos.
Período de <i>Float</i>	período de 2 (dois) Dias Úteis no qual os recursos provenientes da arrecadação dos Direitos Creditórios permanecem na Conta <i>Float</i> .
Pessoas	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.
PIS	Programa de Integridade Social.
PND	Programa Nacional de Desestatização.
Poder Concedente	Governo Federal.
Preço de Aquisição ou PA	preço pago pelo Fundo à Cedente em contrapartida à transferência dos Direitos Creditórios.
Preço de Aquisição ‘p’ ou PA _p	Preço de Aquisição atribuído a cada cessão, conforme informado no respectivo Suplemento.

PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica	programa emergencial e excepcional de apoio às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estabelecido em conformidade com a Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.
Programa de Racionamento	programa de racionamento do Governo Federal estabelecido em conformidade com o Decreto nº 4.131, de 14 de fevereiro de 2002.
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades.
Programa Prioritário de Termelétrica	programa prioritário de termelétrica do Governo Federal estabelecido em conformidade com o Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Prospecto	o presente prospecto do Fundo.
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	as quotas, as quotas seniores e as quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso.
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	os titulares das Quotas, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, conforme o caso.
Razão de Garantia	fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor do patrimônio líquido na ocasião e o denominador é o valor atualizado das Quotas Seniores, apurada diariamente pela Administradora (exemplo: se Razão de Garantia for 1,075, então Razão de Garantia = 107,5%).
Rede Conveniada	instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação.
Regulamento	Regulamento do Fundo registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o nº 8623162, 29 de agosto de 2007, conforme alterado em 19 de outubro de 2007 e em 12 de novembro de 2007, sob os números 8634524 e 8638973, respectivamente.
Relatório Analítico	relatório mensal a ser encaminhado pela Cedente à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.
RELUZ	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente.
Reserva	Outros Ativos a serem mantidos na carteira do Fundo, sendo que sua manutenção deverá ser diária e equivalente à soma, conforme calculada pela Administradora, da estimativa dos 3 (três) próximos Valores Mensais de Entrega.
Reserva de Caixa ou RC	parcela do patrimônio líquido do Fundo equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento, observados os termos do Regulamento.

Resolução Autorizativa	Resolução Autorizativa nº 712 de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 71, v. 143, n. 193, em 6 de outubro de 2006, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu com o processo de desverticalização da Celesc.
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999.
Resolução CMN nº 2.907	Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001.
RGR	Reserva Global de Reversão.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária das tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição, estabelecida em conformidade com a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
SEC	<i>Securities Exchange Commission</i> – Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Sistema Integrado de Compensação	Sistema Integrado Regional de Compensação – SIC do Sistema Financeiro Nacional.
Sistema Interligado Nacional ou SIN	sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil.
Sobretaxa	percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado de acordo com o Período de Disponibilidade e variável de acordo com o tempo decorrido do Contrato de Cessão, conforme critérios estabelecidos no Contrato de Cessão.
<i>Spread</i>	0,95% (noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, conforme definido no processo de <i>bookbuilding</i> .
Suplemento	documento por meio do qual é indicado cada Preço de Aquisição ‘p’ e, conseqüentemente, ampliado o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão.
<i>Tag Along</i>	direito de qualquer acionista da Celesc de aderir à alienação, direta ou indireta, de ações efetuada por outro acionista a um terceiro, pelo mesmo preço e nos mesmos termos e condições de pagamento.
Taxa de Administração	remuneração mensal equivalente a a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, base de 252 Dias Úteis, apurada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e cobrada mensalmente, devida à Administradora a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento.
Taxa DI	taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto um ano de 252 Dias Úteis).
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
TEO	Tarifa de Energia de Otimização.
Termo de Adesão	documento firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.

TUSD	Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição.
TUST	Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão.
UC	unidade consumidora vinculada à determinada localidade geográfica.
UFIR	Unidade Fiscal de Referência.
UHE	usina hidrelétrica.
Valor Mensal de Entrega ou VME	limite mensal dos Direitos Creditórios Cedidos a serem recebidos pelo Fundo, no curso normal do Programa de Securitização, caso não ocorra qualquer Evento de Recebimento Antecipado.
Valor Referencial	valor de cada Quota Sênior apurado <i>pro forma</i> na forma do Regulamento.
Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos	valor total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão.
VAM	valor de amortização de cada Quota Sênior, calculado conforme o Regulamento.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS
2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO
 - 2.1. Custo da Distribuição
 - 2.2. Custo Unitário de Distribuição
3. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.

Emissor:	CELESC I - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Mercantis.
Cedente:	Celelesc Distribuição S.A.
classe de Quotas:	2 classes, sendo: (i) 1 classe de Quotas Seniores; e (ii) 1 classe de Quotas Subordinadas.
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão.
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$ 10.000,00 (dez mil) reais na 1ª (primeira) Data de Emissão.
Administradora:	Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Custodiante:	Banco do Brasil S.A.
Distribuidores:	BB Banco de Investimento S.A. e Banco ABC Brasil S.A.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes.
Agência de Classificação de Risco:	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização das Quotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Amortização Programada de Quotas Seniores:	amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior, em número de 60 (sessenta), promovida, a contar da 1ª Data de Emissão, todo dia 28 de cada mês, após o 1º (primeiro) Período de Disponibilidade, sendo que esse não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, desde que o patrimônio líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional suficientes para tanto, depositados na Conta do Fundo. Vide item “Amortização e Resgate”, Seção “Características da Estrutura do Fundo”.
Amortização de Quotas Subordinadas:	amortização que poderá ser realizada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a efetivação de cada Amortização Programada de Quotas Seniores e desde que (i) não afete o valor da Reserva e nem os parâmetros acerca da Razão de Garantia, do Índice de Cobrança e do Índice de Cobertura estabelecidos no Regulamento; (ii) sejam obedecidas as demais condições indicadas no Regulamento, observado o critério <i>pro rata</i> , conforme necessário; e (iii) seja observado o Montante Mínimo para cada amortização. Vide item “Amortização e Resgate”, Seção “Características da Estrutura do Fundo”.

2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO.

2.1. Custo da Distribuição.

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição	Montante (R\$)
Comissão de Estruturação e Distribuição	1,0000%	2.000.000,00
Taxa de Registro na Anbid	0,0030%	5.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,0410%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)	0,0500%	100.000,00
Empresa de Auditoria	0,0500%	100.572,00
Agência de Classificação de Risco	0,0280%	55.263,13
Assessoria Legal	0,0750%	150.000,00
Despesas com Deslocamento (passagens aéreas, hospedagens, transporte terrestre e alimentação) (*)	0,0450%	90.000,00
Despesas Gerais (despesas cartorárias, com fotocópias, fax, aluguéis de equipamentos etc.) (*)	0,0090%	18.164,87
Total	1,3010%	2.601.870,00

(*) Valores estimados.

Tabela 1: Custos de Distribuição.

2.2. Custo Unitário de Distribuição.

Valor Unitário Quota Sênior	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$ 1.000.000,00	1,30%	R\$ 13.014,35

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

3. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO.

Anteriormente ao registro da distribuição das Quotas na CVM, foi disponibilizado ao público o presente Prospecto, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, no dia 11 de setembro de 2007, no qual constava a data estimada para a coleta de intenções de investimento e obtenção do cupom pré-fixado de juros ao ano, base 252 Dias Úteis, que comporia o parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores (*bookbuilding*).

Nesse sentido, o procedimento de *bookbuilding* consistiu na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Quotas Seniores de emissão do Fundo em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros que será acrescido a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI. O cupom pré-fixado de juros é equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para as Quotas Seniores cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Quotas Seniores ofertados ao público investidor.

O procedimento de *bookbuilding* foi encerrado em 23 de outubro de 2007, sendo a rentabilidade alvo das Quotas Seniores definida em 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis.

Foram realizadas apresentações conjuntas pela Cedente, pelo Administrador e pelos Distribuidores para os investidores interessados, a respeito das principais características do Fundo e das Quotas Seniores, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

No curso do procedimento de *bookbuilding* não houve procedimento de recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Quotas Seniores, nem existência de lotes máximos ou mínimos de subscrição.

Após a obtenção do registro do Fundo e da distribuição das Quotas, será publicado o anúncio de início de distribuição pública nos Periódicos.

A distribuição das Quotas Seniores será encerrada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de Quotas Seniores, quando se dará a publicação do anúncio de encerramento da Oferta.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA
2. CRONOGRAMA TENTATIVO DA OFERTA
3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

1. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.

Serão emitidas, no mínimo, 100 (cem) e, no máximo, 200 (duzentas) Quotas Seniores com preço unitário na 1ª (primeira) Data de Emissão de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Cada Quota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo.

As Quotas Seniores serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelos Distribuidores, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, em regime de melhores esforços, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de Quotas Seniores nos Periódicos. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Observado o mínimo de 100 (cem) Quotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% (cem por cento) das Quotas Seniores objeto da Oferta, o saldo das Quotas Seniores não subscrito será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

Será admitida, a critério dos Distribuidores e da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

Por meio do Termo de Adesão, o Quotista atestará que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da Taxa de Administração devida à Administradora, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no seu patrimônio líquido, assim como de perda do capital, parcial ou total, investido. Em caráter complementar, se for o caso, o Quotista deve assinar termo próprio declarando sua condição de Investidor Qualificado, nos termos e condições estabelecidos no Anexo I da Instrução CVM 409.

As Quotas Seniores serão emitidas por seu valor calculado diariamente na forma definida no Regulamento.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para negociação primária e secundária na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que as respectivas aquisições sejam feitas somente por Investidores Qualificados.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

2. CRONOGRAMA TENTATIVO DA OFERTA.

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	03/09/2007
Publicação do aviso ao mercado	11/09/2007
Disponibilização do Prospecto	11/09/2007
Apresentação para potenciais investidores	25/09/2007 a 10/10/2007
Procedimento de <i>bookbuilding</i> (concluído)	23/10/2007
Concessão do registro na CVM	14/11/2007
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	28/11/2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	28/11/2007
Liquidação Financeira	29/11/2007
Encerramento da Distribuição	04/12/2007
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	04/12/2007

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora, dos Distribuidores e da CVM.

Tabela 3: Cronograma da Oferta.

3. MODIFICAÇÃO DA OFERTA.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora e os Distribuidores certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL
2. PÚBLICO ALVO
3. OBJETIVO
4. TIPO DE FUNDO
5. PRAZO DE DURAÇÃO
6. DIREITOS CREDITÓRIOS
7. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS
8. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS
 - 8.1. Administradora
 - 8.2. Custodiante
 - 8.3. Distribuidores
 - 8.4. Agência de Classificação de Risco
 - 8.5. Empresa Auditoria
 - 8.6. Assessoria Legal
9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
10. ENCARGOS DO FUNDO
11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA
12. DAS QUOTAS
 - 12.1. Classes de Quotas
 - 12.2. Quotas Seniores
 - 12.3. Quotas Subordinadas
 - 12.4. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas
13. AMORTIZAÇÃO E RESGATE
14. RECOMPOSIÇÃO DA RESERVA
15. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO
16. TRIBUTAÇÃO
 - 16.1. Tributação do Fundo
 - 16.2. Tributação dos Quotistas
17. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS
18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

1. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL.

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

2. PÚBLICO ALVO.

O Fundo é destinado a quaisquer Pessoas que estejam habilitadas a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimento do Fundo, ressalvadas as Quotas Subordinadas que são destinadas exclusivamente à Cedente e/ou a suas Afiliadas.

3. OBJETIVO.

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, a serem originados e cedidos pela Cedente, observados os termos e condições do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Em caráter complementar, o objetivo do Fundo também será buscado por meio de aplicação de seus recursos em Outros Ativos, de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira admitidos no Regulamento e nos normativos em vigor.

4. TIPO DE FUNDO.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado.

5. PRAZO DE DURAÇÃO.

O prazo de duração do Fundo é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão ou até o pagamento de todos os Quotistas e cumprimento de todas as obrigações assumidas, o que ocorrer por último. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Regulamento.

6. DIREITOS CREDITÓRIOS.

Caracterizam-se como direitos creditórios passíveis de cessão ao Fundo todos os direitos de crédito, presentes e futuros, devidos pelos Consumidores à Cedente, em razão do fornecimento de energia elétrica pela Cedente àqueles, e indicados nos respectivos Boletos de Cobrança, desde a data de celebração do Contrato de Cessão até 5 (cinco) anos a contar da data de celebração do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações, bem como multas, penalidades, indenizações e/ou títulos que os representem.

7. CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

Celesc Distribuição S.A.
Avenida Itamarati, 160, Blocos A1, B1 e B2
Florianópolis – SC
CEP 88034-900
Contato:
Lydia Pereira Bez Fontana
Tel.: (+55 48) 3231-6011
Fax: (+55 48) 3231-6019
Email: fide@celesc.com.br
www.celesc.com.br

Para maiores informações vide Seção “Grupo da Cedente” deste Prospecto.

8. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.

8.1. Administradora.

Banif Banco de Investimentos (Brasil), S.A.
Rua Minas de Prata, 30, 15º andar
São Paulo – SP
CEP 04552-080
Contato:
Sr. Renato Cury
Tel.: (+55 11) 3074-4555/8085
Fax: (+55 11) 3074-8087
E-mail: bo@banifib.com.br
www.banifinvest.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.

8.2. Custodiante.

Banco do Brasil S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 38º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20031-923
Contato:
Sr. Uyracaba Strausz
Tel.: (+55 21) 3808-2730
Fax: (+55 21) 3808-3466
E-mail: uyra@bb.com.br
www.bb.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas Oferta” deste Prospecto.

8.3. Distribuidores.

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20031-923
Contato:
Sr. Álvaro Germano Albernaz
Tel.: (+55 21) 3808-2810
Fax: (+55 21) 3808-3239
E-mail: aalbernaz@bb.com.br
www.bb.com.br

Banco ABC Brasil S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar
São Paulo – SP
CEP 04543-000
Contato:
Sr. João Carlos Gonçalves da Silva
Tel.: (+55 11) 3170-2289
Fax: (+55 11) 3170-2082
E-mail: joao.silva@abcbrasil.com.br
www.abcbrasil.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.

8.4. Agência de Classificação de Risco.

Fitch Ratings Brasil Ltda.
Alameda Santos, 1470, cj. 511
São Paulo – SP
CEP 01418-100
Tel.: (+55 11) 4504-2600
Fax: (+55 11) 4504-2601
www.fitchratings.com

8.5. Empresa Auditoria.

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
São Paulo - SP
CEP 04530 - 904
Tel.: (+55 11) 2183-3337
Fax: (+55 11) 2183 3001
www.kpmg.com.br

8.6. Assessoria Legal.

Motta, Fernandes Rocha Advogados
Alameda Santos, 2335, 10º e 11º andares
São Paulo – SP
CEP 01409-002
Tel.: (+55 11) 3082.9398
Fax: (+55 11) 3082.3272
www.mfra.com.br

9. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.

Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal equivalente a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, base de 252 Dias Úteis, apurada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e cobrada mensalmente.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, observado o disposto acima, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração indicada neste item.

O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

10. ENCARGOS DO FUNDO.

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação da agência de classificação de risco;
- i) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- j) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu patrimônio líquido nos seguintes ativos:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao patrimônio líquido do Fundo*	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios:	50%	100%
b) moeda corrente nacional:	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen:	0%	50%
d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos:	0%	50%

(*) Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades.

Tabela 4: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 100% (cem por cento) da Taxa CDI acrescida do *Spread*, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.

A Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Consumidores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, excetuado, nesse último caso, a responsabilidade do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste item serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior. Respeitado o disposto no Regulamento, a Administradora poderá livremente definir o grau de concentração da carteira do Fundo. No processo de composição da carteira do Fundo, a Administradora não efetuará operações com derivativos, nem mesmo em operações de *day trade*.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, dos Distribuidores, do Custodiante, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

12. DAS QUOTAS.

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas descritas a seguir, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos do Regulamento, ressalvado o disposto no item “Amortização e Resgate” da Seção “Características da Estrutura do Fundo”. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas.

12.1. Classes de Quotas.

As Quotas do Fundo serão emitidas em 2 (duas) classes: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.

12.2. Quotas Seniores.

O Fundo emitirá no mínimo 100 (cem) e no máximo 200 (duzentas) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor apurado na forma do Regulamento;
- d) nos termos do Regulamento, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.

Cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}};$$

onde:

VQS_t = valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “t”, já deduzido dos valores pagos a título de amortização da respectiva Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.

VQS_{t-1} = valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”. No caso de o cálculo ser efetuado no caso do primeiro Período de Disponibilidade, VQS_{t-1} é igual a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

$Taxa DI_{t-1}$ = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “t”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 12,75%, então $Taxa DI_{t-1} = 12,75$.

$Spread$ = 0,95 (zero vírgula noventa e cinco), conforme definido no processo de *bookbuilding*.

12.3. Quotas Subordinadas.

O Fundo emitirá um número indeterminado de Quotas Subordinadas em classe única.

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento; e
- d) ressalvadas as matérias de que trata o Regulamento, não terá direito a voto nas Assembléias Gerais.

Cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto nas matérias de que trata o Regulamento.

Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o Regulamento, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.

12.4. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas.

As Quotas emitidas deverão ser subscritas dentro do prazo estabelecido no anúncio de início de distribuição e dos termos e condições da legislação aplicável.

As Quotas Seniores serão subscritas e integralizadas exclusivamente por qualquer dos Investidores Qualificados (vide item “Informações sobre a Oferta”, Seção “Características da Oferta”). As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente e/ou suas Afiliadas.

A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

Será admitida, a critério dos Distribuidores, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas.

As Quotas Seniores serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, por meio do sistema operacionalizado pela CETIP. Não estão previstas condições de financiamento para a subscrição das Quotas Seniores. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante.

13. AMORTIZAÇÃO E RESGATE.

Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para tanto, depositados na Conta do Fundo, será promovida, a contar da 1ª (primeira) Data de Emissão, todo dia 28 de cada mês, após o 1º (primeiro) Período de Disponibilidade, sendo que esse não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior, nos termos do Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização, ocorrerá um número de 60 (sessenta) Amortizações Programadas de Quotas Seniores (equivalentes ao número de Períodos de Disponibilidade existentes), sendo que na última amortização o Fundo deverá promover o resgate integral de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação. O valor de cada Amortização Programada de Quotas Seniores será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAM = VQS_t \times \left\{ \frac{1}{[60 - (M - 1)]} \right\}$$

onde:

VAM	valor de amortização de cada Quota Sênior.
VQS_t	valor de cada Quota Sênior na respectiva data, calculada conforme critério estabelecido no Regulamento.
M	número de ordem da amortização a ser feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 60 (última amortização).

Após sua amortização integral, a respectiva Quota será resgatada e não mais será considerada em Circulação para todos os efeitos legais.

A Administradora, em nome do Fundo, poderá amortizar Quotas Subordinadas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a efetivação de cada Amortização Programada de Quotas Seniores desde que (i) não afete o valor da Reserva e nem os parâmetros acerca da Razão de Garantia, do Índice de Cobrança e do Índice de Cobertura estabelecidos no Regulamento; (ii) sejam obedecidas as demais condições indicadas no presente Capítulo, observado o critério *pro rata*, conforme necessário; e (iii) seja observado o Montante Mínimo para cada amortização.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as Amortizações de Quotas Subordinadas, conforme previsto neste item, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos Quotistas Seniores, assim como o pagamento das despesas do Fundo.

No resgate e nas amortizações será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Os Quotistas, ressalvado o disposto no Regulamento, não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser um Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados (i) por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen e adotado pelo Agente Escriturador, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato; ou (ii) em Direitos Creditórios Cedidos, nos casos a seguir especificados.

Com relação ao resgate, as Quotas Seniores, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, deverão ser pagas prioritariamente em dinheiro, de acordo com os mecanismos previstos no Regulamento, e observada a disponibilidade de caixa do Fundo. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios Cedidos, observados os termos do Regulamento.

As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento, em dinheiro ou Direitos Creditórios Cedidos, na medida da disponibilidade de um ou outro.

14. RECOMPOSIÇÃO DA RESERVA.

A Cedente terá o direito de integralizar Quotas Subordinadas, nos termos do boletim de subscrição, para fins de recomposição do valor da Reserva, sempre que for verificado pela Administradora o desenquadramento dessa.

Para fins do disposto acima, a Administradora deverá solicitar à Cedente a recomposição da Reserva, por meio de comunicação escrita, indicando o correspondente valor a ser integralizado. Nesse sentido, a Cedente deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da comunicação prevista na primeira parte deste parágrafo, a quantidade de Quotas Subordinadas que subscreverá e a respectiva data de subscrição, observado o previsto no boletim de subscrição.

A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pela Cedente, para fins do previsto acima, deve ser realizada, em moeda corrente nacional, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da comunicação feita pela Administradora. Caso a subscrição e integralização das novas Quotas Subordinadas não ocorra de acordo com o aqui previsto, tal fato caracterizará um Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão.

15. CUSTÓDIA DOS OUTROS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO.

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM.

16. TRIBUTAÇÃO.

Não há qualquer diferenciação tributária pelo fato das Quotas não serem registradas para negociação em mercado de ativos fixos de bolsa de valores.

16.1. Tributação do Fundo.

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos incidentes sobre pessoas jurídicas, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

As operações do Fundo estão sujeitas à alíquota zero em relação: (i) à CPMF; e (ii) ao IOF/Títulos.

16.2. Tributação dos Quotistas.

- *IOF/Títulos.*

A legislação prevê a incidência do IOF/Títulos apenas na hipótese de a amortização ou o resgate ocorrer em prazo inferior a 30 (trinta) dias da data da aplicação dos recursos. De qualquer forma, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

- *Imposto de Renda.*

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base (i) a residência dos Quotistas; (ii) o prazo da carteira do Fundo; e (iii) o prazo de aplicação no Fundo.

(A) Quotistas Residentes no Brasil.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas Residentes no Brasil incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 1 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme a seguir descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Em face de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado aplica-se o regime de retenção semestral de IR-Fonte (“come-quotas”), em valor equivalente a 20% (vinte por cento - relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (quinze por cento - rendimentos relativos a fundos de longo prazo).

Por ocasião do resgate das Quotas, será aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas acima apresentada.

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

(B) Quotistas Residentes no Exterior.

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, é aplicável tratamento tributário específico.

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), independentemente do prazo da carteira do Fundo ou de aplicação do Quotista, observados, ainda, a retenção semestral do “come-quotas” e a retenção no caso de alienação de Quotas.

- *CPMF.*

A CPMF incide nas aquisições das Quotas efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

17. CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Revisão, Evento de Liquidação Antecipada e/ou um Evento de Recebimento Antecipado, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

A divulgação das informações previstas neste item deverá ser feita por meio de publicação nos Periódicos, quais sejam “Diário Catarinense” e “Valor Econômico”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem as Quotas.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Oferta, assim como consulta a este Prospecto e ao Regulamento, poderão ser obtidas junto (i) à Administradora e aos Distribuidores, nos endereços informados no item (8) da Seção “Características da Estrutura do Fundo” deste Prospecto; (ii) à CVM, em um dos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (b) Rua Cincinato Braga nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em seu *website*: www.cvm.gov.br; ou (iii) à CETIP, em seu *website*: www.cetip.com.br.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS DA CESSÃO
2. VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E VALOR MENSAL DE ENTREGA
3. PROCEDIMENTOS DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
 - 3.1. Fluxo Resumido do Recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos
4. EVENTOS DE REVISÃO
5. EVENTO DE RECEBIMENTO ANTECIPADO E EVENTO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA
6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
7. RAZÃO DE GARANTIA E DEMAIS ÍNDICES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

1. CARACTERÍSTICAS DA CESSÃO.

Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão, a cessão de Direitos Creditórios Cedidos será considerada como definitiva, perfeita e acabada.

Até 31 de março de 2008, a Cedente poderá ceder um volume adicional de Direitos Creditórios, de forma a ampliar o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, mediante celebração de um novo aditivo ao Contrato de Cessão, desde que o Fundo efetue, em contrapartida, o pagamento do Preço de Aquisição correspondente e sejam observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão.

O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios devidos por Consumidores, sendo esse considerado o único Critério de Elegibilidade. Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao atendimento do Critério de Elegibilidade estabelecido.

As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Regulamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

A Cedente assume o risco de não existência dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos do Contrato de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e pela solvência dos Consumidores. A Cedente responde pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, na data de sua respectiva cessão, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil.

Não é admitida a cessão de direitos creditórios em atraso.

Para maiores detalhes sobre a estrutura da cessão e as características dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, ver a Seção “Sumário dos Principais Contratos”.

2. VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E VALOR MENSAL DE ENTREGA.

A Cedente, em contrapartida ao pagamento de cada Preço de Aquisição, obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a entregar ao Fundo, de forma automática e independente de qualquer formalidade adicional, os Direitos Creditórios Cedidos na forma estipulada neste item e no Contrato de Cessão.

Fica desde já estabelecido que os Direitos Creditórios não serão adquiridos mediante aplicação de taxa de desconto, sendo que o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos será apurado todo Dia Útil pelo Custodiante, por meio da seguinte expressão:

$$VTDCC_{kP} = \sum_{P=1}^n VDCC_{kP} ;$$

onde:

- a) “VDCC” é o valor de Direitos Creditórios Cedidos em razão de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, com o pagamento do correspondente Preço de Aquisição, conforme apurado pela seguinte fórmula:

$$VDCC_{kp} = PA_{ajst_{(k-1)P}} \times \prod_{T=1}^Z \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} + FAS_{kp};$$

onde:

- i) “PA_{ajst_{(k-1)P}}” é o valor de cada Preço de Aquisição ‘p’, excluindo atualizações, do Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive), sendo que no primeiro período é o próprio Preço de Aquisição ‘p’, apurado pela seguinte expressão:

$$PA_{ajst_{kp}} = PA_p - \sum_{k=1}^{n-1} VA_{kp};$$

onde:

- (1) “Preço de Aquisição ‘p’” ou “PA_p” é o Preço de Aquisição atribuído a cada cessão, conforme informado no respectivo Suplemento; e
- (2) “ $\sum_{p=1}^n VA_{kp}$ ” é igual ao somatório dos VA_{kp} efetivamente pagos até o Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive);

onde:

- (A) “VA_{kp}” é verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VA_{kp} = \frac{PA_p}{60 - (S - 1)};$$

onde:

- (I) “S” significa os períodos em que já foram realizados pagamentos dos Valores Mensais de Entrega, e que se inicia em “1” e termina em “60”;
- ii) “TaxaDI_{t-1}” Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “t”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 12,75%, então Taxa DI t-1 = 12,75;
- iii) “Z” é o número total de Taxas DI;
- iv) “T” é o número de ordem da Taxa DI, sendo “T=1” a Taxa DI divulgada na data de pagamento do 1º (primeiro) Preço de Aquisição e “T=Z” a Taxa DI divulgada do Dia Útil anterior à data “T”;
- v) “Spread” 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding*; e

vi) “ FAS_{kp} ” é o fator de ajuste de Sobretaxa, conforme a seguinte fórmula:

$$FAS_{kp} = PA_{ajst(t-1)p} \times \left[\left(\frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right];$$

onde:

(1) “ $Sobretaxa$ ”: tem os seguintes percentuais ao ano, base 252 Dias Úteis, a serem aplicados nos respectivos Períodos de Disponibilidade:

Período de Disponibilidade	Sobretaxa
1º ao 37º	1,0%
38º ao 48º	1,5%
49º ao 60º	2,0%

- b) “ P ”: o número da respectiva cessão, o qual se inicia em “1”;
- c) “ U ” é o número total de “ P ”; e
- d) “ k ” número do respectivo período, iniciando-se em “1” e terminando em “60”.

O fator de atualização utilizado na determinação do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos foi estabelecido considerando-se parâmetros (taxas) de mercado.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado, em seu lugar, automaticamente, o índice que oficialmente vier a substituí-la. Na hipótese de inexistência do parâmetro referido anteriormente, as Partes deliberarão em comum acordo acerca do novo índice, sob pena de ensejar um Evento de Revisão.

Não tendo ocorrido qualquer Evento de Recebimento Antecipado, Valor Mensal de Entrega ficará limitado, em cada Período de Disponibilidade, ao valor apurado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VME_k = VAA_k + FAA_k + FASA_k;$$

onde:

a) “ VAA_k ” significa o VA_k agregado, verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAA_k = \sum_{p=1}^n VA_{kp};$$

b) “ FAA_k ” é o fator de ajuste FA_k agregado, calculado nos termos da seguinte fórmula:

$$FAA_k = \sum_{p=1}^n FA_{kp};$$

onde:

i) “ FA_{kp} ” é o fator de ajuste, calculado nos seguintes termos:

$$FA_{kp} = VA_{kp} \times \prod_{t=1}^z \left\{ \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\};$$

- c) “*FASA_k*” é o fator de ajuste de Sobretaxa agregado, verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$FASA_k = \sum_{P=1}^n FAS_{kP} \cdot$$

A entrega dos Direitos Creditórios Cedidos pela Cedente ao Fundo deverá ser feita de forma continuada e incondicional, sendo que a Cedente compromete-se a entregar os primeiros Direitos Creditórios Cedidos performados até que seja atingido, em cada Período de Disponibilidade, o Valor Mensal de Entrega e/ou, conforme o caso, o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme aplicável.

3. PROCEDIMENTOS DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS.

Até o recebimento, pelo Fundo, do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, todos os Direitos Creditórios Cedidos serão cobrados por meio de Boleto de Cobrança e arrecadados através do Sistema Integrado de Compensação. Tal procedimento será regido pelo Convênio de Cobrança.

Não tendo ocorrido um Evento de Recebimento Antecipado serão observados, com vistas ao recebimento, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios Cedidos, em cada Período de Disponibilidade, os seguintes procedimentos:

- a) os Consumidores efetuarão o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos na Rede Conveniada, sendo esses recursos transferidos para a Conta de *Float*, na mesma data, por meio de Compensação Eletrônica;
- b) os recursos de que trata a alínea “a” anterior permanecerão por 2 (dois) Dias Úteis na Conta *Float*, na forma do Convênio de Cobrança;
- c) a partir do ingresso dos recursos na Conta *Float*, o sistema do Custodiante disponibilizará à Administradora, as informações dos valores arrecadados; e
- d) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando o sistema do Custodiante transferir os recursos da seguinte forma:
 - i) para a Conta do Fundo, até alcançar o Valor Mensal de Entrega; e
 - ii) o montante que exceder o Valor Mensal de Entrega, para a Conta da Cedente, até o encerramento do respectivo Período de Disponibilidade.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Recebimento Antecipado, a Cedente passará a entregar os Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, automaticamente e independentemente de qualquer outra obrigação adicional, observados os mesmos procedimentos indicados nas alíneas “a”, “b” e “c” supra, e, na seqüência, os seguintes:

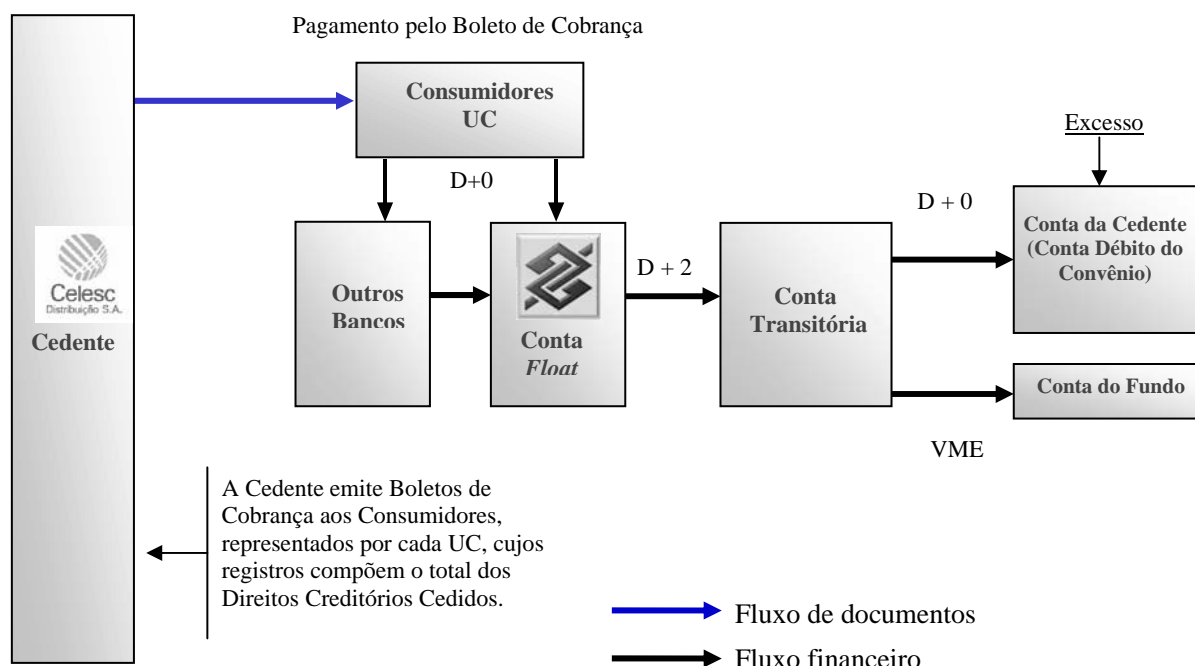
- a) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando ao sistema do Custodiante transferir os recursos para a Conta do Fundo, até alcançar o Valor Total de Direitos Creditórios Cedidos; e
- b) a partir do momento em que os recursos transferidos para a Conta do Fundo forem equivalentes ao Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante passará a transferir a totalidade dos recursos por esse acolhidos para a Conta da Cedente.

Caberá exclusivamente à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, prestar todas as informações ao Fundo caso o valor por esse retido no curso de cada Período de Disponibilidade, nas hipóteses deste item, venha a extrapolar o limite mensal de comprometimento da receita da Cedente definido pelo Despacho ANEEL, não recaindo assim, qualquer responsabilidade à Administradora, ao Custodiante, Distribuidores e/ou às suas Afiliados na hipótese de que o Fundo venha a reter um percentual acima do indicado no referido despacho, excetuados os casos em que atuem em inobservância à comunicação feita pela Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes será realizada pela Cedente nos termos do Convênio de Cobrança, atuando por conta e ordem do Fundo.

3.1. Fluxo Resumido do Recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos.

O presente fluxo é um resumo dos procedimentos de cobrança e recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme relatado no item (3) desta Seção.



4. EVENTOS DE REVISÃO.

São considerados Eventos de Revisão qualquer das seguintes ocorrências:

- requerimento de autofalência, requerimento ou decretação de falência, decretação de intervenção, a qualquer tipo, na concessão, declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- convocação ou instalação de comitê ou assembléia de credores com vistas à negociação de plano de recuperação judicial, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de falência da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem o exercício pelo Fundo de seus direitos, garantias e prerrogativas decorrentes do Contrato de Cessão que não sejam sanados dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência;

- d) evidência de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir faturas mensais de energia elétrica contra os Consumidores sem lastro e/ou em duplicidade;
- e) evidência de que tenham recaído sobre os Direitos Creditórios quaisquer ônus, encargos ou gravames, de qualquer natureza;
- f) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se tal evento for sanado no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo previsto no respectivo instrumento, o que for menor. Para os fins desta alínea, são consideradas obrigações de natureza financeira quaisquer obrigações relacionadas a: (i) quaisquer operações de empréstimos em moeda corrente nacional ou estrangeira; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em balanço (*off-balance*); (iii) empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de títulos de renda fixa e valores mobiliários, conversíveis ou não, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, avais, fianças ou penhores, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos, com ou sem co-obrigação; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; (xi) valores pagos ou a pagar a acionistas em decorrência de resgate e/ou compra de ações realizados ou a realizar; (xii) qualquer outro negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente; ou (xiii) operações de *hedge*;
- g) protesto, contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer obrigação, cujo valor, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, validamente comprovados pela Cedente ou qualquer de suas Afiliadas; ou (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência do protesto, esse (a) seja sanado pela Cedente e/ou por qualquer de suas Afiliadas; (b) seja cancelado; ou (c) sejam prestadas garantias suficientes em juízo;
- h) condenação da Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas em ação judicial, ou início de execução de título judicial, cujo valor agregado ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se (a) contra tal decisão judicial a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas tempestivamente interpuser recurso ou medida judicial com efeito suspensivo; (b) caso a sociedade afetada tenha garantido o pagamento em juízo; ou (c) para atender ao pagamento das referidas ações, tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- i) ajuizamento contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto, e desde que a sociedade afetada pelo evento não tenha garantido o pagamento em juízo ou desde que para atender ao pagamento das referidas ações não tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- j) fusão, cisão ou incorporação que envolva a Cedente ou suas Afiliadas, salvo se o Fundo, previamente comunicado, tenha anuído, após deliberação nesse sentido dos titulares de Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral;

- k) perda ou revogação de qualquer autorização necessária e essencial para a continuidade de suas atividades;
- l) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, inclusive para empresas ligadas, pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor cumulativo, contábil ou de venda desde essa data, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total da Cedente constante em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, atualizado anualmente, a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, pelo IGP-M, salvo se o Fundo, previamente comunicado, tenha anuído à realização do respectivos negócio;
- m) não manutenção da preferência absoluta do Fundo com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive com referência aos procedimentos de recebimento previstos no Contrato de Cessão, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações a eles relacionados;
- n) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Cedente, ou de qualquer de suas Afiliadas, cujo valor contábil, unitário ou em conjunto, represente mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Cedente, à época, levantado com base em suas últimas demonstrações financeiras, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias, contado de seu início;
- o) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- p) realização, direta ou indiretamente, pela Cedente, de qualquer transação ou série de transações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos), que, nos termos da legislação possa ser enquadrada como operação lesiva ao patrimônio da Cedente ou como fraude contra credores, com qualquer Pessoa ou entidade relacionada à Cedente, a menos que a referida transação ou série de transações seja(m) realizada(s) em termos e condições não menos favoráveis à Cedente do que aqueles que seriam obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma entidade ou Pessoa relacionada, conforme declaração assinada pelo diretor financeiro da Cedente entregue previamente à Administradora, se assim solicitado;
- q) alteração ou modificação do objeto social da Cedente que possa alterar substancialmente o ramo de negócios por ela atualmente explorado;
- r) descumprimento pontual e integral pela Cedente de qualquer obrigação assumida no Contrato de Cessão, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- s) caso o Índice de Cobrança, em qualquer data de apuração, seja superior a 10% (dez por cento);
- t) constatação de que a Cedente não informou às demais Partes acerca da extrapolação do percentual definido pelo Despacho ANEEL como limite máximo de comprometimento de sua receita, conforme estabelecido no Contrato de Cessão.
- u) caso as Partes, em comum acordo, não venham a concordar, em um prazo de 30 (trinta) dias, acerca do índice a ser utilizado em substituição à Taxa DI, nos termos do Contrato de Cessão;

- v) caso a partir do 1º (primeiro) Período de Disponibilidade, e até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, (i) durante 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos o Índice de Cobertura venha a ser inferior a 200% (duzentos por cento); ou (ii) durante qualquer Período de Disponibilidade, o Índice de Cobertura venha a ser, em uma única ocasião, inferior a 130% (cento e trinta por cento);
- w) caso a Reserva venha a se desenquadrar e a Cedente não integralize novas Quotas Subordinadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela Administradora nesse sentido, nos termos estipulados no Regulamento;
- x) caso o Convênio de Cobrança e/ou o Contrato de Custódia sejam rescindidos pela Cedente sem que um novo convênio ou contrato, conforme o caso, seja celebrado em termos satisfatórios para o Fundo;
- y) caso a Cedente opte por substituir o Custodiante e/ou o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente de cobrança, sem a prévia e expressa anuência dos Quotistas; ou
- z) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em 4 (quatro) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral de Quotistas do Fundo para deliberar se tal evento caracteriza-se como um Evento de Recebimento Antecipado e, por conseguinte, ensejará a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento.

No caso de a Assembléia Geral deliberar que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, fica desde já determinado pelo Fundo que, nos termos do artigo 261 do Código Civil brasileiro, automática e independentemente de qualquer outra formalidade adicional, a Cedente passará a entregar os Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão.

A Cedente deverá comunicar a Administradora e o Custodiante, por meio eletrônico, na hipótese da ocorrência de qualquer Evento de Revisão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data de ciência do respectivo evento.

5. EVENTO DE RECEBIMENTO ANTECIPADO E EVENTO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora, diretamente ou por intermédio da Cedente, deverá: (i) dar ciência de tal fato aos Quotistas; e (ii) convocar imediatamente a Assembléia Geral. Nesse caso, cabe aos Quotistas Seniores deliberarem se tal Evento de Revisão corresponderá a um Evento de Recebimento Antecipado e, conforme o caso, a um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento. É possibilitado aos Quotistas Seniores deliberarem que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado sem que, no entanto, resulte em um Evento de Liquidação Antecipada, ressalvada a hipótese na qual o Índice de Cobertura venha a ser inferior a 130% (cento e trinta por cento) durante qualquer Período de Disponibilidade, caso em que (i) o Evento de Recebimento Antecipado será necessariamente um Evento de Liquidação Antecipada; e (ii) a Administradora deverá automaticamente, independentemente de realização de Assembléia Geral, tomar as providências descritas a seguir.

A Assembléia Geral referida acima poderá deliberar a amortização extraordinária das Quotas mediante a realização, *mutatis mutandis*, dos procedimentos indicados no item (c) a seguir, independentemente da liquidação do Fundo.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, deliberarem que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, a Administradora deverá (i) tomar as medidas que entenda necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e (ii) iniciar os procedimentos definidos no Regulamento.

Ainda, na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do Regulamento, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá, na medida em que os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios sejam creditados (na forma do Regulamento) na Conta do Fundo, promover o resgate das Quotas, total ou fracionado, observados a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento e os seguintes procedimentos:

- a) caso aplicável, a Administradora deverá interromper a aquisição de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação desses ativos não afete sua rentabilidade;
- b) manter depositados na Conta do Fundo os recursos decorrentes dos procedimentos referidos na alínea “a” acima e/ou do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos;
- c) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Regulamento, quando os recursos mantidos na Conta do Fundo forem superiores ou equivalentes ao menor valor entre (i) o somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, apurado na forma do Regulamento; e (ii) o Montante Mínimo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, procederá ao resgate compulsório, até o valor correspondente à diferença entre (a) os recursos mantidos na Conta do Fundo; e (b) os recursos necessários ao pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Regulamento, inteiro ou fracionado, conforme aplicável, de todas as Quotas Seniores em Circulação; e
- d) sem prejuízo do disposto no Regulamento a seguir, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente procederá ao resgate das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Seniores, observados os procedimentos descritos na alínea “c” anterior.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma deste item, decidirem que um Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, mas não um Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos acima.

6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS.

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva e da Reserva de Caixa;
- c) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- d) no pagamento do Preço de Aquisição, em moeda corrente nacional, no caso dos recursos decorrentes da integralização das Quotas Seniores;
- e) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após o resgate integral das Quotas Seniores.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste item e a política de investimento constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada nas modalidades de investimento referidas no Regulamento, parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento (Reserva de Caixa).

7. RAZÃO DE GARANTIA E DEMAIS ÍNDICES.

No curso ordinário do Programa de Securitização, a Razão de Garantia deverá ser, no mínimo, equivalente a 100% (cem por cento), o Índice de Cobrança deverá ser, no máximo, 10% (dez por cento) e o Índice de Cobertura deverá ser, no mínimo, equivalente a 200% (duzentos por cento), todos calculados na periodicidade e forma definidas no Regulamento.

Na hipótese de a Razão de Garantia vir a ser equivalente a 100%, o valor das Quotas Subordinadas será zero. Na ocorrência de tal hipótese o patrimônio do Fundo será representado apenas pelas Quotas Seniores, não gerando, todavia, qualquer desenquadramento do Fundo ou Evento de Revisão ou Evento de Liquidação, desde que a Reserva esteja devidamente constituída.

Não será realizado qualquer procedimento por parte do Fundo, da Administradora, do Custodiante, dos Distribuidores, da Cedente e/ou de suas Afiliadas no caso de desenquadramento da Razão de Garantia. No caso de desenquadramento dos demais índices, esses acarretarão Eventos de Revisão na forma estabelecida no Contrato de Cessão.

FATORES DE RISCO

1. RISCOS RELATIVOS AO BRASIL
2. RISCOS RELATIVOS À CEDENTE E SEUS NEGÓCIOS
3. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO
4. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos do Regulamento.

1. RISCOS RELATIVOS AO BRASIL.

Quanto aos riscos relativos ao Brasil, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de influência na economia brasileira.** A economia brasileira vem se caracterizando por frequentes – e, ocasionalmente, substanciais – intervenções do Governo Federal, o qual muitas vezes altera as políticas cambiais, creditícias, fiscais e de outras naturezas para influenciar a economia do País. Assim, nada obsta que o Governo Federal crie medidas no setor elétrico que venha a afetar de maneira adversa o desempenho das atividades da Cedente, dentre elas o fornecimento de energia elétrica, causando, assim, um efeito adverso no patrimônio líquido do Fundo.
- b) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste item, poderão resultar em perdas para os Quotistas.

2. RISCOS RELATIVOS À CEDENTE E SEUS NEGÓCIOS.

Quanto aos riscos relativos à Cedente e seus negócios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Término antecipado da concessão.** No caso do término antecipado e/ou perda da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Fundo, do produto da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser interrompido e/ou questionado. Portanto, não há como garantir que, na hipótese de término e/ou perda da concessão pela Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos.
- b) **A distribuição de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora das empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica poderá ter impacto negativo sobre os resultados, condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente, na qualidade de distribuidora de energia, para com os Consumidores, o que pode comprometer a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.

- c) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a distribuição de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em vista do aumento do nível de água nos reservatórios em novembro de 2001, o Governo Federal adotou medidas de controle de consumo de energia mais brandas do que as até então vigentes. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Assim, não há garantias de que tais medidas, no futuro, venham a ser reimplementadas, e, caso venham a ser impostas, a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo poderão ser negativamente afetadas.
- d) **A Cedente e a Celesc estão sujeitas à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente e à Celesc, caso qualquer uma dessa deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Cabe ressaltar que a ANEEL ainda não celebrou novo contrato de concessão com a Cedente decorrente do processo de desverticalização. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir a concessão da Celesc ou, caso já tenha sido formalmente transferida, à Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Celesc ou da Cedente, ou por meio de encampação ou outro evento semelhante. A Celesc, a Cedente, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante ou qualquer de suas Afiliadas, não podem garantir que a Cedente e/ou a Celesc não serão penalizadas pela ANEEL por descumprimentos do Contrato de Concessão ou que a concessão de que a Celesc ou a Cedente, conforme o caso, seja titular não será extinta no futuro. A indenização a que a Celesc ou a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso a concessão seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Celesc ou da Cedente, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção da concessão, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.
- e) **Contrato de Concessão.** A Celesc celebrou o Contrato de Concessão com o Poder Concedente em 22 de julho de 1999, sendo que, em razão do processo de desverticalização, conforme autorizado pela Resolução Autorizativa, as atividades da Celesc foram segregadas, por meio da criação da Cedente e da CELESC GERAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.33.804/0001-78. Nos termos da Resolução Autorizativa, a versão patrimonial e a transferência das concessões são atos vinculados e simultaneamente autorizados pela Resolução Autorizativa, devendo a subsequente assinatura dos aditivos aos contratos de concessão, com transferência das concessões, ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após a convocação formal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Ocorre que, até o presente momento, a Celesc não foi convocada pelo Poder Concedente e, por conseguinte, não foi celebrado o aditamento ao Contrato de Concessão de forma a transferir formalmente a concessão para a Cedente.
- f) **Risco de o Fundo possuir uma única cedente.** A existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações da Cedente, em razão dessa ser a única cedente de Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, caso ocorra qualquer um dos eventos descritos neste item ou qualquer outro que venha a comprometer os seus negócios, a sua continuidade ou a geração de Direitos Creditórios por ela, tal fato poderá comprometer o Fundo e sua carteira, no todo ou em parte.

3. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios Cedidos. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios Cedidos em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Cedidos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Cedidos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do prazo de duração do Fundo, ou nos casos do Regulamento, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Regulamento, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios Cedidos entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Consumidores, além de incorrerem em custos de custódia dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Cedidos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- e) **Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Regulamento. Desse modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e, assim, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- f) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, dos Distribuidores, do Custodiante, da Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

- h) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Regulamento, estabelece que o Fundo deve se destinar, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente, da capacidade da Cedente de distribuir energia elétrica e, assim, de originar Direitos Creditórios.
- i) **Riscos operacionais.** A Cedente será a responsável, nos termos dos Documentos da Securitização, pela geração dos Boletos de Pagamento e dos relatórios que indicarão, dentre outros aspectos, os índices de inadimplência e o Índice de Cobrança. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade da Cedente, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, dentre outras ocorrências adversas, o não recebimento de parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos e, ainda, falhas na verificação de determinadas informações, inclusive, mas não se limitando a, o cálculo do Índice de Cobrança.
- j) **Não existência de Razão de Garantia.** O Fundo possui uma Razão de Garantia de 100%, ou seja, é autorizado o seu funcionamento normal, mesmo que as Quotas Subordinadas não tenham valor algum. Nesse sentido, caso o valor da Reserva venha a se desenquadrar, a Cedente não possui qualquer obrigação de aportar novos recursos, podendo, assim, na hipótese de desvalorização dos Direitos Creditórios, acarretar perda no valor das Quotas Seniores, bem como impossibilidade de pagamento das Amortizações Programadas de Quotas Seniores nas datas programadas.

4. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios Cedidos são pagos pelos Consumidores quando do vencimento do respectivo Boleto de Cobrança. A realização dos Direitos Creditórios Cedidos depende exclusivamente da solvência dos Consumidores e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou pela solvência dos Consumidores. Em nenhuma hipótese, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas responsabilizam-se pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou pela solvência dos Consumidores e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios Cedidos.
- c) **Possibilidade de interrupção de fornecimento de energia elétrica.** O fornecimento de energia elétrica poderá ser interrompido nas hipóteses de inadimplemento ou por solicitação do consumidor, o que poderá resultar na interrupção em originação dos Direitos Creditórios Cedidos. Tal evento poderá afetar de forma negativa o valor do patrimônio líquido do Fundo e, assim, sua solvência.
- d) **Não existência de seguro de performance.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, que garanta a continuidade do fornecimento de energia elétrica. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que a Cedente distribuir energia elétrica e os Consumidores efetuarem os respectivos pagamentos, não havendo garantia de que as amortizações ou os resgates ocorrerão nos montantes esperados e nas datas programadas.

- e) **Valor mensal a ser retido pelo Fundo está limitado ao percentual definido pelo Despacho ANEEL.** Nos termos do Despacho ANEEL, o valor comprometido da receita da Cedente não poderá ser superior a 5,4% (cinco vírgula quatro por cento). Portanto, os valores a serem recebidos pelo Fundo estão limitados a tal percentual. Dessa forma, caso o Valor Mensal de Entrega ou os valores a serem retidos pelo Fundo na hipótese de um Evento de Recebimento Antecipado venham a superar o percentual supra mencionado, tal fato poderá retardar o recebimento pelos Quotistas dos valores esperados a título de amortização e resgate de suas Quotas.
- f) **Migração para Débito Automático.** A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos será realizada com base no Convênio de Cobrança, conforme procedimentos descritos no Regulamento, de modo que, os pagamentos realizados pelos Consumidores serão automaticamente recebidos pelo Custodiante, o qual os repassará ao Fundo. Na hipótese de um número elevado de Consumidores vir a alterar a forma de pagamento para a modalidade débito automático em conta-corrente, o Custodiante não terá acesso automático a tais recursos, tendo em vista que esse modo de pagamento abrange outro sistema de cobrança. Dessa forma, eventual migração para esse tipo de cobrança por parte dos Consumidores poderá afetar negativamente o volume de recursos recebidos pelo Custodiante e, por conseguinte, pelo Fundo, podendo, dessa forma causar efeitos adversos em sua carteira caso a Cedente não venha a repassar tais recursos ao Fundo.
- g) **Risco da não prorrogação do Despacho ANEEL.** Nos termos do Despacho ANEEL, a Cedente foi autorizada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo pelo prazo de 5 (cinco) anos. De acordo com o Contrato de Cessão, na ocorrência de um Evento de Revisão, o prazo para a cessão dos Direitos Creditórios deverá ser prorrogado. Nessa hipótese, a Cedente pleiteará uma solicitação formal à ANEEL, sendo tal solicitação uma obrigação da Cedente. Nesse sentido, não há qualquer garantia de que a ANEEL autorizará a mencionada prorrogação.
- h) **Risco na transferência dos recursos.** Durante o tempo em que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios permanecerem sob a custódia do agente de arrecadação, conforme descrito no Regulamento, o Fundo estará sujeito ao risco de insolvência do Banco do Brasil S.A. Nessa hipótese, não há garantia que os recursos de titularidade do Fundo sejam a ele repassados nos prazos e forma descritos no Regulamento.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste item, desde que tais eventos não tenham se dado por comprovada má-fé da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidores e/ou de qualquer de suas Afiliadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO
2. HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO
3. CONCESSÕES
4. PENALIDADES
5. PRINCIPAIS ENTIDADES REGULATÓRIAS
 - 5.1. Ministério de Minas e Energia
 - 5.2. ANEEL
 - 5.3. Conselho Nacional de Política Energética
 - 5.4. ONS
 - 5.5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
 - 5.6. Empresa de Pesquisa Energética - EPE
 - 5.7. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE
6. LEI DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO
 - 6.1. Questionamentos sobre a Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico
 - 6.2. Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica
 - 6.3. Ambiente de Contratação Regulada - ACR
 - 6.4. Ambiente de Contratação Livre - ACL
 - 6.5. Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico
7. O LEILÃO DE 2004 E OS LEILÕES DE ENERGIA NOVA
8. TARIFAS E ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO
 - 8.1. TUSD
 - 8.2. TUST
 - 8.3. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – Encargo de Conexão
9. TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO
10. INCENTIVOS PARA FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA
11. ENCARGOS SETORIAIS
 - 11.1. Reserva Global de Reversão - RGR
 - 11.2. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC
 - 11.3. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE
 - 11.4. Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento
 - 11.5. Inadimplemento de Encargos Setoriais
12. ESCASSEZ DE ENERGIA E RACIONAMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO.

Em 2002, o Ministério de Minas e Energia - MME aprovou um “Plano Decenal de Expansão”, segundo o qual a capacidade de geração instalada do País deverá aumentar para 112,1 GW até 2012, dos quais 86,8 GW corresponderão à geração hidrelétrica, 16,8 GW à geração termelétrica e 8,5 GW à importação de energia elétrica por meio do Sistema Interligado Nacional.

Aproximadamente 33% (trinta e três por cento) da capacidade instalada brasileira é, atualmente, detida pela Eletrobrás. Por intermédio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é também responsável por 61% (sessenta e um por cento) da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV no Brasil. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a CEEE, a COPEL e a CEMIG.

2. HISTÓRICO DA REGULAMENTAÇÃO.

A Constituição prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas, expostas abaixo, visavam aumentar o investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência nesse setor.

Em 1995, por meio de uma emenda constitucional, foi autorizado o investimento estrangeiro em geração de energia elétrica. Anteriormente a essa emenda, todas as concessões de geração eram detidas por pessoa física brasileira, pessoa jurídica controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo Governo Federal.

Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões, e em 7 de julho de 1995, a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) gradualmente, permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados consumidores livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores concessionários, permissionários ou autorizados; (iii) trataram da criação dos produtores independentes de energia elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras e comercializadores, entre outros; (iv) concederam aos consumidores livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários estados foi vendida a investidores privados. Ao mesmo tempo, alguns governos estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre: (i) a criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados; (ii) a exigência de que as distribuidoras e geradoras fizessem os Contratos Iniciais (cuja principal finalidade é assegurar que as distribuidoras tenham acesso ao fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantam uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica, durante o período de transição que culminará no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo) via de regra compromissos de *take-or-pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL; (iii) criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional; e (iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o país enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo Programa do Racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica. As metas de redução de consumo para as classes residenciais e industriais chegavam a 20% (vinte por cento).

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda. A economia de energia durante o período em que o racionamento esteve em vigor foi de 26 mil MWh, incluindo a redução no consumo registrado na região Norte do Brasil, que saiu do racionamento no dia 1º de janeiro. O total de energia economizada correspondeu ao consumo, durante um ano, de 7,2 milhões de residências que gastam em média 300 KWh por mês. Em 29 de abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas que, entre outras coisas, estabeleceram a RTE para compensar perdas financeiras incorridas pelos fornecedores de energia elétrica em função do Programa de Racionamento.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por diversos decretos editados pelo Governo Federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita a regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, veja item “Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”, nesta mesma Seção.

Em 30 de julho de 2004, os principais aspectos relativos à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e à comercialização de energia elétrica foram regulamentados por decreto presidencial. No mês de agosto de 2004, foram promulgados os demais decretos presidenciais regulando a constituição da CCEE, CMSE e da EPE.

3. CONCESSÕES.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representante do Poder Concedente. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo:

- a) *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- b) *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Nesse caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.
- c) *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços.

- d) *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança, direta ou indireta, no controle societário da concessionária.
- e) *Intervenção do Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de ampla defesa. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.
- f) *Extinção.* A extinção do Contrato de Concessão poderá ser determinada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária em (i) cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no Contrato de Concessão; (ii) não ter mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) não cumprir as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados.
- g) *Advento do termo contratual.* Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica, serão revertidos ao Poder Concedente. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

4. PENALIDADES.

A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos operadores do setor elétrico, define as condutas que configuram violação da lei e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas, suspensões temporárias do direito de participar de processos licitatórios para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até 2% (dois por cento) da receita das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração.

5. PRINCIPAIS ENTIDADES REGULATÓRIAS.

5.1. Ministério de Minas e Energia.

O MME é o principal órgão regulador do setor energético do Governo Federal, atuando como Poder Concedente em nome do Governo Federal, e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Subseqüentemente à aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumirá certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.

5.2. ANEEL.

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Subseqüentemente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

5.3. Conselho Nacional de Política Energética.

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

5.4. ONS.

O ONS, criado em 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos consumidores livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar três membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no Sistema Interligado Nacional, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão; (ii) a organização e controle da utilização do Sistema Interligado Nacional e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da rede básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL; e (vii) a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

5.5. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A CCEE é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob fiscalização da ANEEL. Uma das atribuições da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, conduzindo os leilões públicos de energia elétrica no Ambiente Regulado. A CCEE é também responsável, entre outras coisas: (i) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, dos contratos resultantes de ajustes de mercado, bem como do volume de energia contratado no Ambiente Livre; e (ii) pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo e das diferenças referentes aos contratos bilaterais registrados.

A CCEE é composta por detentores de concessões, permissões e autorizações do setor elétrico, bem como por consumidores livres. Seu Conselho de Administração é composto por quatro membros, nomeados por tais agentes, e por um membro nomeado pelo MME, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

5.6. Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou decreto que cria a EPE e aprova o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, cuja autorização foi concedida por lei, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

5.7. Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE serão: (i) o acompanhamento das atividades do setor energético; (ii) a avaliação das condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica; e (iii) a elaboração de propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança, no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhadas ao CNPE.

6. LEI DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com objetivos como: (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- a) a criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo: (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, o Ambiente de Contratação Regulada - ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado aos demais agentes do setor elétrico (por exemplo, produtores independentes, consumidores livres e agentes comercializadores), que permitirá um certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, denominado Ambiente de Contratação Livre – ACL;
- b) a restrição de atividades para distribuidoras, de modo a assegurar que as distribuidoras se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir um serviço mais eficiente e confiável aos consumidores cativos;
- c) a eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e
- d) o respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do PND.

6.1. Questionamentos sobre a Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico teve sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal em 2003. O Governo Federal recorreu argüindo que as ações diretas de inconstitucionalidade haviam perdido o objeto, uma vez que a medida provisória que estabelecia o novo modelo do setor elétrico já havia se convertido em lei. Por fim, a decisão do Supremo Tribunal Federal publicada em 20 de outubro de 2006 declarou constitucional a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Cabe ainda ressaltar que as ações de inconstitucionalidade, tecnicamente, não foram ainda julgadas no mérito, mas os votos deverão ser mantidos quando do julgamento formal do mérito da questão, como costuma ocorrer em tais casos.

6.2. Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de licitações, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento aos seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre - ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como os consumidores livres e comercializadores de energia elétrica). A energia elétrica proveniente: (i) de projetos de geração de baixa capacidade localizados próximo a centrais de consumo (tais como usinas de co-geração e as pequenas centrais hidrelétricas); (ii) de usinas qualificadas nos termos do Proinfa; e (iii) de Itaipu Binacional, não ficará sujeita ao processo licitatório para fornecimento de energia elétrica ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A energia elétrica gerada por Itaipu Binacional, situada na fronteira entre Brasil e Paraguai, é comercializada pela Eletrobrás e a quantidade a ser adquirida por cada distribuidora é determinada pelo Governo Federal através da ANEEL. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu Binacional é comercializada é denominado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu Binacional aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar.

6.3. Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos. As distribuidoras deverão contratar a compra de energia elétrica de geradoras por meio de licitação, coordenada pela ANEEL, direta ou indiretamente, sendo, no último caso, por intermédio da CCEE. As compras de energia elétrica poderão ser realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) contratos de energia; ou (ii) contratos de capacidade.

Nos termos dos contratos de energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento.

Nos termos dos contratos de capacidade, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Nesse caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. No entanto, o eventual aumento dos preços de energia elétrica devido a condições hidrológicas será repassado aos consumidores pelas distribuidoras. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

6.4. Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O Ambiente de Contratação Livre - ACL englobará as vendas de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, auto-produtores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres. O Ambiente de Contratação Livre - ACL também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor, cujo contrato com a distribuidora tenha prazo indeterminado, somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de quinze dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora ao MME de suas necessidades de energia para o leilão de compra referente ao ano subsequente.

Caso o consumidor opte pelo Ambiente de Contratação Livre - ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com cinco anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, se necessária, a construção de novas unidades geradoras possa ser finalizada para suprir os consumidores livres que voltarem ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR. As geradoras estatais, tais como as geradoras privadas, poderão vender energia elétrica aos consumidores livres, contudo, estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos públicos que garantam a transparência e igualdade de acesso aos interessados.

6.5. Regulamentação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre; e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- a) regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- b) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- c) comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre;
- d) contabilização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- e) outorgas de concessão.

Dentre as principais regras destaca-se a obrigatoriedade de (i) todo agente consumidor de energia elétrica contratar a totalidade de sua carga; e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica apresentar o correspondente lastro físico para a venda de energia (mediante energia assegurada por empreendimento de geração próprio ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada – ACR estabelecidas pelo Decreto se referem à forma pela qual as distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado, principalmente por meio dos leilões de compra de energia.

Adicionalmente, as distribuidoras poderão adquirir a energia elétrica para atendimento de seu mercado por meio de aquisição de energia proveniente de: (i) geração distribuída; (ii) usinas participantes da primeira etapa do Proinfa; (iii) contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico; e (iv) Itaipu Binacional. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente de distribuição, gerador, comercializador, autoprodutor ou consumidor livre deverá declarar, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos cinco anos subseqüentes. Cada agente de distribuição deverá declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres.

Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração serão realizados (i) cinco anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões “A-5”); e (ii) três anos antes do início da entrega (denominados leilões “A-3”). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes (i) realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões “A-1”); e (ii) para ajustes de mercado, com início de entrega em até quatro meses posteriores ao respectivo leilão.

Os editais dos leilões serão elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento. Os vencedores de cada leilão de energia realizado no Ambiente de Contratação Regulada - ACR deverão firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, onde os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição.

Os CCEAR provenientes dos leilões “A-5” ou “A-3” terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEAR provenientes dos leilões “A-1” terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de 2 (dois) anos.

Para os CCEAR decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, o Decreto estabelece três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres; (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% (quatro por cento) ao ano do montante contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subseqüente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados até 11 de dezembro de 2003.

7. O LEILÃO DE 2004 E OS LEILÕES DE ENERGIA NOVA.

Em 07 de dezembro de 2004, a CCEE conduziu o primeiro leilão com base nos procedimentos previstos pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras e geradoras entregaram, até o dia 2 de dezembro de 2004, suas estimativas de projeção de demanda de energia elétrica para os cinco anos subseqüentes e os montantes a serem adquiridos para atendimento de suas demandas em relação a contratos com início de suprimento nos anos de 2005, 2006 e 2007. Baseado nessas informações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser negociado no leilão de 2004 e a lista de empresas geradoras participantes do leilão. O leilão ocorreu em duas fases, por meio de um sistema eletrônico.

Após a conclusão do leilão de 2004, as distribuidoras e geradoras celebraram CCEAR estabelecendo os termos, condições, preços e montantes de energia contratada. As distribuidoras apresentaram garantias ao pagamento devido às geradoras, podendo optar entre fiança bancária, dação de recebíveis em um montante equivalente a 110% (cento e dez por cento) da média do valor das últimas três faturas relativas ao CCEAR e cessão de CDB – Certificado de Depósito Bancário.

8. TARIFAS E ENCARGOS DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO.

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são (i) a TUSD, tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora; e (ii) a TUST, tarifa cobrada pelo uso da rede básica e demais instalações de transmissão. Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargo pelo transporte da energia de Itaipu Binacional e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargo de conexão.

8.1. TUSD.

A TUSD é paga por geradoras e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual estejam conectados, sendo reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente dois fatores: (i) a inflação verificada no ano; e (ii) os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/KW.

8.2. TUST.

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres pela utilização da rede básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, que não são consideradas parte integrante da rede de transmissão, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

8.3. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – Encargo de Conexão.

Algumas empresas distribuidoras, especialmente no Estado de São Paulo, não acessam diretamente a rede básica, mas utilizam-se de um sistema de transmissão intermediário entre suas linhas de distribuição e a rede básica. Esse sistema intermediário é chamado “Sistema de Conexão”. Para se conectar a essas instalações de conexão, os acessantes deverão assinar contratos de conexão ao “Sistema de Transmissão”, com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações. A remuneração das transmissoras é definida em função dos ativos disponibilizados, sejam esses de propriedade exclusiva ou de uso compartilhado entre os agentes. Essa remuneração também é definida e regulada pela ANEEL e reajustada anualmente de acordo com os índices de inflação e com o custo dos ativos disponibilizados.

9. TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO.

O valor das tarifas de distribuição é determinado pela ANEEL, que tem autoridade para reajustar e rever tarifas em resposta a alterações nos custos de compra de energia e nas condições de mercado. Ao reajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide o custo das distribuidoras entre: (i) custos que estão fora do controle das distribuidoras, ou os chamados custos da “Parcela A”; e (ii) custos que estão sob o controle das distribuidoras, ou custos denominados “Parcela B”. O reajuste de tarifas é baseado em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre duas categorias:

Custos da “Parcela A” incluem, entre outros, os seguintes:

- a) custos com a compra de energia para revenda conforme previsto nos Contratos Iniciais;
- b) custos com a compra de energia de Itaipu Binacional;

- c) custos com a compra de energia nos termos de contratos bilaterais que foram livremente negociados entre as partes; e
- d) outros encargos referentes à conexão e ao uso dos sistemas de transmissão e de distribuição.

O repasse dos custos com a compra de energia, prevista em contratos de fornecimento negociados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, está sujeito a um teto baseado em um valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como hidrelétrica, termelétrica e fontes alternativas de energia). O valor normativo aplicado aos contratos de fornecimento é ajustado anualmente de forma a refletir os aumentos nos custos incorridos pelas geradoras. Tais reajustes levam em consideração (i) a inflação; (ii) os custos incorridos em moeda conversível; e (iii) custos relativos a combustíveis (tais como fornecimento de gás natural). Os custos incorridos deverão corresponder a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) de todos os custos incorridos pelas geradoras.

Os custos da “Parcela B” são determinados subtraindo-se os custos da “Parcela A” da receita da distribuidora.

O Contrato de Concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifas. Em geral, os custos da “Parcela A” são integralmente repassados aos consumidores. Os custos da Parcela B, todavia, são corrigidos pela inflação em conformidade com o IGP-M.

As distribuidoras têm também direito à revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, dependendo do seu respectivo Contrato de Concessão. Essas revisões têm o objetivo de (i) assegurar receitas suficientes para cobrir os custos operacionais da “Parcela B” e uma compensação adequada pelos investimentos essenciais em serviços dentro do escopo da concessão de cada empresa; e (ii) determinar o fator “X”, que é baseado em três componentes: (a) ganhos esperados de produtividade a partir do aumento de escala; (b) avaliações pelos consumidores (verificadas pela ANEEL); e (c) custos de mão-de-obra.

O fator “X” é usado para ajustar a proporção da alteração no IGP-M que é utilizada nos reajustes anuais. Assim sendo, após a conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator “X” determina que as empresas distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais. Além disso, as concessionárias de distribuição de energia elétrica têm direito à revisão extraordinária de tarifas, caso a caso, de forma a assegurar seu equilíbrio financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, incluindo tributos, que tragam alterações significativas em sua estrutura de custos.

10. INCENTIVOS PARA FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA.

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termoeletricidade, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do Programa Prioritário de Termoeletricidade incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos; (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas distribuidoras, até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido ao programa de financiamento especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o Proinfa, com o objetivo de criar certos incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e projetos de biomassa. Nos termos do Proinfa, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos. Em sua fase inicial, o Proinfa está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. Projetos que busquem se qualificar para os benefícios oferecidos pelo Proinfa deverão estar em operação em 31 de dezembro de 2006.

11. ENCARGOS SETORIAIS.

11.1. Reserva Global de Reversão – RGR.

Em determinadas circunstâncias, as empresas do setor elétrico são indenizadas em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Governo Federal criou a Reserva Global de Reversão - RGR, concebida para prover fundos para tal indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL instituiu a cobrança de uma taxa exigindo que todas as distribuidoras e determinadas geradoras que operassem sob o regime de serviços públicos fizessem contribuições mensais à RGR, a uma taxa anual equivalente a 2,5% (vinte e cinco por cento) dos ativos fixos da empresa em operação, porém não podendo exceder 3% (três por cento) do total de sua receita operacional em qualquer exercício. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR está programada para se esgotar em 2010, e a ANEEL deverá rever a tarifa de forma que o consumidor venha a ser, de alguma maneira, beneficiado pelo fim da RGR.

O Governo Federal passou a cobrar uma remuneração dos produtores independentes pelo uso recursos hidrológicos, exceto as PCHs, semelhante à remuneração cobrada de empresas do setor público em relação à RGR. Os produtores independentes devem fazer contribuições para o Fundo UBP, conforme as regras do respectivo processo de licitação pública para outorga das concessões.

11.2. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC.

A CCC foi criada em 1973 como uma subvenção econômica para cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas, sendo inicialmente gerida pela Eletrobrás. Em fevereiro de 1998, o Governo Federal determinou a extinção da CCC, de forma que os subsídios da CCC encontram-se em fase final de extinção para as usinas termelétricas construídas anteriormente a fevereiro de 1998 pertencentes ao SIN, deixando de existir a partir de dezembro de 2005.

Em abril de 2002, o Governo Federal determinou que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos de forma a promover a geração de energia nestas regiões.

Até dezembro de 2003, todos os agentes do setor elétrico, sejam distribuidoras, geradoras ou comercializadoras, que comercializavam energia com consumidores finais realizavam contribuições mensais à CCC. Essas contribuições eram calculadas com base nas estimativas do custo do combustível a ser utilizado pelas usinas de energia termelétrica no ano subsequente. Ao longo de 2004, o recolhimento da parcela destinada à cobertura dos custos da CCC passou a ser realizado diretamente pelas distribuidoras e transmissoras junto aos consumidores finais, por meio de parcela da TUSD e da TUST.

11.3. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional, cujos fundos são providos por meio de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de bens públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelos valores anuais pagos pelos agentes que comercializam energia com consumidores finais, por meio de inclusão do encargo às tarifas de uso dos sistemas de transmissão e/ou de distribuição. Esses encargos são reajustados anualmente. A CDE foi criada para apoiar (i) o desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (ii) a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia; e (iii) a universalização dos serviços de energia em todo o país. A CDE deverá permanecer em vigor por 25 (vinte e cinco) anos, sendo regulada pela ANEEL e administrada pela Eletrobrás.

11.4. Contribuição para Pesquisa e Desenvolvimento.

As concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, devem investir, a cada ano, um mínimo de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. PCHs, projetos de energia solar, eólica e biomassa estão isentos de tal exigência.

11.5. Inadimplemento de Encargos Setoriais.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição à RGR, ao Proinfa, à CDE, à CCC, ou dos pagamentos devidos em virtude de compra de energia elétrica no Ambiente Regulado ou de Itaipu Binacional, impedirá a parte inadimplente de receber reajustes de tarifas (exceto a revisão extraordinária) ou de receber recursos advindos da RGR, da CDE ou da CCC.

12. ESCASSEZ DE ENERGIA E RACIONAMENTO.

No MAE, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende da energia efetivamente gerada, e sim da energia assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo Contrato de Concessão. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE.

O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de Energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerado. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas, para aqueles que geraram abaixo. A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

Ainda, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em situação na qual o Governo Federal decreta redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, todos os contratos de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, registrados na CCEE, na qual o comprador estiver localizado, terão suas quantidades ajustadas na mesma proporção da redução de consumo.

GRUPO DA CEDENTE

1. PERFIL DA CONTROLADORA (*HOLDING*)
2. HISTÓRICO
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
 - 3.1. Principais Destaques
 - 3.2. Principais Indicadores
 - 3.3. Receita Operacional Líquida Consolidada
 - 3.4. Despesas Operacionais
 - 3.5. Resultado Operacional
 - 3.6. EBITDA
 - 3.7. Resultado Financeiro
 - 3.8. Lucro Líquido
 - 3.9. Empréstimos e Financiamentos
 - 3.10. Investimentos
 - 3.11. Ingresso de Recursos
 - 3.12. Mercado de Capitais
 - 3.13. Remuneração ao Acionista
 - 3.14. Balanço Patrimonial Consolidado
 - 3.15. Demonstração de Resultados Consolidada
4. DESEMPENHO OPERACIONAL
 - 4.1. Energia Comprada
 - 4.2. Energia Vendida
 - 4.3. Indicadores de Eficiência
 - 4.4. Número de Consumidores
 - 4.5. Pessoal e Produtividade
5. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CELESC
6. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
7. A ADMINISTRAÇÃO
8. AÇÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELEVANTES
 - 8.1. Ações Cíveis
 - 8.2. Ações Tributárias
 - 8.3. Ações Trabalhistas
9. A CONCESSÃO
 - 9.1. A Área de Concessão da Celesc
 - 9.2. Aquisição da Companhia de Gás de Santa Catarina
10. ASPECTOS SOCIETÁRIOS DA CEDENTE
 - 10.1. Objeto Social
 - 10.2. Capital Social
 - 10.3. Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO DA CEDENTE

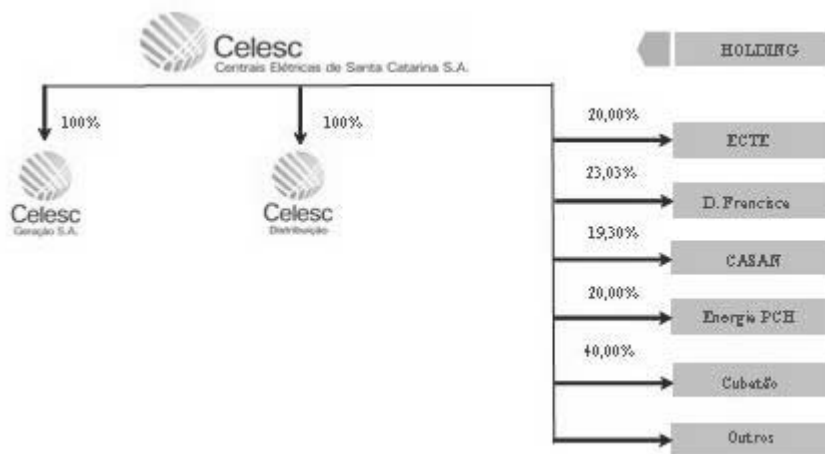
As informações referentes à Cedente, e demais empresas integrantes de seu grupo econômico, assim como seu respectivo mercado de atuação contidas neste Prospecto foram por ela preparadas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

1. PERFIL DA CONTROLADORA (HOLDING).

A Celesc é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Santa Catarina, que detém 50,18% de suas ações ordinárias, controladora de empresas concessionárias de serviços de geração e distribuição de energia elétrica. Atualmente, sua área de atuação corresponde a 92% do território catarinense, onde sua concessão estende-se por 262 municípios, dos 293 que o Estado de Santa Catarina possui, atendendo a mais de 2 milhões de unidades consumidoras, em baixa e alta tensões. Além do Estado de Santa Catarina, seu atendimento alcança o município de Rio Negro, no Paraná, onde vive uma população de mais de 30 mil habitantes. A Celesc atua ainda no suprimento parcial de energia para outros 25 municípios e na venda de energia para cooperativas de eletrificação rural para 11 municípios.

Em atenção ao novo marco regulatório do setor energético que obriga a desverticalização das atividades de concessão de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Celesc estruturou-se, em 2 de outubro de 2006, no formato de *holding*. Após o processo de desverticalização das atividades de geração e distribuição, que cumpriu as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005 e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa, a companhia passou a controlar as subsidiárias integrais: (i) a Celesc Distribuição S.A. (Cedente); e (ii) a Celesc Geração S.A., além de ter participações minoritárias em sociedades, cujas atividades são afins do seu negócio, das quais se destacam: (i) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – “ECTE”; (ii) Dona Francisca Energética S.A. – “Dfesa”; (iii) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – “Casan”; (iv) Fundo de Investimento em Participações – “Energia PCH”; e (v) Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

Após a desverticalização, a Celesc passou a apresentar a seguinte estrutura:



Organograma 1: Estrutura Celesc.
Fonte: Celesc.

Ainda, ressalta-se que a Celesc é a quinta melhor empresa de energia elétrica do Brasil, segundo classificação da revista “Valor 1000”. A sétima edição da referida revista, publicada em agosto de 2007, lista as mil maiores empresas nacionais, com base em seus desempenhos de 2006, e destaca que, no setor de energia elétrica, a Celesc figura entre as dez melhores colocadas em três dos oito indicadores considerados pela pesquisa.

A Cedente é responsável pela prestação dos serviços de energia elétrica para uma carteira formada por mais de dois milhões de clientes, em uma área que possui mercado pródigo, de economia bastante diversificada e intensa na atividade industrial, comercial e de serviços públicos.

Por sua vez, a subsidiária de geração, administra a operação de 12 UHEs e PCHs, que formam, em conjunto, um parque de geração própria, com potência instalada de 81,4MW, conforme tabela abaixo.

UHEs e PCHs Geração

Usinas	Município de Localização	Capacidade Instalada (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio do Cedros - SC	24,40	07/11/2016
UHE Bracinho	Schroeder - SC	15,00	07/11/2016
PCH Garcia	Angelina - SC	8,90	07/07/2015
PCH Cedros	Rio do Cedros - SC	8,40	07/11/2016
PCH Salto	Blumenau - SC	6,30	07/11/2016
PCH Gov. Celso Ramos	Faxinal dos Guedes - SC	5,40	23/11/2021
PCH Pery	Curitibanos - SC	4,40	09/07/2017
PCH Caveiras	Lages - SC	3,83	10/07/2018
PCH Ivo Silveira	Campos Novos - SC	2,60	07/07/2015
PCH Pirai	Joinville - SC	0,78	07/07/2016
PCH Rio do Peixe	Videira - SC	0,52	(*)
PCH São Lourenço	Mafra - SC	0,42	(*)
Total		81,31	

(*) PCHs com potência inferior a 1MW estão dispensadas de concessão.

Tabela 5: UHEs e PCHs Distribuição.

Fonte: Celesc.

No momento, a subsidiária de geração está sendo estruturada para ingressar no mercado, buscando, de maneira estratégica, a parceria de investidores privados para expandir seu parque energético.

2. HISTÓRICO.

A Celesc foi criada em 9 de dezembro de 1955 pelo Decreto Estadual nº 22, assinado pelo governador Irineu Bornhausen. Na época, a necessidade energética do Estado era suprida por pequenos e médios sistemas elétricos regionalizados, geralmente mantidos pela iniciativa privada, que foram construídos a partir do início daquele século. O modelo regionalizado, porém, mostrou-se incapaz de responder ao incremento da demanda quando o ciclo desenvolvimentista, implementado por Juscelino Kubitschek, começou a tomar conta do país. Preocupado em oferecer condições de infra-estrutura para os novos investimentos, o Governo do Estado decidiu, então, pela criação de uma pasta com atribuições voltadas à ampliação da infra-estrutura básica.

A princípio, a Celesc funcionou como um órgão de planejamento e como responsável pelo repasse de recursos públicos às companhias que operavam o sistema elétrico, para garantir a expansão necessária dos serviços. Com o passar do tempo, ela passou a assumir, gradativamente, o controle acionário das empresas regionais, com a atribuição de planejar e, também, operar o sistema elétrico estadual.

Um dos resultados imediatos do fato de a Celesc assumir o controle da operação foi a inclusão de Santa Catarina no “Sistema Elétrico Interligado Sul – Sudeste”. A medida, finalmente, garantiu o fornecimento de eletricidade adequado ao parque industrial catarinense. Em 1965, ocorreu a consolidação do sistema elétrico estadual com a construção, em etapas sucessivas, da linha de Transmissão Tubarão - Lages - Herval d'Oeste - Xanxerê. A linha, ligando o Estado de norte a sul, permitiu interligar os sistemas regionais e levar energia elétrica a todo o território catarinense.

Hoje, a área de concessão da Celesc detém o melhor índice de eletrificação rural do país. A qualidade dos seus serviços é reconhecida nacional e internacionalmente. Por quatro anos consecutivos (2003, 2004, 2005 e 2006), foi merecedora do Prêmio CIER categoria “Ouro”, concedido para a empresa com melhor índice de satisfação dos clientes residenciais pela *Comisión de Integración Energética Regional*. O CIER congrega 190 empresas e organismos de 10 países da América Latina, além do México, Canadá, Portugal e Espanha.

No Brasil, recebeu o Prêmio Abradee, conferido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, que reúne 61 concessionárias, como a “Melhor do Sul do Brasil” em 2004, 2005 e 2007 e como a “Melhor do País na Avaliação do Cliente” em 1999, 2006 e 2007.

Sua presença também destaca-se junto ao mercado de capitais, onde ingressou no ano de 1973. Em 2002, foi a primeira empresa do setor elétrico do País a aderir ao “nível 2” de Governança Corporativa da Bovespa, status conquistado com a adoção do seu atual modelo de gestão, voltado a resultados e orientado para o mercado, apesar do controle estatal.

O novo modelo de gestão foi consolidado em 2003, quando a Celesc passou a ser gerida a partir da definição de “Contratos de Gestão e Resultados”, com metas e política de consequências. Antes, a Celesc saneou suas dívidas, promoveu alterações no seu Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e na composição do Conselho de Administração.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

3.1. Principais Destaques.

- A Celesc encerrou o 1º semestre de 2007 com um total de 2,099 mil consumidores, 52 mil consumidores a mais do que no 1º semestre de 2006, havendo crescimento de 2,57%.
- O volume de energia vendida aumentou 6,7% no 2º trimestre de 2007, somando 3.529 GWh, de forma a totalizar 7.049 GWh no semestre. Analisando o 1º semestre de 2007 em oposição ao 1º semestre de 2006, o maior crescimento ocorreu na classe residencial (crescimento de 10%), seguida pela classe comercial (crescimento de 9,1%). Já o consumo da classe industrial, após vários períodos de queda decorrentes da perda de importantes consumidores, permaneceu estável.
- A receita operacional líquida cresceu 10,8% no 2º trimestre de 2007, refletindo não só o incremento no fornecimento de energia, mas também a revisão tarifária em períodos anteriores e o maior consumo nas classes de tarifas mais elevadas.
- O resultado do EBITDA no 2º trimestre de 2007 foi de R\$ 171,2 milhões, com aumento de 40% em relação ao mesmo período de 2006. Esse crescimento reflete o aumento significativo nas provisões do 2º trimestre de 2007, os quais apresentaram retorno no cálculo do EBITDA.
- O crescimento de 25% no lucro líquido do 2º trimestre de 2007 reflete, sobretudo, a melhoria no desempenho operacional da Celesc, resultado da evolução da receita e do maior controle sobre as despesas operacionais. O desempenho do semestre, por sua vez, contempla ainda a realização do ganho não operacional de R\$ 85 milhões provenientes da venda de participação de 14,63% da Celesc na Maesa.
- A Celesc vem aumentando o nível de seus investimentos nos últimos trimestres, predominantemente nos projetos de melhoria e expansão da rede de distribuição. No 2º trimestre de 2007, foram desembolsados R\$ 124,2 milhões, acumulando R\$ 231,1 milhões no 1º semestre.
- A Celesc mantém uma posição financeira bastante confortável, com dívida líquida negativa de R\$ 59,3 milhões.
- A tarifa média de venda praticada no 2º trimestre de 2007 foi de R\$ 258,45/MWh (líquido de ICMS), contra R\$ 247,61 no 2º trimestre de 2006 com variação de 4,38%.

3.2. Principais Indicadores.

R\$ milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 Meses		
	2007	2006	Variação (%)	2007	2006	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	770	695	11	1.563	1.400	12
Despesas Operacionais	(681)	(609)	12	(1.374)	(1.254)	10
Resultado Operacional (EBIT)	89	85	4	189	145	30
EBITDA	171	122	40	305	231	32
Lucro Líquido	83	67	25	215	122	77
Investimentos	124	70	76	231	145	59
Energia Vendida (GWh)	3.522	3.301	7	7.049	6.830	9
MWh/Empregado	891	822	8	1.788	1.769	1
Consumidores/Empregado	536	510	5	536	510	5

Obs: Energia vendida exclui o consumo próprio.

Tabela 6: Principais Indicadores Celesc.

Fonte: Celesc.

3.3. Receita Operacional Líquida Consolidada.

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 770 milhões no 2º trimestre de 2007, com aumento de 11% em relação ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 1.562,8 milhões no 1º semestre deste ano, com evolução de 12% sobre o 1º semestre de 2006 (R\$ 1.399,6 milhões). Esse desempenho reflete, sobretudo, o incremento na receita do fornecimento de energia favorecida pela revisão tarifária em períodos anteriores e pelo aumento da participação da classe residencial no “mix” de vendas (sobre a qual incidem tarifas mais elevadas). As outras receitas aumentaram R\$ 16,1 milhões acumulados ao longo do semestre, com destaque para as contas de ajuste financeiro IRT 2005 e para o suprimento de energia elétrica, além do menor crescimento das deduções, com ênfase na redução do saldo da conta de consumo de combustíveis. As outras principais contas dedutivas tiveram percentual de aumento inferior ao crescimento da receita bruta, favorecendo o saldo da receita operacional líquida.

Receita Operacional Líquida - R\$ milhões

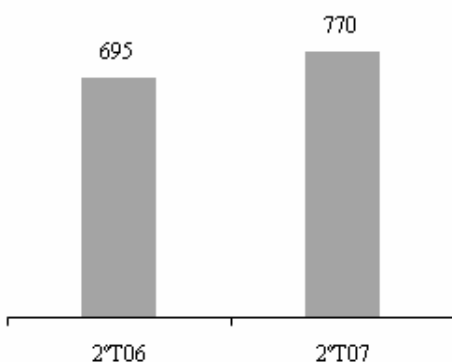
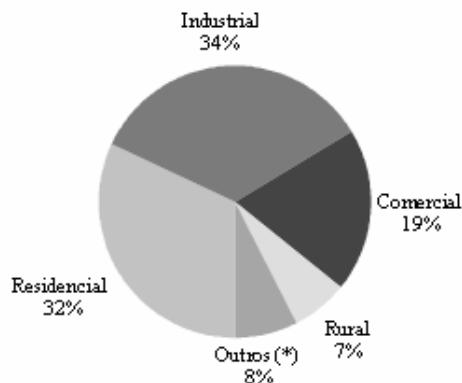


Gráfico 1: Receita Operacional Líquida.
Fonte: Celesc.

Composição da Receita Bruta no 2ºT07



(*) Distribuição da receita bruta gerada pelo fornecimento de energia às classes de consumidores, suprimento de energia e resultado do ajuste tarifário IRT 2005.

Gráfico 2: Composição da Receita Bruta.
Fonte: Celesc.

Quanto à distribuição da receita bruta é importante observar o aumento de participação da classe residencial nos últimos trimestres contra uma redução da classe industrial, que registrou a saída de grandes consumidores durante 2006.

Ainda com relação às receitas obtidas pela Celesc no 2º trimestre de 2007, cabe ressaltar que a Cedente é responsável por 99% da receita operacional líquida e por 99% da receita operacional bruta.

No 2º trimestre de 2007, a receita gerada pela TUSD, atingiu R\$ 44,5 milhões com aumento de 6% em relação ao mesmo período de 2006, acumulando R\$ 79,5 milhões no 1º semestre do ano de 2007, contra R\$ 64,9 milhões obtidos no mesmo período de 2006. Houve, portanto, um aumento de 23% em tal receita.

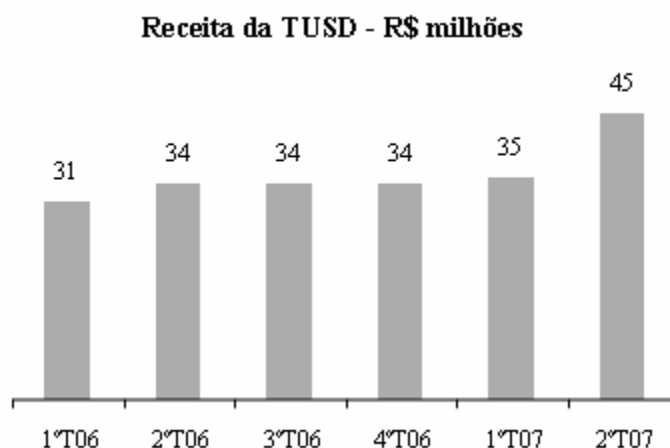


Gráfico 3: Receita TUST 2006/2007.
Fonte: Celesc.

3.4. Despesas Operacionais.

No 2º trimestre de 2007, as despesas operacionais totalizaram R\$ 681,3 milhões contra R\$ 609,2 milhões do 2º trimestre de 2006, resultando, portanto, em um aumento de 12%, o qual reflete principalmente o crescimento no saldo das provisões que passou de R\$ 17,9 milhões no 2º trimestre de 2006 para R\$ 60,8 milhões no 2º trimestre de 2007. Cabe ênfase também para Proinfa, que aumentou de R\$ 4,3 milhões para R\$ 10,1 milhões no 2º trimestre de 2007. Por outro lado, a Celesc registrou redução em outras contas como: encargos de uso da rede elétrica, materiais e taxa de fiscalização da ANEEL.

Com relação às despesas acumuladas do 1º semestre de 2007, destaca-se que o impacto das despesas operacionais sobre o resultado do serviço foi menor que o saldo do 2º trimestre de 2007. As despesas somaram R\$ 1.374,3 milhões no 1S07 ficando 9,6% acima do montante do mesmo período do ano anterior.

3.5. Resultado Operacional.

O resultado do serviço no 2º trimestre de 2007 foi de R\$ 88,7 milhões, com crescimento de apenas 4% em relação ao 2º trimestre de 2006. Todavia, o acumulado no semestre ainda manteve um aumento expressivo de 30% sobre o mesmo período de 2006, totalizando R\$ 188,5 milhões.

3.6. EBITDA.

No 2º trimestre de 2007, o EBITDA foi de R\$ 171,2 milhões, com aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior, gerando uma margem de 22% acima do percentual de 18% registrado no mesmo período de 2006. No acumulado do 1º semestre de 2007, o EBITDA foi de R\$ 305 milhões, um aumento de 32% sobre o 1º semestre de 2006.

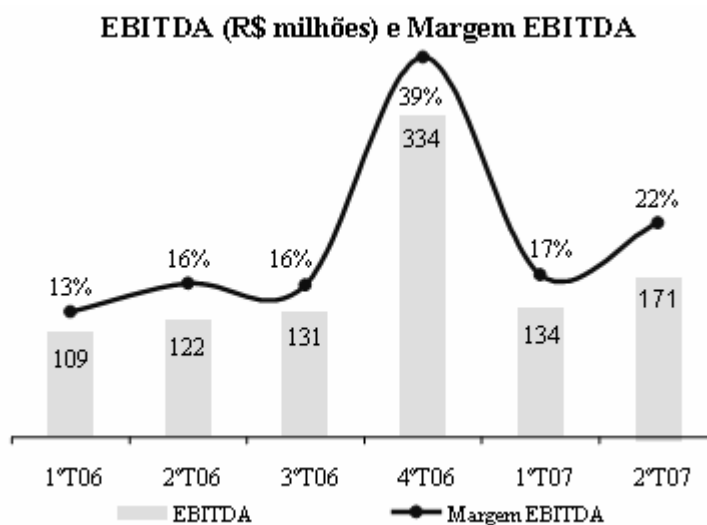


Gráfico 4: EBITDA 2006/2007.
Fonte: Celesc.

- *Demonstração do Cálculo do EBITDA.*

Cálculo do EBITDA (2ºT06 - 2ºT07)

R\$ milhões	2ºT07	2ºT06	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	1.222	1.118	9
Deduções	(452)	(423)	7
Receita Operacional Líquida	770	695	11
Despesas Operacionais	(681)	(609)	12
Resultado do Serviço	89	85	4
Depreciação e Amortização	27	24	17
Provisões	55	13	311
EBITDA	171	122	40

Tabela 7: Cálculo EBITDA – 2ºT06 e 2ºT07.
Fonte: Celesc.

3.7. Resultado Financeiro.

Na tabela abaixo estão demonstrados os itens que compõem o resultado financeiro líquido da Celesc. O resultado financeiro líquido de R\$ 18 milhões, inferior ao saldo registrado no mesmo período de 2006, reflete o ajuste nas contas de parcelamento de energia e o “Termo de Ajustes de Conduta” da ANEEL.

Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ mil	Trimestre			Acumulado 6 Meses		
	2ºT07	2ºT06	Variação (%)	2007	2006	Variação (%)
Receitas Financeiras						
Renda de Aplicações Financeiras	4.212	874	382	4.574	2.446	87
Juros sobre Contas a Receber do Estado	763	691	10	1.507	1.365	10
Variação Monetária e Acréscimo Monetário sem Energia Vendida	8.781	10.204	(14)	17.968	19.393	(7)
Variações Monetárias	6.541	7.988	(18)	36.983	27.253	36
Ganhos com Participações Societárias	332	-	-	1.776	-	-
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	(1.050)	4.205	(125)	-	8.054	-
Juros sem Contas a Receber de Consumidores	2.213	3.669	(40)	7.255	7.140	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	1.134	-	-	2.259	-
Outras Receitas Financeiras	16.259	5.922	175	23.160	9.807	136
	38.051	34.687	10	93.223	77.717	20
Despesas Financeiras						
Encargos de Dívidas	(10.116)	(13.233)	(24)	(21.569)	(27.408)	(21)
Variações Monetárias sobre Empréstimos	(320)	(335)	(4)	(1.185)	(1.217)	(3)
Variação Monetária e Acréscimo Monetário sem Energia Comprada	-	(2.971)	-	(18.644)	(553)	3.271
CPMF	(4.819)	(3.906)	23	(9.696)	(8.398)	15
Variações Monetárias	(1.914)	(1.892)	1	(6.895)	(6.099)	13
Atualizações PAES	(72)	(562)	(87)	(463)	(1.204)	(62)
Atualização Monetária Ativo Regulatório	712	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(11.844)	(1.706)	594	(16.788)	(3.921)	328
	(28.373)	(24.605)	15	(75.240)	(48.800)	54
Resultado Financeiro Líquido	9.678	10.082	(4)	17.983	28.917	(38)

Tabela 8: Demonstrativo do Resultado Financeiro – 2ºT06 e 2ºT07.

Fonte: Celesc.

3.8. Lucro Líquido.

A Celesc registrou um crescimento de 24% no lucro líquido do 2º trimestre de 2007, resultando em um acúmulo de R\$ 215 milhões no 1º semestre de 2007, com aumento de 76% em relação ao mesmo período de 2006. Esse crescimento reflete a receita não operacional líquida de R\$ 99,7 milhões, gerada pela alienação de bens e direitos no valor de R\$ 85 milhões referentes à venda de 14,63% da participação da Celesc na Maesa, além de R\$ 11,4 milhões de ganho em almoxarifado. O lucro por lote de mil ações foi de R\$ 170,88 em oposição a R\$ 71,46 no mesmo período de 2006.

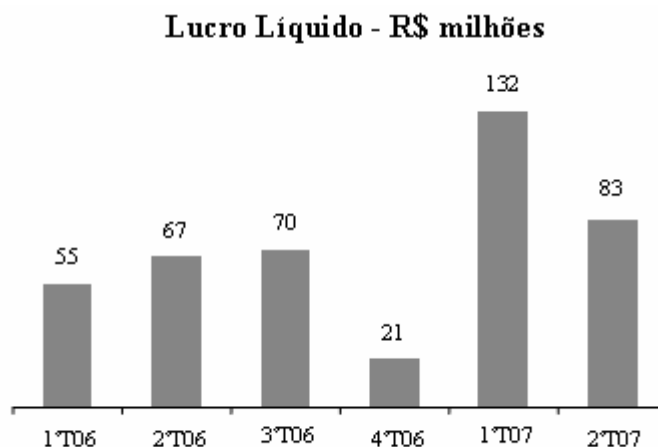


Gráfico 5: Lucro Líquido 2006/2007.
Fonte: Celesc.

Destaca-se aqui que a Cedente é responsável por 93% do lucro líquido obtido pela Celesc.

3.9. Empréstimos e Financiamentos.

A companhia vem mantendo uma posição financeira bastante confortável nos últimos anos. No 2º trimestre de 2007, a Celesc reduziu sua dívida total em 14% em relação a março do mesmo ano. Ressalta-se que essa dívida é inferior à disponibilidade de caixa da Celesc.

Posição de Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil) - junho de 2007						
	Curto Prazo	Longo Prazo	Encargos de Dívida	Total jun/07	Total mar/07	Varição (%)
Moeda Nacional						
Eletrobrás	8.312	27.506	150	35.968	35.496	1
BNDES	12.593	-	-	12.593	27.844	(55)
CELOS	25.048	48.801	701	79.550	79.042	(6)
Soma	45.953	76.307	851	123.111	142.382	(14)
Moeda Estrangeira						
Eletrobrás	-	-	-	-	-	-
Total	45.953	76.307	851	123.111	142.382	(14)
Participação Sobre o Total	37,3%	62,0%	0,7%	100%	-	-
Disponibilidades				182.415	265.080	(31)
Dívida Líquida				(59.304)	(122.698)	(52)

Tabela 9: Posição de Empréstimos e Financiamentos 2006/2007.
Fonte: Celesc.

Ainda, destaca-se que a Cedente é responsável por 99,9% do endividamento da Celesc.

3.9.1. Eletrobrás.

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da RGR e do “Fundo de Financiamento da Eletrobrás”. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

3.9.2. BNDES.

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc, decorrente da obrigatoriedade de pagamento da energia livre durante a vigência do PERCEE. O valor contratado de R\$ 42,3 milhões, amortizado em 60 meses a partir de março de 2003. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante.

Em julho de 2005, a Celesc recebeu recursos provenientes de contrato firmado com o BNDES, no valor de R\$ 85,7 milhões, oriundos do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, estabelecidos em conformidade com a Lei Federal no 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Os recursos foram utilizados para quitar dívidas com a CCEE, no valor de R\$ 60,2 milhões, e com a Eletrobrás, no montante de R\$ 25,5 milhões. O referido contrato foi financiado em 24 meses com amortizações a partir de agosto de 2005.

3.9.3. Contratos CELOS nº 09 e 10.

A Celesc celebrou os contratos de empréstimos com a CELOS, a fim de consolidar as dívidas relativas ao atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias da patrocinadora, encargos vencidos de atrasos no repasse das contribuições assistenciais, débitos referentes ao atraso de aluguéis, à manutenção do edifício administrativo e aos encargos financeiros, bem como outros débitos da patrocinadora verificados até fevereiro de 2000.

O contrato foi parcelado em 120 quotas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2000, com incidência de 12% de juros ao ano e atualizado pela variação do IGP-M.

A dívida da Celesc, com maior concentração no longo prazo, tem como principal credor a CELOS – Fundação Celesc. Nos gráficos a seguir está demonstrada a posição da dívida por tipo de moeda/indexador.

Posição da Dívida (Curto Prazo + Longo Prazo) por Tipo de Moeda/Indexador – R\$ milhões

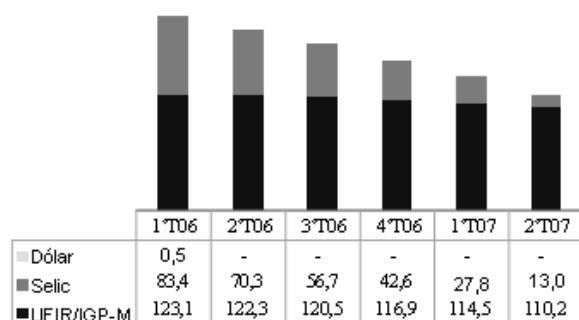


Gráfico 6: Posição da Dívida.
Fonte: Celesc.

Composição da Dívida (Curto Prazo + Longo Prazo) Por Tipo de Moeda/Indexador – junho 2007

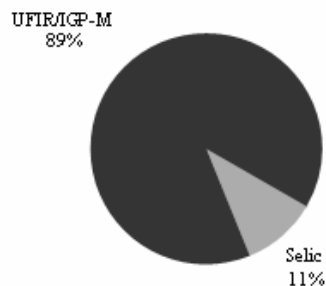


Gráfico 7: Composição da Dívida.
Fonte: Celesc.

Vencimento das Parcelas de Longo Prazo Correspondentes à Dívida Total da Celesc

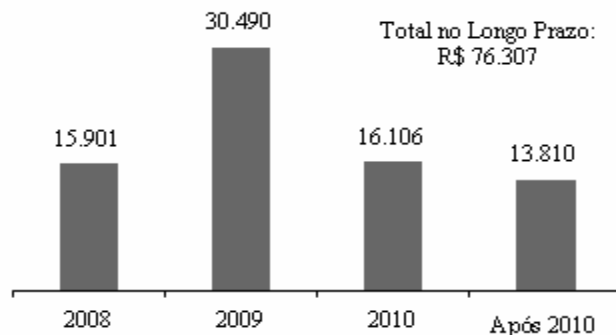


Gráfico 8: Vencimento das Parcelas de Longo Prazo Correspondentes à Dívida Total da Celesc
Fonte: Celesc.

3.10. Investimentos.

No 2º trimestre de 2007, a Celesc investiu R\$ 124,3 milhões, montante bastante superior ao desembolso no mesmo período do exercício anterior. De acordo com a atividade principal da companhia, 92% dos recursos foram destinados à área de distribuição.

3.11. Ingresso de Recursos.

Houve ingresso de recursos no 2º trimestre de 2007, relativo ao “Programa Nacional de Universalização do Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos”, o total de R \$12,99 milhões, sendo: R\$ 10.9 milhões, sendo R\$ 12,22 milhões provenientes do Governo Federal (via Eletrobrás) e R\$ 770 mil do Governo do Estado de Santa Catarina, cuja finalidade é o atendimento com energia elétrica de 100% dos domicílios rurais na área de concessão da Celesc.

Investimentos Realizados no Período

R\$ mil	2º trimestre		Variação (%)	Participação sobre o Total
	2007	2006		
Geração	6	28	(79)	-
Distribuição	114.153	62.137	84	92%
Instalações Gerais	10.136	8.276	22	8%
Total	124.295	70.441	76	100%

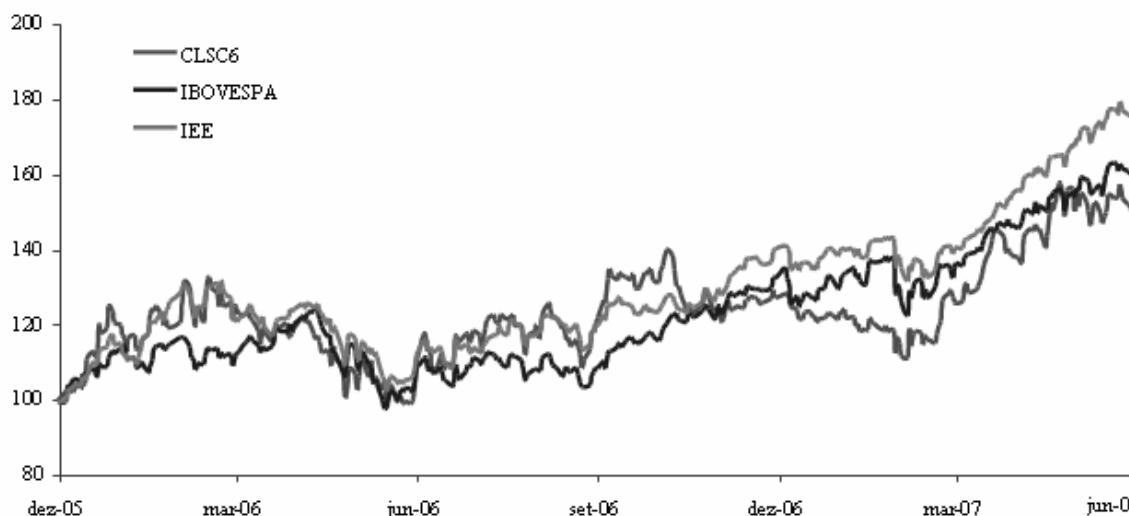
Tabela 10: Investimentos.
Fonte: Celesc.

3.12. Mercado de Capitais.

As ações preferenciais classe “B” da Celesc (CLSC6) encerraram o 2º trimestre de 2007 com alta de 19,7% e valorização de 34,3% no acumulado de 12 meses. Ressalta-se que as cotações abaixo estão ajustadas para proventos. No mesmo período comparativo o IBovespa valorizou 18,7% e 48,5%, respectivamente.

O Valor de mercado da Celesc atingiu R\$ 1,6 bilhão no junho 2007, equivalentes a US\$ 844 milhões.

Ação Preferencial (CLSC6) versus Ibovespa e IEE (base: 100) – Cotação em reais



Comparativo CLSC6, Ibovespa e IEE		2ºT06	3ºT06	4ºT06	1ºT07	2ºT07
Cotação de Fechamento	R\$/Ação	30,13	32,80	34,21	33,80	40,47
Volume Médio Negociado	Mil ações	230	194	174	192	187
Volume Médio Negociado	R\$ mil	7.193	6.294	5.976	6.248	7.218
Rentabilidade no Trimestre - CLSC6	%	-	8,9	4,3	(1,2)	19,7
Rentabilidade Acumulada - CLSC6	%	-	8,9	13,6	12,2	34,3
Valor de Mercado	R\$ mm	1.172	1.228	1.335	1.346	1.629
"	US\$ mm	542	565	624	656	844
Rentabilidade Ibovespa - Trimestre	%	-	(0,5)	22,0	3,0	18,7
Rentabilidade Ibovespa - Acumulada	%	-	(0,5)	21,4	25,0	48,5
Índice de Energia Elétrica - Trimestre	%	-	6,2	16,9	0,2	26,7
Índice de Energia Elétrica - Acumulada	%	-	6,2	24,1	24,3	57,6

Gráfico 9: Ação Preferencial (CLSC6) versus Ibovespa e IEE
Fonte: Economática.

3.13. Remuneração ao Acionista.

Na tabela abaixo está demonstrado o histórico recente de proventos pagos pela Celesc. Neste ano a companhia distribuiu R\$ 741 mil, os quais correspondem a um retorno de 1,2% para o acionista.

O cálculo do retorno dos dividendos considera a cotação do último dia do exercício anterior sem ajustes para proventos, mas leva em consideração o grupamento de ações realizado pela companhia. (Fonte: Economática).

Dividendos Distribuídos CLSC6 (2004-2007)

	Data de Aprovação	Tipo	Início do Pagamento	Valor Total R\$ mil	Valor por Ação (R\$)
2004	10/12/2003 *	RCA	28/05/04	28.000	0,7535
	Cotação Inicial				16,20
	Dividend Yield				4,7%
2005	15/12/2004 *	AGOE	28/06/05	230	0,0062
	15/12/2004 *	RCA	28/06/05	47.500	1,2783
	Total			47.730	1,2844
	Cotação Inicial				22,60
	Dividend Yield				5,7%
2006	31/10/2005 *	RCA	16/01/06	40.375	1,0865
	27/04/06	AGOE	26/06/06	8.900	0,2383
	31/08/06	RCA	29/09/06	50.000	1,3455
	Total			99.275	2,6704
	Cotação inicial				29,20
	Dividend Yield				9,1%
2007	30/4/2007	AGO	27/6/2007	741	0,3980
	Total			741	0,3980
	Cotação Inicial				34,21
	Dividend Yield				1,2%

(*) Registrado contabilmente no exercício anterior.

Tabela 11: Dividendos Distribuídos.
Fonte: Celesc.

3.14. Balanço Patrimonial Consolidado.

Balanço Patrimonial Consolidado - Celesc		Valores em milhares de reais		
ATIVO	30/06/2007	30/06/2006	Variação (%)	
Ativo Circulante	1.340.472	1.222.184	10	
Numerário Disponível	94.296	151.913	(38)	
Aplicações Financeiras	88.119	8.345	956	
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.044.273	960.714	9	
Títulos a Receber	154.818	129.449	20	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(322.158)	(218.677)	47	
Tributos a Compensar	162.685	38.892	318	
Serviços em Curso	11.833	56.945	(79)	
Estoques	25.125	13.839	82	
Ativos Regulatórios - Conta de Comp. de Custo da Var. - Parc. "A"	29.117	54.753	(47)	
Ativos Regulatórios - PASEP/COFINS	2.630	4.015	(34)	
Ativos Regulatórios - Outros	803	-	-	
Outros Créditos	48.931	21.996	122	
Realizável a Longo Prazo	846.530	784.879	8	
Títulos a Receber	224.357	158.732	41	
Contas a Receber do Governo de Santa Catarina	35.294	31.661	11	
Contas de Comp. de Custos da Var. - Parc. "A"	106.093	61.245	73	
Investimentos Temporários - CASAN e outras	46.783	31.448	49	
Tributos a Compensar	37.509	25.767	46	
Imposto de renda e Contribuições Sociais Diferidos	358.890	361.900	(1)	
Depósitos Judiciais	0	64.018	-	
Ativo Regulatório - PASEP/COFINS	37.553	46.715	(20)	
Outros Créditos	51	3.393	(98)	
Ativo Permanente	1.623.958	1.385.027	17	
Investimentos	55.600	88.519	(37)	
Imobilizado	1.568.358	1.296.508	21	
TOTAL DO ATIVO	3.810.960	3.392.090	12	

PASSIVO	30/06/07	30/06/06	Variação (%)
Passivo Circulante	1.022.438	861.672	19
Fornecedores	248.087	276.881	3
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	10.112	8.118	25
Encargos da Dívida	851	873	(3)
Empréstimos e Financiamentos	45.953	84.810	(46)
Taxas Regulamentares	164.087	158.851	3
Entidade de Previdência Privada	37.810	35.350	7
Benefício Pós-Emprego	62.892	46.099	36
Tributos e Contribuições Sociais	248.416	141.953	75
Parcelamento de Tributos - PAES	2.558	3.584	(29)
Dividendos Declarados e Juros sem Capital Próprio	428	9.135	(95)
Passivos Regulatórios - Conta de Comp. De Custos da Var. - Parc. "A"	16.710	8.327	101
Passivos Regulatórios - Outros	665	-	-
Obrigações Estimadas	71.372	63.336	13
Utilização de Faixas de Domínio - Deinfra	18.098	-	-
Outras Contas a Pagar	58.399	24.355	140
Exigível a Longo Prazo	1.367.448	1.432.219	(5)
Empréstimos e Financiamentos	76.307	121.185	(37)
Entidade de Previdência Privada	427.259	428.025	-
Benefício Pós-Emprego	259.314	560.930	(54)
Provisões para Contingências	421.481	173.946	142
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	44.811	84.463	(47)
Parcelamento de Tributos - PAES	20.234	31.455	(36)
Passivos Regulatórios - Conta de Comp. De Custos da Var. - Parc. "A"	115.381	29.554	290
Outras Contas a Pagar	2.661	2.661	-
Patrimônio Líquido	1.421.074	1.098.199	29
Capital Social	696.200	696.200	-
Reservas de Lucro	509.780	346.875	47
Lucros Acumulados	215.094	55.124	290
TOTAL DO PASSIVO	3.810.960	3.392.090	12

Tabela 12: Balanço Patrimonial.
Fonte: Celesc.

3.15. Demonstração de Resultados Consolidada.

Demonstração de Resultados Consolidada - Celesc						
Valores em R\$ mil	Trimestre			Acumulado 6 Meses		
	2ºT07	2ºT06	Varição	2007	2006	Varição
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento de Energia Elétrica	1.148.488	1.042.961	10	2.353.186	2.166.061	9
Suprimento de Energia Elétrica	6.572	2.045	221	10.999	4.528	143
Encargo de Capacidade Emergencial	-	(1)	-	-	847	-
Disponibilização do Sistema de Transmissão	44.644	33.671	33	79.457	6.483	22
Arrendamento e Aluguéis	6.744	6.901	(2)	13.914	13.857	-
Renda da Prestação de Serviço	2.293	4.770	(52)	6.055	9.707	(38)
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.301	22.005	(94)	3.592	22.005	(84)
Ajuste Financeiro IRT 2005	11.227	-	-	22.406	-	-
Outras Receitas	1.075	5.447	(80)	3.129	7.614	(59)
	1.222.344	1.117.799	9	2.492.738	2.289.502	9
Deduções da Receita Operacional						
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	(246.162)	(228.769)	8	(495.972)	(469.141)	6
ISS	(23)	(33)	(30)	(58)	(41)	41
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.560)	(4.837)	15	(11.119)	(9.674)	15
COFINS	(93.515)	(87.576)	7	(190.780)	(176.228)	8
PIS	(20.712)	(19.370)	7	(42.232)	(38.996)	8
Encargo de Capacidade Emergencial	-	(3)	-	(4)	(571)	(99)
Conta de Desenvolvimento Energético	(38.720)	(32.956)	17	(71.100)	(68.828)	3
Conta de Consumo de Combustíveis	(40.983)	(41.199)	(1)	(103.643)	(110.250)	(6)
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.574)	(6.361)	3	(10.973)	(11.995)	(9)
Eficiência Energética	(65)	(2.114)	(97)	(4.051)	(4.228)	(4)
	(452.314)	(423.218)	7	(929.940)	(889.952)	4
Receita Operacional Líquida	770.030	694.581	11	1.562.798	1.399.550	12
Despesas Operacionais						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(383.055)	(364.769)	5	(786.119)	(732.891)	7
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Curto Prazo	99	-	-	(5.707)	(397)	1.338
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(55.722)	(63.746)	(13)	(112.933)	(127.460)	(11)
Pessoal e Administradores	(89.445)	(76.500)	17	(163.134)	(146.686)	11
Entidade de Previdência Privada	(4.040)	(3.868)	4	(7.997)	(7.784)	3
Material	(10.026)	(10.761)	(7)	(20.012)	(21.244)	(6)
Serviço de Terceiros	(42.736)	(43.106)	(1)	(89.109)	(79.810)	12
Depreciação	(25.832)	(22.819)	13	(50.995)	(46.822)	9
Amortização	(1.713)	(704)	129	(2.927)	(1.445)	68
Arrendamento e Aluguéis	(1.319)	-	-	(2.964)	-	-
Seguros	(24)	-	-	(1.043)	-	-
Tributos	(1.294)	-	-	(3.192)	-	-
Provisão	(60.793)	(17.933)	239	(76.097)	(42.888)	77
Reversão da Provisão	5.737	4.539	26	13.579	5.649	140
Taxa de Fiscalização ANEEL	(1.749)	(2.157)	(19)	(3.481)	(4.317)	(19)
Comp. Financiamento Util. Recursos Hídricos	(690)	(674)	2	(1.171)	(1.321)	(11)
Utilização de Faixas de Domínio	-	-	-	(36.197)	(31.349)	15
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas - Proinfa	(10.122)	(4.346)	133	(20.232)	(8.692)	133
Recuperação de Despesas	8.720	-	-	15.752	-	-
Outras Despesas	(7.386)	(2.387)	209	(20.312)	(6.505)	212
	(681.290)	(609.231)	12	(1.374.291)	(1.254.262)	10
Resultado do Serviço	88.740	85.350	4	188.507	145.288	30
Resultado Financeiro Líquido	9.678	10.082	(4)	17.983	28.917	(38)
Resultado Operacional	98.418	95.432	3	206.490	174.205	19
Resultado Não Operacional						
Receita Não Operacional	13.540	5.924	129	99.705	11.011	806
Despesa Não Operacional	(45)	(624)	(93)	(344)	(1.827)	(81)
Resultado Não Operacional	13.495	5.300	155	99.361	9.184	982
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição	111.913	100.732	11	305.851	183.389	67
Provisão para Imposto de Renda	(33.126)	(19.899)	66	(82.218)	(42.872)	92
Provisão para Contribuição Social	(12.526)	(9.059)	38	(30.618)	(16.972)	80
Imposto de Renda Diferido	12.506	(4.357)	-	16.235	(2.013)	-
Contribuição Social Diferida	4.502	(793)	-	5.844	216	2.606
Lucro antes das Participações	83.269	66.624	25	215.094	121.748	77
Lucro Líquido do Período	83.269	66.624	25	215.094	121.748	77
Lucro por Lote de 100 Ações - R\$	215,88	172,73	25	557,65	315,64	77

Tabela 13: Demonstração de Resultado.

Fonte: Celesc.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL.

4.1. Energia Comprada.

No 1º semestre de 2007, o montante de energia requerida pela Celesc, para atender o seu mercado, foi de 9.266 GWh, representando um acréscimo de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (8.561 GWh). Para atender seu mercado, no período, foram contabilizados contratos entre a Celesc e as empresas Tractebel Energia S.A., responsável por 39,5% da energia demanda pela Celesc, Itaipu Binacional, com 20%, da Copel com 24,3%, dos CCEAR com 7,6% e da Petrobras Distribuidora S.A., com 7,2%. Ademais, houve a injeção de energia da Celesc Geração S.A. na ordem de 1,4% do total da energia gerada.

Nesse período de 2007 as perdas técnicas e comerciais atingiram 616 GWh, representando 6,6% do total de energia requerida pela companhia e apresentando um acréscimo de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual as perdas foram de 541 GWh.

4.2. Energia Vendida.

No 2º trimestre de 2007, a Celesc comercializou 3.522 GWh (1,3% acima do volume vendido no 2º trimestre de 2006), acumulando 6.942 GWh no primeiro semestre deste ano, com aumento de 3,4% em relação ao mesmo período de 2006 (6.723 GWh). As classes residencial e comercial registraram crescimento de 9,9% e 9,1%, respectivamente no volume de energia vendida no 1º semestre de 2007. Já a classe industrial, que desde o começo do exercício de 2006 reflete e migração de consumidores para o mercado livre, reduziu sua participação sobre o volume total de vendas de 37,8%, no 1º semestre de 2006, para 34,7%, no 1º semestre de 2007, com queda de 5,2% no volume acumulado do semestre. Por sua vez, a classe rural, embora com menor representatividade sobre o total, registrou crescimento de 5,6% no volume acumulado do semestre, em relação ao mesmo período de 2006.

Energia Vendida - (Consumo pro MWh por classe)

Classe Consumidora	2º Trimestre			Acumulado 6 Meses		
	2007	2006	Variação (%)	2007	2006	Variação (%)
Residencial	938.843	830.702	13	1.935.955	1.762.250	10
Industrial	1.269.984	1.270.610	-	2.408.585	2.539.728	(5)
Comercial	592.319	527.904	12	1.240.399	1.136.566	9
Rural	407.703	381.836	7	836.180	791.948	6
Poder Público	83.784	72.642	15	171.070	156.283	9
Iluminação Pública	109.609	108.622	1	215.757	216.892	(1)
Serviço Público	68.599	58.429	17	133.671	118.953	12
Sub-Total	3.470.841	3.250.745	7	6.941.617	6.722.620	3
Consumo Próprio	7.139	3.277	118	10.898	7.264	50
Suprimento de Energia	44.199	46.884	(6)	96.846	100.316	(3)
Total	3.522.179	3.300.906	7	7.049.361	6.830.200	3

Tabela 14: Energia Vendida Celesc.

Fonte: Celesc.

4.3. Indicadores de Eficiência.

Os indicadores DEC (calculado por horas ponderadas) e FEC (calculado por interrupções por consumidores) da Celesc estão entre os mais baixos entre as distribuidoras de energia no Brasil. A companhia vem realizando investimentos preventivos e regulares em subestações, alimentadores e promovendo limpeza de faixas, o que se traduz em melhoria da eficiência.

Indicadores de Eficiência (DEC – horas ponderadas – e FEC – interrupções por consumidor –)

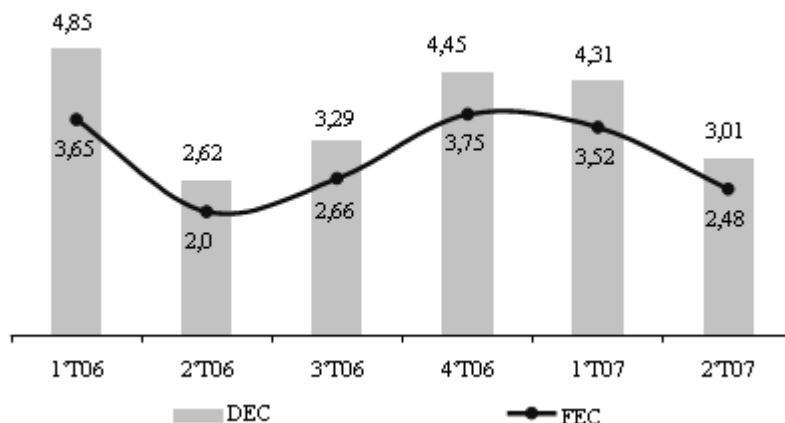


Gráfico 10: Indicadores de Eficiência.
Fonte: Celesc.

4.4. Número de Consumidores.

No 1º semestre de 2007, a Celesc registrou um aumento de 2,57% na carteira de consumidores em relação à posição de junho de 2006, totalizando aproximadamente 52 mil novos clientes.

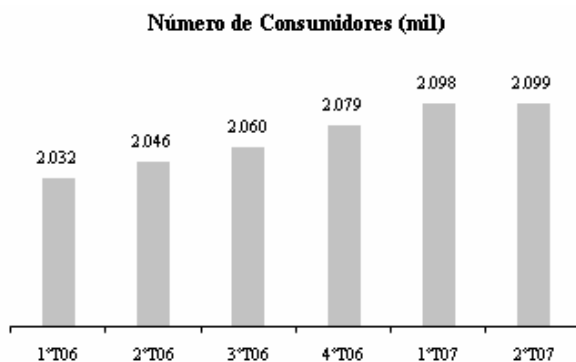
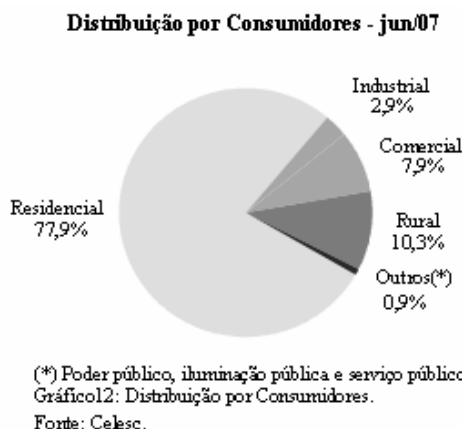


Gráfico 11: Número de Consumidores.
Fonte: Celesc.



Fonte: Celesc.

4.5. Pessoal e Produtividade.

O quadro de pessoal da Celesc encerrou o 1º semestre de 2007 com 3.920 funcionários, o que representa uma queda de 95 pessoas em relação ao mesmo período de 2006. Mesmo havendo uma redução gradativa nos últimos 3 trimestres, o quadro de pessoal atual da Celesc permanece bem superior às médias de 2004 e 2005 (3.600 funcionários).

Em ritmo de crescimento de contratações, em função do ingresso de pessoal concursado para a substituição gradual dos empregados que aderiram ao PDVI, o número total de funcionários aumentou significativamente até o 3º trimestre de 2006. Após esse período, o quadro de pessoal da companhia sofreu redução.

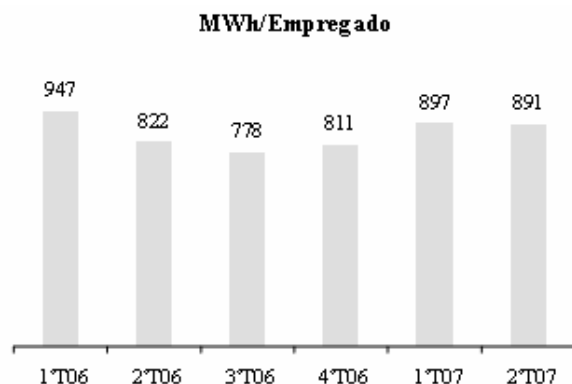


Gráfico 13: MWh por empregado.
Fonte: Celesc.

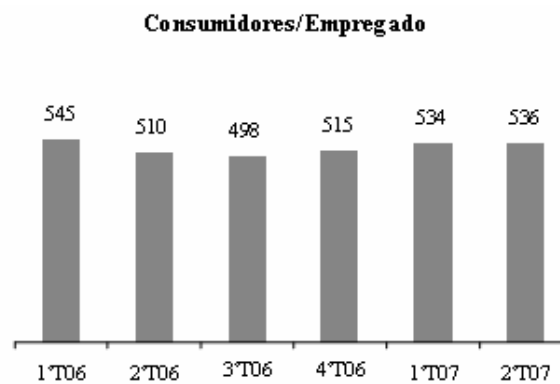


Gráfico 14: Consumidores por empregado.
Fonte: Celesc.

5. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CELESC.

A Celesc foi a primeira empresa do setor elétrico a ingressar nos níveis diferenciados de Governança Corporativa - “nível 2”, da Bovespa, com a qual negocia suas ações. O ingresso ocorreu em junho de 2002 e, desde então, ela Celesc vem oferecendo aos investidores melhorias nas práticas de governança e transparência, propiciando a elevação do potencial de valorização de seus ativos. Trata-se de um sério compromisso de gestão, que assegura ao mercado transparência absoluta em seus negócios. Ostentando o selo de confiança da Bovespa, a Celesc tem como diretrizes maior transparência, divulgação e responsabilidade no tocante aos direitos dos acionistas, além de tratamento equânime e ética profissional.

Várias ações foram tomadas para melhor apresentar os resultados da empresa: elaboração de *press release* e *fact sheet* trimestrais para divulgar os resultados. São realizados também reuniões públicas para investidores e analistas de mercado e *road shows*. Foi criado, ainda, o Departamento de Relações com Investidores que conta com duas divisões: “Divisão de Relações com Investidores” e “Divisão de Governança Corporativa”.

Conforme exposto no artigo 21 do Estatuto Social: “A *Companhia será regida, administrada e fiscalizada, respectivamente, pelos seguintes órgãos: I - Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto; II - Diretoria Executiva, e; III - Conselho Fiscal*”.

Além disso, em agosto de 2006 foi aprovada a criação de quatro novos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, são eles: Auditoria, Financeiro, Recursos Humanos e Estratégico. Tais Comitês, juntamente do Comitê Gestor, já existente, tem por objetivo dar apoio à Diretoria da Celesc, na implantação e consolidação do Novo Modelo de Gestão.

O Conselho de Consumidores, embora não seja um comitê, é um órgão consultivo formado por clientes voluntários da Celesc. Tem a finalidade de defender o interesse dos clientes junto à concessionária, auxiliando a ANEEL a assegurar serviços de qualidade à sociedade

Previsões estatutárias sobre conduta e situações de conflito de interesses. Tal item é verificado no Capítulo X do Estatuto Social: **“Do Juízo Arbitral – Artigo 55 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa “nível 2”, do Contrato de adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa “nível 2” e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.**

A Celesc, estando em dia com os compromissos de Governança Corporativa do “nível 2” da Bovespa, cumpre com os princípios fundamentais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre governança corporativa, os quais são:

- a) garantir a base para um sistema eficaz de governança corporativa;
- b) direitos dos acionistas e principais funções da propriedade;
- c) tratamento equitativo dos acionistas;
- d) papel de outras partes interessadas na governança corporativa;
- e) divulgação e transparência; e
- f) responsabilidades do conselho de administração.

Quanto ao alinhamento com as normas referentes à Lei Sarbanes-Oxley, a Celesc busca a realização, porém, não tem compromisso de assimilação delas por possuir ADR's (*American Depositary Receipts*) de nível “1” em negociação no mercado americano, os quais não demandam o preenchimento do formulário 20-F junto à SEC (*Securities Exchange Commission*), equivalente americano da CVM. Formulário esse que obriga a adequação das empresas aos princípios inerentes a Lei Sarbanes-Oxley.

6. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

No final de março o capital social integralizado da Celesc era de R\$ 696,200 mil, mantendo-se o mesmo valor de dezembro de 2006, composto por 15.527.137 ações ordinárias, 52.399 ações preferenciais (classe “A”) e 22.992.055 ações preferenciais (Classe “B”), totalizando 38.571.591 ações, todas sem valor nominal.

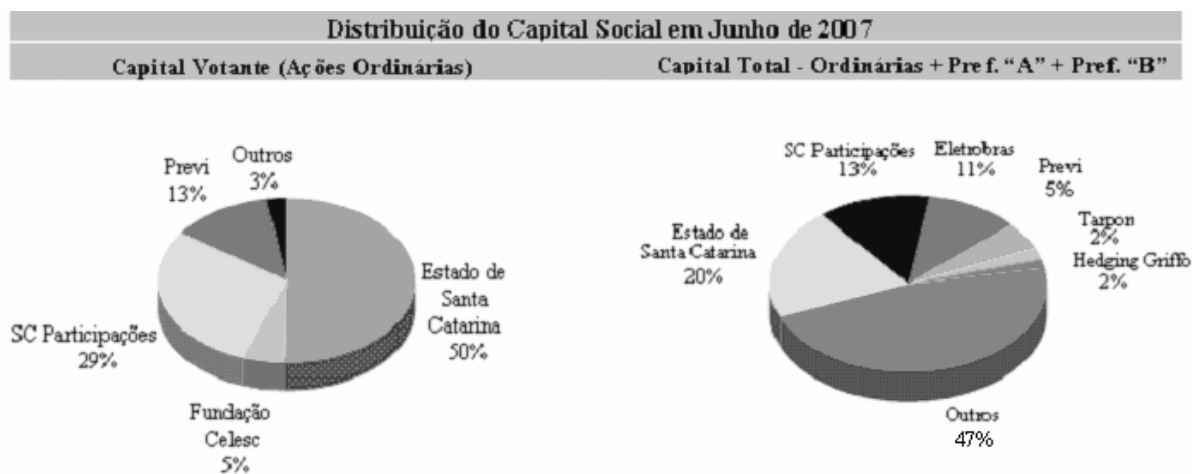


Gráfico 15: Capital Votante.
Fonte: Celesc.

Gráfico 16: Capital Total.
Fonte: Celesc.

A Celesc adota o *Tag Along* de 100% (cem por cento), em que, na alienação do controle acionário, os acionistas minoritários terão direito a vender sua participação pelo mesmo valor do acionista controlador. Também adota a política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado e possui Acordo de Acionistas, firmado no dia 5 de dezembro de 2006.

7. A ADMINISTRAÇÃO.

A atual formação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é a seguinte:

Conselho de Administração	
Presidente do Conselho de Administração -	Glauco José Côrte (FIESC)
Representante dos Consumidores	
Representante Acionista Majoritário	Adermo Francisco Crispin (Conselho de Consumidores)
Representante Acionista Majoritário	Eduardo Pinho Moreira
Representante Acionista Majoritário	Içuriti Pereira da Silva
Representante Acionista Majoritário	Gilberto Antonio Gadotti
Representante Acionista Majoritário	Lírio Albino Parisoto
Representante CELOS	Ricardo Moritz
Representante dos Empregados	Arno Veiga Cugnier
Representante dos Acionistas Minoritários	Francisco Teixeira Nobre (PREVI)
Representante dos Acionistas Preferenciais	Nilton Torres de Bastos Filho
Conselheiro Independente	Pedro Bittencourt Neto
Conselheiro Independente	Wadico Waldir Bucchi
Conselheiro Independente	Herbert Steinberg

Tabela 15: Conselho de Administração Celesc.

Conselho Fiscal	
Acionista Majoritário	Célio Goulart
	Suplente: Marco Aurélio Dutra
Acionista Majoritário	Ronaldo Baumgarten Filho
	Suplente: Luiz Rogério Gonçalves
Acionista Majoritário	Arnaldo Otávio Machado
	Suplente: Saliba Nader Neto
Acionista Minoritário Ordinário (PREVI)	Delmar Nicolau Schmidt
	Suplente: Helvécio Floriani
Acionista Preferencialistas (Hedding Griffó)	Marcelo Ferrari Wolowski
	Suplente: Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Tabela 16: Conselho Fiscal Celesc.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Eduardo Pinho Moreira
Diretor Gestão Corporativa	José Affonso da Silva Jardim
Diretor Econômico-Financeiro e de	Arnaldo Venício de Souza
Relações com Investidores	
Diretor Técnico	Eduardo Carvalho Sitonio
Diretor Comercial	Carlos Alberto Martins
Diretor Jurídico-Institucional	Marcelo Gasparino da Silva

Tabela 17: Diretoria Executiva Celesc.

8. ACÕES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELEVANTES.

8.1. Ações Cíveis.

- Quase que a totalidade das ações com risco de perda pela Cedente está com os respectivos valores integralmente provisionados, excetuado o caso de ação popular que tramita sob o nº 023.99.060679-4 perante o foro central de Florianópolis, em que o autor pede a anulação de atos de nomeação e transferência de servidores colocados à disposição da Prefeitura de Florianópolis, bem como a devolução de valores pagos. O valor da causa era de R\$ 2.496.000,00, mas a Cedente provisionou apenas R\$ 978.243,19, pois esse seria o valor de eventual condenação, segundo seu setor interno de cálculos. No andamento processual enviado em junho de 2007, a Cedente dá notícia de que existe nos autos petição do autor pedindo a extinção do feito.

8.2. Ações Tributárias.

- Conforme apurado, a Cedente possui 6 (seis) processos administrativos relacionados a parcelamentos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Questionada, a Cedente informou que está em dia com os parcelamentos firmados com a Secretaria da Receita Federal.

Tipo	Valor consolidado (R\$)	Saldo devedor em 10.04.07 (R\$)	Garantia
REFIS	182.104.957,66 em 03-2000	13.067.198,69	Não há
PAES	20.735.714,95 em 08-2003	13.231.553,52	Não há
TOTAL		26.298.752,21	

Tabela 18: Ações Administrativas Tributárias.

Fonte: Cedente.

- Conforme informado pela Cedente, existem 17 (dezessete) processos administrativos federais ativos, sendo que desses 15 possuem provável risco de perda, em um montante de aproximadamente R\$ 73.977.878,00.
- Ainda, há outros 3 (três) processos administrativos estaduais ativos, todos com provável risco de perda, em um valor total de aproximadamente R\$ 3.704.837,00.
- A Cedente possui 74 (setenta e quatro) processos administrativos municipais ativos, cujo objeto é o Imposto Sobre Serviços – ISS e com valor total de R\$ 7.774.173,12 (sete milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e três reais e doze centavos).
- Com relação aos processos judiciais existem 2 (sete) execuções fiscais ativas relevantes em face da Cedente, todas com risco de perda provável, são elas:

Execução Fiscal	Valor (R\$)	Tributo	Garantia
039.00.000963-4	510.448,84	ISS	Penhora de Bens (não conclusiva)
040.00.002687-5	8.526.765,34	Taxa de Ocupação do Solo	Penhora de 22 veículos (em fase de avaliação)

Tabela 19: Ações Judiciais Tributárias.

Fonte: Cedente.

- Verificou-se, ainda, a existência de 1 (uma) demanda judicial envolvendo a Cedente e o INSS. Trata-se da Ação Ordinária nº 2003.72.00.011386-0 que visa anular as “Notificações Fiscais de Lançamento de Débito” 35.515.686-5 e 35.515.687-3 cujo objeto é a cobrança de supostos débitos de contribuição previdenciária sobre valores pagos a empregados a título de participação nos lucros ou resultados da Cedente. O valor da causa é de R\$ 28.000.000,00. Na esteira das decisões de primeira e segunda instância, os valores pagos a empregados a título de participação nos lucros ou resultados efetivamente não são considerados remuneração e, portanto, não incide sobre eles a contribuição previdenciária. Atualmente aguarda-se julgamento do agravo distribuído no Superior Tribunal de Justiça em 6 de agosto de 2007.
- Foi apontada a existência de 11 (onze) processos judiciais cujo assunto é o ICMS. Os processos relativos ao ICMS cuja perda é estimada como provável possuem valor total de R\$ 959.219,93.
- Identificou-se a existência de 159 (cento e cinquenta e nove) processos em que a Cedente figura como ré e cujo assunto seja a Taxa de Iluminação Pública – TIP. Grande parte das demandas possui valor inexpressivo, todavia, uma ação merece destaque em razão do valor envolvido. Trata-se de Ação Civil Pública movida pela Associação Catarinense de Defesa do Consumidor – ACADECO. O valor da causa é de R\$ 1.698.959,00 e a perda é classificada como provável. As ações cujo objeto é a Taxa de Iluminação Pública e a perda é estimada como provável montam um valor de R\$ 2.584.578,70 e o total depositado judicialmente é de R\$ 274.676,18.
- Existem ações relativas ao aumento da tarifa de energia elétricas aprovada pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986, e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. Conforme informado, a Cedente possui depósitos judiciais relativos ao assunto em comento relativas ao ano de 2006, no valor de R\$ 7.534.995,63. O valor total das demandas, considerando as ações cujas estimativas de perda sejam remotas, possíveis ou prováveis é de R\$ 14.718.592,92.

8.3. Ações Trabalhistas.

- A Cedente aponta a existência de 1.926 ações, sendo que dessas, 373 já foram arquivadas, restando em aberto 1.553 processos. Referidos processos tiveram valor da contingência determinado pela Cedente como sendo de R\$ 136.571.143,97, sendo que, desse montante, R\$ 134.501.719,62 correspondem aos 1.459 processos cuja probabilidade de perda é considerada como provável e o restante, ou seja, R\$ 2.069.424,34, correspondem a 94 processos cuja probabilidade de perda foi classificada com remota.
- Para os 1.553 processos ainda em andamento a Cedente informou que efetuou depósitos judiciais no valor total de R\$ 36.105.590,15.
- A tabela a seguir demonstra mais detalhadamente os valores envolvidos:

Total de processos	Faixa de Valores (em mil R\$)	Perda Provável		Perda Remota		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
	Acima R\$ 1.000	9	83.557.903,41	0	-	9	83.557.903,41
	Entre R\$ 500 e R\$ 1.000	7	4.684.202,50	0	-	7	4.684.202,50
	Entre R\$ 100 e R\$ 500	94	21.039.005,04	4	890.854,91	98	21.929.859,95
	Entre R\$ 50 e R\$ 100	112	7.888.848,24	3	192.939,54	115	8.081.787,78
	Entre R\$ 10 e R\$ 50	662	14.326.338,89	38	789.382,82	700	15.115.721,71
	Abaixo de R\$ 10	575	3.005.421,53	49	196.247,08	624	3.201.668,61
	Subtotal	1459	134.501.719,62	94	2.069.424,34	1553	136.571.143,97
	Valores Depositados	36.105.590,15					
Total em aberto	100.465.553,82						

Tabela 20: Ações Judiciais Trabalhistas.
Fonte: Cedente.

- As ações judiciais mais relevantes são as seguintes: (i) ação de R\$ 50.000.000,00 movida pelo Sindicato da Categoria (“Sindicato”) em nome dos trabalhadores de Concórdia. Frise-se que nessa ação, já em fase de execução, muitos imóveis foram penhorados, inclusive a sede da Cedente em Florianópolis; (ii) ação movida por Osni Martins e outros 21 (proc. 1446/91 – Florianópolis), sobre a qual restou reconhecido o vínculo de emprego e o necessário pagamento de todos os consectários legais. No meio do trâmite processual, tendo em vista que muitos dos reclamantes deixaram de prestar serviços, foi determinada a reintegração ao trabalho deles, com pagamento de salários vencidos e vincendos. O valor do processo estava apurado em R\$ 3,8 milhões (março de 2003), mas a Cedente obteve uma importante vitória no Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, que deixou de reconhecer o vínculo de vários dos autores. Essa decisão aguarda julgamento no Tribunal Superior do Trabalho, do Recurso de Revista interposto pelos autores; (iii) ação movida por Adalmir Bento e Souza (proc. 428/93 – Florianópolis) que busca o reconhecimento do vínculo dos reclamantes com a Cedente, pois foram contratados via terceirização de mão-de-obra. A sentença apesar de não reconhecer o vínculo, determinou que a Cedente pagasse todas as verbas pleiteadas (diferenças salariais, anuênios, prêmios, etc.). O valor da execução definitiva, de R\$ 1.913.186,70 foi depositado pela Cedente em 31.05.2006; (iv) ação movida por Aloísio Bohringer (proc. 1447/95 – Blumenau). Trata-se de ação que envolve o valor de R\$ 1,45 milhão, por meio da qual os reclamantes pedem o recálculo dos valores pagos a título de férias e 13º salários, devido à inclusão de outros valores pagos à base de cálculo e os reflexos nas contribuições para o Celos. A ação foi julgada procedente, cuja decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho. A execução aponta o valor de R\$ 4.990,34 (em dezembro de 2006); e (v) ação movida por Carlos Antonio Cordeiro (proc. 1111/06 – Lages) que, segundo a Cedente, envolve o valor de R\$ 8,90 milhões, em que o reclamante requer a integração de verbas na sua remuneração e que seja aplicado o divisor 200 para o cálculo de horas extras. A Cedente perdeu o processo em 1ª e 2ª instância e apresentou recurso de revista, para o Tribunal Superior do Trabalho, em abril de 2007.

9. A CONCESSÃO.

O mercado atendido pela Celesc – incluindo o consumo de consumidores livres ligados à rede da Celesc Distribuição S.A. – cresceu a uma taxa média anual de 4,7% (quatro vírgula sete por cento) no período de 2002 a 2006. Essa variação representou um acréscimo de 2.598.865 MWh no consumo de energia elétrica nos últimos quatro anos e a demanda máxima servida pela Celesc, que era de 2.328 MWh/h em 2002, atingiu 2.845 MWh/h em 2006.

9.1. A Área de Concessão da Celesc.

Santa Catarina possui 293 municípios. A Cedente detém a concessão de 262. Desses 262 municípios, em 241 a concessão é exclusiva da Celesc.

Nos outros 21 municípios, a concessão é dividida com cooperativas de eletrificação rural, que atuam como permissionárias em 17 desses municípios e, em quatro, o serviço de energia elétrica é fornecido pela Celesc e pela Iguaçu Energia que, assim como a Celesc, é concessionária. No total, 67 municípios catarinenses têm áreas atendidas por cooperativas.

Em 16 municípios, há áreas atendidas pelas outras 4 concessionárias que atuam no Estado: 9 pela Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. – Iguaçu Energia, 1 pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, 1 pela Força e Luz João Cesa Ltda., 1 pela Força e Luz de Urussanga Ltda. e 4 pela Cooperativa Aliança – Cooperaliança. A Celesc também atua em cinco municípios do Estado onde não detém a concessão, atendendo consumidores isolados.

No Paraná, a Cedente detém a concessão do município de Rio Negro, onde atende a área urbana e algumas comunidades da zona rural.

9.2. Aquisição da Companhia de Gás de Santa Catarina.

Em 18 de dezembro de 2006, o Estado de Santa Catarina ofertou à Celesc o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina, da qual o Estado de Santa Catarina é detentor de 1.827.415 ações ordinárias, equivalentes a 51% das ações com direito a voto, pelo valor de R\$ 93 milhões.

Em decorrência dessa negociação, a Celesc, como sinal e princípio de pagamento, antecipou, no dia 21 de dezembro de 2006, o valor de R\$ 18,6 milhões, conforme Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações assinado em 20 de dezembro de 2006. O saldo no valor de R\$ 74,4 milhões será pago no montante da transferência das ações, que deverá ocorrer após a obtenção da última aprovação da Petróleo Brasileiro S.A., prevista para o ano de 2007.

10. ASPECTOS SOCIETÁRIOS DA CEDENTE.

10.1. Objeto Social.

A Cedente tem por objetivo: (i) executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; (ii) realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; (iii) planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; (iv) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou e em cooperação; (v) cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica; (vi) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica e infra-estrutura de serviços públicos.

10.2. Capital Social.

O capital social da Cedente é de R\$ 630.000.000,00, representado por 630.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

10.3. Administração.

A administração da Cedente compete à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, eleitos pela assembléia geral.

10.3.1. Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva é composta por 6 membros, acionistas ou não, os quais ocupam os cargos de: (i) Diretor Presidente, (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) Diretor Jurídico-Institucional, (iv) Diretor Técnico, (v) Diretor Comercial, e (vi) Diretor de Gestão Corporativa. O mandato da Diretoria Executiva é de 3 anos, sendo permitida a reeleição.

Compete à Diretoria da Cedente: (i) administrar os negócios da Companhia e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei, ou por disposição estatutária, de competência privativa da assembléia geral; (ii) executar as deliberações da assembléia geral; (iii) executar e propor planos, programas e orçamentos; (iv) apresentar, à assembléia geral, orçamento anual e relação das atividades da Cedente, acompanhado das demonstrações financeiras, do parecer do Conselho Fiscal e parecer dos auditores independentes; (v) decidir sobre a criação e extinção de cargos e funções; (vi) aprovar a política salarial da Cedente; e (vii) dispor sobre a estrutura e organização em geral da Cedente.

Compete ao Diretor Presidente: (i) representar a Cedente, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e inclusive perante as autoridades e órgãos públicos; (ii) opor veto fundamentado às deliberações da Diretoria, submetendo-o à apreciação da assembléia geral; (iii) convocar a presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (iv) supervisionar, por intermédio dos Diretores, as atividades de todas as áreas da Cedente; (v) designar empregados para ocuparem funções de chefia constantes da estrutura básica, tanto para as unidades centralizadas como para as descentralizadas, indicados pelos Diretores das respectivas áreas; e (vi) planejar, superintender e administrar todas as atividades estratégicas e institucionais da Cedente.

Compete ao Diretor de Gestão Corporativa planejar, superintender e administrar todas as atividades de gestão e desenvolvimento empresarial, bem como a administração geral dos serviços internos da Cedente.

Compete ao Diretor Econômico-Financeiro e de Relação com Investidores planejar, superintender e administrar todas as atividades econômicas e financeiras; bem como ter, sob a sua guarda e responsabilidade, os valores da Cedente.

Compete ao Diretor Técnico planejar, superintender e administrar todas as atividades técnicas de engenharia, incluindo planejamento, projetos, obras, operações e manutenção do sistema elétrico de distribuição, mesmo quando a cargo de terceiros.

Compete ao Diretor Jurídico-Institucional: (i) planejar, superintender e administrar todas as atividades jurídicas e institucionais; (ii) representar a Cedente ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (iii) prover a defesa dos interesses da Cedente, em especial no âmbito do direito societário, comercial, tributário, trabalhista e do direito público em matérias a serem submetidas a exame ou processo decisório de competência da administração da Cedente; e (iv) assistir a Diretoria Executiva e demais áreas da Cedente nas relações político-institucionais da administração com organismos governamentais e privados.

Compete ao Diretor Comercial planejar, superintender e administrar a gestão comercial relacionada com a compra e venda de energia elétrica, marketing e com a prestação de serviços de distribuição, e demais atividades pertinentes à área.

10.3.2. Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por 3 a 5 membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, com curso superior, ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 anos, cargo de administrador de empresas ou de conselheiro fiscal, eleitos, anualmente, pela assembléia geral ordinária, sendo permitida a reeleição.

10.3.3. Representação da Cedente.

A Cedente é representada, em conjunto, pelo Diretor Presidente e por um Diretor, ressalvados os atos que necessitam da prévia autorização da assembléia geral, para a execução dos seguintes atos: (i) a assinatura de documentos, contratos, escrituras e todo e qualquer ato que envolva direitos ou obrigações da companhia; (ii) a constituição de procuradores ad iudicia e ad negotia, especificando no instrumento os atos ou operações que podem ser praticados e a duração do mandato, ressalvando o judicial cujo prazo pode ser indeterminado; e (iii) a emissão, saque, ressaque, endosso, aceite e aval de notas promissórias, letras de câmbio, cheques e outros títulos e contratos de qualquer natureza que onerem ou gravem o patrimônio da Cedente.

Todas as informações acima foram extraídas da escritura pública de constituição da Cedente, lavrada, em 2 de outubro de 2006, perante o 3º Tabelionato de Notas de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, às folhas nº 145 a 154, do livro nº 203 (protocolo nº 352).

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA

1. A ADMINISTRADORA
2. O CUSTODIANTE
3. Os DISTRIBUIDORES
 - 3.1. BB Banco de Investimento S.A. – Instituição Líder
 - 3.2. Banco ABC Brasil S.A. – Instituição Intermediária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA

1. A ADMINISTRADORA.

O Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. é um banco de investimentos internacional que serve clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas. Destaca-se pela excelência dos serviços prestados e pela maneira personalizada com que se relaciona com seus clientes. Tem seu trabalho orientado pelos princípios da flexibilidade, profissionalismo e seletividade nas oportunidades de negócio.

O Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal e ações negociadas na Euronext, o qual possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, apoiado por uma vasta rede de distribuição e uma operação internacional em constante expansão.

Em Portugal, o Grupo BANIF desenvolve a atividade de *private equity* por meio de duas instituições: a NewCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. e a Centro Venture, cujos capitais comprometidos totalizavam €22.000.000,00 e €10.000.000,00 em setembro de 2006, respectivamente. Em conjunto com outras instituições portuguesas, o Grupo Banif tem participação também em outros veículos de *private equity*: Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário MC2, Grupo Fomentinvest e Grupo Finpro.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando abriu, autorizado pelo Bacen, seu escritório de representação. Em 1999, esta presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus S.A., constituído em 1986.

Com longa tradição e expertise no mercado de capitais, o Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. participou de diversas operações de emissão de valores mobiliários, reestruturação de passivos, securitização, fusão e aquisições, e assessoria financeira em privatizações. O Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. se caracteriza pelo foco no atendimento aos clientes institucionais, corporativos, com ênfase em crédito e operações estruturadas.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. destacam-se as debêntures da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., no valor de R\$ 120.000.000,00, 2ª e 3ª emissão de debêntures da Gafisa S.A., no valor total de R\$ 179.000.000,00, e a distribuição de cotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$ 100.000.000,00.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL, no valor total de R\$ 600.000.000,00, a distribuição de cotas do certificado de recebíveis imobiliários oriundo da Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$ 73.600.000,00, a emissão de notas promissórias e cédulas de crédito bancário de Furnas, no valor total de R\$ 350.000.000,00 e R\$ 112.600.000,00, respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDES Participações, no valor total de R\$ 500.000.000,00. O Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A. também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$ 50.000.000,00, e no certificado de recebíveis imobiliários da Beta Securitizadora S.A., no valor de R\$ 7.100.000,00.

Em 2007, a Administradora participou da distribuição de debêntures do BNDES Participações, no valor total de R\$ 1.350.000.000,00 e da “Oferta Pública para Aquisição” de ações representativas do Controle de João Fortes Engenharia S.A.

2. O CUSTODIANTE.

O Banco do Brasil S.A. é um dos maiores custodiantes de recursos de terceiros administrados pela própria instituição, conforme *ranking* da ANBID, de junho de 2007. A qualidade e a experiência foram adquiridas pela atuação no mercado desde meados da década de 80, com gradativa ampliação do escopo dos serviços por ele oferecidos. Dentre as características específicas das atividades do Custodiante, destacam-se os serviços de gestão de carteira de recebíveis, escrituração de quotas, custódia e liquidação financeira, contabilidade, controladoria e precificação de ativos.

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que proporciona exatidão, rapidez e sigilo das informações, com sistemas específicos para atender os serviços de custódia de FIDCs, cujas soluções tecnológicas abrangem a qualificação dos recebíveis, o controle da liquidação física e financeira, o gerenciamento das carteiras e as conciliações de forma integrada aos demais sistemas internos e externos, dispondo também de um sistema de contingência de proteção de dados em ambientes alternativos dotados de infra-estrutura para assegurar a pronta continuidade dos serviços.

Através do serviço de liquidação financeira, o Custodiante efetua todas as operações realizadas pelos fundos e carteiras junto ao mercado e disponibiliza informações sobre o fluxo de caixa, cujos relatórios possibilitam a visualização de toda movimentação de pagamentos e recebimentos, o que permite um melhor gerenciamento de recursos. No que tange à contabilidade e controladoria, o Banco do Brasil oferece o serviço de suporte ao mercado de capitais, controlando o ativo e o passivo dos fundos de investimento, fornecendo as demonstrações contábeis, relatórios e demais informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Quanto à precificação de títulos, vale ressaltar que o Banco do Brasil S.A. adota as melhores práticas de mercado na apuração de valores e mercado de títulos públicos e privados, em consonância com as normas estabelecidas pelas entidades reguladoras.

3. OS DISTRIBUIDORES.

3.1. BB Banco de Investimento S.A. – Instituição Líder.

O BB Banco de Investimento S.A., criado em outubro de 1988 como subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., atua na prestação de consultoria financeira, estruturação e distribuição de operações de *underwriting* e aquisição de participações em sociedades anônimas.

Em 2004, o BB Banco de Investimento S.A. permaneceu entre as maiores instituições financeiras na origem e distribuição de operações de renda fixa no mercado de capitais doméstico, participando de 13 das 41 operações, com um volume de negócios superior a R\$ 1,0 bilhão.

Em 2005, o BB Banco de Investimento S.A. liderou a terceira emissão de debêntures da COPEL, no valor de R\$ 400 milhões, a sexta emissão de debêntures da Telemar Participações S.A., no valor de R\$ 150 milhões, a terceira emissão de debêntures de Tupy S.A., no valor de R\$ 251,9 milhões, a primeira emissão da Termopernambuco S.A., no valor de R\$ 450 milhões e a terceira emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 179 milhões. O BB Banco de Investimento S.A. foi coordenador da décima emissão de debêntures da Itauleasing, no valor de R\$ 1,35 bilhão, da segunda emissão de Telesp Celular Participações S.A., no valor de R\$ 1,0 bilhão, da quinta emissão de debêntures da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, no valor de R\$ 540 milhões, da sétima emissão de debêntures do Grupo Aços Villares, no valor de R\$ 285 milhões, dentre outras.

Em 2006, o BB Banco de Investimento S.A. liderou a primeira emissão de debêntures da Telemar Norte Leste S.A., no valor de R\$ 2,16 bilhões, a quinta emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., no valor de R\$ 1,08 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R\$ 900 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da Cemig Distribuição S.A., no valor de R\$ 300 milhões, a décima quarta emissão de debêntures de Braskem S.A., no valor de R\$ 500 milhões, a quarta emissão da COPEL, no valor de R\$ 600 milhões e a terceira emissão da Companhia Energética de Pernambuco, no valor de R\$ 170 milhões. Foi coordenador da quarta emissão de debêntures da Petroflex Indústria e Comércio S.A., no valor de R\$ 160 milhões, da primeira emissão de debêntures da CPFL Piratininga, no valor de R\$ 400 milhões, da quarta emissão de debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor de R\$ 600 milhões, da quarta emissão de debêntures do Grupo Vigor, no valor de R\$ 50 milhões, da primeira emissão de BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A., no valor de R\$ 3,35 bilhões, a primeira emissão da Companhia de Bebidas das Américas – “Ambev”, no valor de R\$ 2,065 bilhões, a sétima emissão da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões, a terceira emissão da CPFL, no valor de R\$ 640 milhões, a segunda emissão da BNDES Participações – “BNDESPAR”, no valor de R\$ 600 milhões e a primeira emissão de notas promissórias de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor de R\$ 130 milhões.

Em operações de renda variável, o BB Banco de Investimento S.A. mantém sua posição de principal *player* em ofertas públicas no segmento de varejo, apoiado em seus mais de 12 mil pontos de atendimento espalhados por todo o país e pelo portal “bb.com.br”. No primeiro semestre de 2006, o BB Banco de Investimento S.A. coordenou a maior oferta pública de ações dos últimos quatro anos do mercado de capitais brasileiro: a oferta pública secundária de ações do Banco do Brasil S.A..

No total foram vendidas 45.441.459 ações ordinárias de propriedade do próprio Banco do Brasil S.A., do BNDES e da PREVI que, precificadas a R\$ 43,50, perfizeram um montante de R\$ 1.976.703.466,50.

Desse total, R\$ 523,1 milhões foram vendidos pelo Banco do Brasil S.A. no varejo, através da sua rede de agências e do “Canal Internet”.

Outro ponto de destaque é o forte crescimento dos instrumentos de securitização, como os FIDCs. Até o final de 2006, o BB Banco de Investimento S.A. havia coordenado as operações dos FIDCs “Furnas II”, “Sabesp I” e “Bancoob”. Atuou também como coordenador líder nos FIDCs do Grupo Brasil e da Cobra Tecnologia. No primeiro semestre de 2007, o BB Banco de Investimento S.A. participou como distribuidor líder do “FIDC Polo Precatório Federal NP” e como coordenador do “FIDC Petroflex”, consolidando-se como grande competidor também nesse segmento.

No acumulado dos últimos quatro anos os negócios em *underwriting* já ultrapassam a marca de R\$ 35 bilhões.

O BB Banco de Investimento S.A. conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de grandes operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes, saneamento, dentre outros.

Em projetos de privatização, foi vencedor de 13 dos 16 consórcios de que participou.

3.2. Banco ABC Brasil S.A. – Instituição Intermediária.

O Banco ABC Brasil é um banco múltiplo habilitado a operar nas carteiras comercial, de investimentos, financeira, crédito imobiliário e câmbio, contando ainda com uma agência nas Ilhas Cayman. O Banco ABC Brasil é controlado pelo Arab Banig Corporation (ABC), um banco internacional com sede em Bahrain e com ações negociadas em bolsas de valores, detentor de 84% de suas ações. Os 16% restantes do capital social são detidos por seus executivos.

Além dos investimentos na área financeira, os acionistas do Banco ABC Brasil controlam um conjunto de empresas no Brasil e no exterior que se dedicam à atividade de comércio internacional. A principal linha de negócios é a intermediação financeira em operações que envolvam analisar e assumir riscos de crédito. Derivam desta atividade operações estruturadas, principalmente de mercado de capitais, com vistas ao financiamento corporativo. A arbitragem de mercados, taxas e moedas, tanto decorrentes das operações demandadas pelos clientes quanto de posições proprietárias, é desenvolvida regularmente. O Banco ABC Brasil adota uma postura conservadora com baixa propensão ao risco nos seus negócios de crédito e tesouraria.

O Banco ABC Brasil tem atuado com destaque em operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo participado de diversas operações nos últimos 12 meses, dentre elas: FIDCs da Companhia Energética de São Paulo, nos valores de R\$ 650 milhões e R\$ 1.250 milhões, FIDC do Paraná Banco, no valor de R\$ 101 milhões, debêntures Energisa S.A., no valor de R\$ 350 milhões, nota promissória Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., no valor de R\$ 20 milhões, debêntures Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., no valor de R\$ 450 milhões, nota promissória Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 119 milhões e FIDC Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., no valor de R\$ 67 milhões.

As operações de FIDC proporcionaram ao Banco ABC Brasil figurar na 2º colocação (por número de operações) e 4º colocação (por volume de operações) no ranking de origem de FIDCs, segundo dados divulgados pela ANBID em junho de 2007, considerando o período de 12 meses.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Cedente, a Administradora, o Custodiante, os Distribuidores, suas Pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si e com a Celesc, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

A Cedente atuará como o agente arrecadador dos valores que vierem a ser recebidos por meio de cobrança por débito automático em conta corrente. Ademais, a Cedente será a responsável pela emissão dos Boletos de Cobrança e pela cobrança dos Direitos Creditórios em inadimplência, quando, e se, necessário.

A Administradora, até a data do presente Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com a Cedente além daqueles descritos neste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

1. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO
 - 1.1. Contrato de Cessão
 - 1.2. Contrato de Custódia
 - 1.3. Contrato de Distribuição
 - 1.4. Convênio de Cobrança
2. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO A CEDENTE
 - 2.1. Contrato de Concessão
 - 2.2. Contratos de Garantia
 - 2.3. Contratos de Financiamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

1. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO.

1.1. Contrato de Cessão.

“Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, a Cedente e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Celesc, por meio do qual a Cedente cede e transfere, de maneira irrevogável e irretratável, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios por ela detidos, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados, observadas as condições suspensivas nele estabelecidas.

1.2. Contrato de Custódia.

“Contrato de Prestação de Serviços Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira para o CELESC I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos da carteira do Fundo.

1.3. Contrato de Distribuição.

“Contrato de Coordenação, de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores de Emissão do CELESC I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, por conta em ordem Fundo, e os Distribuidores, permitindo aos Distribuidores efetuar a distribuição pública das Quotas Seniores no âmbito da presente Oferta, assim como estabelecer outras obrigações correlatas.

1.4. Convênio de Cobrança.

“Convênio de Prestação de Serviços de Cobrança Bancária” celebrado entre a Cedente, a Administradora, atuando por conta e ordem do fundo, e o Custodiante, na qualidade de agente arrecadador, com a interveniência e anuência da Celesc, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de serviços de arrecadação e repasse de valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos.

2. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO A CEDENTE.

2.1. Contrato de Concessão.

“Contrato de Concessão nº 56/99” celebrado entre o Poder Concedente e a Celesc em 22 de julho de 1999 e aditado em 11 de julho de 2005, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto da concessão de que é titular a Celesc.

Data de Vencimento: 07.07.2015, prorrogável, mediante a realização de requerimento pela Celesc, pelo período de 20 anos. O requerimento de prorrogação, pela Celesc, deve ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do contrato, cabendo à ANEEL se manifestar sobre o referido requerimento até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão.

São obrigações da Celesc: (a) fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e regulamentação pertinentes e nas disposições contratuais; (b) dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais, atendidas as normas do Poder Concedente e da ANEEL; (c) realizar, por sua conta e risco, as obras necessárias à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive reposição de bens, operando as instalações e os equipamentos correspondentes de modo a assegurar

a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia no atendimento e modicidade das tarifas; (d) organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar pela sua integridade, providenciando para que, aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente cobertos por seguro, sendo vedado à Celesc alienar, ceder, a qualquer título, ou dar em garantia esses bens e instalações, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL; (e) efetuar, quando determinado pela ANEEL, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e as interligações que forem necessárias; (f) cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo, perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, pelos eventuais danos e prejuízos causados em decorrência da exploração dos serviços, ressalvados os danos decorrentes de deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora ou da má utilização das instalações; (g) atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, os encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidas pelo Poder Concedente e pela ANEEL, bem como a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto ao pagamento dos valores relativos à fiscalização do serviço público de distribuição, fixados pela ANEEL e recolhidos, mensalmente, nas datas estabelecidas em conformidade com a legislação aplicável; (h) prestar contas, anualmente, à ANEEL, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, mediante relatório elaborado segundo as prescrições legais e regulamentares específicas; (i) prestar contas aos usuários, anualmente, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, fornecendo informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na prestação do serviço e modicidade das tarifas, assegurando ampla divulgação nos meios de comunicação acessíveis aos consumidores da sua área de concessão; (j) observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento; (k) assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição, observada a capacidade operacional do sistema, por parte de produtos de energia elétrica e de consumidores que, por força de lei, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor, mediante a celebração de contratos específicos, bem como cobrar encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica, consoante as condições gerais de acesso e tarifas estabelecidas pela ANEEL; (l) publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios nos termos da legislação vigente; (m) realizar programas de treinamento do seu pessoal, visando ao constante aperfeiçoamento dele para a adequada prestação do serviço de distribuição concedido; (n) instalar, por sua conta, programa de compensação reativa capacitiva, bem como os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço; (o) submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do seu Estatuto Social, transferência de ações do bloco de controle societário que implique a mudança desse controle, bem como a reestruturação societária da Celesc; (p) observar as normas específicas sobre a “Classificação de Contas” e o “Plano de Contas do Serviço Público de Energia”, devendo registrar e apurar, separadamente, os investimentos e os custos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive os relativos a novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico; (q) observar o disposto em resolução da ANEEL sobre o oferecimento, em garantia, da receita do serviço concedido; (r) manter registro contábil, em separado, das atividades atípicas, não objeto da concessão, ou constituir outra Celesc, juridicamente independente, para o exercício dessas atividades; (s) subsidiar ou participar do planejamento indicativo do setor elétrico, conforme disposição constitucional; (t) participar do Mercado Atacadista da Energia – MAE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS, quando for o caso, nas condições previstas no Acordo de Mercado e no Estatuto do NOS, e submeter-se às regras e procedimentos emanados dessas entidades; e (u) manter o seu acervo documental de acordo com o que determina a legislação aplicável.

A concessão, para fins de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, confere à Celesc, dentre outras, as seguintes prerrogativas: (a) utilizar, por prazo indeterminado e sem ônus, os terrenos de domínio público, estabelecendo sobre eles estradas, vias ou caminhos de acesso e as servidões que se tornarem necessárias à exploração do serviço, com sujeição aos regulares administrativos; (b) promover a desapropriação e instituição de servidões administrativas sobre os bens declarados como de utilidade pública, necessários à execução de serviços ou de obras vinculadas aos serviços, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes; e (c) construir entradas e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para o uso exclusivo na exploração do serviço, respeitada a legislação pertinente.

Observando-se o disposto no contrato e nas disposições regulamentares pertinentes, notadamente as resoluções expedidas pela ANEEL, a Celesc pode oferecer, em garantia de contratos de financiamento, os direitos emergentes da concessão que lhe é outorgada, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Os valores pertinentes às tarifas aplicáveis na comercialização de energia são reajustados anualmente, mediante a aplicação do Índice de Reajuste Tarifário, o qual contém, em sua respectiva fórmula, referência ao IGP-M.

A concessão para a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica será considerada extinta caso ocorra qualquer das seguintes hipóteses: (a) advento do termo final do contrato; (b) encampação dos serviços; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou ato de sua outorga; e (f) falência ou extinção da Celesc.

Apesar de a Resolução Autorizativa ter autorizado a versão patrimonial e a transferência das concessões, a assinatura do aditivo ao contrato de Concessão, com conseqüente transferência da concessão para a Cedente não foi ainda realizada.

2.2. Contratos de Garantia.

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, celebrados pela Celesc, estabelecem a necessidade de celebrar instrumento jurídico específico que garanta o cumprimento das obrigações da Celesc. Para tanto, a Celesc celebrou contratos de constituição de garantia de pagamento.

2.2.1. “Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento, Via Vinculação de Receitas Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 1511/2005 – 13653SE” celebrado entre a Celesc, a CEB Participações S.A. e o Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições de cumprimento, pela Celesc, de obrigação de pagamento perante a CEB Participações S.A. A garantia consiste na vinculação, até a liquidação de todas as obrigações da Celesc, de parcela dos recursos resultantes do recebimento das tarifas de fornecimento de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Nesse sentido, a receita vinculada para pagamento mensal será equivalente a 1,30 (uma vírgula trinta) vezes os valores devidos mensalmente pela Celesc, devendo ser retirados da conta centralizadora da Celesc e depositados em conta vinculada especificada pelo Banco do Estado de Santa Catarina S.A. Ainda, a Celesc deverá manter em sua conta centralizadora fluxo mensal equivalente a 1,50 (uma vírgula cinquenta) vezes o valor devido mensalmente à CEB Participações S.A. Ressalta-se que a movimentação das contas centralizadora, vinculada e reserva da Celesc somente poderá ser realizada pelo CEB Participações S.A.

2.2.2. “Contrato de Constituição de Garantia Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 1330/2005” celebrado entre a Celesc e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., com a interviniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua

conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

- 2.2.3. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 385/2004 – 8639SE” celebrado entre a Celesc e a CEMIG, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a CEMIG. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da CEMIG, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da CEMIG os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à CEMIG. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a CEMIG.
- 2.2.4. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 630/2013 – 8884SE” celebrado entre a Celesc e a Energest S.A. com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Energest S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Energest S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Energest S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Energest S.A. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Energest S.A.
- 2.2.5. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 420/2004 – 8674SE” celebrado entre a Celesc e a Companhia Energética de São Paulo, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Companhia Energética de São Paulo. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Companhia Energética de São Paulo, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Companhia Energética de São Paulo os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A.,

ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Companhia Energética de São Paulo. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Companhia Energética de São Paulo.

- 2.2.6. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 455/2004 – 8709N” celebrado entre a Celesc e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.
- 2.2.7. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 665/2004 – 8928S-8929SE” celebrado entre a Celesc e a Furnas Centrais Elétricas S.A., com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Furnas Centrais Elétricas S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Furnas Centrais Elétricas S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Furnas Centrais Elétricas S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Furnas Centrais Elétricas S.A. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Furnas Centrais Elétricas S.A.

- 2.2.8. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 595/2004 – 8849SE” celebrado entre a Celesc e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
- 2.2.9. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 350/2004 – 8604S” celebrado entre a Celesc e a CEEE, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a CEEE. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da CEEE, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da CEEE os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à CEEE. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a CEEE.
- 2.2.10. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 560/2004 – 8814N” celebrado entre a Celesc e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Além da

garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

- 2.2.11. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 525/2004 – 8779SE” celebrado entre a Celesc e a Duke Energy International Geração Paranapanema, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Duke Energy International Geração Paranapanema. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Duke Energy International Geração Paranapanema, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Duke Energy International Geração Paranapanema os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Duke Energy International Geração Paranapanema. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Duke Energy International Geração Paranapanema..
- 2.2.12. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 1325/2005 – 12474SE” celebrado entre a Celesc e a Duke Energy International Geração Paranapanema, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Duke Energy International Geração Paranapanema. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Duke Energy International Geração Paranapanema, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Duke Energy International Geração Paranapanema os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Duke Energy International Geração Paranapanema. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Duke Energy International Geração Paranapanema.

- 2.2.13. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 1315/2005 – 12464SE” celebrado entre a Celesc e a CEB Geração S.A., com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a CEB Geração S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da CEB Geração S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da CEB Geração S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à CEB Geração S.A. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a CEB Geração S.A.
- 2.2.14. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado CCEAR nº 1335/2005 – 15484SE” celebrado entre a Celesc e a Light Energia S.A., com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a Light Energia S.A. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da Light Energia S.A., o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da Light Energia S.A. os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à Light Energia S.A.. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a Light Energia S.A.
- 2.2.15. “Anexo III ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR nº 1320/2005 – 12469S” celebrado entre a Celesc e a CEEE, com interveniência e anuência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é o estabelecimento de termos e condições da garantia de pagamento e fiel cumprimento das obrigações da Celesc para com a CEEE. Tal contrato estabelece que em caso de inadimplência, na data de recebimento de instrução da CEEE, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. deve bloquear a conta centralizadora da Celesc, transferindo para uma conta corrente especial da CEEE os recursos ali disponíveis, até o valor do débito informado, acrescidos de juros e multa moratória. Ainda, durante o prazo de vigência do instrumento aqui tratado, a Celesc fica obrigada a manter no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., ou em outra instituição previamente aprovada, arrecadação mensal de um valor mínimo de 110% (cento e dez por cento) da média aritmética do valor das 3 (três) últimas faturas devidas pela Celesc à CEEE. Além da garantia acima descrita, durante a vigência do contrato de garantia deverão ser constituídas contas de garantias suplementares que deverão ter, inicialmente, um volume de ativos correspondente a 20% (vinte por cento) da receita mensal prevista no contrato de comercialização supracitado. Ressalta-se

que a Celesc somente pode alienar, ceder, transferir, dispor, empenhar ou por qualquer outra forma, gravar os recursos disponíveis em sua conta corrente centralizadora desde que tais atos não afetem o cumprimento das obrigações previstas no contrato de garantia e não impliquem em indisponibilidade de recursos mínimos a garantirem o cumprimento das obrigações da Celesc durante o prazo de vigência do contrato de comercialização celebrado com a CEEE.

2.3. Contratos de Financiamento.

A totalidade dos contratos a seguir relacionados foram originalmente celebrados com a Celesc e, em razão do processo de desverticalização, foram aditados de forma além de ter ocorrido a cessão da posição contratual para a Cedente, a Celesc passou a responder solidariamente por qualquer valor devido em consequência de cada um deles.

- 2.3.1. “Contrato de Financiamento nº ECF-2141/2002” celebrado entre a Cedente e a Eletrobrás, com interveniência do MME e do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de até R\$ 47.589.500,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais) para cobertura financeira parcial dos custos do programa de eletrificação rural, em montante equivalente a até 75% (setenta e cinco por cento) do custo total das respectivas obras, com carência de 24 (vinte e quatro) meses. Sobre o crédito mencionado supra incidem juros de 5% (cinco por cento) ao ano, taxa de administração de 1% (um por cento) ao ano e comissão de reserva de crédito de 1% (um por cento) ao ano. O saldo devedor do contrato de financiamento deve ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, as quais serão representadas por um conjunto de 60 (sessenta) notas promissórias a serem emitidas pela Cedente, sendo que, nos casos referentes às obras dos assentamentos rurais do INCRA, esse número sobre para 120 (cento e vinte). Ressalta-se ainda que além de nota promissória, a Cedente deve vincular a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos. Em caso de inadimplência da Cedente, o banco arrecadador depositário de sua receita está autorizado a transferir à Eletrobrás recursos da conta corrente da Cedente, mantida para acolher créditos referentes a pagamentos de contas de energia elétrica por seus consumidores finais, com prioridade dessas transferências sobre saques da Cedente, até quanto sejam suficientes para a regularização da inadimplência.
- 2.3.2. “Contrato de Financiamento nº ECF-2124/2002” celebrado entre a Cedente e a Eletrobrás, com interveniência do MME e do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de até R\$ 13.378.620,00 (treze milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e vinte reais) para cobertura financeira parcial dos custos do programa de eletrificação rural, em montante equivalente a até 75% (setenta e cinco por cento) do custo total das respectivas obras, com carência de 12 (doze) meses. Sobre o crédito mencionado supra incidem juros de 5% (cinco por cento) ao ano, taxa de administração de 1% (um por cento) ao ano e comissão de reserva de crédito de 1% (um por cento) ao ano. O saldo devedor do contrato de financiamento deve ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, as quais serão representadas por um conjunto de 60 (sessenta) notas promissórias a serem emitidas pela Cedente, sendo que, nos casos referentes às obras dos assentamentos rurais do INCRA, esse número sobre para 120 (cento e vinte). Ressalta-se ainda que além de nota promissória, a Cedente deve vincular a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos. Em caso de inadimplência da Cedente, o banco arrecadador depositário de sua receita está autorizado a transferir à Eletrobrás recursos da conta corrente da Cedente, mantida para acolher créditos referentes a pagamentos de contas de energia elétrica por seus consumidores finais, com prioridade dessas transferências sobre saques da Cedente, até quanto sejam suficientes para a regularização da inadimplência.

- 2.3.3. “Contrato de Financiamento nº ECF-2270/2002” celebrado entre a Cedente e a Eletrobrás, com interveniência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de até R\$ 11.881.747,96 (onze milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) para cobertura financeira parcial dos custos do programa de eletrificação rural, em montante equivalente a até 75% (setenta e cinco por cento) do custo total das respectivas obras, com carência de 24 (vinte e quatro) meses. Sobre o crédito mencionado supra incidem juros de 5% (cinco por cento) ao ano e taxa de administração de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano. O saldo devedor do contrato de financiamento deve ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, as quais serão representadas por um conjunto de 36 (trinta e seis) notas promissórias a serem emitidas pela Cedente. Ressalta-se ainda que além de nota promissória, a Cedente deve vincular a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos. Em caso de inadimplência da Cedente, o banco arrecadador depositário de sua receita está autorizado a transferir à Eletrobrás recursos da conta corrente da Cedente, mantida para acolher créditos referentes a pagamentos de contas de energia elétrica por seus consumidores finais, com prioridade dessas transferências sobre saques da Cedente, até quanto sejam suficientes para a regularização da inadimplência.
- 2.3.4. “Contrato de Financiamento 007/2004” celebrado entre a Cedente e a Eletrobrás, com interveniência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de até R\$ 5.118.150,00 (cinco milhões, cento e dezoito mil e cento e cinquenta reais) de recursos provenientes da RGR e R\$ 8.956.750,00 (oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais) de recursos provenientes da CDE para cobertura financeira parcial dos custos do programa de eletrificação rural, em montante equivalente a até 75% (setenta e cinco por cento) do custo total das respectivas obras, com carência de 24 (vinte e quatro) meses. Sobre o crédito mencionado supra incidem juros de 5% (cinco por cento) ao ano, taxa de administração de 1% (um por cento) ao ano e comissão de reserva de crédito de 1% (um por cento) ao ano. O saldo devedor do contrato de financiamento deve ser pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, as quais serão representadas por um conjunto de 120 (cento e vinte) notas promissórias a serem emitidas pela Cedente. Ressalta-se ainda que além de nota promissória, a Cedente deve vincular a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos. Em caso de inadimplência da Cedente, o banco arrecadador depositário de sua receita está autorizado a transferir à Eletrobrás recursos da conta corrente da Cedente, mantida para acolher créditos referentes a pagamentos de contas de energia elétrica por seus consumidores finais, com prioridade dessas transferências sobre saques da Cedente, até quanto sejam suficientes para a regularização da inadimplência.
- 2.3.5. “Contrato de Financiamento nº ECFS – 096/2005” celebrado entre a Cedente e a Eletrobrás, com interveniência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de até R\$ 19.746.330,00 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e seis mil e trezentos e trinta reais) de recursos provenientes da RGR e R\$ 34.556.080,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e oitenta reais) de recursos provenientes da CDE para cobertura financeira parcial dos custos do programa de eletrificação rural, em montante equivalente a até 75% (setenta e cinco por cento) do custo total das respectivas obras, com carência de 24 (vinte e quatro) meses. Sobre o crédito mencionado supra incidem juros de 5% (cinco por cento) ao ano, taxa de administração de 1% (um por cento) ao ano, comissão de reserva de crédito de 1% (um por cento) ao ano, além de ressarcimento de custos administrativos de 1% (um por cento) sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE. O saldo devedor do contrato de financiamento deve ser pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, as quais serão representadas por um conjunto de 120 (cento e vinte) notas promissórias a serem emitidas pela Cedente. Ressalta-se ainda que além de nota promissória, a Cedente deve vincular a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos. Em caso de inadimplência da Cedente, o banco arrecadador depositário de sua receita está autorizado a transferir à Eletrobrás recursos da conta corrente da Cedente, mantida para acolher créditos referentes a pagamentos de contas de energia elétrica por seus consumidores finais, com prioridade dessas transferências sobre saques da Cedente, até quanto sejam suficientes para a regularização da inadimplência.

- 2.3.6. “Contrato de Financiamento ECF 2538/2006” celebrado entre a Eletrobrás e a Cedente, com interveniência do Banco do Estado de Santa Catarina.
- 2.3.7. “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 03.2.0711.1” celebrado entre a Cedente e o BNDES, com interveniência da ANEEL e do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., cujo objeto é a concessão de crédito de R\$ 163.656.791,00 (cento e sessenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil e setecentos e noventa e um reais), com juros de 1% (um por cento) ao ano, além de comissão de reserva de crédito especificada no contrato, destinado à Cedente. O principal da dívida deve ser pago ao BNDES em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas. Ressalta-se que, como garantia, a Cedente deverá realizar a cessão e transferência ao BNDES, até a liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato de financiamento, em caráter irrevogável e irretratável, do produto da cobrança da tarifa de geração e distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento) de seu faturamento mensal bruto. Ainda, nos termos do contrato de financiamento, a Cedente autorizou, em caráter irrevogável e irretratável, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. a transferir, diariamente, todo o produto da arrecadação de suas faturas de cobrança da tarifa de geração e distribuição de energia elétrica para a conta corrente nº 190.054-7, agência 068-0, até que o valor transferido atinja o montante equivalente a 3,82% (três vírgula oitenta e dois por cento) do faturamento mensal da Cedente. Complementarmente, durante a vigência do contrato de financiamento, cabe à Cedente promover em sua conta corrente nº 190.027-0, Agência 068-0 do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., a cobrança de faturas que assegurem recebimento efetivo correspondente a, pelo menos, 10% do faturamento do mês imediatamente anterior da Cedente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir:

Durante o período de distribuição:

Distribuidores:

BB Banco de Investimento S.A. – Instituição Líder

Rua Senador Dantas, 105, 36º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-923

Contato:

Sr. Álvaro Germano Albernaz

Tel.: (+55 21) 3808-2810

Fax: (+55 21) 3808-3239

E-mail: aalbernaz@bb.com.br

www.bb.com.br

Banco ABC Brasil S.A.

Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1400, 4º andar

São Paulo – SP

CEP 04543-000

Contato:

Sr. João Carlos Gonçalves da Silva

Tel.: (+55 11) 3170-2289

Fax: (+55 11) 3170-2082

E-mail: joao.silva@abcbrasil.com.br

www.abcbrasil.com.br

Administradora:

Banif Banco de Investimentos (Brasil), S.A.

Rua Minas de Prata, 30, 15º andar

São Paulo – SP

CEP 04552-080

Contato:

Sr. Renato Cury

Tel.: (+55 11) 3074-4555/8085

Fax: (+55 11) 3074-8087

E-mail: bo@banifib.com.br

www.banifinvest.com.br

Após o período de distribuição:

Administradora:

Banif Banco de Investimentos (Brasil), S.A.

Rua Minas de Prata, 30, 15º andar

São Paulo – SP

CEP 04552-080

Contato:

Sr. Renato Cury

Tel.: (+55 11) 3074-4555/8085

Fax: (+55 11) 3074-8087

E-mail: bo@banifib.com.br

www.banifinvest.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A Administradora declara que: (i) as informações prestadas neste Prospecto, relacionadas ao Fundo e à Oferta, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto fosse elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Instituição Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto serão suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Cedente declara que as informações contidas neste Prospecto referentes às suas atividades e situação econômico-financeira, incluindo às relativas as outras empresas integrantes de seu grupo societário mencionadas neste Prospecto, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora, aos Distribuidores ou na CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo 1 - Regulamento

Anexo 2 - Súmula da Agência de Classificação de Risco

Anexo 3 - Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados - KPMG

Anexo 4 - Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo 1

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ATO DE DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS
CNPJ/MF Nº 09.019.111/0001-14

Pelo presente instrumento particular, o **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Administradora"), na qualidade de Administradora do **CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS ("FUNDO")**, considerando não ter havido nenhuma aplicação até a presente data:

RESOLVE

1. alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento") em razão de novas exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários, dentre outras tomadas pelas instituições intermediária participantes do Fundo, que passará a vigorar na forma da minuta anexa à presente deliberação.

São Paulo, 9 de novembro de 2007

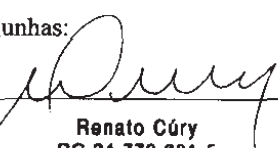

Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva
Diretor Responsável

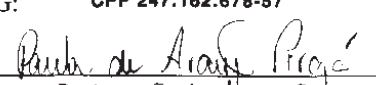

Kiyoshi Miyagi
Diretor

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.


Atila Noaldo S. A. Silva
Diretor

Testemunhas:

1. 
Nome: Renato Cury
CPF: RG 24.779.681-5
RG: CPF 247.162.678-57

2. 
Nome: PAULA DE ARAÚJO PERACÁ
CPF: 362.166.538-78
RG: 34.696.403-9



Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica

Praca Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP
Apresentado hoje, protocolado, registrado,
microfilmado e digitalizado sob nº 8638973

SÃO PAULO, 12 NOV 2007
ENCOLHEIMTO: 163.19
BRASIL: 66.18
AFRASE: 34.736
RNO CIVIL: 9.59
T. JUSTIÇA: 9.59
TOTAL: 211.25
ESCRITURANTES AUTORIZADOS:
SOLICITANTE: BEL JORGE MANUELA ALMEIDA
RECOLHIDOS POR VERBA: VALDIR FORATO
BEL REGIS DOS SANTOS SILVA
BEL ROBERTO DE MACEDO
Averbado à margem do registro nº 8634524

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Regulamento do
CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MERCANTIS**

Índice

CAPÍTULO I	– DO FUNDO	2
CAPÍTULO II	– DAS DEFINIÇÕES	2
CAPÍTULO III	– DA NATUREZA DO FUNDO	10
CAPÍTULO IV	– DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	11
CAPÍTULO V	– DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	12
CAPÍTULO VI	– DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	12
CAPÍTULO VII	– DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS BOLETOS DE COBRANÇA E DA COBRANÇA	15
CAPÍTULO VIII	– DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	16
CAPÍTULO IX	– DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	18
CAPÍTULO X	– DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	19
CAPÍTULO XI	– DO CUSTODIANTE E DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS	20
CAPÍTULO XII	– DOS FATORES DE RISCO	22
CAPÍTULO XIII	– DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
CAPÍTULO XIV	– DAS QUOTAS	28
CAPÍTULO XV	– DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	30
CAPÍTULO XVI	– DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XVII	– DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	32
CAPÍTULO XVIII	– DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	34
CAPÍTULO XIX	– DA ASSEMBLÉIA GERAL	35
CAPÍTULO XX	– DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	37
CAPÍTULO XXI	– DO PRAZO DE DURAÇÃO	38
CAPÍTULO XXII	– DOS EVENTOS DE REVISÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	38
CAPÍTULO XXIII	– DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	43
CAPÍTULO XXIV	– DOS ENCARGOS DO FUNDO	44
CAPÍTULO XXV	– DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	45
CAPÍTULO XXVI	– DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES	46
CAPÍTULO XXVII	– DISPOSIÇÕES FINAIS	47
CAPÍTULO XXVIII	– DO COMPROMISSO ARBITRAL	47



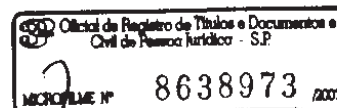
**Regulamento do
CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS**

CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O **CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS** (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXI, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. O Fundo é destinado a quaisquer Pessoas que estejam habilitadas a adquirir quotas de emissão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de acordo com a regulamentação em vigor, nos termos de seus respectivos regulamentos, que busquem rentabilidade no médio e longo prazos condizente com a política de investimento do Fundo, ressalvadas as Quotas Subordinadas que são destinadas exclusivamente à Cedente e/ou a suas Afiliadas.
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade de sua sede.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

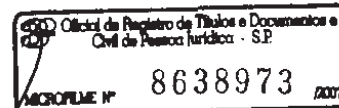
- 2.1. Para efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
 1. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
 2. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s) direta ou indiretamente controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s) direta ou indiretamente controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que seja(m) controlada(s) pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
 3. “Agência de Classificação de Risco”: agência de classificação de risco devidamente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores;
 4. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;



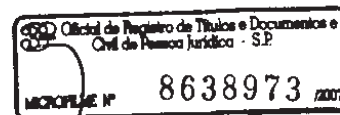
5. “Agente Escrirador”: **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91;
6. “Amortização Programada das Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.1) do Capítulo XVII;
7. “Amortização de Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.4) do Capítulo XVII;
8. “ANEEL”: Agência Nacional de Energia Elétrica;
9. “Anexos”: os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;
10. “Assembléia Geral”: assembléia geral de Quotistas;
11. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
12. “Base de Dados do Fundo”: base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relacionadas aos Direitos Creditórios Cedidos;
13. “Boleto de Cobrança”: documento emitido na forma de “ficha de compensação” pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, por meio do qual cada Consumidor efetua o pagamento do Direito Creditório Cedido por ele devido na Rede Conveniada, contendo as seguintes características:
 - i) em razão de informação contida no “código de barras” (código identificador vinculado à Conta do Fundo) do Boleto de Cobrança, as quantias pagas pelo Consumidor na Rede Conveniada serão automaticamente transferidas ao Custodiante por meio do Sistema Integrado de Compensação, observados os termos e condições do Convênio de Cobrança;
 - ii) para os fins do artigo 290 do Código Civil brasileiro, no caso de o Boleto de Cobrança estar vinculado a um Direito Creditório Cedido, esse será emitido com a seguinte mensagem em destaque no campo apropriado: “Direito de Crédito cedido ao ‘Celesc I - FIDC’ – Pagável somente na Rede Conveniada”; e
 - iii) deverá atender todas as especificações definidas no Convênio de Cobrança;
14. “BM&F”: Bolsa de Mercadorias & Futuros;
15. “BOVESPA”: Bolsa de Valores de São Paulo;



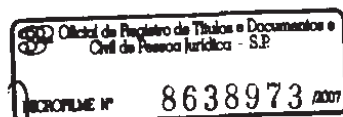
16. “Cedente”: **CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**, subsidiária integral de sociedade de economia mista estadual, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.336.783/0001-90;
17. “Celesc”: **CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**, sociedade de economia mista estadual, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55;
18. “CETIP”: Câmara de Custódia e Liquidação;
19. “Circulação”: o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
21. “CNPJ/MF”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
22. “Compensação Eletrônica”: horário em que ocorre o repasse dos recursos arrecadados pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação, em virtude do pagamento dos Boletos de Cobrança pelos Consumidores;
23. “Consumidores”: Consumidores que se encontram vinculados a determinada UC, devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, devidamente identificados no Contrato de Cessão, os quais atenderam, na data da respectiva seleção, cumulativamente, aos seguintes critérios:
 - i) pertencer ao segmento residencial, industrial, comercial ou rural, desde que não sejam do setor público, ou ainda controlados, direta ou indiretamente, por tal setor;
 - ii) as faturas cobradas não se encontrarem em débito automático;
 - iii) as respectivas faturas não terem sido pagas, nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à data de celebração da seleção, com atraso superior a 15 (quinze) dias da data de vencimento correspondente;
 - iv) o valor médio de suas respectivas faturas encontrar-se entre: (A) alta tensão – grupo A: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e (B) baixa tensão – grupo B: R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
 - v) não pertencer ao grupo de Consumidores Livres; e
 - vi) 16% (dezesseis por cento) pertencer ao grupo A – alta tensão; e 84% (oitenta e quatro por cento) pertencer ao grupo B – baixa tensão; selecionados de acordo com o critério do menor valor da fatura paga nos últimos 12 (doze) meses;



24. “Consumidores Livres”: consumidores que podem optar por contratar seus respectivos fornecimentos de energia elétrica com qualquer produtor independente, concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica, conforme os termos e condições estabelecidos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e suas alterações posteriores;
25. “Conta da Cedente”: conta corrente nº 5.121-7, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3.125-9, cuja beneficiária é a Cedente;
26. “Conta do Fundo”: conta corrente nº 204.800-0, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3125-9, cujo beneficiário é o Fundo;
27. “Conta Float”: conta *float* do Banco do Brasil S.A. na qual recairão os recursos provenientes da arrecadação dos Direitos Creditórios Cedidos e nela permanecerão durante o Período de *Float*;
28. “Conta Transitória”: conta do sistema do Custodiante que realiza o direcionamento dos recursos arrecadados tanto para a Conta do Fundo, quanto para a Conta da Cedente;
29. “Contrato de Cessão”: “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, a Cedente e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Celesc;
30. “Contrato de Concessão”: “Contrato de Concessão nº 56/99” celebrado entre o Poder Concedente e a Celesc em 22 de julho de 1999 e aditado em 11 de julho de 2005;
31. “Contrato de Custódia”: “Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira para o Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e a Cedente;
32. “Contrato de Distribuição”: “Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação de Quotas Seniores de Emissão do Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, os Distribuidores e a Cedente;
33. “Convênio de Cobrança”: “Convênio de Cobrança” celebrado entre a Cedente, a Administradora e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Celesc;
34. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
35. “CPF/MF”: Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;



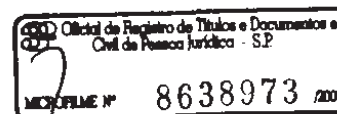
36. “Critério de Elegibilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no item (6.3) do Capítulo VI;
37. “Custodiante”: **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Ed. Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91;
38. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
39. “Data de Aquisição”: data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Cedidos à Cedente, em moeda corrente nacional;
40. “Data de Emissão”: data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização das Quotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
41. “Data de Verificação”: todo Dia Útil;
42. “Despacho ANEEL”: Despacho nº 3.029, de 20 de dezembro de 2006, do Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 102, v. 143, em 21 de dezembro de 2006; e Despacho nº 1.287, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 65, v. 144, n. 81, em 27 de abril de 2007, pelo qual a Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL resolveu substituir a Celesc pela Cedente, nas determinações do Despacho nº 3.029, tendo em vista o processo de segregação de atividades anuído pela Resolução Autorizativa;
43. “Dia Útil”: todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
44. “Direitos Creditórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) do Capítulo V;
45. “Direitos Creditórios Cedidos”: todos os Direitos Creditórios que venham a ser cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
46. “Distribuidores”: **BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**, o **BANCO ABC BRASIL S.A.** e qualquer outra instituição que venha aderir ao Contrato de Distribuição;
47. “Documentos Comprobatórios”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) do Capítulo V;
48. “Documentos da Securitização”: são conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) o Contrato de Custódia; (iv) o Convênio de Cobrança; (v) o Contrato de Distribuição; e (vi) o Prospecto;



49. “Empresa de Auditoria”: auditor devidamente contratado pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria de sua carteira;
50. “Evento de Liquidação Antecipada”: evento que enseja a liquidação antecipada e acelerada do Fundo, nos termos do Capítulo XXII deste Regulamento;
51. “Eventos de Recebimento Antecipado”: eventos ensejados por qualquer Evento de Revisão, e por meio do qual os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deliberam o recebimento antecipado do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Regulamento;
52. “Evento de Revisão”: cada um dos eventos descritos no Contrato de Cessão, cuja ocorrência poderá caracterizar um Evento de Recebimento Antecipado e, por conseguinte, um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do item (22.1) deste Regulamento;
53. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
54. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
55. “Governo Federal”: Governo Federal do Brasil;
56. “Índice de Cobertura”: índice a ser calculado, na forma de percentual, no último Dia Útil de cada Período de Disponibilidade e cujo numerador equivale ao montante de recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos que venha a transitar pela Conta *Float* no respectivo Período de Disponibilidade e o denominador é o Valor Mensal de Entrega do correspondente Período de Disponibilidade;
57. “Índice de Cobrança”: índice calculado mensalmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Cedente, de cada Relatório Analítico, o qual representa o número de Consumidores que, conforme indicado em cada Relatório Analítico, realizem o pagamento de suas faturas de energia elétrica por meio de débito automático, índice esse que não poderá ser superior, em cada data de apuração, a 10% (dez por cento) do número total de Consumidores, sob pena de ensejar um Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão;
58. “Início das Atividades”: data do protocolo dos documentos de registro do Fundo na CVM;
59. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas alterações posteriores;
60. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações posteriores;



61. “Lei de Concessões”: Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações posteriores;
62. “M”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.2) do Capítulo XVII;
63. “Mês Contratual”: todo e qualquer mês do calendário civil;
64. “Montante Mínimo”: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
65. “Outros Ativos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.5) do Capítulo IV;
66. “Periódicos”: os periódicos “Diário Catarinense” e “Valor Econômico, que deverão ser utilizados para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV;
67. “Período de Disponibilidade”: o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento do 1º Preço de Aquisição, no caso do 1º Período de Disponibilidade, ou, no caso dos demais Períodos de Disponibilidade, no dia 28 de cada mês-calendário (inclusive), e termina, em ambos os casos, no dia 28 do mês-calendário imediatamente subsequente (exclusive), observado que o 1º Período de Disponibilidade não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. O último Período de Disponibilidade se encerrará somente quando o Fundo houver recebido integralmente o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos;
68. “Período de Float”: tem o significado que lhe é atribuído no item (7.2), alínea “b” do Capítulo VII;
69. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
70. “Poder Concedente”: Governo Federal;
71. “Política de Cobrança”: rotina e política de cobrança dos Direitos Creditórios seguidas pela Cedente e pelo Fundo, descritas resumidamente no Capítulo VII;
72. “Programa de Securitização”: mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades;
73. “Prospecto”: o prospecto preliminar e definitivo do Fundo;
74. “Quotas”, “Quotas Seniores” e “Quotas Subordinadas”: as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso;



75. “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares das Quotas, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
76. “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é equivalente ao somatório do valor do patrimônio líquido na ocasião e o denominador é o valor atualizado das Quotas Seniores, apurada diariamente pela Administradora (exemplo: se Razão de Garantia for 1,075, então Razão de Garantia = 107,5%);
77. “Rede Conveniada”: instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação;
78. “Regulamento”: o presente regulamento;
79. “Relatório Analítico”: relatório mensal a ser encaminhado pela Cedente à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão;
80. “Reserva”: Outros Ativos a serem mantidos na carteira do Fundo, sendo que sua manutenção deverá ser diária e equivalente à soma, conforme calculada pela Administradora, (i) da estimativa dos 3 (três) próximos Valores Mensais de Entrega;
81. “Reserva de Caixa” ou “RC”: tem o significado que lhe é atribuído no item (20.3) do Capítulo XX;
82. “Resolução Autorizativa”: Resolução Autorizativa nº 712 de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 71, v. 143, n. 193, em 6 de outubro de 2006, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu com o processo de desverticalização da Celesc;
83. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
84. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
85. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
86. “SISBACEN”: Sistema de Informações do Bacen;
87. “Sistema Integrado de Compensação”: Sistema Integrado Regional de Compensação - SIC do Sistema Financeiro Nacional;
88. “Spread”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.1), alínea “b”, do Capítulo XVI;



- 89. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
- 90. “Taxa DI”: taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto um ano de 252 Dias Úteis);
- 91. “TED”: Transferência Eletrônica Disponível;
- 92. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do ‘Anexo I’, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
- 93. “UC”: unidade consumidora vinculada à determinada localidade geográfica;
- 94. “Valor Mensal de Entrega”: limite mensal dos Direitos Creditórios Cedidos a serem recebidos pelo Fundo, no curso normal do Programa de Securitização, caso não ocorra qualquer Evento de Recebimento Antecipado;
- 95. “Valor Referencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (23.1) do Capítulo XXIII;
- 96. “Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos”: valor total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão; e
- 97. “VAM”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.2) do Capítulo XVII.

CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Capítulo XXI deste Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, conforme previstos no Capítulo XXII, e as amortizações previstas no Capítulo XVII deste Regulamento.



CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, a serem originados e cedidos pela Cedente observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de 100% (cem por cento) da Taxa CDI acrescida do *Spread*, conforme os critérios estabelecidos no Capítulo XVI. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.
- 4.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios.
- 4.4. A Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência dos Consumidores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização, excetuado, nesse último caso, a responsabilidade do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356.
- 4.5. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade do saldo remanescente de seu patrimônio líquido não investido em Direitos Creditórios nos seguintes ativos (“Outros Ativos”):
 - a) moeda corrente nacional;
 - b) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e
 - c) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.
- 4.6. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.7. As aplicações do Fundo mencionadas no item (4.5) devem estar representadas por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstos na legislação e regulamentação vigente e neste Regulamento.
- 4.8. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior. Respeitado o disposto neste Capítulo, a Administradora poderá livremente definir o grau de concentração da carteira do Fundo. No processo de composição da carteira do Fundo, a Administradora não efetuará operações com derivativos, nem mesmo em operações de *day trade*.



- 4.9. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM.
- 4.10. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, dos Distribuidores, do Custodiante, de qualquer de suas Afiladas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

CAPÍTULO V – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 5.1. A Cedente, responsável pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, é uma subsidiária integral da Celesc, sendo essa uma sociedade de economia mista recém estruturada no formato de *holding* em atenção ao novo marco regulatório do setor elétrico que obrigou a desverticalização das atividades de concessão de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa.
- 5.2. Caracterizam-se como direitos creditórios passíveis de cessão ao Fundo todos os direitos de crédito, presentes e futuros, devidos pelos Consumidores à Cedente, em razão do fornecimento de energia elétrica pela Cedente àqueles, e indicados nos respectivos Boletos de Cobrança, desde a data de celebração do Contrato de Cessão até 5 (cinco) anos a contar da data de celebração do Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações, bem como multas, penalidades, indenizações e/ou títulos que os representem (“Direitos Creditórios”).
- 5.3. Os Direitos Creditórios Cedidos serão evidenciados pelos registros eletrônicos, identificados pela UC ou fatura de cada Consumidor, ou, ainda, pelo seu CNPJ/MF e/ou CPF/MF (“Documentos Comprobatórios”).

CAPÍTULO VI – DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 6.1. Observados os termos e as condições do Contrato de Cessão, a cessão de Direitos Creditórios Cedidos será considerada como definitiva, perfeita e acabada.
- 6.2. Até 31 de março de 2008, a Cedente poderá ceder um volume maior de Direitos Creditórios, de forma a ampliar o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, mediante celebração de aditivo ao Contrato de Cessão, desde que o Fundo efetue, em contrapartida, o pagamento do preço de aquisição correspondente e sejam observados os demais termos e condições do Contrato de Cessão.
- 6.3. O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios devidos por Consumidores (“Critério de Elegibilidade”).



- 6.3.1. Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao atendimento do Critério de Elegibilidade estabelecido no item (6.3) anterior.
- 6.4. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXIII, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 6.5. A Cedente assume o risco de não existência dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos do Contrato de Cessão.
- 6.6. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada de forma irrevogável e irretratável, em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e pela solvência e liquidação dos Consumidores. A Cedente responde pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, na data de sua respectiva cessão, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil.
- 6.7. Não é admitida a cessão de Direitos Creditórios em atraso.
- 6.8. Os Direitos Creditórios não serão adquiridos mediante aplicação de taxa de desconto, sendo que o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos adquiridos pelo Fundo será apurado por meio da seguinte fórmula:

$$VDCC_{kp} = \sum_{p=1}^n VDCC_{kp} ;$$

onde:

- a) “VDCC” é o valor de Direitos Creditórios Cedidos em razão de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, com o pagamento correspondente do Preço de Aquisição, conforme apurado pela seguinte fórmula:

$$VDCC_{kp} = PA_{ajst_{(k-1)p}} \times \prod_{t=1}^i \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} + FAS_{kp} ;$$

onde:

- i) “ $PA_{ajst_{(k-1)p}}$ ” é o valor de cada Preço de Aquisição ‘p’, excluindo atualizações, do Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive), sendo que no primeiro período é o próprio Preço de Aquisição ‘p’, apurado pela seguinte expressão:

$$PA_{ajst_{kp}} = PA_p - \sum_{k=1}^{n-1} VA_{kp} ;$$

onde:



(A) “Preço de Aquisição P ” ou “ PA_P ” é o Preço de Aquisição atribuído a cada cessão, conforme informado no respectivo Suplemento; e

(B) “ $\sum_{p=1}^n VA_{kp}$ ” é igual ao somatório dos VA_{kp} efetivamente pagos até o Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive);

onde:

(1) “ VA_{kp} ” é verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VA_{kp} = \frac{PA_p}{60 - (S - 1)};$$

onde:

(I) “ S ” significa os períodos em que já foram realizados pagamentos dos Valores Mensais de Entrega, e que se inicia em “1” e termina em “60”;

ii) “ $TaxaDI_{t-1}$ ” Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “ t ”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 12,75%, então Taxa DI $t-1 = 12,75$;

iii) “ Z ” é o número total de Taxas DI;

iv) “ T ” é o número de ordem da Taxa DI, sendo “ $T=1$ ” a Taxa DI divulgada na data de pagamento do 1º (primeiro) Preço de Aquisição e “ $T=Z$ ” a Taxa DI divulgada do Dia Útil anterior à data “ T ”;

v) “ $Spreaa$ ” 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis; e

vi) “ FAS_{kp} ” é o fator de ajuste de Sobretaxa, conforme a seguinte fórmula:

$$FAS_{kp} = PA_{ajst(t-1)p} \times \left[\left(\frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]$$

onde:

(A) “Sobretaxa”: tem os seguintes percentuais ao ano, base 252 Dias Úteis, a serem aplicados nos respectivos Períodos de Disponibilidade:

Período de Disponibilidade	Sobretaxa
1º ao 37º	1%
38º ao 48º	1,5%
49º ao 60º	2%

b) “ P ”: o número da respectiva cessão, o qual se inicia em “1”;

c) “ n ” é o número total de “ P ”; e

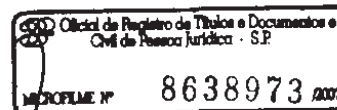
d) “ k ” número do respectivo período, iniciando-se em “1” e terminando em “60”.



- 6.8.1. O fator de atualização utilizado na determinação do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos foi estabelecido considerando-se parâmetros (taxas) de mercado.

CAPÍTULO VII – DO RECEBIMENTO DE VALORES, DA EMISSÃO DOS BOLETOS DE COBRANÇA E DA COBRANÇA

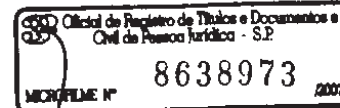
- 7.1. Até o recebimento, pelo Fundo, do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, todos os Direitos Creditórios Cedidos serão cobrados por meio de Boleto de Cobrança e arrecadados através do Sistema Integrado de Compensação. Tal procedimento será regido pelo Convênio de Cobrança.
- 7.2. Não tendo ocorrido um Evento de Recebimento Antecipado serão observados, com vistas ao recebimento, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios Cedidos, em cada Período de Disponibilidade, os seguintes procedimentos:
- a) os Consumidores efetuarão o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos na Rede Conveniada, sendo esses recursos transferidos para a Conta de *Float*, na mesma data, por meio de Compensação Eletrônica;
 - b) os recursos de que trata a alínea “a” anterior permanecerão por 2 (dois) Dias Úteis (“Período de Float”) na Conta *Float*, na forma do Convênio de Cobrança;
 - c) a partir do ingresso dos recursos na Conta *Float*, o sistema do Custodiante disponibilizará à Administradora, as informações dos valores arrecadados;
 - d) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando o sistema do Custodiante transferir os recursos da seguinte forma:
 - i) para a Conta do Fundo, até alcançar o Valor Mensal de Entrega; e
 - ii) o montante que exceder o Valor Mensal de Entrega, para a Conta da Cedente, até o encerramento do respectivo Período de Disponibilidade.
- 7.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Recebimento Antecipado a Cedente passará a entregar os Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo, até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, automaticamente e independentemente de qualquer outra formalidade adicional, observados os mesmos procedimentos indicados nas alíneas “a”, “b” e “c” do item (7.2) supra e, na sequência, as seguintes rotinas adicionais:
- a) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando ao sistema do Custodiante transferir os recursos para a Conta do Fundo, até alcançar o Valor Total de Direitos Creditórios Cedidos; e



- b) a partir do momento em que os recursos transferidos para a Conta do Fundo forem equivalentes ao Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante passará a transferir a totalidade dos recursos por esse acolhidos para a Conta da Cedente.
- 7.4. Caberá exclusivamente à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, prestar todas as informações ao Fundo caso o valor por esse retido no curso de cada Período de Disponibilidade, nas hipóteses deste Capítulo, venha a extrapolar o limite mensal de comprometimento da receita da Cedente definido pelo Despacho ANEEL, não recaindo assim, qualquer responsabilidade à Administradora, ao Custodiante, aos Distribuidores e/ou as suas Afiliadas na hipótese de que o Fundo venha a reter um percentual acima do indicado no referido despacho, excetuados os casos em que atuem em inobservância à comunicação feita pela Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.
- 7.5. A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes será realizada pela Cedente nos termos do Convênio de Cobrança, atuando por conta e ordem do Fundo.

CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pelo **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.**, instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58 (“**Administradora**”), que será responsável pelas atividades de administração e gestão da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas Seniores, definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. Observados os termos e as condições deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização, e sem prejuízo das demais responsabilidades estabelecidas pela Instrução CVM nº 356, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:
- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto neste Regulamento e nos demais Documentos da Securitização;



- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- c) alienar os Outros Ativos de titularidade do Fundo, sendo que o seu preço de venda não poderá, sob pena de responsabilização da Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao valor contábil dos respectivos ativos, exceto quando autorizado pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral; e
- d) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo, exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas: (i) ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia; e (ii) à Cedente, nos termos do Contrato de Cessão e do Convênio de Cobrança; que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica. Em todas as demais procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses, contado da data da outorga.

8.4. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) providenciar o registro deste Regulamento e de seus eventuais aditamentos, nos termos do item (1.3) do Capítulo I, dos demais Documentos da Securitização, observados os termos e condições ali convencionados;
- b) calcular e monitorar o cumprimento pelo Fundo, na periodicidade definida neste Regulamento, a partir de informações fornecidas pelo Custodiante, o valor da Reserva e da Reserva de Caixa;
- c) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes aos Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e a verificação desses documentos serão de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- d) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (*e-mail*), de extrato das contas de depósito abertas em seu nome, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista; (ii) o valor atualizado de suas Quotas; e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;
- e) fornecer, anualmente, aos Quotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, observados os termos do Contrato de Custódia;



- g) confirmar ao Custodiante, conforme o caso, sua concordância com o aumento do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do Contrato de Cessão;
- h) calcular e monitorar o cumprimento, pelo Fundo, na periodicidade definida neste Regulamento, a partir de informações fornecidas pelo Custodiante, dos índices e parâmetros referidos no item (14.7) do Capítulo XIV e nos demais dispositivos deste Regulamento;
- i) processar a subscrição, integralização, amortização e resgate de Quotas nos termos definidos neste Regulamento;
- j) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria, do Custodiante ou da própria Administradora;
 - ii) ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada; ou
 - iii) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- k) entregar e/ou manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante, pela Cedente e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização.

CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal equivalente a: 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, base de 252 Dias Úteis, apurada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e cobrada mensalmente (“Taxa de Administração”).
- 9.2. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.3. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, observado o disposto no item (9.2) anterior, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.4. O Fundo não cobrará taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.



CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral, poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe, a substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor da Taxa de Administração em vigor.
- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, os Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado nos Periódicos e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos referidos no item (22.3) do Capítulo XXII.
- 10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contado da data da realização da respectiva Assembléia Geral, observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas.
- 10.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral, ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (10.4), todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.



- 10.6. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.4), tal hipótese também será considerada um Evento de Recebimento Antecipado, a ser deliberado na forma do item (22.1) do Capítulo XXII.

CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE E DEMAIS TERCEIROS CONTRATADOS

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
 - b) receber e analisar o lastro dos Direitos Creditórios. Em virtude de se tratarem de arquivos eletrônicos transmitidos ao Custodiante diariamente, a verificação do lastro se dará na sua integralidade, e não por amostragem, na mesma periodicidade em que for transmitido ao Custodiante, sendo que a metodologia e os resultados obtidos deverão ser colocados à disposição da Administradora e dos órgãos reguladores;
 - c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
 - d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos; e
 - iii) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo, relatórios preparados nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua responsabilidade;
 - e) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos na alínea “d” deste item;
 - f) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, os valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, transferidos, a qualquer título, pela Cedente ou por seus



Agentes, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;

- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
 - h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Cedidos, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
 - i) colocar à disposição da Administradora, diariamente, informações necessárias para apuração do valor da Razão de Garantia, do Índice de Cobrança, do Valor Mensal de Entrega, da Reserva e da Reserva de Caixa;
 - j) calcular, nas periodicidades definidas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e demais Documentos de Securitização, o VAM e o Valor Total de Direitos Creditórios Cedidos; e
 - k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que ela possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.
- 11.3. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:
- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
 - b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
 - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora; e
 - d) somente acatar ordens assinadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora.
- 11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a esse atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 120



(cento e vinte) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

- 11.6. Sem prejuízo de suas responsabilidades, o Custodiante sub-contratou a Cedente para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos em inadimplência, nos termos do Convênio do Cobrança.

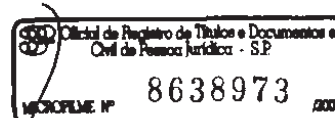
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

- 12.1. Os Direitos Creditórios Cedidos e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos, nos termos deste Regulamento.

- 12.2. Quanto aos riscos relativos ao Brasil, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de influência na economia brasileira.** A economia brasileira vem se caracterizando por freqüentes – e, ocasionalmente, substanciais – intervenções do Governo Federal, o qual muitas vezes altera as políticas cambiais, creditícias, fiscais e de outras naturezas para influenciar a economia do País. Assim, nada obsta que o Governo Federal crie medidas no setor elétrico que venham a afetar de maneira adversa o desempenho das atividades da Cedente, dentre elas o fornecimento de energia elétrica, causando, assim, um efeito adverso no patrimônio líquido do Fundo.
- b) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão resultar em perdas para os Quotistas.

- 12.3. Quanto aos riscos relativos à Cedente e seus negócios, destacam-se, de forma não taxativa:



- a) **Término antecipado da concessão.** No caso do término antecipado e/ou perda da concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica pela Cedente, o recebimento, pelo Fundo, do produto da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos poderá ser interrompido e/ou questionado. Portanto, não há como garantir que, na hipótese de término e/ou perda da concessão pela Cedente, o Fundo receberá o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos.
- b) **A distribuição de energia elétrica pela Cedente depende de condições hidrológicas favoráveis.** O setor elétrico brasileiro, muito concentrado em geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. Chuvas escassas, enchentes ou qualquer outro fator natural podem causar impacto na capacidade geradora das empresas geradoras de energia elétrica, aumentando ou reduzindo o nível de seus reservatórios. A limitação à capacidade de geração de energia elétrica poderá ter impacto negativo sobre os resultados, condição financeira e no cumprimento das obrigações da Cedente, na qualidade de distribuidora de energia, para com os Consumidores, o que pode comprometer a origem e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.
- c) **O impacto de uma escassez e/ou racionamento de energia elétrica, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá afetar de maneira adversa a distribuição de energia elétrica pela Cedente.** Em junho de 2001, devido à escassez de energia elétrica no mercado brasileiro, que poderia se agravar durante o período de inverno por falta de chuvas, o Governo Federal implementou um programa de racionamento. As medidas adotadas incluíam a suspensão do fornecimento de energia para fins ornamentais e de propaganda e para realização de eventos esportivos noturnos, regimes especiais de tarifação, o estabelecimento de metas de consumo e multas, além da possibilidade de corte no fornecimento caso os limites estabelecidos não fossem atendidos. Em vista do aumento do nível de água nos reservatórios em novembro de 2001, o Governo Federal adotou medidas de controle de consumo de energia mais brandas do que as até então vigentes. Em fevereiro de 2002, o Governo Federal decidiu pelo fim do racionamento de energia elétrica. Assim, não há garantias de que tais medidas, no futuro, venham a ser reimplementadas, e, caso venham a ser impostas, a origem e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo poderão ser negativamente afetadas.
- d) **A Cedente e a Celesc estão sujeitas à regulação e à fiscalização da ANEEL, a qual pode impor sanções em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da Lei de Concessões, e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade da respectiva concessão.** A ANEEL pode impor penalidades à Cedente e a Celesc, caso qualquer uma dessas deixe de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões. Cabe ressaltar que a ANEEL ainda não celebrou novo contrato de concessão com a Cedente decorrente do processo de desverticalização. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; e (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir a concessão da Celesc ou, caso essa já tenha sido formalmente transferida,

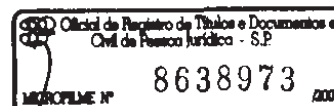


à Cedente antes do final de seu prazo, no caso de falência ou liquidação da Celesc ou da Cedente, ou por meio de encampação ou outro evento semelhante. A Celesc, a Cedente, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante ou qualquer de suas Afiliadas, não podem garantir que a Cedente e/ou a Celesc não serão penalizadas pela ANEEL por descumprimentos do Contrato de Concessão ou que a concessão de que a Celesc ou Cedente, conforme o caso, seja titular não será extinta no futuro. A indenização a que a Celesc ou a Cedente tem direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso a concessão seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações da Cedente ou da Celesc, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades à Cedente, ou a extinção da concessão, pode afetar negativamente a originação e entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ao Fundo.

- e) **Contrato de Concessão.** A Celesc celebrou o Contrato de Concessão com o Poder Concedente em de 22 de julho de 1999, sendo que, em razão do processo de desverticalização, conforme autorizado pela Resolução Autorizativa, as atividades da Celesc foram segregadas, por meio da criação da Cedente e da **CELESC GERAÇÃO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.33.804/0001-78. Nos termos da Resolução Autorizativa, a versão patrimonial e a transferência das concessões são atos vinculados e simultaneamente autorizados pela Resolução Autorizativa, devendo a subsequente assinatura dos aditivos aos contratos de concessão, com transferência das concessões, ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após a convocação formal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Ocorre que, até o presente momento, a Celesc não foi convocada pelo Poder Concedente e, por conseguinte, não foi celebrado o aditamento ao Contrato de Concessão de forma a transferir formalmente a concessão para a Cedente.
- f) **Risco de o Fundo possuir uma única cedente.** A existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações da Cedente, em razão dessa ser a única cedente de Direitos Creditórios ao Fundo. Assim, caso ocorra qualquer um dos eventos descritos neste item ou qualquer outro que venha a comprometer os seus negócios, a sua continuidade ou a geração de Direitos Creditórios por ela, tal fato poderá comprometer o Fundo e sua carteira, no todo ou em parte.

12.4. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios Cedidos e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios Cedidos. Caso o Fundo necessite alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios Cedidos em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIII, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Cedidos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Cedidos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos em caso de



inadimplemento. Não há qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados.

- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do prazo de duração do Fundo, ou nos casos do Capítulo XXII, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar seu investimento mediante alienação de suas Quotas no mercado secundário.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Capítulo XXIII, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos. Assim, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios Cedidos entregues em dação e/ou cobrar os valores devidos pelos Consumidores, além de incorrerem em custos de custódia dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Cedidos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- e) **Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Quotas.** O Fundo poderá resgatar antecipadamente as Quotas nas hipóteses previstas no Capítulo XXII. Desse modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e, assim, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- f) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no item (16.1) do Capítulo XVI. Tal critério tem como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, dos Distribuidores, do Custodiante, da Cedente e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas



aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

- h) **Risco de descontinuidade do Fundo.** A política de investimento do Fundo, conforme descrita no Capítulo IV, estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Nesse sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da descontinuidade das operações regulares da Cedente, da capacidade da Cedente de distribuir energia elétrica e, assim, de originar Direitos Creditórios.
- i) **Riscos operacionais.** A Cedente será a responsável, nos termos dos Documentos da Securitização, pela geração dos Boletos de Pagamento e dos relatórios que indicarão, dentre outros aspectos, os índices de inadimplência e o Índice de Cobrança. Qualquer falha ou alteração nas rotinas e nos sistemas internos de controle sob responsabilidade da Cedente e/ou do Custodiante, nos termos dos Documentos da Securitização, poderá causar, dentre outras ocorrências adversas, o não recebimento de parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos e, ainda, falhas na verificação de determinadas informações, inclusive, mas não se limitando a, o cálculo do Índice de Cobrança.
- j) **Não existência de Razão de Garantia.** O Fundo possui uma Razão de Garantia de 100%, ou seja, é autorizado o seu funcionamento normal, mesmo que as Quotas Subordinadas não tenham valor algum. Nesse sentido, caso o valor da Reserva venha a se desenquadrar, a Cedente não possui qualquer obrigação de aportar novos recursos, podendo, assim, na hipótese de desvalorização dos Direitos Creditórios, acarretar perda no valor das Quotas Seniores, bem como impossibilidade de pagamento das Amortizações Programadas de Quotas Seniores nas datas programadas.

12.5. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios Cedidos, destacam-se, de forma não taxativa:

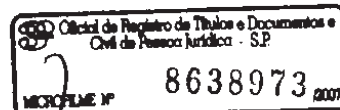
- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios Cedidos são pagos pelos Consumidores quando do vencimento do respectivo Boleto de Cobrança. A realização dos Direitos Creditórios Cedidos depende exclusivamente da solvência dos Consumidores e do efetivo pagamento dos valores devidos, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou pela solvência dos Consumidores. Em nenhuma hipótese, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas responsabilizam-se pelo



pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos ou pela solvência dos Consumidores e de eventuais garantidores dos Direitos Creditórios Cedidos.

- c) **Possibilidade de interrupção de fornecimento de energia elétrica.** O fornecimento de energia elétrica poderá ser interrompido nas hipóteses de inadimplemento ou por solicitação do consumidor, o que poderá resultar em interrupção na originação dos Direitos Creditórios Cedidos. Tal evento poderá afetar de forma negativa o valor do patrimônio líquido do Fundo.
- d) **Não existência de seguro de performance.** Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Cedidos e entregues ao Fundo são Direitos Creditórios futuros, a serem originados pela Cedente na consecução de seu objeto social. Não há contratação de seguro, pelo Fundo, que garanta a continuidade do fornecimento de energia elétrica. O Fundo somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que a Cedente distribuir energia elétrica e os Consumidores efetuarem os respectivos pagamentos, não havendo garantia de que as amortizações ou os resgates ocorrerão nos montantes esperados e nas datas programadas.
- e) **Valor mensal a ser retido pelo Fundo está limitado ao percentual definido pelo Despacho ANEEL.** Nos termos do Despacho ANEEL, o valor comprometido da receita da Cedente não poderá ser superior a 5,4% (cinco vírgula quatro por cento). Portanto, os valores a serem recebidos pelo Fundo estão limitados a tal percentual. Dessa forma, caso o Valor Mensal de Entrega ou os valores a serem retidos pelo Fundo na hipótese de um Evento de Recebimento Antecipado venham a superar o percentual supramencionado, tal fato poderá retardar o recebimento pelos Quotistas dos valores esperados a título de amortização e resgate de suas Quotas.
- f) **Migração para Débito Automático.** A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos será realizada com base no Convênio de Cobrança, conforme procedimentos descritos no Capítulo VII, de modo que, os pagamentos realizados pelos Consumidores serão automaticamente recebidos pelo Custodiante, o qual os repassará ao Fundo. Na hipótese de um número elevado de Consumidores vir a alterar a forma de pagamento para a modalidade débito automático em conta-corrente, o Custodiante não terá acesso automático a tais recursos, tendo em vista que esse modo de pagamento abrange outro sistema de cobrança. Dessa forma, eventual migração para esse tipo de cobrança por parte dos Consumidores poderá afetar negativamente o volume de recursos recebidos pelo Custodiante e, por conseguinte, pelo Fundo, podendo, dessa forma causar efeitos adversos em sua carteira caso a Cedente não venha a repassar tais recursos ao Fundo.
- g) **Risco da não prorrogação do Despacho ANEEL.** Nos termos do Despacho ANEEL, a Cedente foi autorizada a ceder Direitos Creditórios ao Fundo pelo prazo de 5 (cinco) anos. De acordo com o Contrato de Cessão, na ocorrência de um Evento de Revisão, o prazo para a cessão dos Direitos Creditórios deverá ser prorrogado. Nessa hipótese, a Cedente pleiteará uma solicitação formal à ANEEL, sendo tal solicitação uma obrigação da Cedente. Nesse sentido, não há qualquer garantia de que a ANEEL autorizará a mencionada prorrogação.


L



- h) **Risco na transferência dos recursos.** Durante o tempo em que os recursos oriundos do pagamento dos Direitos Creditórios permanecerem sob a custódia do agente de arrecadação, conforme descrito no item (7.2) do Capítulo VII deste Regulamento, o Fundo estará sujeito ao risco de insolvência do Banco do Brasil S.A.. Nessa hipótese, não há garantia que os recursos de titularidade do Fundo sejam a ele repassados nos prazos e forma descritos neste Regulamento.

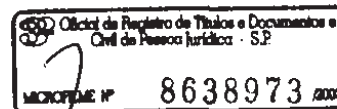
- 12.6. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, os Distribuidores, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, desde que tais eventos não tenham se dado por comprovada má-fé da Cedente, da Administradora, do Custodiante, do(s) Distribuidor(es) e/ou de qualquer de suas Afiliadas.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

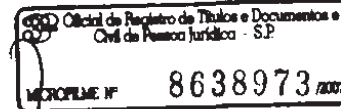
- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades.
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do patrimônio líquido da carteira, devem ser observados as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

- 14.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (14.3) e (14.4) deste Capítulo, respectivamente, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XVII. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador.
- 14.2. As Quotas do Fundo serão de 2 (duas) classes: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.
- 14.3. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;

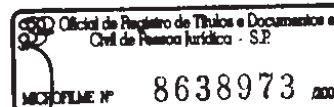


- c) tem seu valor apurado na forma do item (16.1) deste Regulamento;
 - d) nos termos do Capítulo XXVI, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
 - e) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 14.4. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos deste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
 - c) tem seu valor calculado conforme o disposto no item (16.2) do Capítulo XVI deste Regulamento; e
 - d) ressalvadas as matérias de que tratam os itens (19.7.1) e (19.7.2), não terá direito a voto nas Assembléias Gerais.
- 14.5. Cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto.
- 14.6. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas.
- 14.7. No curso ordinário do Programa de Securitização, a Razão de Garantia deverá ser, no mínimo, equivalente a 100% (cem por cento), o Índice de Cobrança deverá ser, no máximo, 10% (dez por cento) e o Índice de Cobertura deverá ser, no mínimo, equivalente a 200% (duzentos por cento), todos calculados na periodicidade e forma definidas neste Regulamento.
- 14.7.1. Na hipótese de a Razão de Garantia vir a ser equivalente a 100%, o valor das Quotas Subordinadas será zero. Na ocorrência de tal hipótese o patrimônio do Fundo será representado apenas pelas Quotas Seniores, não gerando, todavia, qualquer desenquadramento do Fundo ou Evento de Revisão ou Evento de Liquidação, desde que a Reserva esteja devidamente constituída.
- 14.8. Não será realizado qualquer procedimento por parte do Fundo, da Administradora, do Custodiante, dos Distribuidores, da Cedente e/ou de suas Afiliadas no caso de desenquadramento da Razão de Garantia. No caso de desenquadramento dos demais índices, esses acarretarão Eventos de Revisão na forma estabelecida no Contrato de Cessão.



CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 15.1. O Fundo emitirá no mínimo 100 (cem) e no máximo 200 (duzentas) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Ainda, o Fundo emitirá um número indeterminado de Quotas Subordinadas em classe única.
- 15.2. As Quotas emitidas deverão ser subscritas dentro do prazo estabelecido no anúncio de início de distribuição e nos termos e condições da legislação aplicável.
- 15.3. As Quotas Seniores serão subscritas e integralizadas exclusivamente por qualquer dos investidores de que trata o item (1.2), do Capítulo I. As Quotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente e/ou suas Afiliadas.
- 15.4. Quando do seu ingresso, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.
- 15.5. As Quotas Seniores serão registradas para negociação primária e secundária na CETIP.
- 15.6. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.
- 15.7. Observado o mínimo de 100 (cem) Quotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, nos termos deste Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% (cem por cento) das Quotas Seniores objeto da oferta, o saldo das Quotas Seniores não subscrito será cancelado.
- 15.8. Será admitida, a critério dos Distribuidores, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas.
- 15.9. As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio do sistema operacionalizado pela CETIP. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante.



CAPÍTULO XVI – DA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS

16.1. Cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos seguintes valores:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_t = VQS_{t-1} \times \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}};$$

onde:

VQS_t = valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data “t”, já deduzido dos valores pagos a título de amortização da respectiva Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.

VQS_{t-1} = valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”. No caso de o cálculo ser efetuado no caso do primeiro Período de Disponibilidade, VQS_{t-1} é igual a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Taxa DI_{t-1} = Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “t”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 12,75%, então Taxa DI_{t-1} = 12,75.

Spread = 0,95 (zero vírgula noventa e cinco), conforme definido no processo de *bookbuilding*.

16.2. Cada Quota Subordinada terá seu valor unitário equivalente ao resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Quotas Seniores em Circulação, apurado conforme o item (16.1) anterior, pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação.

16.3. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item (16.1) deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização e/ou regate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, os Distribuidores, do Custodiante, da Cedente e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.



- 16.4. Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.
- 16.5. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado, em seu lugar, automaticamente, o índice que oficialmente vier a substituí-la. Na hipótese de inexistência do parâmetro referido anteriormente, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas o novo parâmetro a ser utilizado para determinação do valor das Quotas Seniores, cabendo aos Quotistas Subordinados a aprovação do referido parâmetro por meio de voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, através de deliberação alcançada em votação em separado.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

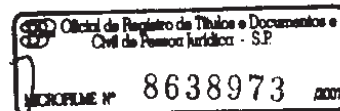
- 17.1. Desde que o patrimônio líquido assim o permita e o Fundo conte com recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para tanto depositados na Conta do Fundo, será promovida a contar da 1ª (primeira) Data de Emissão, todo dia 28 de cada mês, após o 1º Período de Disponibilidade, sendo que esse não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, a amortização de parcela do valor de cada Quota Sênior, nos termos do item (17.2) a seguir (“Amortização Programada de Quotas Seniores”).
- 17.2. No curso ordinário do Programa de Securitização, ocorrerá um número de 60 (sessenta) Amortizações Programadas de Quotas Seniores (equivalentes ao número de Períodos de Disponibilidade existentes), sendo que na última amortização o Fundo deverá promover o resgate integral de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação. O valor de cada Amortização Programada de Quotas Seniores será calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAM = VQS_t \times \left\{ \frac{1}{[60 - (M - 1)]} \right\};$$

onde:

- VAM = valor de amortização de cada Quota Sênior.
- VQS_t = valor de cada Quota Sênior na respectiva data, calculada nos termos do item (16.1) do Capítulo XVI.
- M = número de ordem da amortização a ser feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 60 (última amortização).

- 17.3. Após sua amortização integral, a respectiva Quota será resgatada e não mais será considerada em Circulação para todos os efeitos legais.



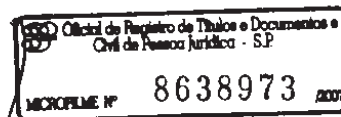
- 17.4. A Administradora, em nome do Fundo, poderá amortizar Quotas Subordinadas no prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a efetivação de cada Amortização Programada de Quotas Seniores desde que (i) não afete o valor da Reserva e nem os parâmetros do item (14.7) deste Regulamento; (ii) sejam obedecidas as demais condições indicadas no presente Capítulo, observado o critério *pro rata*, conforme necessário; e (iii) seja observado o Montante Mínimo para cada amortização ("Amortização de Quotas Subordinadas").
- 17.5. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as Amortizações de Quotas Subordinadas, conforme previsto neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos Quotistas Seniores, assim como o pagamento das despesas do Fundo.
- 17.6. No resgate e nas amortizações será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 17.7. Os Quotistas, ressalvado o disposto no Capítulo XXII, não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 17.8. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser um Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.
- 17.9. A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados (i) por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen e adotado pelo Agente Escriturador, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato; ou (ii) em Direitos Creditórios Cedidos, nos casos especificados neste Regulamento.
- 17.10. Com relação ao resgate, as Quotas Seniores, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, de acordo com os mecanismos previstos no item (17.9), deste Capítulo, e observada a disponibilidade de caixa do Fundo. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios Cedidos, observados os termos do Capítulo XXIII.
- 17.11. As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores, de acordo com os procedimentos previstos no item (17.9), em dinheiro ou Direitos Creditórios Cedidos, na medida da disponibilidade de um ou outro.
- 17.12. O presente Capítulo não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização. Portanto, as Quotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim o permitirem.



- 17.13. A Cedente terá o direito de integralizar Quotas Subordinadas, nos termos do boletim de subscrição, para fins de recomposição do valor da Reserva, sempre que for verificado pela Administradora o desenquadramento dessa.
- 17.14. Para fins do disposto no item anterior, a Administradora deverá solicitar à Cedente a recomposição da Reserva, por meio de comunicação escrita, indicando o correspondente valor a ser integralizado. Nesse sentido, a Cedente deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da comunicação prevista na primeira parte deste item, a quantidade de Quotas Subordinadas que subscreverá e a respectiva data de subscrição, observado o previsto no boletim de subscrição.
- 17.15. A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pela Cedente, para fins do previsto no item anterior, deve ser realizada, em moeda corrente nacional, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da comunicação feita pela Administradora. Caso a subscrição e integralização das novas Quotas Subordinadas não ocorra de acordo com o aqui previsto, tal fato caracterizará um Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão.

CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 18.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens a seguir indicados.
- 18.2. Observadas as condições estabelecidas no Contrato de Cessão, os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos por competência, conforme o critério *pro rata temporis*, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 18.3. Os Outros Ativos da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos Outros Ativos que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 18.4. As perdas e provisões com Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682.
- 18.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo de aquisição e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.



CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL

19.1. Observados os respectivos *quora* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- d) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a alienação de Direitos Creditórios;
- h) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada;
- i) deliberar sobre a alteração dos demais Documentos da Securitização; e
- j) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

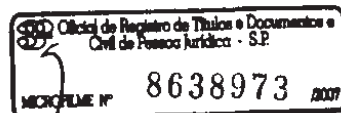
19.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer, exclusivamente, da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares. Tal fato deverá ser divulgado aos Quotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data de realização da alteração, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

19.3. A primeira e a segunda convocação da Assembléia Geral far-se-á, concomitantemente, por meio de anúncio publicado nos Periódicos ou por meio de *e-mail* enviado ao Quotista ou seu representante, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

19.4. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou por Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.



- 19.4.1. Salvo se prazo superior for estabelecido neste Regulamento, a Assembléia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação, e, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, tudo nos termos do item (19.3) anterior.
- 19.4.2. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem a totalidade das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 19.5. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 19.6. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de se efetuar em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 19.7. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, salvo se outro *quorum* de deliberação for exigido por este Regulamento ou pela norma legal.
- 19.7.1. Ressalvado o disposto no item (21.1) do Capítulo XXI, as deliberações relativas a qualquer das matérias previstas nos subitens “h” e “i” do item (19.1) deste Capítulo e no item (16.5) do Capítulo XVI serão tomadas pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação, assim como pelo voto afirmativo dos Quotistas titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos separadamente no curso da mesma Assembléia Geral.
- 19.7.2. As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens “c”, “e” e “j” do item (19.1) deste Capítulo serão tomadas em primeira convocação pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação em, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes, observado, ainda, o disposto no Capítulo X.
- 19.7.3. Ressalvado o previsto nos itens (19.7.1) e (19.7.2) anteriores, as Quotas Subordinadas não terão direito a voto em qualquer outra matéria prevista neste Regulamento.
- 19.8. Para efeito da constituição de quaisquer dos *quora* de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, da Cedente, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas e da Cedente.
- 19.9. Os Quotistas Seniores e os Quotistas Subordinados, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das



instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.

- 19.10. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.
- 19.11. A divulgação referida no item (19.3) deste Capítulo deve ser providenciada mediante anúncio publicado nos Periódicos ou por *e-mail* com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista.
- 19.12. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quora* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os Quotistas Seniores quanto os Quotistas Subordinados, quer tenham comparecido à Assembléia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 19.13. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 20.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:
 - a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
 - b) na constituição ou enquadramento da Reserva e da Reserva de Caixa;
 - c) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
 - d) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, no caso dos recursos decorrentes da integralização das Quotas Seniores;
 - e) na constituição de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades; e



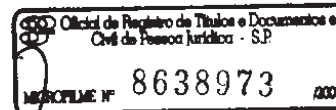
- f) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.
- 20.2. Exclusivamente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, o pagamento da remuneração da Agência de Classificação de Risco somente ocorrerá após o resgate integral das Quotas Seniores.
- 20.3. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada nas modalidades de investimento referidas nas alíneas "a" a "c" do item (4.5) do Capítulo IV, parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos nos 3 (três) meses calendários subsequentes à realização do respectivo provisionamento ("Reserva de Caixa").

CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO

- 21.1. O prazo de duração do Fundo é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão ou até pagamento de todos os Quotistas e cumprimento de todas as obrigações assumidas, o que ocorrer por último. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Capítulo XXII a seguir.

CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS REVISÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

- 22.1. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora, diretamente ou por intermédio da Cedente, deverá: (i) dar ciência de tal fato aos Quotistas; e (ii) convocar imediatamente a Assembléia Geral. Nesse caso, cabe aos Quotistas Seniores deliberarem se tal Evento de Revisão corresponderá a um Evento de Recebimento Antecipado e, conforme o caso, a um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos dos itens (22.2) e (22.3) a seguir. É possibilitado aos Quotistas Seniores deliberarem que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado sem que, no entanto, resulte em um Evento de Liquidação Antecipada, ressalvada a hipótese na qual o Índice de Cobertura venha a ser inferior a 130% (cento e trinta por cento) durante qualquer Período de Disponibilidade, caso em que (i) o Evento de Recebimento Antecipado será necessariamente um Evento de Liquidação Antecipada; e (ii) a Administradora deverá automaticamente, independentemente de realização de Assembléia Geral, tomar as providências descritas nos itens (22.2) e (22.3) a seguir.
- 22.1.1. A Assembléia Geral referida no item (22.1) deste Capítulo poderá deliberar a realização dos procedimentos definidos nas alíneas "c" do item (22.3), *mutatis mutandis*, com o objetivo de amortizar as Quotas em razão da antecipação do fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios, independentemente da liquidação do Fundo.



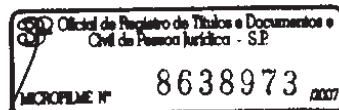
- 22.2. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, deliberarem que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, a Administradora deverá (i) tomar as medidas que entenda necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e (ii) iniciar os procedimentos definidos no item (7.3) do Capítulo VII.
- 22.3. Ainda, na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.1) deste Capítulo, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá, na medida em que os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios sejam creditados (na forma do item (7.3) do Capítulo VII deste Regulamento) na Conta do Fundo, promover o resgate das Quotas, total ou fracionado, observados a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX e os seguintes procedimentos:
- a) caso aplicável, a Administradora deverá interromper a aquisição de Outros Ativos e resgatar e/ou alienar os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, adotando as medidas prudenciais necessárias de forma que o resgate ou alienação desses ativos não afete sua rentabilidade;
 - b) manter depositados na Conta do Fundo os recursos decorrentes dos procedimentos referidos na alínea “a” acima e/ou do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos;
 - c) após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Capítulo XXIV, quando os recursos mantidos na Conta do Fundo forem superiores ou equivalentes ao menor valor entre (i) o somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação, apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI; e (ii) o Montante Mínimo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, procederá ao resgate compulsório, até o valor correspondente à diferença entre (a) os recursos mantidos na Conta do Fundo; e (b) os recursos necessários ao pagamento ou provisionamento das despesas e encargos devidos pelo Fundo, nos termos do Capítulo XXIV, inteiro ou fracionado, conforme aplicável, de todas as Quotas Seniores em Circulação; e
 - d) sem prejuízo do disposto no Capítulo XXIII a seguir, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente procederá ao resgate das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Seniores, observados os procedimentos descritos na alínea “c” anterior.
- 22.4. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma deste Capítulo, decidirem que um Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, mas não é um Evento de Liquidação Antecipada, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (22.3) anterior.
- 22.5. São Eventos de Revisão, para os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão:



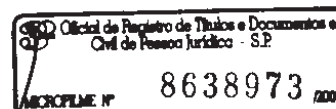
- a) requerimento de autofalência, requerimento ou decretação de falência, decretação de intervenção, a qualquer tipo, na concessão, declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- b) convocação ou instalação de comitê ou assembléia de credores com vistas à negociação de plano de recuperação judicial, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de falência da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- c) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem o exercício pelo Fundo de seus direitos, garantias e prerrogativas decorrentes do Contrato de Cessão que não sejam sanados dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência;
- d) evidência de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir faturas mensais de energia elétrica contra os Consumidores sem lastro e/ou em duplicidade;
- e) evidência de que tenham recaído sobre os Direitos Creditórios quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza;
- f) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se tal evento for sanado no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo previsto no respectivo instrumento, o que for menor. Para os fins desta alínea, são consideradas obrigações de natureza financeira quaisquer obrigações relacionadas a:
 - (i) quaisquer operações de empréstimos em moeda corrente nacional ou estrangeira;
 - (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em balanço (*off-balance*);
 - (iii) empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen;
 - (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente;
 - (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen;
 - (vi) operações de arrendamento mercantil;
 - (vii) emissão pública ou privada de títulos de renda fixa e valores mobiliários, conversíveis ou não, no Brasil ou no exterior;
 - (viii) concessão de garantias, avais, fianças ou penhores, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira;
 - (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos, com ou sem co-obrigação;
 - (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de corresponsabilidade;
 - (xi) valores pagos ou a pagar a acionistas em decorrência de resgate e/ou compra de ações realizados ou a realizar;
 - (xii) qualquer outro negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente; ou
 - (xiii) operações de *hedge*;
- g) protesto, contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer obrigação, cujo valor, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, validamente comprovados pela Cedente ou qualquer de suas Afiliadas; ou



- (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência do protesto, esse (A) seja sanado pela Cedente e/ou por qualquer de suas Afiliadas; (B) seja cancelado; ou (C) sejam prestadas garantias suficientes em juízo;
- h) condenação da Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas em ação judicial, ou início de execução de título judicial, cujo valor agregado ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (A) contra tal decisão judicial a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas tempestivamente interpuser recurso ou medida judicial com efeito suspensivo; (B) caso a sociedade afetada tenha garantido o pagamento em juízo; ou (C) para atender ao pagamento das referidas ações, tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- i) ajuizamento contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto, e desde que a sociedade afetada pelo evento não tenha garantido o pagamento em juízo ou desde que, para atender ao pagamento das referidas ações, não tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- j) fusão, cisão ou incorporação que envolva a Cedente ou suas Afiliadas, salvo se o Fundo, previamente comunicado, tenha anuído, após deliberação nesse sentido dos titulares de Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral;
- k) perda ou revogação de qualquer autorização necessária e essencial para a continuidade de suas atividades;
- l) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, inclusive para empresas ligadas, pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor cumulativo, contábil ou de venda, desde essa data, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total da Cedente constante em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, atualizado anualmente, a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, pelo IGP-M, salvo se o Fundo, previamente comunicado, tenha anuído à realização do respectivo negócio;
- m) não manutenção da preferência absoluta do Fundo com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive com referência aos procedimentos de recebimento previstos no Capítulo VII deste Regulamento, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações a eles relacionados;
- n) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Cedente, ou de qualquer de suas Afiliadas, cujo valor contábil, unitário ou em conjunto, represente mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Cedente, à época, levantado com base em suas últimas demonstrações financeiras, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias, contado de seu início;



- o) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- p) realização, direta ou indiretamente, pela Cedente, de qualquer transação, ou série de transações, (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos), que, nos termos da legislação, possa ser enquadrada como operação lesiva ao patrimônio da Cedente ou como fraude contra credores, com qualquer Pessoa ou entidade relacionada à Cedente, a menos que a referida transação ou série de transações seja(m) realizada(s) em termos e condições não menos favoráveis à Cedente do que aqueles que seriam obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma entidade ou Pessoa relacionada, conforme declaração assinada pelo diretor financeiro da Cedente entregue previamente à Administradora;
- q) alteração ou modificação do objeto social da Cedente que possa alterar substancialmente o ramo de negócios por ela atualmente explorado;
- r) descumprimento pontual e integral pela Cedente de qualquer obrigação assumida no Contrato de Cessão, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- s) caso o Índice de Cobrança, em qualquer data de apuração, seja superior a 10% (dez por cento);
- t) constatação de que a Cedente não informou às demais partes acerca da extrapolação do percentual definido pelo Despacho ANEEL como limite máximo de comprometimento de sua receita, conforme estabelecido no item (12.5), alínea “e”, deste Regulamento;
- u) caso as Partes, em comum acordo, não venham a concordar, em um prazo de 30 (trinta) dias, acerca do índice a ser utilizado em substituição à Taxa DI, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- v) caso, a partir do 1º Período de Disponibilidade, e até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, (i) durante 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos o Índice de Cobertura venha a ser inferior a 200% (duzentos por cento); ou (ii) durante qualquer Período de Disponibilidade o Índice de Cobertura venha a ser, em uma única ocasião, inferior a 130% (cento e trinta por cento);
- w) caso a Reserva venha a se desenquadrar e a Cedente não integralize novas Quotas Subordinadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela Administradora nesse sentido, nos termos estipulados neste Regulamento;
- x) caso a Convênio de Cobrança e/ou o Contrato de Custódia sejam rescindidos pela Cedente sem que um novo contrato ou convênio, conforme o caso, seja celebrado em termos satisfatórios ao Fundo;
- y) caso a Cedente opte por substituir o Custodiante e/ou o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente de cobrança, sem a prévia e expressa anuência dos Quotistas; ou



- z) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em 4 (quatro) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco.

CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 23.1. Para efeito do disposto no inciso XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no item (22.3) do Capítulo XXII, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto na alínea “b” do item (16.1) do Capítulo XVI (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescentes em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar ao disposto no item (6.6) do Capítulo VI deste Regulamento.
- 23.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (23.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (23.3) a seguir.
- 23.3. Para fins do disposto no item (23.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios Cedidos dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da realização da Assembléia Geral referida no item (23.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a esse efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 23.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido no item (23.3) anterior e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos



Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

- 23.5. Antes da implementação dos procedimentos de dação referidos no item (23.1) deste Capítulo, a Cedente terá a opção de, a seu exclusivo critério, adquirir, em moeda corrente nacional, a totalidade dos Direitos Creditórios Cedidos pelo Valor Referencial, deduzido dos Outros Ativos, se for o caso, e acrescido de todos os custos e despesas necessários à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades. A Cedente poderá exercer a opção de compra anteriormente referida no prazo decadal de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento de comunicação, enviada pela Administradora, informando a Cedente do respectivo evento. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (6.6) do Capítulo VI deste Regulamento. Na hipótese de a Cedente optar por não exercer a opção de compra aqui referida, a Administradora iniciará os procedimentos referidos no item (23.2) deste Capítulo.
- 23.6. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que for aplicável, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX.

CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 24.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
 - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
 - f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
 - g) quaisquer despesas inerentes à constituição, à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
 - h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco;



- i) taxas de custódia de ativos do Fundo;
 - j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
 - k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma da alínea “d” do item (19.1) do Capítulo XIX.
- 24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 25.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Revisão, um Evento de Liquidação Antecipada e/ou um Evento de Recebimento Antecipado, nos termos do item (22.1) do Capítulo XXII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.
- 25.2. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação nos Periódicos, quais sejam “Diário Catarinense” e “Valor Econômico”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.
- 25.3. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
 - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Handwritten signature and mark.



CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS SENIORES

- 26.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos anteriormente referidos.
- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação, reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 26.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos Quotistas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 26.5. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 26.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

- 27.2. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e o resgate das Quotas Subordinadas.
- 27.3. Para fins tributários, e de acordo com a composição de sua carteira, o Fundo será classificado como “fundo de investimento de longo prazo” conforme artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Instrução nº 487, de 30 de dezembro de 2004, da Receita Federal.
- 27.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro do mesmo ano.

CAPÍTULO XXVIII – DO COMPROMISSO ARBITRAL

- 28.1. Todas as divergências oriundas ou relacionadas com o presente Regulamento e seus ‘Anexos’ que não forem resolvidas amigavelmente e imediatamente pela Cedente, pelo Custodiante, pela Administradora, pelos Quotistas e/ou suas Afiliadas, incluindo qualquer questão sobre sua existência, validade ou término deverão ser dirimidas por arbitragem em conformidade com as Regras de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá (“Regras”), por três árbitros em conformidade com as referidas Regras.
- 28.2. A sede da arbitragem deverá ser a Capital de São Paulo, e legislação processual brasileira deverá ser aplicada onde as Regras forem omissas. O idioma a ser usado no juízo arbitral é o português.
- 28.3. A sentença arbitral será imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas partes, devendo ser proferida no prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo vedado o julgamento por equidade.
- 28.4. As partes reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo extrajudicial.
- 28.5. O presente Regulamento estará sujeito à legislação em vigor na República Federativa do Brasil, em especial às normas específicas da CVM, sem referência a suas disposições sobre conflitos de lei.





- 28.6. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Capítulo.

São Paulo, 09 de novembro de 2007

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.

Kiyoshi Miyagi
Diretor

Auto Noaldo S. A. Silva
Diretor



Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica

Praça Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP

**Apresentado hoje, protocolado, registrado,
microfilmado e digitalizado sob nº 8638973**

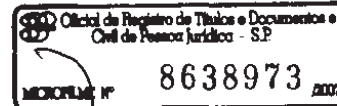
São Paulo, 12 NOV 2007

BEL. JOSÉ MARIA SIVIERO - OF. REGISTRADOR
BEL. FRANCISCO ROBERTO LONGO - OF. SUBSTITUTO

ESCREVENTES AUTORIZADOS:

BEL. JORGE MANUEL P. ALMEIDA BEL. REGIS DOS SANTOS SILVA
VALDIR FORATO BEL. ROBSON DE MACEDO AYRES

Averbado à margem do registro nº 8634524



ANEXO I

TERMO DE ADESÃO AO CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E RECIBO DO PROSPECTO

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Único da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, aos termos do regulamento ("Regulamento") do Celest I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis ("Fundo"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões neste empregados têm os mesmos sentidos respectivamente designados a eles no Regulamento.

O investidor também declara:

- (i) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimentos;
- (iii) ter recebido uma cópia do Prospecto e do Regulamento, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, nesse ato, às suas disposições;
- (iv) ter total ciência da política de investimento do Fundo e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto no Regulamento, e que poderá ocorrer perda do capital investido no Fundo;
- (v) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (vi) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante, dos Distribuidores, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (vii) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira do Fundo, observando o disposto no Regulamento, no Prospecto e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades legais e de mercado;
- (viii) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356;
- (ix) de que as informações do Fundo serão divulgadas no periódico "Diário Catarinense" e "Valor Econômico"; e
- (x) de que conforme disposto no Artigo 60 da Instrução CVM 356, admite-se a utilização de meio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora e os quotistas do Fundo.

[local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do Investidor:

[nomes e cargos dos representantes legais]

CNPJ/MF:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo 2

Súmula da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fluxo Futuro de
Recebíveis/Brasil
Relatório Analítico

Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis

Ratings

Emissão Classe	Valor BRL Mi	Vencimento Final	Rating Atual
Sênior	200,0	Nov 2012	AA+(bra)
Subordinada	10,7	Nov 2012	NA

bra – Escala Nacional Brasileira. NA – Não Avaliado.

Analistas

Finanças Estruturadas

Bernardo Costa
55 11 4504 2600
bernardo.costa@fitchratings.com

Jayme D. Bartling
55 11 4504 2600
jayme.bartling@fitchratings.com

Corporates

Pagsi Jimenez
55 11 4504 2600
pagsi.jimenez@fitchratings.com

Mauro Storino
55 21 4503 2600
mauro.storino@fitchratings.com

Fundamentos do Rating

Esta transação consiste na securitização de um fluxo futuro de direitos creditórios, a serem performados pela Celesc Distribuição S.A. (Celesc Distribuição), através da cessão de direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica referentes a unidades consumidoras pré-selecionadas, dentro de sua área de concessão. A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA+(bra)' às cotas seniores do Celesc I – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis (Celesc FIDC), em montante nominal de BRL200 milhões. O rating atribuído reflete a probabilidade dos investidores seniores receberem o pagamento pontual e integral do principal investido, acrescido da taxa benchmark de rendimento CDI acrescido de 0,95% ao ano, ao longo do prazo de sessenta meses da operação.

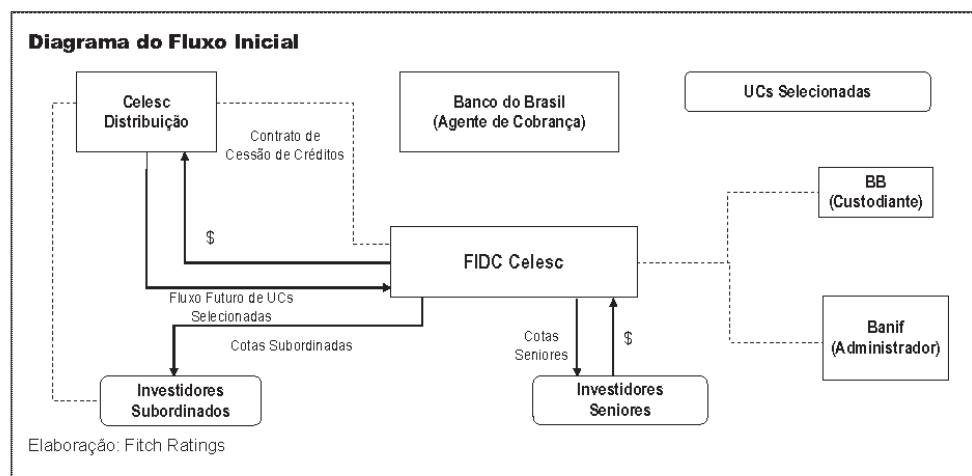
Na escala de classificação de risco da Fitch, o rating 'AA+(bra)' atribuído às cotas seniores do Celesc FIDC é comparável a qualquer rating de crédito nacional para emissões de títulos de renda fixa, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outra entidade emissora.

O rating atribuído baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- No risco de continuidade da Celesc Distribuição através de uma análise consolidada das empresas que compõem a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc Holding). Na visão da Fitch, este risco de continuidade é menor do que o risco de crédito de sua dívida sênior sem garantia, sendo fator determinante para o rating atribuído às cotas seniores do Celesc FIDC.
- A estrutura legal desenhada, com destaque para a marcação/seleção de unidades consumidoras, cujos direitos creditórios, representados por faturas, foram cedidos, e o mecanismo de arrecadação através da emissão de boletos de cobrança que segrega o fluxo de caixa referente aos direitos creditórios cedidos ao Celesc FIDC do fluxo de caixa pertencente aos direitos creditórios mantidos pela Celesc Distribuição.
- O volume estimado de recursos a transitar pela contas domiciliadas no Banco do Brasil S.A. (BB), suficiente para cobrir a maior amortização mensal de principal e juros durante o curso normal da operação em 3,09 vezes, e os critérios utilizados para a seleção das unidades consumidoras selecionadas para cessão.
- A reserva inicial através da subscrição de cotas subordinadas em moeda corrente nacional em montante equivalente à 5,08% do patrimônio líquido (PL) do Celesc FIDC.

27 de Novembro de 2007

www.fitchratings.com / www.fitchratings.com.br



- A projeção de estoque e perfil de dívida da Celesc Holding, sendo que as cotas seniores do Celesc FIDC passarão a corresponder a menos de 30% de sua dívida financeira;
- O elevado comprometimento de receita mensal da Celesc Distribuição, superior a 50% com a inclusão das amortizações mensais do Celesc FIDC;
- A relativa sazonalidade no faturamento da Celesc Distribuição, onde as receitas entre abril e agosto representavam menos de 85% da receita média mensal no ano; e
- Os riscos associados ao setor elétrico em geral, tal como os riscos hidrológico e regulatório.

■ Resumo da Estrutura

O emissor é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído segundo as leis brasileiras e devidamente autorizado a operar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Celesc FIDC é constituído sob a forma de condomínio fechado e buscará amortizar o principal investido em cotas seniores, mais os juros acruados no período, em sessenta parcelas mensais e consecutivas, sem período de carência. A data de término da concessão operada pela Celesc Distribuição é de 7 de julho de 2015.

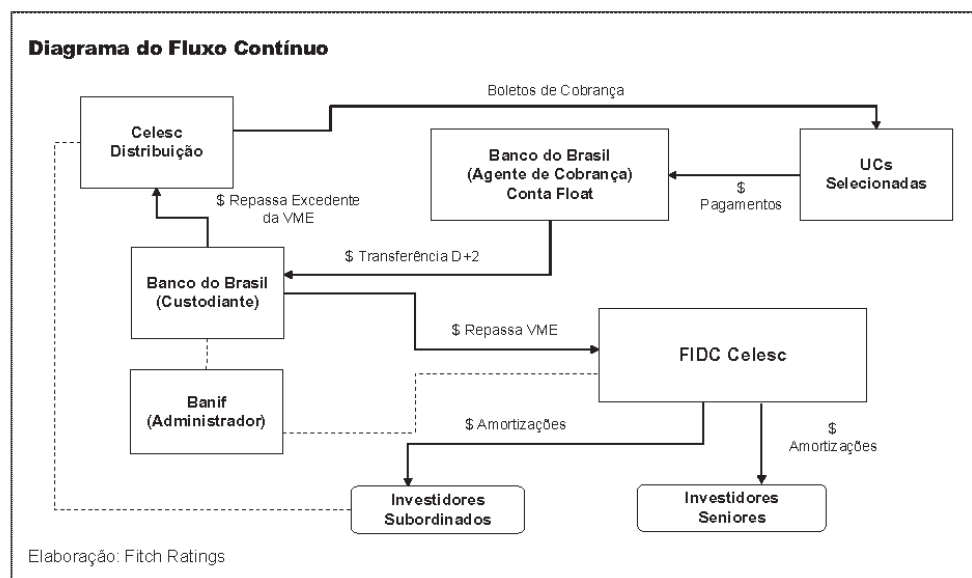
A principal finalidade do Celesc FIDC é conceder aos investidores uma participação indivisível nos direitos creditórios adquiridos, de acordo com o critério de elegibilidade estabelecido. O Celesc FIDC é administrado e gerido pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. (Banif), enquanto o BB é responsável pelas funções de custodiante.

O Celesc FIDC irá emitir cotas seniores em montante nominal de BRL200 milhões. Em conjunto serão subscritas e integralizadas, pela Celesc Distribuição, cotas subordinadas, não avaliadas pela Fitch, em moeda corrente nacional, equivalente à estimativa dos três primeiros Valores Mensais de Entrega (VME). O VME é o montante mensal de recursos a serem transferidos para a conta do Celesc FIDC em base mensal. Estima-se que, na data de emissão, esse montante seja de BRL10,7 milhões, ou 5,08% do PL do fundo.

A estrutura da operação está desenhada de forma que, durante seu curso normal, o principal investido mais os juros acumulados no período sejam amortizados em sessenta parcelas mensais, sem carência. As cotas subordinadas deverão crescer em representatividade com relação ao PL, de forma que sua composição seja sempre equivalente, no mínimo, à estimativa das obrigações do Celesc FIDC nos três meses subsequentes. O mecanismo de acumulação de juros segue uma fórmula onde os valores das amortizações aumentam

Participantes da Operação

Originador: Celesc Distribuição S.A.
Custodiante: Banco do Brasil S.A. – “AA+(bra)” / “F1+(bra)” / IDR ML BBB- / IDR ME BBB-
Administrador: Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.
Banco Arrecadador: Banco do Brasil S.A.
Estruturadores: BB Banco de Investimento S.A. e Banco ABC Brasil S.A. – “AA-(bra)” / “F1+(bra)” / IDR ML BB+ / IDR ME BB+
Assessor Jurídico: Motta, Fernandes Rocha Advogados
Levantamento da Carteira: KPMG Risk Advisory Services Ltda.



Com os recursos obtidos com a emissão de cotas seniores, o Celesc FIDC irá adquirir direitos creditórios oriundos da entrega futura de energia elétrica a clientes residenciais, comerciais, industriais e rurais da Celesc Distribuição, previamente selecionados, que forem arrecadados via sistema de arrecadação bancária.

Mecanismo de Arrecadação

Os consumidores das faturas selecionadas para cessão ao fundo, efetuarão o pagamento das contas em qualquer banco do Sistema Integrado de Compensação. Na mesma data, estes recursos serão transferidos para a “conta float,” domiciliada no BB, por meio de compensação eletrônica. Os recursos permanecerão por dois dias úteis na conta float, e o BB, na qualidade de custodiante, irá disponibilizar ao administrador as informações referentes aos valores arrecadados. Ao terminar o período de float, os recursos serão transferidos para a “conta transitória”, que irá possibilitar ao custodiante, durante o curso normal da operação, transferir, de acordo com a ordem do administrador, os recursos disponíveis da seguinte forma:

- Para a conta do Celesc FIDC, recursos em montante suficiente para que se atinja o VME; e
- Para a conta da Celesc Distribuição, todo o montante excedente, até o fim do mês.

O VME é o montante mensal a ser transferido para a conta do Celesc FIDC durante sua operação normal. Dentro deste cálculo estão incluídos as despesas da operação, o montante da amortização de principal e

juros, e os recursos necessários para a recomposição da reserva, para que esta seja equivalente aos próximos três VMEs.

Na ocorrência de um evento de liquidação antecipada, o BB repassa todos os recursos disponíveis na conta transitória até que o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos (VTDCC) seja atingido.

É importante mencionar, no entanto, que o valor total dos recursos transferidos pelo BB para a conta do FIDC em um mesmo mês não poderá ser superior a 5,4% da receita mensal da Celesc Distribuição, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no Despacho no 3.029, publicado no Diário Oficial em 20 de dezembro de 2006.

Caso haja redução do faturamento da Celesc Distribuição, que leve os recursos disponíveis na Conta Transitória a excederem 5,40% da receita mensal da cedente, esta deverá notificar o administrador e custodiante do fundo para que sejam transferidos ao fundo montante até o limite estipulado pela Aneel.

Cotas Subordinadas

As cotas subordinadas a serem subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela Celesc Distribuição, em montante de BRL10,7 milhões, têm por finalidade prover liquidez mínima ao fundo, já que estes recursos estarão sempre investidos em ativos financeiros e de liquidez

apropriada. Caso o Celesc FIDC não tenha recursos suficientes disponíveis em conta para honrar com a amortização das cotas seniores, o montante disponível na reserva será utilizado.

Durante o decorrer da transação, as cotas subordinadas sempre deverão corresponder a, no mínimo, o montante estimado das próximas três VMEs.

Ordem de Prioridade de Pagamentos

Durante a vigência do Celesc FIDC, e em base contínua, o administrador utilizará as disponibilidades de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos:

- Pagamento de encargos;
- Constituição e/ou reequilíbrio da reserva e da reserva de caixa;
- Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
- Provisão para despesas a incorrer na data de efetiva liquidação; e
- Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas.

■ Critério de Elegibilidade

O fluxo de caixa a transitar pelas contas do Celesc FIDC será derivado de Unidades Consumidoras pré-selecionadas que respeitam um único critério de elegibilidade: pertencem ao segmento residencial, comercial, industrial e rural, desde que não sejam do setor público.

As Unidades Consumidoras alvo de seleção foram selecionadas seguindo os critérios abaixo:

- As faturas cobradas não estavam em débito automático;
- As respectivas faturas não foram pagas, nos 36 meses imediatamente anteriores a celebração do contrato de cessão, com atraso superior a 15 dias da data de vencimento;
- O valor médio de suas respectivas faturas variam entre BRL2 mil e BRL7,5 mil para consumidores de alta tensão e entre BRL100 e BRL2 mil para consumidores de baixa tensão;
- Não pertencem ao grupo de Consumidores Livres; e
- Os percentuais máximos de concentração por grupo de cliente em relação ao PL são de 16% para clientes do grupo A e 84% para clientes do grupo B, selecionados de acordo com o critério de menor valor de fatura paga nos últimos 12 meses.

Estes critérios permitem que unidades consumidoras de locais temporários e que não estão sendo faturados há muito tempo sejam eliminados, além de filtrar créditos com comportamento de inadimplência ruim. Adicionalmente, os clientes do grupo A apresentam maior oscilação de valor médio por fatura do que os do grupo B.

■ Originação, Cobrança e Arrecadação

A Fitch conduziu uma avaliação interna do perfil de crédito da Celesc Distribuição. A análise foi baseada em números consolidados da Celesc Holding, que inclui outras empresas do setor de energia. A Fitch irá monitorar o rating interno atribuído à empresa até o vencimento final das cotas seniores do Celesc FIDC. Alterações no perfil de risco de crédito da empresa têm impacto imediato no rating atribuído às cotas avaliadas.

Celesc Distribuição

A Celesc Distribuição opera como um monopólio natural para a distribuição de eletricidade, atendendo mais de dois milhões de unidades consumidoras, em baixa e alta tensão, na sua área de serviço. A empresa tem se beneficiado de evoluções positivas com relação ao número de unidades consumidoras, consumo de energia e de reajustes tarifários. Durante o período 2002 – 2006, a receita líquida consolidada cresceu a uma taxa média anual de 16,2%, refletindo crescimentos médios anuais de 3,2% em número de unidades consumidoras e de 1,4% em vendas físicas, além de reajustes tarifários positivos.

A receita líquida consolidada dos últimos 12 meses (base junho 2007) posicionou-se em BRL3.031,1 milhões, o que representa um crescimento de 6,6% frente ao mesmo período do ano anterior e inferior à média dos últimos cinco anos. A queda no consumo da classe industrial (com maior representatividade na receita bruta, 34%) tem sido mitigada parcialmente pelo maior consumo por parte de clientes residenciais e comerciais e por um recente aumento na receita resultante de disponibilização do sistema de transmissão, embora ainda pouco representativa (2,9% das receitas totais em 2006).

Os reajustes tarifários da Celesc Distribuição têm sido suficientes para a manutenção da sua capacidade financeira. A empresa concluiu a revisão tarifária em 2004, definindo a base de ativos para remuneração. A próxima revisão tarifária será em 2008.

A Celesc Distribuição investiu acima da sua depreciação regulatória, o que deve beneficiar sua base de remuneração de ativos considerada no cálculo da nova tarifa. Em contrapartida, a revisão tarifária deverá reduzir os ganhos de eficiência

capturados pela empresa na administração de seus custos gerenciáveis (Parcela B) nos próximos anos. Caberá à mesma, buscar novos ganhos de eficiência nos quatro anos seguintes, para beneficiar suas margens operacionais. A redução do custo de capital médio ponderado também irá exercer influência negativa no processo de revisão tarifária.

O resultado operacional consolidado da Celesc Holding, antes da depreciação e amortização (EBITDA), registrou crescimento médio anual de 10,1% no período entre 2002 e 2006, e uma redução de 25,2% nos últimos 12 meses. O EBITDA vem apresentando variação em função do registro de provisões decorrentes do Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) em vigor no período e de contingências referentes a ações cíveis e trabalhistas, dentre outras. A margem do EBITDA é baixa comparada à de outras distribuidoras de energia do mercado, refletindo a maior contribuição das despesas operacionais, incluindo as provisões. Positivamente, as perdas de energia da Celesc Holding estão entre as menores do mercado, situando-se abaixo de 10%, nos últimos anos. A Celesc Holding encerrou os últimos 12 meses findos em junho de 2007 com EBITDA de BRL351,8 milhões e margem de EBITDA de 11,6%. O volume e o perfil alongado da dívida ajustada da Celesc Holding são compatíveis com a expectativa de geração operacional de caixa. Ao final de junho de 2006, a dívida ajustada consolidada, incluindo empréstimos e financiamentos, dívidas com a entidade de previdência privada e obrigações de benefícios pós-emprego, totalizava BRL910,4 milhões. Apenas BRL147,5 milhões (16,2%) venciam no curto prazo. Na mesma data, as disponibilidades e aplicações financeiras totalizavam BRL182,4 milhões. O risco de refinanciamento também fica limitado pela manutenção de um adequado volume de liquidez e ausência de maiores concentrações de pagamento nos próximos anos.

Tabela I: Participações Minoritárias – Celesc Holding

Empresa	Participação no Capital Votante
Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás)	51,00%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (ECTE)	20,00%
Dona Francisca Energética (Diesa)	23,03%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan)	19,30%
Usina Hidrelétrica de Cubatão (UHE Cubatão)	40,00%
Fundo de Investimento em Participações – PCH Energia	20,00%

*Adquirida em dezembro de 2006.
Fonte: Celesc Holding

O perfil creditício da Celesc também reflete a exposição da companhia ao risco de influência política, em razão de seu controle acionário ser público estadual e do modelo regulatório novo, mas que tem se demonstrado eficiente diante dos novos desafios impostos.

Originação

Os consumidores de energia da Celesc Distribuição são divididos em duas categorias, baseadas na tensão de fornecimento:

- Grupo A (alta tensão) - Composto por consumidores com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV; e
- Grupo B (baixa tensão) – Composto por consumidores com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV.

As unidades consumidoras do grupo A são, em sua maioria, indústrias de médio e grande porte além de estabelecimentos comerciais de grande escala. Já as unidades consumidoras do grupo B, são basicamente oriundas das classes residenciais, comerciais, rurais e industriais de pequeno porte.

Para a contratação dos serviços providos pela Celesc Distribuição, consumidores do grupo A devem celebrar contratos de fornecimento. Neste deve constar informações como tensão de fornecimento, data de início e prazo de duração, além de eventos de rescisão. Informações sobre a unidade consumidora e o projeto elétrico são submetidas à Celesc Distribuição para aprovação.

Para a contratação dos serviços por parte de consumidores do grupo B, o consumidor deverá assinar o contrato de adesão padrão, além de apresentar documentos pessoais, como Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física, quando aplicável.

Leitura de Faturamento

Atualmente, a responsabilidade pela leitura dos faturamentos das unidades consumidoras pertence a 16 regionais da Celesc Distribuição, distribuídas de acordo com subregiões geográficas do Estado de Santa Catarina, e nove empresas terceirizadas. A leitura de faturamento também acompanha a estrutura de divisão de classes por categoria de tensão.

Para os consumidores do grupo A, todo o processo de leitura fica concentrado nas 16 regionais da Celesc Distribuição. Os funcionários das regionais se deslocam até o consumidor e efetuam a medição de consumo de acordo com um cronograma estabelecido pela Celesc Distribuição.

A medição do faturamento contra unidades consumidoras do grupo B envolve empresas terceirizadas contratadas pela Celesc Distribuição. De acordo com um cronograma de medição estabelecido pela cedente, os funcionários das empresas terceirizadas se deslocam a cada uma das unidades consumidoras e, através de um aparelho coletor, levantam os dados de consumo. Os funcionários então descarregam as informações em terminais disponíveis nas regionais da Celesc Distribuição. Os terminais analisam as informações e alertam para variações expressivas em comparação à média de consumo histórico. Em caso de divergências, estes pontos serão apontados em um relatório específico que será analisado.

As informações obtidas junto às regionais sobre os consumidores dos grupos A e B são repassadas à Celesc Distribuição, que irá controlar a emissão de boletos de cobrança. A cedente emitirá e enviará os boletos de cobrança pagáveis através do sistema integrado de compensação.

Cobrança

De acordo com a legislação brasileira, o corte do fornecimento de energia elétrica só poderá ser efetuado após 15 dias de envio de 'reaviso'. O reaviso pode ser feito através de notificação ou através da próxima fatura de energia. O sistema da Celesc Distribuição está programado para cortar o fornecimento de energia a um consumidor inadimplente automaticamente, de acordo com os prazos previstos na legislação.

Em conformidade com os processos de originação e de leitura, o processo de cobrança de faturas em aberto também é diferente para clientes dos grupos A e B. Atualmente, a Celesc Distribuição opta por encaminhar o reaviso aos consumidores do grupo A, devido ao alto volume médio por fatura e o número menor de consumidores, de forma antecipada. Já para o grupo B, tendo em vista o número de consumidores e os custos associados à notificação, a Celesc Distribuição opta por encaminhar o reaviso junto com a fatura do mês seguinte.

Antes de efetivamente cortar o fornecimento de energia, a Celesc Distribuição preserva o direito de negociar débitos por meio de telefonemas, cartas ou visitas. A decisão de cortar o fornecimento é o último recurso. Após o corte, os casos são levados a empresas de cobrança terceirizadas. Após o 180º dia, para débitos superiores a BRL3 mil, os consumidores são acionados judicialmente.

Há casos em que parcelas são renegociadas através de parcelamento em até 24 vezes, mediante uma entrada equivalente a 33% do débito corrigido acrescido de juros e multa. Na ocorrência de novo

inadimplemento, o consumidor toma-se negativo no SPC.

■ Eventos de Revisão e Liquidação Antecipada

Na ocorrência de eventos específicos relativos à estrutura do Celesc FIDC, o administrador convocará uma assembléia de cotistas para deliberar se estes eventos constituem um evento de liquidação antecipada, o que é decidido por voto de maioria. Dentre os eventos de revisão pode-se incluir:

- Requerimento de autofalência, requerimento ou decretação de falência, decretação de intervenção da concessão, declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Celesc Distribuição e/ou qualquer de suas afiliadas;
- Convocação ou instalação de comitê ou assembléia de credores com vistas à negociação de plano de recuperação judicial, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou requerimento de falência da Celesc Distribuição ou qualquer de suas afiliadas;
- Evidência de que a cedente, por comprovada negligência, tenha permitido terceiros emitir faturas de energia elétrica sem lastro e/ou com duplicidade;
- Evidência de que tenha recaído sobre os direitos creditórios cedidos qualquer ônus, encargo ou gravame;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira da Celesc Distribuição ou de suas afiliadas, cujo valor seja igual ou superior à BRL25 milhões, salvo se tal evento for sanado no prazo de trinta dias corridos ou no prazo previsto no instrumento, o que for menor;
- Protesto contra a Celesc Distribuição ou qualquer de suas afiliadas, de qualquer obrigação, cujo valor ultrapasse BRL25 milhões, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, validamente comprovada pela cedente, ou (ii) no prazo máximo de trinta dias, esse seja (a) sanado pela cedente, (b) seja cancelado, (c) sejam prestadas garantias suficientes em juízo.
- Fusão, cisão, ou incorporação que envolva a Celesc Distribuição ou suas afiliadas, salvo se o FIDC, previamente comunicado, tenha dado anuência por meio de assembléia geral;
- Perda ou revogação de qualquer autorização necessária e essencial para a continuidade de suas atividades;

- Venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência de bens de ativo permanente ou de participação em outras sociedades ou de ativos essenciais à sua atividade, cujo valor cumulativo seja igual ou superior a 5% do ativo total da Celesc Distribuição;
- Não manutenção da preferência absoluta do Celesc FIDC com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos direitos creditórios cedidos, inclusive com relação aos procedimentos de pagamento previstos no Contrato de Cessão;
- Ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Celesc Distribuição, cujo valor contábil seja superior a 5% de seu PL;
- Concessão de qualquer medida cautelar que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Celesc Distribuição ou qualquer de suas afiliadas;
- Caso o volume de faturas que passem para débito automático seja superior a 10% (Índice de Cobrança);
- Caso, durante dois períodos de disponibilidade consecutivos o DSCR seja menor que 2,0 vezes.
- Rebaixamento do rating atribuído às cotas seniores em quatro níveis.

Na ocorrência de um evento de revisão, o administrador deverá convocar uma assembléia de cotistas para deliberar se tal evento constitui um evento de liquidação antecipada ou não. Na hipótese dos cotistas optarem pelo sim, a Celesc Distribuição passará a entregar todos os recursos a transitar mensalmente pela conta transitória até que o VTDC seja atingido.

Caso durante um determinado mês, o DSCR seja menor que 1,30 vez, o administrador irá iniciar os procedimentos de liquidação antecipada sem necessidade de deliberação por assembléia de cotistas.

O valor transferido mensalmente ficará limitado a 5,40% da receita mensal da Celesc Distribuição, conforme determinação da Aneel.

Caso a VME não seja atingida durante dois períodos de disponibilidade consecutivos, a Celesc Distribuição deverá indenizar o Celesc FIDC em montante equivalente a VTDC em até cinco dias da notificação conjunta do administrador e do custodiante. Em contrapartida, ao invés de indenizar o fundo a Celesc Distribuição poderá subscrever

novas cotas subordinadas através da cessão de novos direitos creditórios, de forma a reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da operação.

■ Reforço de Crédito

Em relação ao reforço de crédito para operações de securitização lastreadas por fluxo futuro de recebíveis, é importante esclarecer que cotas subordinadas provêm garantia de uma forma diferente das operações lastreadas por direitos creditórios pulverizados performados. No caso específico do Celesc FIDC, a subordinação foi o mecanismo estrutural utilizado para compor uma reserva inicial. Tal reserva e, conseqüentemente, a subordinação, serão sempre equivalentes à estimativa das próximas três VMEs.

O outro mecanismo de reforço de crédito presente no Celesc FIDC é o montante de faturamento para os clientes selecionados em relação à amortização mensal de principal e juros das cotas seniores. A soma da menor fatura dos últimos 12 meses de todos os clientes selecionados é de aproximadamente 15,1 milhões. Se a menor fatura dos últimos 12 meses for considerada como parâmetro para o montante a transitar nas contas do custodiante, o DSCR(x) deverá ser equivalente a 5,0 vezes.

Adicionalmente, os critérios utilizados para seleção das unidades consumidoras são bastante rigorosos e, de certa forma, diminuem a exposição do fluxo a riscos advindos de inadimplência e de redução de consumo.

■ Análise Histórica

A Fitch recebeu informações sobre o fluxo mensal de contas de energia da Celesc Distribuição referente ao período entre março de 2004 e fevereiro de 2007 realizado pela KPMG. O período analisado contempla um faturamento total de BRL13,7 bilhões referentes a 68,9 milhões de faturas encaminhadas.

Apesar de a Celesc Distribuição operar 92% do Estado de Santa Catarina, aproximadamente, 34% de sua receita está concentrada em cinco municípios. A tabela abaixo expõe a abertura e a composição da receita por município.

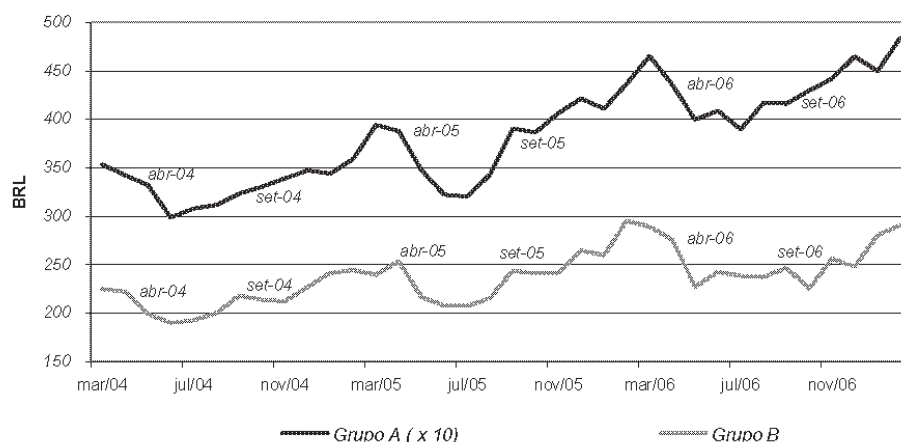
Tabela II – Abertura e Composição de Receita por Município

Município	População*	% Receita Individual	% Receita Acumulada	Valor Médio Fatura (BRL)
Jornville	496.051	12,02%	12,02%	266,48
Florianópolis	406.564	7,74%	19,76%	170,80
Blumenau	298.603	6,98%	26,71%	257,88
Brusque	89.254	3,72%	30,43%	451,10
Itajaí	168.088	3,49%	33,93%	243,56

*População baseada em 01.07.2006

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e KPMG

Gráfico de Faturamento Médio por Unidade Consumidora – Separado por Grupo de Cliente



Conforme explicado anteriormente, a Celesc Distribuição classifica seus clientes em duas categorias, com base na tensão de fornecimento. Durante o período de análise, a média de faturamento tem sido bem distribuída, sendo 48% provenientes de clientes de alta tensão. Nos últimos 12 meses da amostra, no entanto, observou-se uma lenta migração de receita para clientes classificados no segmento de baixa tensão.

A tabela III expõe a composição da receita da empresa durante o período de amostra e nos últimos 12 meses. O gráfico de faturamento médio por unidade consumidora (acima) apresenta a variação do volume médio por fatura emitida no período analisado para as faturas que respeitem os critérios de elegibilidade. No início da amostra a fatura média de clientes do grupo A – alta tensão – era de BRL3.535, enquanto a fatura média de clientes do grupo B – baixa tensão era de BRL225. No final do período de amostra, a fatura média atingiu BRL4.842 e BRL291 respectivamente.

Tabela III – Composição de Receita da Empresa

Período da Amostra Analisado	Grupo A – Alta Tensão
Média Amostra	48%
Média Últimos 12 Meses	46%
Máximo Amostra	58%
Máximo Últimos 12 Meses	50%
Mínimo Amostra	42%
Mínimo Últimos 12 meses	42%

Fonte: KPMG

A sazonalidade é o elemento chave da análise de valor médio de fatura por grupo de cliente. O Estado de Santa Catarina é um pólo turístico e, em períodos de clima propício à visita às praias, recebe milhões de pessoas. O turismo é um dos principais setores da economia do estado, e a impulsão do consumo de energia não ocorre apenas devido ao aumento do número de consumidores, mas também em função do incremento do comércio e da indústria local, no período, para atender os turistas.

Para analisar a variação mensal do consumo no período, a Fitch separou a amostra em três períodos de 12 meses e calculou a variação negativa máxima da média de cada período por grupo de cliente. Os resultados podem ser observados na tabela abaixo.

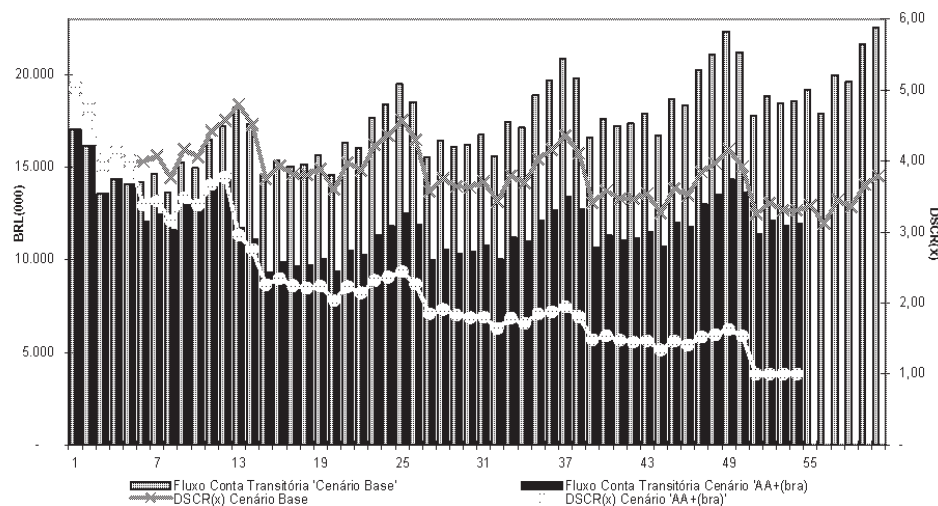
Tabela IV – Variação Mensal do Consumo

Período	Grupo Clientes por Tensão	Média (BRL)	Variação Max (-)	Desvio Padrão
Mar04 –	A	3.326	10%	7%
Fev05	B	216	12%	9%
Mar05 –	A	3.808	16%	10%
Fev06	B	241	14%	11%
Mar06 –	A	4.336	10%	8%
Fev07	B	255	12%	8%

Fonte: KPMG

A Fitch entende que a variação mensal do período é um bom parâmetro para estimar a variação mensal para as unidades consumidoras selecionadas. Outra possível medida de redução de volume a transitar pela conta transitória é a inadimplência. As informações levantadas pela KPMG indicam um índice de perda entre 1,0% e 2,7% por cada mês de vencimento, volume considerado baixo pela Fitch, e

Cenários Base e de Estresse: Fluxo de Caixa & Cobertura do Serviço de Dívida



explicado pela consequência imediata do não pagamento da fatura – corte de fornecimento. A exposição a riscos de inadimplência para os créditos selecionados é extremamente menor do que para a carteira de unidade consumidora geral da Celesc Distribuição, já que o critério que estabelece que qualquer cliente que tenha pago a fatura com mais de 15 dias de atraso nos últimos 36 meses o torna inelegível para seleção, diminui sensivelmente este risco.

■ Análise de Fluxo de Caixa

A Fitch simulou um modelo de fluxo de caixa para verificar a adequação de recursos a transitar nas contas do Celesc FIDC para fazer frente aos pagamentos de principal e juros das cotas seniores emitidas. O modelo de fluxo de caixa foi a principal ferramenta utilizada para medir se o volume inicial esperado das faturas dos clientes selecionados é suficiente ou não para suportar riscos associados ao rating ‘AA+(bra).’

A somatória da menor fatura dos últimos 12 meses das unidades consumidoras selecionadas é de BRL15,1 milhões. A expectativa da Fitch é que o montante a transitar pelas contas do custodiante seja suficiente para cobrir a primeira amortização de cotas seniores em 5,06 vezes. Conforme explicado anteriormente, o cronograma de amortização das cotas está desenhado de forma que o valor dos juros acumulados cresça a cada amortização. A Fitch espera que, sob um cenário base, o montante a transitar pelas contas do custodiante seja suficiente para cobrir a última amortização em 3,12 vezes. Para

a modelagem, a Fitch considerou um reajuste anual de tarifa de 7,0%.

Tabela V – Reajuste Anual da Tarifa

Ano do Reajuste	% Reajuste
2003	26%
2004	9%
2005	15%
2006	10%

Fonte: Celesc Distribuição

O montante a transitar pelas contas do Celesc FIDC é função de duas variáveis: a redução do valor médio por fatura emitido e a redução da receita mensal total da Celesc Distribuição, já que a Aneel só permite a transferência de 5,40% da receita mensal da empresa.

Adicionalmente, como as cotas irão valorizar à uma taxa pós-fixada, também é necessário que apliquemos um estresse sobre o CDI para medir a força do fluxo mensal para honrar o pagamento das cotas seniores.

A tabela VI resume os estresses efetuados sobre o fluxo e sobre o CDI, demonstrando a variação máxima. No entanto, como pode-se observar no gráfico cenários base e de estresse, os volumes de cobertura entre o cenário base e o cenário ‘AA+(bra)’ só se distanciam a partir do sétimo mês. A diferença passa a ser maior com o passar do tempo.

Tabela VI: Cenários de Estresse

Variável	Caso Base	Cenário Estresse I	Cenário Estresse II	Cenário Estresse 'AA+(bra)'
Fluxo Grupo A	100%	84%	89%	80%
Fluxo Grupo B	100%	86%	72%	65%
Receita Celesc	100%	92%	84%	80%
CDI Max	11,25%	22,50%	28,13%	33,75%
Menor DSCR(x)	3,12x	2,12x	1,55x	1,27x

Elaboração: Fitch Ratings

Os estresses de fluxo foram baseados na variação máxima sobre a média para cada grupo de tensão durante o período de março de 2005 a fevereiro de 2006, conforme pode-se observar nas tabelas IV e VI. Já os estresses aplicados sobre a receita mensal da Celesc Distribuição foram baseados no desvio padrão observado ao longo do período de 36 meses, de 8%. Para chegar a um estresse de 'AA+(bra)', tais variações e desvio padrão foram resultados da aplicação de um múltiplo de 2,50 vezes.

O resultado estressado está em linha com o estresse observado pelo setor energético em 2001 e 2002. A exposição a uma segunda crise do setor ocorrer durante o período de vigência do fundo existe, entretanto, em patamares menores do que o observado naquele período. Adicionalmente, é importante lembrar que durante a crise observada em 2001 e 2002, não houve racionamento na Região Sul do país.

Os estresses sobre o CDI mensal são baseados no cenário de estresse utilizado pela Fitch para todas as operações onde existe esta exposição. Tais estresses foram baseados na série histórica do CDI, incluindo períodos de diferentes níveis de estresse econômico.

O gráfico cenários base e de estresse aponta a diferença nos pagamentos sob estes dois cenários. Sob um cenário base, o fluxo mensal não deve fugir de 3,12x a amortização mensal. Sob o cenário de estresse 'AA+(bra)', é importante observar que, a partir do 27º mês, o montante a transitar pelas contas do fundo passa a ser menor do que 2,0 vezes. Permanecendo o estresse, a operação aciona o gatilho de liquidação antecipada de DSCR(x) de 1,30 vez no 51º mês e liquida todas as cotas seniores no 56º mês.

Caso o DSCR(x) fique abaixo de 2,0 vezes, aciona-se um evento de avaliação e os investidores têm a opção de iniciar a liquidação antecipada do Celesc FIDC. O gráfico não apresenta este cenário. No entanto, o modelo da Fitch simulou tal decisão por parte dos cotistas seniores e identificou que as cotas seniores seriam resgatadas no 46º mês após a emissão das cotas.

■ Análise de Risco de Continuidade

Visto que securitizações de fluxo futuro de recebíveis envolvem a venda ou cessão de direitos futuros, a fonte de recursos para pagamento aos investidores depende da capacidade da cedente de continuar gerando recebíveis. Na visão da Fitch, o risco de contínua geração de recebíveis no caso da atividade da Celesc Distribuição é melhor do que o risco de crédito da dívida sênior sem garantia da cedente.

No âmbito da análise de risco de continuidade da Celesc Distribuição, três pontos específicos contribuem significativamente para que o rating interno de continuidade se distancie do rating interno de crédito da empresa em maior grau do que a maioria das operações lastreadas por recebíveis de fluxo futuro: (i) o fato de a Celesc Distribuição ser uma empresa que opera uma concessão de serviço público (ii) o setor energético brasileiro, altamente regulado por agência nacional, apresenta diretrizes claras e regulamentações específicas (iii) a Celesc Distribuição é controlada pela Celesc Holding, que, por sua vez, é controlada pelo Estado de Santa Catarina. Apesar destes pontos, o risco de não continuidade da cedente existe, o que implica que o rating atribuído às cotas seniores permaneça vinculado ao risco de crédito da cedente.

Concessionária de Serviço Público

Empresas concessionárias de serviços públicos, apresentam particularidades que tornam o risco de continuidade da empresa menor do que seu risco de crédito em maior grau do que outras empresas. A Fitch identificou que o evento que impossibilitaria a contínua geração de recebíveis por parte da Celesc Distribuição seria a remoção da concessionária da operação da concessão, que poderia ocorrer devido aos seguintes eventos:

- Término da Concessão;
- Cancelamento da Concessão;
- Caducidade;
- Encampação; e
- Falência ou extinção da concessionária.

De acordo com a lei 8.987/95, modificada pela lei 9.648/98, em qualquer destas situações, o ente municipal, estadual ou federal que forneceu a concessão deverá reembolsar a concessionária por todo e qualquer investimento não depreciado na concessão em parcela única, à vista. Esta obrigação dificulta substancialmente qualquer tentativa de remoção da concessionária. Adicionalmente, o serviço não pode deixar de ser prestado.

O pior cenário seria a decretação de falência da Celesc Distribuição, com o montante reembolsado de investimentos nestes bens reversíveis da concessão insuficiente para cobrir o saldo da dívida da empresa.

Caso a concessionária apresente má gestão da concessão ou, por alguma razão, se mostre incapaz para prestar os serviços adequadamente, o cenário mais provável é transferir o controle da concessionária ao invés de remover a concessão. O mercado apresenta casos específicos que apoiam esta opinião. Os elementos econômicos que reforçam este ponto são:

- Não é necessário reembolsar a concessionária por investimentos não-depreciados;
- O valor de mercado da concessionária provavelmente estará depreciado em comparação ao investimento feito, provendo maior incentivo para aquisição por parte de novos investidores/acionistas;
- Maior incentivo por parte de credores de dívidas sênior sem garantia para negociar débitos; (o pagamento ou recuperação é significativamente menor para tais credores no caso da remoção da concessionária da concessão);
- A remoção da concessão possivelmente leva a danos de imagem do poder concedente, neste caso a Aneel; e
- Meio menos burocrático e trabalhoso de contínua prestação do serviço público.

Os estudos elaborados indicam que a perda de concessão por parte da Celesc Distribuição é um cenário legalmente possível, no entanto, extremamente difícil de se concretizar.

Ambiente Regulatório

Empresas que operam no setor de energia são reguladas pela Aneel, autarquia federal. Ainda que a possibilidade de remoção do direito de concessão exista, esta medida é improvável de ser tomada pela Aneel. A saída mais economicamente e socialmente viável seria assumir o controle da concessionária e operar a concessão até que um novo acionista/investidor tomasse controle da concessionária. Existe precedente relacionado a esta situação, no ano de 2003, referente a uma concessão operada no Nordeste do país.

Controle Acionário

A Celesc Distribuição é integralmente controlada pela Celesc Holding que, por sua vez, detém 50,2% do controle pertencente ao Estado de Santa Catarina. A exposição da companhia ao risco de influência política pelo fato de seu controle acionário ser

público estadual já está refletida no seu rating interno de risco de crédito. Em contrapartida, a Lei 11.101 de 2005 – Nova Lei de Falências – não se aplica a empresas públicas e entidades de economia mista. Em uma situação de estresse financeiro, a companhia entraria em processo administrativo, onde uma transferência de controle seria realizada.

■ Dívida Relativa

Um dos pontos a serem cuidadosamente ponderados para a atribuição de rating a operações de fluxo futuro de recebíveis é o tamanho relativo do passivo levantado, mediante a operação de fluxo futuro em relação ao perfil da dívida global da cedente. Quanto maior for a representatividade dos compromissos perante o Celesc FIDC em relação à dívida total da empresa cedente, maior será o vínculo entre a categoria de rating da emissão de cotas seniores do fundo e a categoria de rating atribuída à dívida sênior sem garantia da cedente.

Na visão da Fitch, há uma probabilidade maior de que a cedente, em um momento de dificuldade financeira, busque reestruturar dívidas de maior representatividade visando retornar à estabilidade financeira.

Com base nos números de 30 de junho de 2007, a dívida total da Celesc Holding era de BRL910 milhões. Adicionando-se o montante emitido de cotas seniores de BRL200 milhões, a dívida total da empresa chegaria a BRL1.110 milhões. Proporcionalmente, as cotas seniores do Celesc FIDC representam 18% da dívida total. Entretanto, é importante mencionar que 70% da dívida da Celesc Holding é relacionada a débitos junto à Entidade de Previdência Privada de seus trabalhadores (BRL465 milhões) e ao programa de demissão voluntária Benefício Pós-Emprego (BRL322 milhões). Ao ponderar o fato de que o controle da empresa pertence ao Estado de Santa Catarina, que deve ter incentivos sociais em considerar tais passivos como seniores relativamente a dívidas junto às instituições financeiras e ao mercado de capitais, a Fitch considerou que as cotas seniores representam 61,9% das dívidas não trabalhistas da empresa.

No entanto, na análise de risco de crédito da empresa, foi considerada a alavancagem projetada, que dará sustento ao programa de investimentos futuro da empresa. Na atribuição de risco de crédito da empresa foi considerado o aumento do nível de alavancagem. Considerando a dívida projetada, as cotas seniores do Celesc FIDC deverão representar menos que 30% da dívida total da cedente, que é considerado adequado para que esta permaneça sênior às demais obrigações.

Comprometimento de Receita Mensal

O ambiente regulado exige que a receita mensal da empresa seja utilizada para garantir os contratos de compra de energia. Desta forma, uma parte da receita mensal da empresa já está comprometida com tais obrigações. Por essa razão, é necessário que o volume autorizado pela Aneel para transferência ao fundo seja limitado.

A Celesc Distribuição opera com quatro correspondentes bancários: Caixa Econômica Federal, Bradesco, BB, e Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Mensalmente, todo o faturamento líquido de comprometimentos, como o montante transferido ao fundo é posteriormente repassado à conta centralizadora no Besc. Este, por sua vez, é o agente trustee da receita comprometida da Celesc Distribuição às dívidas junto à Celos, BNDES, e Eletrobras, além de prestar os serviços de controle de receita para os contratos de energia. Conforme pode-se observar na tabela abaixo, um pouco mais de 50% da receita mensal da Celesc Distribuição está comprometida com obrigações atuais, excluindo-se os 5,40% máximos permitidos pela Aneel para transferência ao Celesc FIDC mensalmente.

Risco de Desvio de Pagamentos

Nesta operação, o risco é mitigado pelas medidas estruturais de cobrança que segregam adequadamente o fluxo de pagamentos referente às faturas selecionadas do fluxo das demais faturas da Celesc Distribuição.

Os boletos bancários serão encaminhados pela Celesc Distribuição às Unidades Consumidoras selecionadas, identificando a conta de pagamentos domiciliada no custodiante. Através do boleto bancário encaminhado mensalmente, a unidade consumidora será notificada da cessão ao Celesc FIDC.

Considerações Legais

A Fitch recebeu um parecer legal referente a constituição de cessão perfeita e acabada dos direitos creditórios. O parecer legal abordou, também, aspectos relacionados aos documentos da concessão operada pela Celesc Distribuição. Ainda, confirma as premissas adotadas pela Fitch relacionadas aos procedimentos legais de cancelamento da concessão operada pela Celesc Distribuição e o impacto sobre o fluxo de recebíveis à performar cedidos ao fundo. O parecer confirma que a perda de quaisquer de suas concessões seriam reembolsadas por todos os investimentos não amortizados/depreciados.

Monitoramento

A Fitch acompanha o desempenho desta operação em base regular e freqüente. Tal acompanhamento visa assegurar que os ratings atribuídos continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas emitidas.

Os detalhes sobre o desempenho desta operação estão disponíveis na área de monitoramento de operações estruturadas da Fitch no site: www.fitchratings.com.br.

Abertura do Comprometimento da Receita Mensal da Celesc Distribuição

	jun-07	jul-07	ago-07	set-07	out-07	nov-07	dez-07
Celos	2,15%	2,12%	2,17%	2,20%	2,15%	3,84%	2,22%
BNDES	1,62%	1,65%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Eletrobras	0,25%	0,25%	0,25%	0,26%	0,25%	0,25%	0,26%
Contratos de Compra de Energia	42,42%	43,25%	45,86%	45,14%	45,43%	43,87%	46,95%
Contratos Antigos	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%
1º Leilão de Energia	1,68%	1,71%	1,81%	1,78%	1,80%	1,73%	1,86%
2º Leilão de Energia	1,78%	1,81%	1,93%	1,90%	1,91%	1,84%	1,97%
Comprometimento Total	49,95%	50,84%	52,07%	51,33%	51,58%	51,59%	53,31%

Copyright © 2007 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.
Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo 3

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados - KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e demais informações fornecidas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que o mesmo venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui qualquer garantia por parte da KPMG quanto à solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório.

KPMG Risk Advisory Services Ltda.
Abril de 2007

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Ao
BB Banco de Investimento S.A.
Rio de Janeiro - RJ

5 de abril de 2007

Prezados senhores:


Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 28 de setembro de 2006, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do BB Banco de Investimento S.A. e das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Celesc"), grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Celesc no transcurso de nossos trabalhos e, colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Ricardo Anhesini Souza
Financial Services
Sócio


Pedro Vitor Zago
Financial Services
Diretor



Conteúdo

1	Introdução	1
2	Apresentação do perfil da carteira de recebíveis	2
3	Descrição dos procedimentos de revisão	15
4	Descrição dos processos de contratação, faturamento e cobrança	16
	Anexos	19

Introdução

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“Celesc” ou “Originadora”), em parceria com o BB Banco de Investimento S.A., em conjunto definidos como Grupo Estruturador, está estruturando um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), a partir de recebíveis gerados por faturas emitidas pela Celesc junto a consumidores finais dos setores residencial, rural, industrial, comercial e outros.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos seguintes principais objetivos:

- (i) Revisão do perfil da carteira de recebíveis, a fim de prover ao Grupo Estruturador da operação, elementos para criação de critérios de elegibilidade eficientes para Cessão ao FIDC; e
- (ii) Levantamento de processos relacionados à operacionalização da carteira de recebíveis sujeitos a securitização, com o objetivo de obter o entendimento dos controles relacionados aos processos de cobrança destes recebíveis.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de uma base de dados fornecida pela Celesc, contemplando as emissões de faturas, para o período de 1º de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2007:

a. Elaboração das seguintes informações sobre o histórico da carteira de recebíveis:

- Análises demográficas
 - Distribuição do volume financeiro e quantidade de faturas, em ciclos mensais por valor e quantidade;
 - Distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por município atendido, classe de consumo, etc.;
 - Apuração das formas de pagamento utilizadas pelos clientes e identificação dos agentes arrecadadores utilizados para liquidação das faturas em bases mensais;
 - Distribuição dos recebíveis por tipo de cliente, em faixas de valor a serem definidas, para fins de apuração de concentração de contratos.
- Análises de pontualidade de pagamentos
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos a serem estabelecidos;
 - Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos mensais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento.



b. Revisão dos procedimentos e controles relacionados à operacionalização dos contratos

- Levantamento do fluxo operacional da estrutura de originação dos recebíveis relacionado à concessão, ao monitoramento, à cobrança e à liquidação financeira dos recebíveis.

A base de dados utilizada para fins de recálculo dos índices e indicadores discutidos acima foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros contábeis do Cedente, conforme apresentado no item 3 deste Relatório.

Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, esse relatório é de uso exclusivo do grupo encarregado do processo de securitização que está em andamento, não podendo ser distribuído a terceiros sem nosso consentimento prévio.

Nossos trabalhos foram executados no período de 14 de março a 5 de abril de 2007 e tomaram por base a estrutura das áreas de Crédito e Cobrança naquele período. Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador, não foi requerida a atualização dos dados entre a data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

2.1 Dimensionamento do Faturamento Líquido sujeito à Securitização (“FLS”)

O somatório dos arquivos gerados pela Celesc indica que esta faturou, para a totalidade de municípios e consumidores atendidos, no período de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007, o valor de R\$ 13.748.179 mil, correspondente a 68.923.967 faturas.

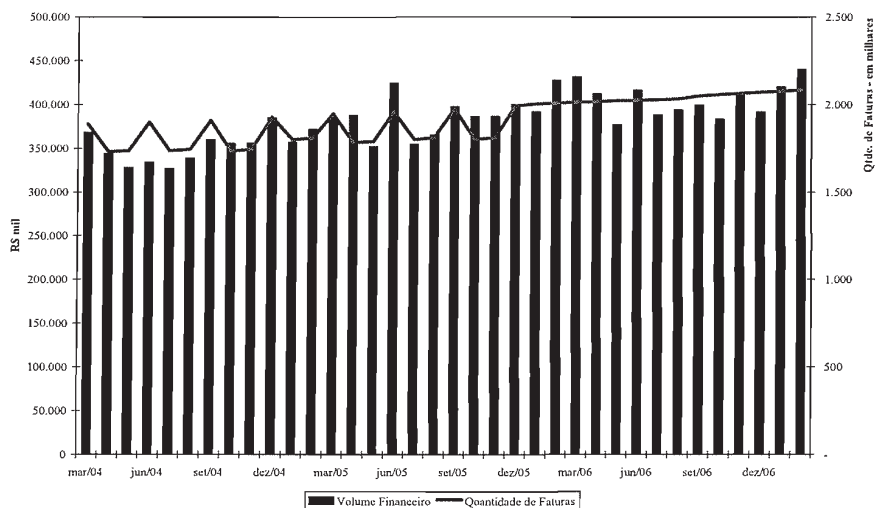
Compilamos para o período total de 36 meses sob análise, informações mensais referentes ao FLS, abordando a totalidade dos consumidores atendidos, conforme apresentado na tabela 2.1 e no gráfico 2.1 a seguir.



Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das faturas

Origem	Somatório do valor das faturas R\$ (000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
Mar/04	367.666	2,67	2,67	1.889.961	2,74	2,74
Abr/04	343.813	2,50	5,18	1.733.216	2,51	5,26
Mai/04	327.795	2,38	7,56	1.736.783	2,52	7,78
Jun/04	333.740	2,43	9,99	1.900.527	2,76	10,53
Jul/04	326.702	2,38	12,36	1.738.067	2,52	13,06
Ago/04	338.950	2,47	14,83	1.746.789	2,53	15,59
Set/04	359.881	2,62	17,45	1.910.467	2,77	18,36
Out/04	355.589	2,59	20,03	1.736.287	2,52	20,88
Nov/04	356.175	2,59	22,62	1.745.838	2,53	23,41
Dez/04	384.496	2,80	25,42	1.929.278	2,80	26,21
Jan/05	357.006	2,60	28,02	1.801.012	2,61	28,83
Fev/05	371.911	2,71	30,72	1.809.747	2,63	31,45
Mar/05	385.024	2,80	33,52	1.949.203	2,83	34,28
Abr/05	387.749	2,82	36,34	1.785.073	2,59	36,87
Mai/05	351.976	2,56	38,90	1.792.093	2,60	39,47
Jun/05	424.703	3,09	41,99	1.961.632	2,85	42,32
Jul/05	355.276	2,58	44,58	1.803.400	2,62	44,93
Ago/05	365.613	2,66	47,24	1.812.636	2,63	47,56
Set/05	397.420	2,89	50,13	1.975.784	2,87	50,43
Out/05	386.091	2,81	52,93	1.801.220	2,61	53,04
Nov/05	386.391	2,81	55,75	1.810.606	2,63	55,67
Dez/05	399.716	2,91	58,65	1.993.748	2,89	58,56
Jan/06	391.572	2,85	61,50	2.004.057	2,91	61,47
Fev/06	428.006	3,11	64,61	2.008.701	2,91	64,38
Mar/06	431.628	3,14	67,75	2.015.029	2,92	67,31
Abr/06	412.390	3,00	70,75	2.018.603	2,93	70,24
Mai/06	376.718	2,74	73,49	2.023.148	2,94	73,17
Jun/06	416.577	3,03	76,52	2.024.693	2,94	76,11
Jul/06	388.346	2,82	79,35	2.028.210	2,94	79,05
Ago/06	393.925	2,87	82,21	2.032.749	2,95	82,00
Set/06	399.292	2,90	85,12	2.051.175	2,98	84,98
Out/06	383.494	2,79	87,91	2.058.009	2,99	87,96
Nov/06	410.518	2,99	90,89	2.064.261	2,99	90,96
Dez/06	391.687	2,85	93,74	2.070.571	3,00	93,96
Jan/07	420.445	3,06	96,80	2.077.440	3,01	96,98
Fev/07	<u>439.897</u>	<u>3,20</u>	<u>100,00</u>	<u>2.083.954</u>	<u>3,02</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>13.748.179</u>	<u>100,00</u>		<u>68.923.967</u>	<u>100,00</u>	

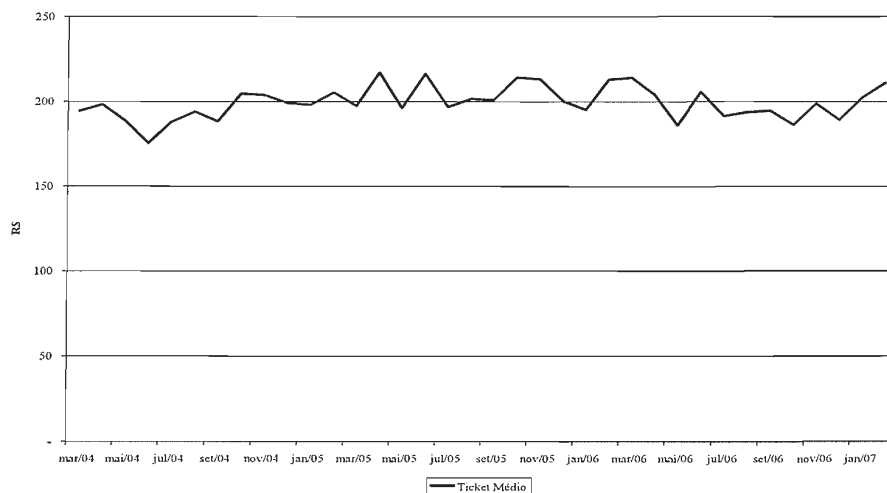
Gráfico 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das faturas



Segundo informações obtidas com a administração da Celesc, até o ano de 2005, as faturas com valores entre R\$ 8,00 e R\$15,00, eram acumuladas e cobradas do cliente trimestralmente. A partir de janeiro de 2006, todas as faturas passaram a ser cobradas em bases mensais.

O gráfico 2.2 a seguir demonstra a evolução do ticket médio mensal o longo do período.

Gráfico 2.2 - Evolução do ticket médio mensal



2.2 Produção por município

Foi verificado na base de dados um total de 285 municípios atendidos pela Celesc. A tabela 2.2 a seguir indica o faturamento para os 30 maiores municípios ao longo dos 36 meses sob análise, bem como, suas respectivas representatividades em relação à produção total.

Tabela 2.2 - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - R\$ (000)	%	% acum.	Quantidade de faturas	%	% acum.
1	JOINVILLE	1.652.017	12,02	12,02	5.534.734	8,03	8,03
2	FLORIANOPOLIS	1.064.298	7,74	19,76	6.231.350	9,04	17,07
3	BLUMENAU	956.361	6,96	26,71	3.708.518	5,38	22,45
4	BRUSQUE	511.269	3,72	30,43	1.133.392	1,64	24,09
5	ITAJAI	480.444	3,49	33,93	1.972.629	2,86	26,95
6	CRICIUMA	441.960	3,21	37,14	1.951.797	2,83	29,78
7	JARAGUAS.	407.818	2,97	40,11	1.549.180	2,25	32,03
8	CHAPECO	381.718	2,78	42,88	1.962.167	2,85	34,88
9	SAOJOSE	372.006	2,71	45,59	2.507.364	3,64	38,52
10	B.CAMBORIU	302.956	2,2	47,79	2.093.667	3,04	41,56
11	LAGES	258.982	1,88	49,68	1.835.228	2,66	44,22
12	TUBARAO	235.497	1,71	51,39	939.913	1,36	45,58
13	S.BENTOS.	220.964	1,61	53	885.322	1,28	46,86
14	CACADOR	210.302	1,53	54,53	758.604	1,1	47,96
15	S.FCOSUL	183.658	1,34	55,86	719.117	1,04	49,00
16	INDAIAL	181.129	1,32	57,18	568.225	0,82	49,82
17	PALHOCA	179.677	1,31	58,49	1.584.070	2,3	52,12
18	VIDEIRA	153.812	1,12	59,61	547.110	0,79	52,91
19	GASPAR	152.671	1,11	60,72	629.457	0,91	53,82
20	CONCORDIA	146.617	1,07	61,78	859.594	1,25	55,07
21	RIODOSUL	144.256	1,05	62,83	726.842	1,05	56,12
22	TIMBO	118.398	0,86	63,69	418.357	0,61	56,73
23	R.NEGRINHO	104.734	0,76	64,46	446.828	0,65	57,38
24	TIJUCAS	100.442	0,73	65,19	332.575	0,48	57,86
25	CANOINHAS	95.725	0,7	65,88	607.039	0,88	58,74
26	NAVEGANTES	95.653	0,7	66,58	730.524	1,06	59,80
27	BIGUACU	92.944	0,68	67,25	581.629	0,84	60,64
28	ITAPEMA	92.584	0,67	67,93	849.920	1,23	61,87
29	FRAIBURGO	88.872	0,65	68,57	384.250	0,56	62,43
30	ARARANGUA	88.439	0,64	69,22	741.703	1,08	63,51
Subtotal (30 maiores municípios)		<u>9.516.201</u>	<u>69,22</u>	<u>69,22</u>	<u>43.791.105</u>	<u>63,54</u>	<u>63,54</u>
Demais Municípios		<u>4.231.978</u>	<u>30,78</u>	<u>100</u>	<u>25.132.862</u>	<u>36,46</u>	<u>100</u>
Total		<u>13.748.179</u>	<u>100</u>		<u>68.923.967</u>	<u>100</u>	

No Anexo I deste relatório apresentamos o volume de produção para a totalidade de municípios atendidos pela empresa.

2.3 Informações sobre níveis de tensão e classes de consumo

Os consumidores da Celesc são divididos em grupos de acordo com o nível de tensão de fornecimento de energia, sendo, o Grupo A (Alta-Tensão), composto por consumidores com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV e, o Grupo B (Baixa Tensão), formado por unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV.

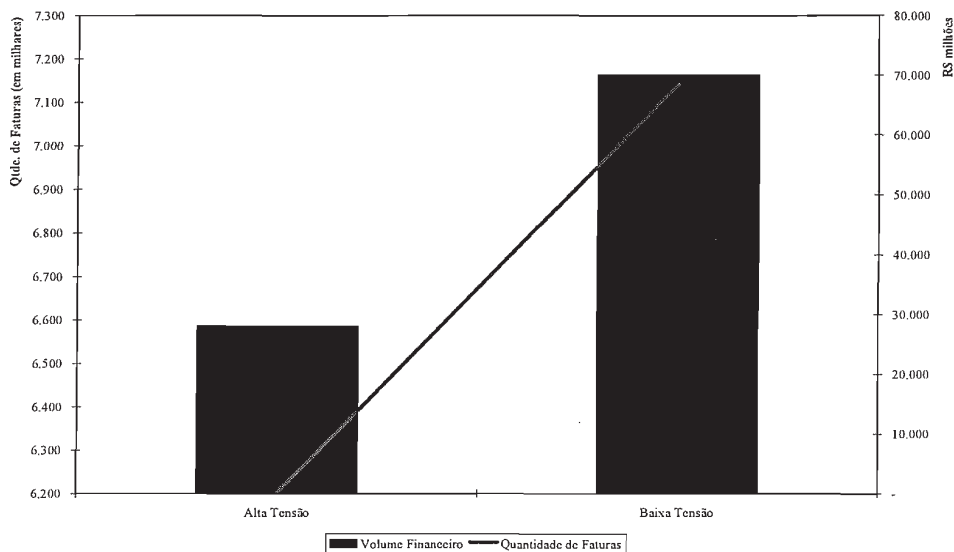
Na tabela 2.3 a seguir, apresentamos a movimentação mensal por níveis de tensão. No gráfico 2.3, são apresentados os volumes consolidados de faturamento distribuídos pelos níveis.

Tabela 2.3 - Movimentação mensal por níveis de tensão

Origem	Alta Tensão				Baixa Tensão			
	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%
Mar/04	178.606	48,58	8.485	0,45	189.059	51,42	1.881.476	99,55
Abr/04	164.169	47,75	8.527	0,49	179.644	52,25	1.724.689	99,51
Mai/04	165.501	50,49	8.521	0,49	162.294	49,51	1.728.262	99,51
Jun/04	170.599	51,12	8.540	0,45	163.142	48,88	1.891.987	99,55
Jul/04	167.765	51,35	8.601	0,49	158.936	48,65	1.729.466	99,51
Ago/04	174.400	51,45	8.683	0,50	164.550	48,55	1.738.106	99,50
Set/04	175.292	48,71	8.726	0,46	184.588	51,29	1.901.741	99,54
Out/04	180.995	50,90	8.799	0,51	174.594	49,10	1.727.488	99,49
Nov/04	182.762	51,31	8.873	0,51	173.413	48,69	1.736.965	99,49
Dez/04	196.290	51,05	8.925	0,46	188.206	48,95	1.920.353	99,54
Jan/05	158.851	44,50	8.938	0,50	198.156	55,50	1.792.074	99,50
Fev/05	173.790	46,73	9.030	0,50	198.120	53,27	1.800.717	99,50
Mar/05	187.086	48,59	9.120	0,47	197.938	51,41	1.940.083	99,53
Abr/05	185.412	47,82	9.127	0,51	202.336	52,18	1.775.946	99,49
Mai/05	175.265	49,79	9.169	0,51	176.711	50,21	1.782.924	99,49
Jun/05	244.241	57,51	9.290	0,47	180.462	42,49	1.952.342	99,53
Jul/05	182.001	51,23	9.311	0,52	173.275	48,77	1.794.089	99,48
Ago/05	185.162	50,64	9.328	0,51	180.451	49,36	1.803.308	99,49
Set/05	188.627	47,46	9.304	0,47	208.792	52,54	1.966.480	99,53
Out/05	185.822	48,13	9.417	0,52	200.270	51,87	1.791.803	99,48
Nov/05	186.012	48,14	9.407	0,52	200.379	51,86	1.801.199	99,48
Dez/05	177.533	44,41	9.319	0,47	222.183	55,59	1.984.429	99,53
Jan/06	171.552	43,81	9.492	0,47	220.019	56,19	1.994.565	99,53
Fev/06	182.496	42,64	9.414	0,47	245.510	57,36	1.999.287	99,53
Mar/06	190.201	44,07	9.472	0,47	241.427	55,93	2.005.557	99,53
Abr/06	182.485	44,25	9.495	0,47	229.906	55,75	2.009.108	99,53
Mai/06	182.177	48,36	9.516	0,47	194.541	51,64	2.013.632	99,53
Jun/06	208.017	49,93	9.532	0,47	208.560	50,07	2.015.161	99,53
Jul/06	182.443	46,98	9.492	0,47	205.903	53,02	2.018.718	99,53
Ago/06	188.660	47,89	9.417	0,46	205.266	52,11	2.023.332	99,54
Set/06	186.685	46,75	8.548	0,42	212.607	53,25	2.042.627	99,58
Out/06	187.761	48,96	8.570	0,42	195.733	51,04	2.049.439	99,58
Nov/06	190.837	46,49	8.608	0,42	219.681	53,51	2.055.653	99,58

Origem	Alta Tensão				Baixa Tensão			
	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%	Somatório do valor das faturas R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%
Dez/06	180.097	45,98	8.628	0,42	211.591	54,02	2.061.943	99,58
Jan/07	177.060	42,11	8.682	0,42	243.385	57,89	2.068.758	99,58
Fev/07	<u>188.575</u>	<u>42,87</u>	<u>8.693</u>	<u>0,42</u>	<u>251.323</u>	<u>57,13</u>	<u>2.075.261</u>	<u>99,58</u>
Total	<u>6.585.227</u>	<u>47,90</u>	<u>324.999</u>	<u>0,47</u>	<u>7.162.952</u>	<u>52,10</u>	<u>68.598.968</u>	<u>99,53</u>

Gráfico 2.3 - Distribuição por níveis de tensão



Adicionalmente, para fins de análise dos consumidores, estes foram segregados em nove segmentos de acordo com o respectivo setor de atividade, conforme classificação apresentada pela Celesc, sendo estes:

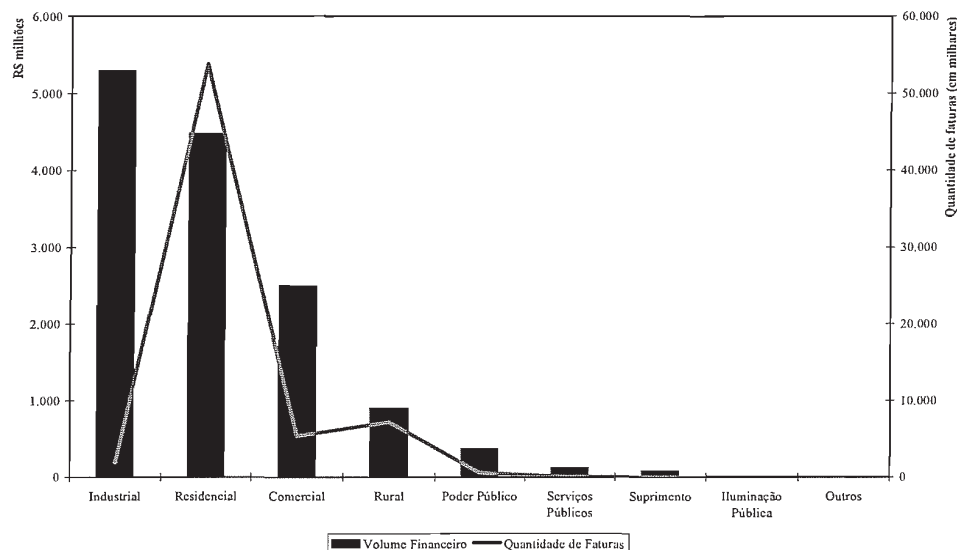
- Residencial
- Comercial
- Serviço público
- Rural
- Industrial
- Poder público
- Iluminação Pública
- Suprimento
- Outros

A tabela e o gráfico 2.4 a seguir apresentam a distribuição dos consumidores, para o período de 36 meses sob análise, distribuídos entre os nove segmentos de consumo apresentados acima:

Tabela 2.4 - Segmento de clientes por classe de consumo

Classe de Consumo	R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	%
Industrial	5.297.865	38,54%	1.944.626	2,82%
Residencial	4.478.997	32,58%	53.779.639	78,03%
Comercial	2.493.266	18,14%	5.375.596	7,80%
Rural	901.220	6,56%	7.205.804	10,45%
Poder Público	370.842	2,70%	567.634	0,82%
Serviços Públicos	119.461	0,87%	50.004	0,07%
Suprimento	83.078	0,60%	546	0,00%
Iluminação Pública	1.998	0,01%	109	0,00%
Outros	1.453	0,01%	9	0,00%
Total	13.748.179	100,00%	68.923.967	100,00%

Gráfico 2.4 - Segmento de clientes por classe de consumo



2.4 Distribuição das operações por faixas de valor

A base de dados para o período sob análise apresenta um total de 68.923.967 faturas ao longo dos 36 meses. As tabelas 2.5 e 2.6 a seguir demonstram as distribuições das faturas por faixa de valor segregadas em níveis de Alta e Baixa Tensão, respectivamente.

Tabela 2.5 - Distribuição das operações em faixa de valor - Alta Tensão

Faixas de Valor	R\$000	%	% acum.	Qtde. Faturas	%	% acum.
Até 1.000	10.750	0,16%	0,16%	20.887	6,43%	6,43%
De 1.001 a 2.000	61.734	0,94%	1,10%	40.162	12,36%	18,78%
De 2.001 a 3.500	169.367	2,57%	3,67%	62.193	19,14%	37,92%
De 3.501 a 5.000	189.877	2,88%	6,56%	45.169	13,90%	51,82%
De 5.001 a 7.500	272.781	4,14%	10,70%	44.553	13,71%	65,53%
De 7.501 a 10.000	223.744	3,40%	14,10%	25.854	7,96%	73,48%
De 10.001 a 20.000	577.577	8,77%	22,87%	41.548	12,78%	86,27%
De 20.001 a 30.000	338.539	5,14%	28,01%	13.939	4,29%	90,56%
De 30.001 a 40.000	233.327	3,54%	31,55%	6.755	2,08%	92,63%
De 40.001 a 50.000	178.671	2,71%	34,26%	3.985	1,23%	93,86%
De 50.001 a 100.000	657.075	9,98%	44,24%	9.360	2,88%	96,74%
De 100.001 a 150.000	413.207	6,27%	50,52%	3.385	1,04%	97,78%
De 150.001 a 200.000	323.976	4,92%	55,44%	1.861	0,57%	98,35%
De 200.001 a 250.000	277.140	4,21%	59,65%	1.241	0,38%	98,74%
De 250.001 a 500.000	843.499	12,81%	72,45%	2.437	0,75%	99,49%
De 500.001 a 1.000.000	820.348	12,46%	84,91%	1.192	0,37%	99,85%
De 1.000.001 a 1.500.000	298.299	4,53%	89,44%	248	0,08%	99,93%
De 1.500.001 a 2.000.000	200.104	3,04%	92,48%	117	0,04%	99,97%
De 2.000.001 a 2.500.000	83.610	1,27%	93,75%	37	0,01%	99,98%
De 2.500.001 a 5.000.000	133.391	2,03%	95,78%	38	0,01%	99,99%
Acima de 5.000.000	<u>278.211</u>	<u>4,22%</u>	100,00%	<u>38</u>	<u>0,01%</u>	100,00%
Total	<u>6.585.227</u>	<u>100,00%</u>		<u>324.999</u>	<u>100,00%</u>	

Tabela 2.6 - Distribuição das operações em faixa de valor - Baixa Tensão

Faixas de Valor	R\$000	%	% acum.	Qtde. Faturas	%	% acum.
Até 20	97.656	1,36%	1,36%	8.493.516	12,38%	12,38%
De 21 a 30	90.232	1,26%	2,62%	3.595.654	5,24%	17,62%
De 31 a 40	203.521	2,84%	5,46%	5.768.709	8,41%	26,03%
De 41 a 50	301.555	4,21%	9,67%	6.682.427	9,74%	35,77%
De 51 a 60	368.610	5,15%	14,82%	6.712.383	9,78%	45,56%
De 61 a 70	377.503	5,27%	20,09%	5.820.307	8,48%	54,04%
De 71 a 80	361.083	5,04%	25,13%	4.827.006	7,04%	61,08%
De 81 a 100	654.396	9,14%	34,27%	7.312.087	10,66%	71,74%
De 101 a 150	1.217.978	17,00%	51,27%	10.068.290	14,68%	86,42%
De 151 a 200	657.648	9,18%	60,45%	3.840.522	5,60%	92,01%
De 201 a 300	630.891	8,81%	69,26%	2.627.931	3,83%	95,85%
De 301 a 600	709.224	9,90%	79,16%	1.746.497	2,55%	98,39%



Faixas de Valor	R\$000	%	% acum.	Qtde. Faturas	%	% acum.
De 601 a 1.000	427.640	5,97%	85,13%	558.758	0,81%	99,21%
De 1.001 a 2.000	525.486	7,34%	92,47%	383.054	0,56%	99,76%
Acima de 2.000	<u>539.529</u>	<u>7,53%</u>	100,00%	<u>161.827</u>	<u>0,24%</u>	100,00%
Total	<u>7.162.952</u>	<u>100,00%</u>		<u>68.598.968</u>	<u>100,00%</u>	

No Anexo II apresentamos as 100 maiores faturas para o período sob análise.

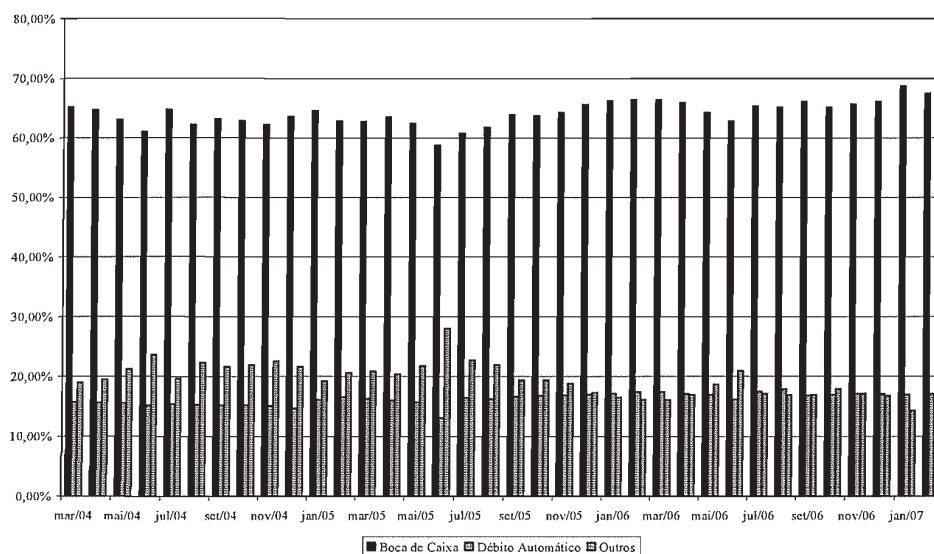
2.5 Distribuição do faturamento por formas de pagamento e agentes arrecadadores

Conforme informado pela Celesc, os pagamentos das faturas pelos seus clientes podem ocorrer de três formas: (i) débito automático em conta; (ii) boca de caixa - pagamento em bancos ou correspondentes bancários, tais como farmácias, lotéricas, correios e cooperativas credenciadas; ou (iii) outros - pagamentos através de ficha de compensação cujo recebimento é centralizado no Banco do Brasil e no BESC (segundo informações obtidas com a administração, estes pagamentos são disponibilizados para clientes de alta tensão).

Os dados utilizados para a apresentação desta análise foram obtidos a partir de uma base de faturamento. Dessa forma, tais informações representam uma estimativa de forma de pagamento.

No gráfico 2.5 a seguir, apresentamos o faturamento mensal distribuído por forma de pagamento.

Gráfico 2.5 - Evolução mensal do faturamento por forma de pagamento





Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Relatório relativo à aplicação de
procedimentos pré-acordados

A distribuição mensal das formas de pagamento do período está apresentada na tabela 2.7 que segue.

Tabela 2.7 - Distribuição do faturamento por forma de pagamento

	Boca de Caixa		Débito Automático		Outros		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Mar/04	239.801	65,22%	57.895	15,75%	69.971	19,03%	367.666	100,00%
Abr/04	222.708	64,78%	53.928	15,69%	67.177	19,54%	343.813	100,00%
Mai/04	206.917	63,12%	51.194	15,62%	69.683	21,26%	327.795	100,00%
Jun/04	203.967	61,12%	50.727	15,20%	79.047	23,69%	333.740	100,00%
Jul/04	211.686	64,80%	50.575	15,48%	64.440	19,72%	326.702	100,00%
Ago/04	211.136	62,29%	51.890	15,31%	75.924	22,40%	338.950	100,00%
Set/04	227.326	63,17%	54.707	15,20%	77.848	21,63%	359.881	100,00%
Out/04	223.410	62,83%	54.070	15,21%	78.109	21,97%	355.589	100,00%
Nov/04	221.921	62,31%	53.943	15,15%	80.311	22,55%	356.175	100,00%
Dez/04	244.614	63,62%	56.489	14,69%	83.393	21,69%	384.496	100,00%
Jan/05	230.675	64,61%	57.555	16,12%	68.777	19,26%	357.006	100,00%
Fev/05	233.630	62,82%	61.603	16,56%	76.677	20,62%	371.911	100,00%
Mar/05	241.697	62,77%	62.911	16,34%	80.416	20,89%	385.024	100,00%
Abr/05	246.493	63,57%	62.244	16,05%	79.012	20,38%	387.749	100,00%
Mai/05	219.813	62,45%	55.479	15,76%	76.684	21,79%	351.976	100,00%
Jun/05	249.795	58,82%	55.651	13,10%	119.256	28,08%	424.703	100,00%
Jul/05	216.004	60,80%	58.546	16,48%	80.727	22,72%	355.276	100,00%
Ago/05	226.006	61,82%	59.375	16,24%	80.232	21,94%	365.613	100,00%
Set/05	254.102	63,94%	66.124	16,64%	77.193	19,42%	397.420	100,00%
Out/05	246.107	63,74%	64.986	16,83%	74.998	19,43%	386.091	100,00%
Nov/05	248.311	64,26%	65.228	16,88%	72.852	18,85%	386.391	100,00%
Dez/05	262.282	65,62%	68.060	17,03%	69.374	17,36%	399.716	100,00%
Jan/06	259.500	66,27%	67.354	17,20%	64.717	16,53%	391.572	100,00%
Fev/06	284.396	66,45%	74.606	17,43%	69.003	16,12%	428.006	100,00%
Mar/06	286.890	66,47%	75.218	17,43%	69.520	16,11%	431.628	100,00%
Abr/06	272.010	65,96%	70.492	17,09%	69.888	16,95%	412.390	100,00%
Mai/06	242.260	64,31%	63.991	16,99%	70.467	18,71%	376.718	100,00%
Jun/06	261.755	62,83%	67.388	16,18%	87.434	20,99%	416.577	100,00%
Jul/06	253.707	65,33%	67.950	17,50%	66.690	17,17%	388.346	100,00%
Ago/06	256.726	65,17%	70.539	17,91%	66.660	16,92%	393.925	100,00%
Set/06	264.279	66,19%	67.384	16,88%	67.629	16,94%	399.292	100,00%
Out/06	249.809	65,14%	65.061	16,97%	68.625	17,89%	383.494	100,00%
Nov/06	269.752	65,71%	70.460	17,16%	70.306	17,13%	410.518	100,00%
Dez/06	259.261	66,19%	66.768	17,05%	65.659	16,76%	391.687	100,00%
Jan/07	289.099	68,76%	71.246	16,95%	60.100	14,29%	420.445	100,00%
Fev/07	296.979	67,51%	75.510	17,17%	67.409	15,32%	439.897	100,00%
Total	<u>8.834.827</u>	<u>64,26%</u>	<u>2.247.146</u>	<u>16,35%</u>	<u>2.666.206</u>	<u>19,39%</u>	<u>13.748.179</u>	<u>100,00%</u>

Adicionalmente, os maiores agentes arrecadadores apurados ao longo do período de 36 meses sob análise são apresentados na tabela 2.8 a seguir:

Tabela 2.8 - Distribuição do faturamento por agentes arrecadadores

Código do Agente Arrecadador	Nome do Agente Arrecadador	R\$(000)	%
027	BESC	5.026.001	41,3%
104	CEF	2.930.308	24,1%
001	BANCO DO BRASIL	2.372.947	19,5%
237	BRADESCO	756.888	6,2%
756	BANCOOB	276.097	2,3%
399	HSBC	152.070	1,3%
341	ITAU	143.986	1,2%
409	UNIBANCO	135.426	1,1%
900	PAGUE E PRONTO	67.462	0,6%
275	BANCO REAL	55.351	0,5%
905	SERVICE PAGUE BRASIL	52.695	0,4%
997	CECRED	51.970	0,4%
906	CX.COLETORAS	26.799	0,2%
008	MERIDIONAL	18.355	0,2%
041	BANRISUL	17.442	0,1%
282	BCO BRASILEIRO E COM	14.290	0,1%
065	LEMON BANK	9.652	0,1%
904	SUPERMERCADOS E OUT	9.551	0,1%
389	MERCANTIL BRASIL	8.553	0,1%
356	ABN AMRO	8.261	0,1%
507	UNICREDI	7.262	0,1%
748	BANSICREDI S/A	7.027	0,1%
033	BCO.SANTANDER BANESPA	6.032	0,0%
422	SAFRA	4.229	0,0%
353	BANCO SANTANDER BRAS	2.063	0,0%
347	SUDAMERIS	2.040	0,0%
453	RURAL	355	0,0%
979	COCECRER	67	0,0%
324	BIC	45	0,0%
908	CREDICOAMO	31	0,0%
038	BANESTADO	1	0,0%
Sub-total		<u>12.163.256</u>	<u>100.00%</u>
Demais faturas*		<u>1.584.923</u>	
Total		<u>13.748.179</u>	

* Referem-se a operações cujas faturas estão em aberto, foram parceladas ou cujo agente arrecadador não foi identificado.

No Anexo III deste relatório destacamos a distribuição mensal dos Agentes Arrecadadores acima destacados.

2.6 Apresentação da performance da carteira de recebíveis

Para fins de mensuração do desempenho dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos com o Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas com o Grupo Estruturador, conforme apresentado na Tabela 2.9, demonstrando os volumes de títulos liquidados antecipadamente, em dia e em atraso, assim como os volumes das faturas vencidas e não liquidadas, durante o período de 36 meses sob análise:

Tabela 2.9 - Aging list da carteira em aberto em 28 de fevereiro de 2007

Faixas	R\$(000)	%	% acum.
Total sob análise	<u>13.748.179</u>		
(-) Faturas Parceladas	771.872		
(-) Faturas a vencer em 28 de Fevereiro de 2007	322.941		
Faturas vencidas até 28 de Fevereiro 2007	<u>12.653.366</u>		
Faturas antecipadas acima de 180 dias	6	0,00	0,0
Faturas antecipadas de 150 a 180 dias	4	0,00	0,0
Faturas antecipadas de 120 a 150 dias	6	0,00	0,0
Faturas antecipadas de 90 a 120 dias	4	0,00	0,0
Faturas antecipadas de 60 a 90 dias	24	0,00	0,0
Faturas antecipadas de 30 a 60 dias	9.419	0,07	0,1
Faturas antecipadas de 15 a 30 dias	54.643	0,43	0,5
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias	1.869.022	14,77	15,3
Faturas liquidadas no vencimento	5.246.634	41,46	56,7
Faturas liquidadas de 1 a 15 dias	2.563.522	20,26	77,0
Faturas liquidadas de 15 a 30 dias	1.139.855	9,01	86,0
Faturas liquidadas de 30 a 60 dias	1.185.033	9,37	95,4
Faturas liquidadas de 60 a 90 dias	103.694	0,82	96,2
Faturas liquidadas de 90 a 120 dias	19.728	0,16	96,4
Faturas liquidadas de 120 a 150 dias	6.884	0,05	96,4
Faturas liquidadas de 150 a 180 dias	5.033	0,04	96,4
Faturas liquidadas acima de 180 dias	16.447	0,13	96,6
Faturas vencidas de 1 a 15 dias	86.708	0,69	97,3
Faturas vencidas de 15 a 30 dias	33.093	0,26	97,5
Faturas vencidas de 30 a 60 dias	41.509	0,33	97,8
Faturas vencidas de 60 a 90 dias	20.678	0,16	98,0
Faturas vencidas de 90 a 120 dias	16.957	0,13	98,1
Faturas vencidas de 120 a 150 dias	16.372	0,13	98,3
Faturas vencidas de 150 a 180 dias	8.993	0,07	98,3
Faturas vencidas acima de 180 dias	209.099	1,65	100,0

2.7 Matriz triangular e respectivos desvios-padrão

Com o objetivo de verificar o prazo de pagamento das faturas em um determinado período, foi elaborada uma matriz triangular apresentando os percentuais de adimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e seus efetivos pagamentos dentro do respectivo ciclo (Anexo IV). Os desvios-padrão apurados estão apresentados no Anexo V.

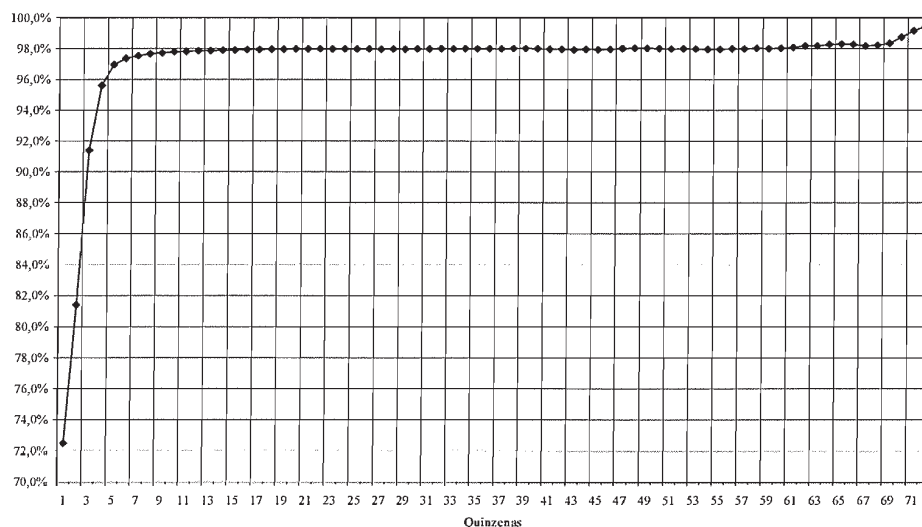
A média dos atrasos das dez primeiras quinzenas e seus respectivos desvios-padrão são apresentados na tabela 2.10 a seguir:

Tabela 2.10 - Média de recebimentos e desvios-padrão apurados por ciclo de vencimento quinzenal

Ciclo	Média - %	Desvio-padrão - %
1ª quinzena	72,50	4,70
2ª quinzena	81,41	2,68
3ª quinzena	91,40	1,76
4ª quinzena	95,61	1,25
5ª quinzena	96,96	1,10
6ª quinzena	97,37	0,96
7ª quinzena	97,55	0,90
8ª quinzena	97,67	0,82
9ª quinzena	97,71	0,82
10ª quinzena	97,80	0,69

No Gráfico 2.6, apresentamos uma representação gráfica da matriz triangular, considerando as 72 quinzenas de vencimento no período de 36 meses sob análise:

Gráfico 2.6 - Representação gráfica da matriz triangular



3 Descrição dos procedimentos de revisão

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela Área de Tecnologia da Celesc, contemplando todo o seu faturamento correspondente ao período de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007.

Com intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos do arquivo fornecido pela Área de Tecnologia da Originadora, com seus respectivos saldos contábeis.

Para fins deste exercício, foram selecionados os anos de 2005 e 2006 abaixo apresentados, onde executamos a conciliação do montante total de faturamento, conforme a base de dados, *versus* os saldos contábeis de faturamento:

Informações Contábeis		
Item	2006	2005
Fornecimento de Energia	4.345.560	4.104.063
Suprimento de Energia	8.902	14.320
Encargo de Capacidade Emergencial	857	99.471
Disponibilização do Sistema de Transmissão	133.136	77.795
Arrendamento e Aluguéis	28.047	34.392
Renda de Prestação de Serviços	20.762	18.917
Energia Elétrica de Curto Prazo	125.884	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	253	-
Outras Receitas	<u>11.712</u>	<u>16.279</u>
Total	<u>4.675.113</u>	<u>4.365.237</u>
Base de dados		
Faturamento	<u>4.824.154</u>	<u>4.568.876</u>
Diferença	<u>149.041</u>	<u>203.639</u>
Diferença %	3,09%	4,46%

De acordo com informações obtidas com a administração da Celesc, as diferenças encontradas referem-se principalmente ao parcelamento de faturas inadimplentes. Nesses casos, o valor do parcelamento é incorporado nas faturas subsequentes à negociação e o faturamento reconhecido contabilmente no momento da emissão da fatura original.

4 Descrição dos processos de contratação, faturamento e cobrança

4.1 Introdução e objetivos

A fim de cumprir os objetivos descritos na seção 2 deste relatório, relacionados aos processos de origemação e cobrança, executamos uma revisão da estrutura envolvida, através da discussão com a gerência da Celesc.

4.2 Perfis dos consumidores

Os consumidores são divididos em grupos de acordo com o nível de tensão de fornecimento de energia, sendo, o Grupo A (Alta-Tensão), composto por consumidores com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV e, o Grupo B (Baixa Tensão), formado por unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV.

O Grupo A abrange indústrias de médio e grande portes e alguns estabelecimentos comerciais de grande escala. São incluídas, dentro deste nível de tensão, as seguintes categorias:

- Cativos: são os consumidores que por questões legais são obrigados a consumir a energia da Celesc, não podendo comprar energia de outras geradoras;
- Potencialmente Livres: são os consumidores que possuem a liberdade de comprar energia de outras geradoras, mas optam pela Celesc;
- Livres: são os consumidores que comprem energia de outras geradoras e utilizam somente a rede da Celesc para transmissão, pagando uma tarifa de uso e conexão.

O Grupo B inclui as seguintes classes de consumo:

- Residencial
- Comercial
- Industrial (de baixo consumo)
- Rural

4.3 Políticas de contratação de serviços

Para que os consumidores do Grupo A sejam conectados ao sistema de distribuição e transmissão da Celesc, devem ser cumpridas determinadas exigências técnicas, celebrando-se contratos de fornecimento. No caso de consumidores com este nível de tensão, são solicitados documentos relativos à unidade consumidora, bem como, projeto elétrico posteriormente submetido a análises e aprovação. O contrato de fornecimento deverá conter, além de cláusulas essenciais aos contratos administrativos, outras informações, tais como, tensão de fornecimento, data do início do fornecimento, prazo de vigência e critérios de rescisão.

Para que os consumidores do Grupo B sejam conectados ao sistema de distribuição e transmissão da Celesc, depois de cumpridas determinadas exigências técnicas, é requerida a aceitação dos termos do contrato de adesão pelo consumidor responsável pela unidade consumidora, além de outras documentações (carteira de identidade e CPF, quando pessoa física). O contrato de adesão é encaminhado ao consumidor até a data de apresentação da primeira fatura.

4.4 Ciclo de leitura e faturamento

A responsabilidade pela leitura do consumo é das 16 regionais da Celesc e das 9 empresas terceirizadas contratadas para esta função. Assim como o cadastro dos consumidores está dividido entre Grupos A e B, a leitura e o faturamento também seguem esta segregação.

Consumidores do Grupo A

A leitura dos consumidores do Grupo A é realizada pelas 16 regionais da Celesc espalhadas por todo o estado de Santa Catarina. O cronograma de leitura é definido pela Matriz da Celesc. Os funcionários das regionais da Celesc se deslocam às unidades consumidoras, aonde realizam a medição.

Consumidores do Grupo B

Para consumidores com tensão dentro deste nível, a leitura fica a cargo de uma das 9 empresas terceirizadas de acordo com o cronograma definido pela Matriz da Celesc, que levantam seus dados através de coletores. Após a leitura, as empresas terceirizadas descarregam os montantes identificados em terminais instalados nas regionais. Esses terminais realizam uma pré-análise das informações e, caso seja constatada alguma divergência da medição em relação ao histórico, essa constatação é apontada no “Relatório de Ocorrências de Faturamento”, posteriormente utilizado para identificação do motivo da divergência e sua regularização.

As informações, em seguida, para os Grupos A e B, são transferidas para a Matriz da Celesc, que irá realizar a emissão das faturas de consumo, o apontamento do vencimento e o envio ao consumidor.

Para os consumidores em que não foi possível efetuar a leitura, é faturado o valor de consumo médio dos últimos meses e, na fatura seguinte, verifica-se o consumo real, de modo que o consumidor seja faturado pela diferença entre o que foi cobrado e o valor do consumo medido.

4.5 Ciclo de cobrança

Consumidores do Grupo A

A cobrança é realizada pelas regionais e segue a seguinte régua:

- **Notificação - 5 dias após o vencimento:** É extraído do sistema um relatório com os consumidores inadimplentes para os quais é enviada notificação avisando da pendência.
- **Suspensão do fornecimento - 20 dias após o vencimento:** Após 15 dias do envio da notificação é cortado o fornecimento de energia.

Consumidores do Grupo B

A cobrança é realizada pela empresa terceirizada e segue a seguinte régua de cobrança:

- **Reaviso - aproximadamente 30 dias:** O reaviso é enviado junto da fatura do mês subsequente, através do qual o consumidor é comunicado do inadimplimento.
- **Suspensão do fornecimento - aproximadamente 45 dias após o vencimento:** Após 15 dias do envio do reaviso é cortado o fornecimento de energia.

De acordo com a legislação vigente, o fornecimento de energia elétrica a um consumidor inadimplente somente pode ser suspenso após 15 dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. Conforme verificado, o reaviso pode ser feito de duas formas:

- Através de notificação
- Através das faturas de energia

O sistema computacional da Celesc disponibiliza, automaticamente, os consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação.

Considerando o valor médio das faturas e o número de consumidores do Grupo A, a Celesc opta pela entrega do reaviso antecipado para esses consumidores como forma de antecipar o recebimento. Para os demais consumidores o reaviso está sendo feito através da próxima fatura do consumidor inadimplente, tendo em vista o volume e os custos da notificação.

4.6 Ações de cobrança

A Celesc antes de utilizar-se do direito de suspender o fornecimento aos consumidores inadimplentes, procura negociar o pagamento dos débitos com os mesmos através de telefonemas, envio de cartas ou visita *in-loco*.

Caso não haja sucesso nas tentativas de recebimento dos montantes, como último recurso, a Celesc parte para a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores inadimplentes. A partir deste momento, os clientes inadimplentes são enviados a escritórios de cobrança terceirizados. Após 180 dias de inadimplência, para montantes superiores a R\$ 3.000,00, os clientes são acionados judicialmente.

Sendo eficaz a ação de cobrança junto aos consumidores, estes podem solicitar a re-conexão ao sistema elétrico. A solicitação é feita através do *call center*, sendo identificado pelo atendente a natureza do serviço ou informação desejada pelo consumidor, sendo acionada uma equipe técnica para atendimento que se dirige ao local indicado.

Parcelamento

Para alguns casos específicos, o consumidor negocia um parcelamento de seus débitos, em um limite de 24 parcelas, mediante o pagamento de uma entrada (33% do débito), estando incluídos nos valores cobrados os montantes relativos à atualização monetária, juros e multas. Caso o cliente volte a inadimplir após o parcelamento, em um prazo de 15 dias ele passa a ser negativado no SPC.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Relatório relativo à aplicação de
procedimentos pré-acordados

Anexos

Anexo I - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
1	JOINVILLE	1.652.017	12,02%	12,02%	5.534.734	8,03%	8,03%
2	FPOLIS	1.064.298	7,74%	19,76%	6.231.350	9,04%	17,07%
3	BLUMENAU	956.361	6,96%	26,71%	3.708.518	5,38%	22,45%
4	BRUSQUE	511.269	3,72%	30,43%	1.133.392	1,64%	24,10%
5	ITAJAI	480.444	3,49%	33,93%	1.972.629	2,86%	26,96%
6	CRICIUMA	441.960	3,21%	37,14%	1.951.797	2,83%	29,79%
7	JARAGUA S.	407.818	2,97%	40,11%	1.549.180	2,25%	32,04%
8	CHAPECO	381.718	2,78%	42,88%	1.962.167	2,85%	34,88%
9	SAO JOSE	372.006	2,71%	45,59%	2.507.364	3,64%	38,52%
10	B.CAMBORIU	302.956	2,20%	47,79%	2.093.667	3,04%	41,56%
11	LAGES	258.982	1,88%	49,68%	1.835.228	2,66%	44,22%
12	TUBARAO	235.497	1,71%	51,39%	939.913	1,36%	45,59%
13	S.BENTO S.	220.964	1,61%	53,00%	885.322	1,28%	46,87%
14	CACADOR	210.302	1,53%	54,53%	758.604	1,10%	47,97%
15	S.FCO SUL	183.658	1,34%	55,86%	719.117	1,04%	49,01%
16	INDAIAL	181.129	1,32%	57,18%	568.225	0,82%	49,84%
17	PALHOCA	179.677	1,31%	58,49%	1.584.070	2,30%	52,14%
18	VIDEIRA	153.812	1,12%	59,61%	547.110	0,79%	52,93%
19	GASPAR	152.671	1,11%	60,72%	629.457	0,91%	53,84%
20	CONCORDIA	146.617	1,07%	61,78%	859.594	1,25%	55,09%
21	RIO DO SUL	144.256	1,05%	62,83%	726.842	1,05%	56,15%
22	TIMBO	118.398	0,86%	63,69%	418.357	0,61%	56,75%
23	R.NEGRINHO	104.734	0,76%	64,46%	446.828	0,65%	57,40%
24	TIJUCAS	100.442	0,73%	65,19%	332.575	0,48%	57,88%
25	CANONHAS	95.725	0,70%	65,88%	607.039	0,88%	58,76%
26	NAVEGANTES	95.653	0,70%	66,58%	730.524	1,06%	59,82%
27	BIGUACU	92.944	0,68%	67,25%	581.629	0,84%	60,67%
28	ITAPEMA	92.584	0,67%	67,93%	849.920	1,23%	61,90%
29	FRAIBURGO	88.872	0,65%	68,57%	384.250	0,56%	62,46%
30	ARARANGUA	88.439	0,64%	69,22%	741.703	1,08%	63,54%
31	T.BARRAS	87.814	0,64%	69,86%	180.297	0,26%	63,80%
32	POMERODE	86.149	0,63%	70,48%	305.453	0,44%	64,24%
33	MAFRA	83.732	0,61%	71,09%	631.435	0,92%	65,16%
34	BRACO NORT	82.153	0,60%	71,69%	251	0,00%	65,16%
35	FORQUILHIN	78.872	0,57%	72,26%	1.939	0,00%	65,16%
36	CAMPOS N.	76.172	0,55%	72,82%	372.542	0,54%	65,70%
37	GUARAMIRIM	74.061	0,54%	73,36%	332.960	0,48%	66,18%
38	LAGUNA	73.900	0,54%	73,89%	806.544	1,17%	67,35%
39	JOACABA	70.521	0,51%	74,41%	370.877	0,54%	67,89%
40	CAMBORIU	66.408	0,48%	74,89%	521.511	0,76%	68,65%
41	CURITIBAN.	63.783	0,46%	75,35%	428.628	0,62%	69,27%
42	SEARA	63.294	0,46%	75,81%	201.381	0,29%	69,56%
43	S.MIGUEL O	63.109	0,46%	76,27%	460.904	0,67%	70,23%
44	ORLEANS	60.937	0,44%	76,72%	182.075	0,26%	70,49%
45	COR. PINTO	59.711	0,43%	77,15%	167.246	0,24%	70,74%
46	CAPINZAL	58.678	0,43%	77,58%	274.858	0,40%	71,14%
47	ITAPIRANGA	57.441	0,42%	78,00%	175.859	0,26%	71,39%
48	IMBITUBA	56.805	0,41%	78,41%	450.679	0,65%	72,05%
49	OTAC.COSTA	51.943	0,38%	78,79%	176.865	0,26%	72,30%
50	BARRA V.	49.557	0,36%	79,15%	403.152	0,58%	72,89%
51	GUABIRUBA	48.093	0,35%	79,50%	178.923	0,26%	73,15%
52	ICARA	46.301	0,34%	79,83%	19.700	0,03%	73,18%
53	PENHA	46.180	0,34%	80,17%	407.348	0,59%	73,77%
54	PINHALZ.	45.164	0,33%	80,50%	136.986	0,20%	73,96%
55	SJ.BATISTA	42.063	0,31%	80,80%	236.335	0,34%	74,31%
56	S.LOURENCO	40.070	0,29%	81,10%	247.670	0,36%	74,67%
57	BOMBINHAS	39.682	0,29%	81,38%	344.420	0,50%	75,17%
58	S.CECILIA	39.601	0,29%	81,67%	151.011	0,22%	75,39%

Anexo I - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
59	MARAVILHA	38.738	0,28%	81,95%	228.981	0,33%	75,72%
60	N. VENEZA	37.788	0,27%	82,23%	46.893	0,07%	75,79%
61	ARAQUARI	37.755	0,27%	82,50%	218.295	0,32%	76,10%
62	SOMBRI	37.376	0,27%	82,77%	314.184	0,46%	76,56%
63	POUSO RED	37.257	0,27%	83,05%	155.908	0,23%	76,78%
64	URUSSANGA	37.157	0,27%	83,32%	270	0,00%	76,79%
65	IBIRAMA	37.068	0,27%	83,59%	207.462	0,30%	77,09%
66	P. GETULIO	36.994	0,27%	83,85%	165.119	0,24%	77,33%
67	SANGAO	36.358	0,26%	84,12%	73.430	0,11%	77,43%
68	M. FUMACA	35.855	0,26%	84,38%	152	0,00%	77,43%
69	VARGEM BON	35.317	0,26%	84,64%	53.482	0,08%	77,51%
70	TAIO	34.224	0,25%	84,89%	202.384	0,29%	77,80%
71	B PICARRAS	34.105	0,25%	85,13%	275.736	0,40%	78,20%
72	ITUPORANGA	33.319	0,24%	85,38%	256.572	0,37%	78,58%
73	HERVAL D'O	33.221	0,24%	85,62%	235.199	0,34%	78,92%
74	GARUVA	32.712	0,24%	85,86%	140.411	0,20%	79,12%
75	PORTO BELO	32.477	0,24%	86,09%	259.720	0,38%	79,50%
76	F. GUEDES	31.559	0,23%	86,32%	99.887	0,14%	79,64%
77	S.JOAQUIM	31.306	0,23%	86,55%	286.124	0,42%	80,06%
78	JAGUARUNA	30.721	0,22%	86,77%	259.149	0,38%	80,43%
79	GAROPABA	30.652	0,22%	87,00%	304.839	0,44%	80,88%
80	SCHROEDER	30.458	0,22%	87,22%	129.334	0,19%	81,06%
81	MASSARAND.	30.213	0,22%	87,44%	168.421	0,24%	81,31%
82	QUILOMBO	29.383	0,21%	87,65%	118.883	0,17%	81,48%
83	XANXERE	29.080	0,21%	87,86%	168	0,00%	81,48%
84	L. MULLER	27.768	0,20%	88,06%	144.972	0,21%	81,69%
85	CORUPA	27.226	0,20%	88,26%	153.704	0,22%	81,91%
86	TANGARA	26.899	0,20%	88,46%	104.579	0,15%	82,07%
87	COCAL SUL	26.042	0,19%	88,65%	66	0,00%	82,07%
88	CAPIVARI B	25.725	0,19%	88,83%	241.137	0,35%	82,42%
89	STO AMARO	25.341	0,18%	89,02%	229.763	0,33%	82,75%
90	TROMBUDO C	25.254	0,18%	89,20%	81.462	0,12%	82,87%
91	C. ALEGRE	24.888	0,18%	89,38%	148.713	0,22%	83,08%
92	RODEIO	24.750	0,18%	89,56%	141.614	0,21%	83,29%
93	ITAPOA	24.619	0,18%	89,74%	357.788	0,52%	83,81%
94	LUIS ALVES	24.584	0,18%	89,92%	108.315	0,16%	83,97%
95	CATANDUVAS	23.241	0,17%	90,09%	101.808	0,15%	84,11%
96	RIO CEDROS	22.892	0,17%	90,26%	132.467	0,19%	84,30%
97	PAPANDUVA	22.550	0,16%	90,42%	192.127	0,28%	84,58%
98	BOTUVERA	22.326	0,16%	90,58%	59.211	0,09%	84,67%
99	ERMO	21.601	0,16%	90,74%	36	0,00%	84,67%
100	APIUNA	21.353	0,16%	90,90%	107.287	0,16%	84,83%
101	CANELINHA	20.596	0,15%	91,05%	105.576	0,15%	84,98%
102	ITAIOPOLIS	20.042	0,15%	91,19%	212.799	0,31%	85,29%
103	G.C.RAMOS	19.853	0,14%	91,34%	216.093	0,31%	85,60%
104	T. TILIAS	19.700	0,14%	91,48%	71.406	0,10%	85,70%
105	MONDAI	19.679	0,14%	91,62%	108.126	0,16%	85,86%
106	ILHOTA	19.342	0,14%	91,76%	137.748	0,20%	86,06%
107	SIDEROPLIS	19.283	0,14%	91,90%	21.428	0,03%	86,09%
108	AGROLANDIA	19.161	0,14%	92,04%	102.138	0,15%	86,24%
109	S.J.CEDRO	19.051	0,14%	92,18%	158.672	0,23%	86,47%
110	IPUMIRIM	19.007	0,14%	92,32%	87.401	0,13%	86,60%
111	N. TRENTO	18.925	0,14%	92,46%	115.927	0,17%	86,77%
112	PALMITOS	18.903	0,14%	92,59%	195.343	0,28%	87,05%
113	ITA	18.392	0,13%	92,73%	81.914	0,12%	87,17%
114	MARACAJA	18.239	0,13%	92,86%	66.780	0,10%	87,26%
115	P. UNIAO	17.746	0,13%	92,99%	61.938	0,09%	87,35%
116	BENEDITO N	17.037	0,12%	93,11%	67.107	0,10%	87,45%

Anexo I - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
117	GUATAMBU	16.383	0,12%	93,23%	43.963	0,06%	87,52%
118	BARRA SUL	16.132	0,12%	93,35%	204.416	0,30%	87,81%
119	TREVISÓ	15.938	0,12%	93,47%	112	0,00%	87,81%
120	TIMBO GRAN	15.846	0,12%	93,58%	57.595	0,08%	87,90%
121	ANT CARLOS	15.752	0,11%	93,70%	63.446	0,09%	87,99%
122	C.FREITAS	15.341	0,11%	93,81%	117.712	0,17%	88,16%
123	ABELARDO L	15.197	0,11%	93,92%	165.340	0,24%	88,40%
124	BRACO TROM	14.747	0,11%	94,03%	41.462	0,06%	88,46%
125	LONTRAS	14.479	0,11%	94,13%	113.102	0,16%	88,62%
126	BAL ARR SV	14.461	0,11%	94,24%	244.723	0,36%	88,98%
127	ASCURRA	13.684	0,10%	94,34%	90.403	0,13%	89,11%
128	RIO ANTAS	12.692	0,09%	94,43%	67.195	0,10%	89,21%
129	SALETE	12.645	0,09%	94,52%	86.200	0,13%	89,33%
130	MONTE CARL	12.437	0,09%	94,61%	89.579	0,13%	89,46%
131	SAO CARLOS	12.324	0,09%	94,70%	92.886	0,13%	89,60%
132	PAUL LOPES	12.305	0,09%	94,79%	37	0,00%	89,60%
133	PTE SERRAD	12.247	0,09%	94,88%	109.294	0,16%	89,76%
134	GUARACIABA	12.182	0,09%	94,97%	125.271	0,18%	89,94%
135	RIO CAMPO	12.143	0,09%	95,06%	78.083	0,11%	90,05%
136	DION.CERQ.	12.131	0,09%	95,14%	154.720	0,22%	90,27%
137	BOM RETIRO	11.708	0,09%	95,23%	106.992	0,16%	90,43%
138	S.DOMINGOS	11.537	0,08%	95,31%	108.383	0,16%	90,59%
139	S. VELOSO	11.196	0,08%	95,39%	47.730	0,07%	90,66%
140	LUZERNA	11.179	0,08%	95,48%	74.204	0,11%	90,76%
141	CUNHA PORÁ	11.005	0,08%	95,56%	106.397	0,15%	90,92%
142	L. REGIS	10.873	0,08%	95,63%	103.245	0,15%	91,07%
143	IMARUI	10.410	0,08%	95,71%	166.761	0,24%	91,31%
144	CAMPO ERE	10.170	0,07%	95,78%	94.343	0,14%	91,45%
145	RIO OESTE	10.100	0,07%	95,86%	84.594	0,12%	91,57%
146	IPORA OEST	9.986	0,07%	95,93%	97.222	0,14%	91,71%
147	URUBICI	9.898	0,07%	96,00%	121.455	0,18%	91,89%
148	DESCANSO	9.833	0,07%	96,07%	102.625	0,15%	92,04%
149	LAURENTINO	9.779	0,07%	96,15%	71.160	0,10%	92,14%
150	IRANI	9.710	0,07%	96,22%	86.670	0,13%	92,27%
151	B. GAIVOTA	9.625	0,07%	96,29%	169.792	0,25%	92,51%
152	A. WAGNER	9.350	0,07%	96,35%	120.198	0,17%	92,69%
153	OURO	8.968	0,07%	96,42%	96.860	0,14%	92,83%
154	AGUA DOCE	8.883	0,06%	96,48%	81.275	0,12%	92,94%
155	J. MACHADO	8.730	0,06%	96,55%	427	0,00%	92,94%
156	SAUDADES	8.117	0,06%	96,61%	41.449	0,06%	93,00%
157	S.JOAO SUL	7.980	0,06%	96,66%	70	0,00%	93,01%
158	ERVAL V.	7.927	0,06%	96,72%	58.059	0,08%	93,09%
159	CAIBI	7.910	0,06%	96,78%	74.423	0,11%	93,20%
160	S.JOAO OES	7.870	0,06%	96,84%	70.924	0,10%	93,30%
161	PINHEIRO P	7.629	0,06%	96,89%	33.339	0,05%	93,35%
162	PIRATUBA	7.530	0,05%	96,95%	72.068	0,10%	93,45%
163	IRINEOPOL.	7.326	0,05%	97,00%	103.489	0,15%	93,60%
164	S ROSA SUF.	7.259	0,05%	97,05%	95.183	0,14%	93,74%
165	GRAVATAL	7.210	0,05%	97,11%	51	0,00%	93,74%
166	JABORA	7.187	0,05%	97,16%	50.472	0,07%	93,81%
167	PALMA SOLA	7.127	0,05%	97,21%	80.065	0,12%	93,93%
168	S CRISTOVA	6.951	0,05%	97,26%	45.077	0,07%	94,00%
169	V.RAMOS	6.917	0,05%	97,31%	80.053	0,12%	94,11%
170	ANCHIETA	6.796	0,05%	97,36%	78.276	0,11%	94,23%
171	ARMAZEM	6.763	0,05%	97,41%	55	0,00%	94,23%
172	PETROLAND.	6.726	0,05%	97,46%	78.373	0,11%	94,34%
173	AGRONOMICA	6.630	0,05%	97,51%	52.710	0,08%	94,42%
174	AG NORMAS	6.597	0,05%	97,55%	43.501	0,06%	94,48%

Anexo I - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - RS(000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
175	AURORA	6.541	0,05%	97,60%	63.905	0,09%	94,57%
176	GUARUJA S.	6.258	0,05%	97,65%	58.074	0,08%	94,66%
177	CAMPO BELO	6.223	0,05%	97,69%	78.094	0,11%	94,77%
178	IOMERE	6.214	0,05%	97,74%	33.551	0,05%	94,82%
179	LINDOIA S	6.109	0,04%	97,78%	53.427	0,08%	94,90%
180	XAVANTINA	5.985	0,04%	97,83%	49.642	0,07%	94,97%
181	ARROIO T.	5.913	0,04%	97,87%	45.556	0,07%	95,03%
182	CORDILHEIR	5.895	0,04%	97,91%	33.857	0,05%	95,08%
183	M. CASTELO	5.784	0,04%	97,95%	85.208	0,12%	95,21%
184	TUNAPOLIS	5.727	0,04%	98,00%	53.230	0,08%	95,28%
185	IMBUÍ	5.677	0,04%	98,04%	67.694	0,10%	95,38%
186	VARGEAO	5.592	0,04%	98,08%	38.362	0,06%	95,44%
187	ANIT GARIB	5.503	0,04%	98,12%	96.528	0,14%	95,58%
188	N. ERECHIM	5.318	0,04%	98,16%	31.015	0,04%	95,62%
189	S.P. ALCANT	5.266	0,04%	98,19%	35.890	0,05%	95,67%
190	S. TEREZINH	5.240	0,04%	98,23%	84.613	0,12%	95,80%
191	D. PEDRINHO	4.998	0,04%	98,27%	37.504	0,05%	95,85%
192	J. BOITEUX	4.976	0,04%	98,31%	44.652	0,06%	95,92%
193	SJ. CERRITO	4.874	0,04%	98,34%	90.123	0,13%	96,05%
194	WITMARSUM	4.850	0,04%	98,38%	41.962	0,06%	96,11%
195	S J ITAPER	4.837	0,04%	98,41%	38.663	0,06%	96,16%
196	CAXAMBU S.	4.830	0,04%	98,45%	56.711	0,08%	96,25%
197	PONTE ALTA	4.818	0,04%	98,48%	56.699	0,08%	96,33%
198	DONA EMMMA	4.813	0,04%	98,52%	41.498	0,06%	96,39%
199	PALMEIRA	4.792	0,03%	98,55%	29.438	0,04%	96,43%
200	MAJ. VIEIRA	4.744	0,03%	98,59%	79.733	0,12%	96,55%
201	AG. CHAPECO	4.725	0,03%	98,62%	64.826	0,09%	96,64%
202	IPIRA	4.687	0,03%	98,65%	61.226	0,09%	96,73%
203	VICTOR MEI	4.577	0,03%	98,69%	55.404	0,08%	96,81%
204	N. ITABERA	4.574	0,03%	98,72%	46.000	0,07%	96,88%
205	BOM JARDIM	4.290	0,03%	98,75%	46.831	0,07%	96,95%
206	ARABUTA	4.273	0,03%	98,78%	45.102	0,07%	97,01%
207	RIQUEZA	4.241	0,03%	98,81%	54.431	0,08%	97,09%
208	ROMELANDIA	4.194	0,03%	98,84%	69.593	0,10%	97,19%
209	PASSOS MAI	4.190	0,03%	98,87%	38.878	0,06%	97,25%
210	IBICARE	4.177	0,03%	98,91%	45.576	0,07%	97,31%
211	RANCHO Q.	4.143	0,03%	98,94%	35.012	0,05%	97,36%
212	ATALANTA	4.018	0,03%	98,96%	44.406	0,06%	97,43%
213	MODELO	4.006	0,03%	98,99%	38.379	0,06%	97,48%
214	PERITIBA	3.924	0,03%	99,02%	40.070	0,06%	97,54%
215	PARAISO	3.898	0,03%	99,05%	46.310	0,07%	97,61%
216	PTE ALTA N	3.681	0,03%	99,08%	30.963	0,04%	97,65%
217	IRACEMINHA	3.556	0,03%	99,10%	52.597	0,08%	97,73%
218	IBIAM	3.477	0,03%	99,13%	22.035	0,03%	97,76%
219	CAPAO ALTO	3.467	0,03%	99,15%	40.348	0,06%	97,82%
220	GALVAO	3.322	0,02%	99,18%	41.233	0,06%	97,88%
221	LACERDOPOL	3.237	0,02%	99,20%	29.418	0,04%	97,92%
222	ANGELINA	3.177	0,02%	99,22%	45.926	0,07%	97,99%
223	SERRA ALTA	3.167	0,02%	99,25%	28.473	0,04%	98,03%
224	MIRIM DOCE	2.972	0,02%	99,27%	28.872	0,04%	98,07%
225	AGUAS FRIA	2.869	0,02%	99,29%	27.984	0,04%	98,11%
226	IPUACU	2.829	0,02%	99,31%	23.412	0,03%	98,15%
227	STA HELENA	2.784	0,02%	99,33%	27.743	0,04%	98,19%
228	M. GERCINO	2.782	0,02%	99,35%	23.113	0,03%	98,22%
229	ZORTEA	2.760	0,02%	99,37%	35.211	0,05%	98,27%
230	UNIAO OEST	2.741	0,02%	99,39%	33.651	0,05%	98,32%
231	B. V. TOLDO	2.643	0,02%	99,41%	56.568	0,08%	98,40%
232	N. HORIZONT	2.628	0,02%	99,43%	29.330	0,04%	98,45%



Anexo I - Produção por município

#	Município	Somatório do valor das faturas - RS(000)	%	% acum.	Quantidade de Faturas	%	% acum.
233	PLA.ALEGRE	2.576	0,02%	99,45%	29.496	0,04%	98,49%
234	PEDRAS G.	2.507	0,02%	99,47%	25.338	0,04%	98,53%
235	L. LEAL	2.460	0,02%	99,48%	15.777	0,02%	98,55%
236	A. B.VISTA	2.352	0,02%	99,50%	27.752	0,04%	98,59%
237	TREZE MAIO	2.349	0,02%	99,52%	86	0,00%	98,59%
238	CH.LAGEADO	2.279	0,02%	99,54%	30.410	0,04%	98,63%
239	SALTINHO	2.266	0,02%	99,55%	35.149	0,05%	98,68%
240	BELMONTE	2.214	0,02%	99,57%	29.186	0,04%	98,73%
241	PRINCESA	2.186	0,02%	99,58%	26.757	0,04%	98,77%
242	FORMOSA SU	2.164	0,02%	99,60%	29.588	0,04%	98,81%
243	ARVOREDO	2.154	0,02%	99,62%	23.333	0,03%	98,84%
244	BOCAINA S.	2.152	0,02%	99,63%	43.093	0,06%	98,91%
245	OURO VERDE	2.139	0,02%	99,65%	22.640	0,03%	98,94%
246	VARGEM	2.138	0,02%	99,66%	32.092	0,05%	98,98%
247	PRÉS.NEREU	2.043	0,01%	99,68%	29.567	0,04%	99,03%
248	BANDEIRANT	2.030	0,01%	99,69%	33.641	0,05%	99,08%
249	CASTELO B.	1.970	0,01%	99,71%	18.677	0,03%	99,10%
250	F. ROGERIO	1.951	0,01%	99,72%	34.503	0,05%	99,15%
251	CELSO RAMO	1.911	0,01%	99,73%	28.942	0,04%	99,20%
252	B.JESUS O.	1.889	0,01%	99,75%	20.911	0,03%	99,23%
253	ABDON BATI	1.866	0,01%	99,76%	32.233	0,05%	99,27%
254	RIO RUFINO	1.857	0,01%	99,77%	27.083	0,04%	99,31%
255	BRUNOPOLIS	1.832	0,01%	99,79%	31.251	0,05%	99,36%
256	CALMON	1.808	0,01%	99,80%	26.869	0,04%	99,40%
257	URUPEMA	1.743	0,01%	99,81%	29.429	0,04%	99,44%
258	MACIEIRA	1.680	0,01%	99,83%	15.651	0,02%	99,46%
259	CERRO NEGR	1.676	0,01%	99,84%	36.020	0,05%	99,51%
260	C. MARTINS	1.609	0,01%	99,85%	24.580	0,04%	99,55%
261	JARDINOPOL	1.595	0,01%	99,86%	20.709	0,03%	99,58%
262	PAINEL	1.582	0,01%	99,87%	25.635	0,04%	99,62%
263	JUPIA	1.569	0,01%	99,88%	22.170	0,03%	99,65%
264	B. BONITA	1.531	0,01%	99,90%	24.462	0,04%	99,68%
265	IRATI	1.526	0,01%	99,91%	22.971	0,03%	99,72%
266	MATOS COST	1.486	0,01%	99,92%	28.140	0,04%	99,76%
267	FL. SERTA O	1.468	0,01%	99,93%	19.013	0,03%	99,79%
268	S.BERNARDI	1.454	0,01%	99,94%	22.319	0,03%	99,82%
269	S.T.PROGRE	1.423	0,01%	99,95%	29.702	0,04%	99,86%
270	PAIAL	1.380	0,01%	99,96%	20.136	0,03%	99,89%
271	SANTIAGO S	1.211	0,01%	99,97%	16.873	0,02%	99,92%
272	S.MIGUEL B	1.158	0,01%	99,98%	17.316	0,03%	99,94%
273	MELEIRO	703	0,01%	99,98%	2.433	0,00%	99,94%
274	SUL BRASIL	659	0,00%	99,99%	11.925	0,02%	99,96%
275	TIGRINHOS	426	0,00%	99,99%	8.804	0,01%	99,97%
276	RIO NEGRO	320	0,00%	99,99%	1.014	0,00%	99,98%
277	BOM JESUS	290	0,00%	99,99%	5.658	0,01%	99,98%
278	LAGEADO GR	247	0,00%	100,00%	3.098	0,00%	99,99%
279	MAREMA	232	0,00%	100,00%	2.275	0,00%	99,99%
280	CUNHATAI	182	0,00%	100,00%	2.569	0,00%	100,00%
281	P. TORRES	179	0,00%	100,00%	3.084	0,00%	100,00%
282	PR. GRANDE	6	0,00%	100,00%	1	0,00%	100,00%
283	D P S C	2	0,00%	100,00%	76	0,00%	100,00%
284	TURVO	1	0,00%	100,00%	42	0,00%	100,00%
285	XAXIM	1	0,00%	100,00%	24	0,00%	100,00%
Total		13.748.179,02	100,00%		68.923.967	100,00%	



Anexo II - 100 maiores faturas

#	Código do Cliente	CNPJ	Número da Fatura	Valor da Fatura - R\$
1	1235155	826369860001	200506123515525	25.343.190
2	1235179	829816710001	200506123517922	21.417.388
3	1235179	829816710001	200412123517922	12.275.504
4	1235155	826369860001	200506123515523	8.752.653
5	1235216	815999610002	200509123521600	8.645.423
6	1235366	796559160001	200606123536622	8.187.630
7	1235216	815999610002	200508123521600	7.278.818
8	1235179	829816710001	200407123517905	7.257.464
9	1235176	829819290001	200506123517622	7.151.072
10	1235155	826369860001	200412123515522	7.087.943
11	1235216	815999610002	200411123521600	6.769.596
12	1235216	815999610002	200502123521600	6.532.536
13	1235216	815999610002	200506123521600	6.504.789
14	1235216	815999610002	200410123521600	6.448.294
15	1235216	815999610002	200409123521600	6.446.412
16	1235358	796559160006	200606123535822	6.388.196
17	1235216	815999610002	200408123521600	6.302.877
18	1235216	815999610002	200507123521600	6.228.719
19	1235366	796559160001	200507123536605	6.089.620
20	1235216	815999610002	200405123521600	6.033.800
21	1235216	815999610002	200406123521605	6.033.800
22	1235216	815999610002	200412123521600	6.009.246
23	1235216	815999610002	200407123521600	5.960.573
24	1235216	815999610002	200406123521600	5.954.914
25	1235173	829818120001	200506123517305	5.934.260
26	1235216	815999610002	200505123521600	5.800.789
27	1235216	815999610002	200409123521605	5.702.877
28	1235216	815999610002	200503123521600	5.694.406
29	1235216	815999610002	200508123521605	5.680.849
30	1235216	815999610002	200504123521600	5.632.883
31	1235216	815999610002	200403123521600	5.589.834
32	2473440	796559160004	200606247344022	5.485.588
33	1235216	815999610002	200410123521605	5.446.412
34	1235216	815999610002	200408123521605	5.360.573
35	1235216	815999610002	200404123521600	5.327.531
36	1235216	815999610002	200411123521605	5.248.294
37	1235216	815999610002	200506123521605	5.200.789
38	1235216	815999610002	200501123521600	5.005.449
39	1235176	829819290001	200412123517622	4.955.769
40	2325502	788769500005	200506232550205	4.926.482
41	1235179	829816710001	200403123517905	4.839.637
42	1235216	815999610002	200406123521606	4.833.800
43	1235216	815999610002	200501123521605	4.809.246
44	1235196	826369860002	200412123519605	4.732.463
45	1235358	796559160006	200507123535805	4.627.350
46	1235216	815999610002	200502123521605	4.505.449
47	1235216	815999610002	200503123521605	4.394.139
48	1235216	815999610002	200404123521605	4.389.834
49	1235216	815999610002	200403123521605	4.240.452
50	1235216	815999610002	200510123521600	4.139.424
51	1235216	815999610002	200405123521605	4.127.531
52	1235216	815999610002	200505123521605	4.094.610
53	2473440	796559160004	200507247344005	4.063.842



Anexo II - 100 maiores faturas

54	3148535	108357000115	200701314853500	3.722.467
55	1235216	815999610002	200504123521605	3.554.807
56	1235173	829818120001	200412123517305	3.279.204
57	1235216	815999610002	200511123521600	3.191.598
58	3160436	445293000136	200609316043600	3.108.036
59	1235216	815999610002	200601123521600	2.945.022
60	1235216	815999610002	200512123521600	2.936.113
61	1235155	826369860001	200406123515523	2.913.855
62	2706101	795031000174	200610270610100	2.898.436
63	2706101	795031000174	200609270610100	2.836.197
64	2706101	037950310001	200605270610100	2.790.275
65	1235216	815999610002	200605123521600	2.733.318
66	1235216	815999610002	200603123521600	2.728.026
67	2706101	795031000174	200612270610100	2.686.743
68	1235366	796559160001	200504123536605	2.672.877
69	2706101	795031000174	200611270610100	2.668.414
70	1235216	815999610002	200602123521600	2.641.484
71	2706101	037950310001	200608270610100	2.633.793
72	1235216	815999610002	200604123521600	2.626.159
73	2706101	037950310001	200607270610100	2.595.631
74	1235216	815999610002	200606123521605	2.533.318
75	1235216	815999610002	200606123521600	2.512.688
76	1235216	815999610002	200607123521600	2.502.203
77	1235216	815999610002	200608123521600	2.496.887
78	2706101	037950310001	200606270610100	2.480.045
79	2706101	037950310001	200603270610100	2.454.257
80	2796643	796705010013	200409279664300	2.449.067
81	1235216	599961000247	200611123521600	2.448.076
82	1235216	599961000247	200702123521600	2.430.746
83	1235176	829819290001	200407123517605	2.425.294
84	1235216	599961000247	200610123521600	2.425.024
85	2706101	037950310001	200509270610100	2.424.215
86	2706101	795031000174	200702270610100	2.415.775
87	1235216	599961000247	200609123521600	2.407.793
88	1235298	547619011413	200701123529800	2.403.912
89	2796643	796705010013	200408279664300	2.392.901
90	1235216	599961000247	200701123521600	2.382.959
91	2706101	795031000174	200701270610100	2.343.238
92	2706101	037950310001	200601270610100	2.329.337
93	1235347	829153150001	200604123534705	2.292.671
94	2706101	037950310001	200604270610100	2.282.767
95	1235216	599961000247	200612123521600	2.277.544
96	1233794	836466530001	200608123379406	2.242.851
97	2706101	037950310001	200510270610100	2.229.841
98	2706101	037950310001	200602270610100	2.218.854
99	1235178	829816710012	200412123517822	2.156.643
100	2706101	037950310001	200507270610100	2.154.842

[illegible]239



Anexo IV - Matriz Triangular

Processo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------

Anexo 4

Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E
AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

CELESC 1 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MERCANTIS
Cessionário

por meio de sua Administradora

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
Cedente

BANCO DO BRASIL S.A.
Custodiante

e, como interveniente-anuente,

CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
Celesc

22 de novembro de 2007

Moita, Fernandes Rocha Advogados
São Paulo – SP
Brasil

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA	-	DAS DEFINIÇÕES.....	5
CLÁUSULA SEGUNDA	-	DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	11
CLÁUSULA TERCEIRA	-	DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE.....	13
CLÁUSULA QUARTA	-	DO PREÇO DE AQUISIÇÃO.....	13
CLÁUSULA QUINTA	-	DO VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E DO VALOR MENSAL DE ENTREGA	14
CLÁUSULA SEXTA	-	DOS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DE RECEBIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES	17
CLÁUSULA SÉTIMA	-	DOS EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RECEBIMENTO ANTECIPADO.....	18
CLÁUSULA OITAVA	-	DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.....	22
CLÁUSULA NONA	-	DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE.....	25
CLÁUSULA DEZ	-	DA CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DO FIEL DEPOSITÁRIO	27
CLÁUSULA ONZE	-	DAS PENALIDADES.....	28
CLÁUSULA DOZE	-	DA INDENIZAÇÃO.....	28
CLÁUSULA TREZE	-	DA TUTELA ESPECÍFICA.....	29
CLÁUSULA QUATORZE	-	DA CONFIDENCIALIDADE.....	30
CLÁUSULA QUINZE	-	DAS COMUNICAÇÕES	31
CLÁUSULA DEZESSEIS	-	DA CLÁUSULA ARBITRAL	33
CLÁUSULA DEZESSETE	-	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	33

Handwritten signature/initials

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO E
AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as Partes:

- (a) **CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS**, condomínio fechado inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.019.111/0001-14, constituído de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.907 e Instrução CVM nº 356 ("Cessionário"), neste ato representado por sua administradora, **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Administradora");
 - (b) **CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**, subsidiária integral de sociedade de economia mista estadual com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.336.783/0001-90, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Cedente"); e
 - (c) **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Edifício Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Custodiante"); e,
- como interveniente-anuente,
- (d) **CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**, sociedade de economia mista estadual com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Celesc"); e

CONSIDERANDO QUE:

- (A) nos termos do "Contrato de Concessão nº 55/99", datado de 22 de julho de 1999, o Poder Concedente autorizou a Celesc a explorar os serviços de geração de energia elétrica;
- (B) nos termos do "Contrato de Concessão nº 56/99" celebrado entre o Poder Concedente e a Celesc em 22 de julho de 1999 e aditado em 11 de julho de 2005 ("Contrato de Concessão"), o qual é parte integrante deste Contrato na forma de seu "Anexo II", o Poder Concedente autorizou a Celesc a explorar os serviços de distribuição de energia elétrica;

- (C) em 3 de outubro de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 712, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 71, v. 143, n. 193, em de 6 de outubro de 2006 (“Resolução Autorizativa”), a qual é parte integrante deste Contrato como seu “Anexo I”, anuiu com o processo de desverticalização, por meio do qual houve a segregação de atividades da Celesc;
- (D) em razão do processo acima referido, as atividades da Celesc foram segregadas, por meio da criação da Cedente e da CELESC GERAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.33.804/0001-78;
- (E) nos termos da Resolução Autorizativa, a versão patrimonial e a transferência das concessões são atos vinculados e simultaneamente autorizados pela Resolução Autorizativa, devendo a subsequente assinatura dos aditivos aos contratos de concessão, com transferência das concessões, ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após a convocação formal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sendo que, até a presente data, a Celesc não foi convocada;
- (F) a distribuição, mediante concessão, de energia elétrica é atividade que exige investimentos vultosos, com retorno de longo prazo;
- (G) o objetivo do Cessionário é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas mediante a aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente, e de outros ativos financeiros, observados os termos e as condições deste Contrato e do Regulamento;
- (H) o Cessionário, no exercício de sua atividade, tem meios de atender os objetivos da Cedente, antecipando parcela de sua receita futura, por meio da presente cessão de Direitos Creditórios;
- (I) a Cedente pretende ceder e transferir, e o Cessionário, por meio da Administradora, pretende adquirir, mediante cessão, Direitos Creditórios, na forma e nas condições estabelecidas neste Contrato e no Regulamento;
- (J) as disposições estabelecidas no presente Contrato se encontram em consonância com o regulamento do Cessionário (“Regulamento”), registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o número 8623162, em 29 de agosto de 2007, conforme alterado em 19 de outubro de 2007 em 12 de novembro de 2007, sob os números 8634524 e 8638973, respectivamente, sendo que as Partes declaram ter pleno conhecimento do seu teor;
- (K) a Cedente foi autorizada a contratar a operação objeto do presente Contrato, nos termos do Despacho nº 3.029, de 20 de dezembro de 2006, do Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica –

ANEEL, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 102, v. 143, n. 244, em 21 de dezembro de 2006, cuja cópia é parte integrante deste Contrato como seu “Anexo III”; e

- (L) nos termos do Despacho nº 1.287, de 26 de abril de 2007, cuja cópia é parte integrante deste Contrato como seu “Anexo IV”, publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, p. 65, v. 144, n. 81, em 27 de abril de 2007, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL resolveu substituir a Celcsc pela Cedente, nas determinações do Despacho ANEEL, tendo em vista o processo de segregação de atividades anuído pela Resolução Autorizativa, conforme mencionada no considerando “C” supra (doravante os despachos indicados nos ‘Considerandos’ ‘K’ e ‘L’, o “Despacho ANEEL”);

resolvem firmar o presente “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato”), que se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

- 1.1. Para os fins deste Contrato e seus “Anexos”, os termos e as expressões a seguir terão os seguintes significados (aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural), exceto se escritos apenas em letras minúsculas:
1. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
 2. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
 3. “Agência de Classificação de Risco”: agência de classificação de risco devidamente contratada pela Administradora, por conta e ordem do Cessionário, responsável pela classificação de risco das Quotas Seniores.
 4. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
 5. “ANEEL”: Agência Nacional de Energia Elétrica;
 6. “Anexos”: os anexos ao presente Contrato, cujos termos são partes integrantes e inseparáveis deste Contrato, para todos os fins e efeitos de direito;
 7. “Bacen”: Banco Central do Brasil;

8. "Boleto de Cobrança": documento emitido na forma de "ficha de compensação" pela Cedente, conforme modelo constante do "Anexo V", nos termos do Convênio de Cobrança, por meio do qual cada Consumidor efetua o pagamento do Direito Creditório Cedido por ele devido na Rede Conveniada, contendo as seguintes características:
- i) em razão de informação contida no "código de barras" (código identificador vinculado à Conta do Cessionário) do Boleto de Cobrança, as quantias pagas pelo Consumidor na Rede Conveniada serão automaticamente transferidas ao Custodiante por meio do Sistema Integrado de Compensação, observados os termos e condições do Convênio de Cobrança;
 - ii) para os fins do artigo 290 do Código Civil brasileiro, no caso de o Boleto de Cobrança estar vinculado a um Direito Creditório Cedido, esse será emitido com a seguinte mensagem em destaque no campo apropriado: "Direito de Crédito cedido ao 'Celesc I - FIDC' – Pagável somente na Rede Conveniada"; e
 - iii) deverá atender todas as especificações definidas no Convênio de Cobrança;
9. "Cedente": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
10. "Celesc": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
11. "Cessionário": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
12. "CETIP": Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP;
13. "CMN": Conselho Monetário Nacional;
14. "CNPJ/MF": Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
15. "Compensação Eletrônica": horário em que ocorre o repasse dos recursos arrecadados pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação, em virtude do pagamento dos Boletos de Cobrança pelos Consumidores;
16. "Consumidores": Consumidores que se encontram vinculados a determinada UC, devedores dos Direitos Creditórios Cedidos, devidamente identificados no "Anexo VI", os quais atenderam, na data da respectiva seleção, cumulativamente, aos seguintes critérios:
- i) pertencer ao segmento residencial, industrial, comercial ou rural, desde que não sejam do setor público, ou ainda controlados, direta ou indiretamente, por tal setor;
 - ii) as faturas cobradas não se encontrarem em débito automático;

- iii) as respectivas faturas não terem sido pagas, nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à data de seleção, com atraso superior a 15 (quinze) dias da data de vencimento correspondente;
 - iv) o valor médio de suas respectivas faturas encontrar-se entre: (A) alta tensão – grupo A: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e (B) baixa tensão – grupo B: R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
 - v) não pertencer ao grupo de Consumidores Livres; e
 - vi) 16% (dezesseis por cento) pertencer ao grupo A – alta tensão; e 84% (oitenta e quatro por cento) pertencer ao grupo B – baixa tensão; selecionados de acordo com o critério do menor valor da fatura paga nos últimos 12 (doze) meses.
17. “Consumidores Livres”: consumidores que podem optar por contratar seus respectivos fornecimentos de energia elétrica com qualquer produtor independente, concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica, conforme os termos e condições estabelecidos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e suas alterações posteriores;
18. “Conta da Cedente”: conta corrente nº 5.121-7, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3.125-9, cuja beneficiária é a Cedente;
19. “Conta Débito do Convênio”: conta de titularidade da Cedente na qual recairão eventuais despesas descritas no Convênio de Cobrança;
20. “Conta do Cessionário”: conta corrente nº 204.800-0, no banco 001 (Banco do Brasil S.A.), agência 3.125-9, cujo beneficiário é o Cessionário;
21. “Conta Float”: conta *float* do Banco do Brasil S.A. na qual recairão os recursos provenientes da arrecadação dos Direitos Creditórios Cedidos e nela permanecerão durante o Período de *Float*;
22. “Conta Transitória”: conta do sistema do Custodiante que realiza o direcionamento dos recursos arrecadados tanto para a Conta do Cessionário, quanto para a Conta da Cedente;
23. “Contrato”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
24. “Contrato de Concessão”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
25. “Contrato de Custódia”: “Contrato de Prestação de Serviços de Controladoria, Custódia Qualificada, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira para o Celesc I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis” celebrado entre a Administradora, o Custodiante e a Cedente;
26. “Contrato de Distribuição”: “Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação de Quotas Seniores de Emissão do Celesc I - Fundo de

Investimento em Direitos Creditórios Mercantis" celebrado entre a Administradora, os Distribuidores e a Cedente;

27. "Convênio de Cobrança": "Convênio de Prestação de Serviços de Cobrança Específico" celebrado entre a Cedente, a Administradora e o Custodiante, com a intervenção e anuência da Cclesc;
28. "CPF/MF": Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
29. "Critério de Elegibilidade": tem o significado que lhe é atribuído no item (3.1) da Cláusula Terceira deste Contrato;
30. "Custodiante": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
31. "CVM": Comissão de Valores Mobiliários;
32. "Data de Atualização": tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) da Cláusula Quinta deste Contrato;
33. "Despacho ANEEL": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
34. "Dia Útil": todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
35. "Direitos Creditórios": tem o significado que lhe é atribuído no item (2.5) da Cláusula Segunda deste Contrato;
36. "Direitos Creditórios Cedidos": tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) da Cláusula Segunda deste Contrato;
37. "Documentos Comprobatórios": tem o significado que lhe é atribuído no item (10.1) da Cláusula Dez deste Contrato;
38. "Documentos da Securitização": são, conjunta ou isoladamente: (i) o Regulamento; (ii) este Contrato de Cessão; (iii) o Contrato de Custódia; (iv) o Convênio de Cobrança; (v) o Contrato de Distribuição; e (vi) o Prospecto;
39. "Eventos de Liquidação Antecipada": cada um dos eventos arrolados no Regulamento, que ensejam a liquidação antecipada do Cessionário;
40. "Eventos de Recebimento Antecipado": eventos que, caso, em Assembléia Geral, os Quotistas deliberem que um Evento de Revisão é um evento de recebimento antecipado, ocasionará o recebimento antecipado por parte do Cessionário do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Contrato;
41. "Eventos de Revisão": tem o significado que lhe é atribuído no item (7.1) da Cláusula Sétima deste Contrato;
42. "Fiel Depositário": tem o significado que lhe é atribuído no item (10.4) da Cláusula Dez;

43. "IGP-M": Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
44. "Índice de Cobertura": Índice a ser calculado no último Dia Útil de cada Período de Disponibilidade e cujo numerador equivale ao volume de recursos oriundos dos Direitos Creditórios Cedidos que venha a transitar pela Conta Transitória no respectivo Período de Disponibilidade e o denominador é o Valor Mensal de Entrega do correspondente Período de Disponibilidade, calculado nos termos do item (5.3) deste Contrato;
45. "Índice de Cobrança": índice calculado mensalmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Cedente, de cada Relatório Analítico, o qual representa o número de Consumidores que, conforme indicado em cada Relatório Analítico, realizem o pagamento de suas faturas de energia elétrica por meio de débito automático, índice esse que não poderá ser superior, em cada data de apuração, a 10% (dez por cento) do número total de Consumidores, sob pena de ensejar um Evento de Revisão, nos termos da Cláusula Sétima deste Contrato;
46. "Informações Confidenciais": tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) da Cláusula Quatorze deste Contrato;
47. "Instrução CVM nº 356": Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, pela Instrução CVM nº 442, de 08 de dezembro de 2006, pela Instrução CVM nº 446, de 19 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
48. "Mês Contratual": todo e qualquer mês do calendário civil;
49. "Partes": o Cessionário, a Administradora, a Cedente e o Custodiante, quando em conjunto ou isoladamente;
50. "Período de Disponibilidade": o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento do 1º Preço de Aquisição, no caso do 1º Período de Disponibilidade, ou, no caso dos demais Períodos de Disponibilidade, no dia 28 de cada mês-calendário (inclusive), e termina, em ambos os casos, no dia 28 do mês-calendário imediatamente subsequente (exclusive), observado que o 1º Período de Disponibilidade não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. O último Período de Disponibilidade se encerrará somente quando o Cessionário houver recebido integralmente o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos;
51. "Período de Float": tem o significado que lhe é atribuído no item (6.2), alínea "b", da Cláusula Sexta deste Contrato;
52. "Pessoas": pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
53. "Pessoas Autorizadas": qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa;

54. "Preço de Aquisição" ou "PA": tem o significado e valor que lhe é atribuído no item (4.1) da Cláusula Quarta deste Contrato;
55. "Preço de Aquisição 'p'" ou "PAp": tem o significado e valor que lhe é atribuído no item (5.2), alínea "a", subitem (i), letra (A), da Cláusula Quinta deste Contrato;
56. "Programa de Securitização": mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais a Cedente cede Direitos Creditórios ao Cessionário, captando recursos para suas atividades;
57. "Quotas", "Quotas Seniores" e "Quotas Subordinadas": as quotas, as quotas seniores e as quotas subordinadas do Cessionário, conforme o caso.
58. "Rede Conveniada": instituições financeiras integrantes do Sistema Integrado de Compensação;
59. "Regras": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.1) da Cláusula Dezesseis deste Contrato;
60. "Regulamento": possui a definição indicada no Preâmbulo deste Contrato;
61. "Relatórios": o Relatório Analítico e o Relatório Sintético, quando referidos em conjunto;
62. "Relatório Analítico": tem o significado que lhe é atribuído no item (2.11) da Cláusula Segunda deste Contrato;
63. "Relatório Sintético": tem o significado que lhe é atribuído no item (2.11) da Cláusula Segunda deste Contrato;
64. "Representantes": tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) da Cláusula Quatorze deste Contrato;
65. "Resolução Autorizativa": tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo deste Contrato;
66. "Sistema Integrado de Compensação": Sistema Integrado Regional de Compensação - SIC do Sistema Financeiro Nacional;
67. "Sobretaxa": tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2), alínea "a", subitem "vi", letra (A), da Cláusula Quinta deste Contrato;
68. "Spread": tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2), alínea "a", subitem "v", da Cláusula Quinta deste Contrato;
69. "Suplemento": documento preparado na forma do "Anexo VII", por meio do qual é indicado cada Preço de Aquisição 'p' e, conseqüentemente, definindo, conforme o caso, a ampliação do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos deste Contrato;

70. "Taxa DI": taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros + CDI, de 1 (um) dia, Extra Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se para tanto um ano de 252 Dias Úteis);
71. "UC": unidade consumidora vinculada à determinada localidade geográfica;
72. "Valor dos Direitos Creditórios Cedidos" ou "VDCC": valor de Direitos Creditórios Cedidos em razão do pagamento de cada Preço de Aquisição 'P', a ser apurado conforme critérios estabelecidos na alínea "a" do item (5.2) da Cláusula Quinta deste Contrato;
73. "Valor Mensal de Entrega" ou "VME": tem o significado que lhe é atribuído no item (5.3) da Cláusula Quinta deste Contrato; e
74. "Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos" ou "VTDC": tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) da Cláusula Quinta deste Contrato.
- 1.2. Os termos iniciados com letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Contrato têm os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 2.1. A Cedente, observadas as condições estabelecidas no item (2.12) desta Cláusula, cede e transfere ao Cessionário 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios, presentes e futuros, devidos em face dos Consumidores vinculados às respectivas UCs ("Direitos Creditórios Cedidos") e limitados ao Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, de acordo com os termos e as condições estabelecidos neste Contrato.
- 2.2. O Cessionário, por sua vez, adquire da Cedente 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios Cedidos, limitados ao Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, de acordo com os termos e as condições estabelecidos neste Contrato.
- 2.3. Fica desde já estabelecido pelas Partes que a Cedente assume o risco de não existência dos Direitos Creditórios Cedidos. Em caso de inexistência dos Direitos Creditórios Cedidos, ainda que parcial, a Cedente obriga-se a observar o disposto na Cláusula Doze deste Contrato.
- 2.4. Considerando-se que os Direitos Creditórios encontram-se integralmente cedidos em favor do Cessionário, até o limite do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos aplicável na ocasião, e o limite mensal determinado pelo Despacho ANEEL, estando, assim, indisponíveis à Cedente, desde que observadas as condições suspensivas

previstas no item (2.12) abaixo, a Cedente e o Cessionário poderão, até 31 de março de 2008 (inclusive), ampliar o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos por meio do pagamento do correspondente Preço de Aquisição "P", aplicável na ocasião, de forma que um volume adicional de Direitos Creditórios poderá ser retido pelo Cessionário, ampliando-se assim o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos. Os procedimentos aqui definidos serão realizados em igualdade de condições com as cessões anteriores, ou seja, não haverá qualquer preferência quando do recebimento dos Direitos Creditórios Cedidos, conforme procedimentos estabelecidos na Cláusula Sexta deste Contrato.

- 2.5. Caracterizam-se como direitos creditórios objeto do presente Contrato todos os direitos de crédito, presentes e futuros, devidos pelos Consumidores à Cedente, em razão do fornecimento de energia elétrica pela Cedente àqueles, e indicados nos respectivos Boletos de Cobrança, desde a data de celebração deste Contrato até 5 (cinco) anos a contar da data de celebração deste Contrato, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações, bem como multas, penalidades, indenizações e/ou títulos que os representem ("Direitos Creditórios"). Os Direitos Creditórios Cedidos serão entregues pela Cedente ao Cessionário, observados os procedimentos definidos na Cláusula Sexta deste Contrato.
- 2.6. Na ocorrência de qualquer Evento de Revisão, a cessão dos Direitos Creditórios objeto deste Contrato poderá ser prorrogada por mais 5 (cinco) anos, desde que autorizado pela ANEEL.
- 2.7. A Cedente, desde já, obriga-se, no caso de ocorrência de um Evento de Revisão, a solicitar a autorização da ANEEL, necessária para que se proceda à prorrogação do prazo para a cessão dos Direitos Creditórios ao Cessionário.
- 2.8. A cessão dos Direitos Creditórios objeto do presente Contrato é efetuada de forma irrevogável e irretroatável, em caráter definitivo e sem direito de regresso, mediante o pagamento à vista do respectivo Preço de Aquisição, conforme definido no presente Contrato.
- 2.9. Sem prejuízo do disposto no item (6.4) da Cláusula Sexta, a Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas, não respondem pela solvência e liquidação dos Consumidores e/ou pela liquidação de suas obrigações pecuniárias relativas aos Direitos Creditórios Cedidos ao Cessionário.
- 2.10. A Cedente responde pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, na data da respectiva cessão, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil brasileiro, observados, ainda, os termos da Cláusula Doze.
- 2.11. A Cedente enviará ao Custodiante e à Administradora, no último Dia Útil de cada Período de Disponibilidade: (i) relatório sintético, em meio eletrônico, contendo as

condições gerais de cada faturamento mensal devido por cada classe de Consumidores no Mês Contratual imediatamente anterior, incluindo, mas não se limitando a, informações referentes à inadimplência ("Relatório Sintético"); e (ii) em caráter complementar, um relatório contendo a relação pormenorizada das informações necessárias para o cálculo do Índice de Cobrança, de forma que cada Consumidor seja individualmente considerado ("Relatório Analítico").

- 2.12. O pagamento do Preço de Aquisição, conforme definido em cada Suplemento, encontra-se sujeito à implementação, cumulativa, das seguintes condições suspensivas: (a) emissão de parecer do diretor jurídico da Cedente, declarando que a celebração deste Contrato e de seus Suplementos não dependem de qualquer outra autorização legislativa, governamental e/ou societária, excetuadas aquelas já apresentadas às Partes na presente data, assim como todas as obrigações da Cedente são plenamente válidas e as pessoas que assinam o presente Contrato têm poderes para tanto; (b) celebração e registro, nos termos do item (17.2) da Cláusula Dezessete, do respectivo Suplemento; e (c) efetiva subscrição e integralização de (i) Quotas Seniores, de emissão do Cessionário, nos termos do Regulamento, em montante suficiente ao pagamento integral do respectivo Preço de Aquisição; e (ii) Quotas Subordinadas, observados os termos do respectivo boletim de subscrição e do Regulamento.
- 2.13. Caberá à Administradora apurar, em cada Data de Atualização, o Valor Mensal de Entrega e ao Custodiante, na mesma periodicidade, o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

- 3.1. Somente serão cedidos pela Cedente ao Cessionário, Direitos Creditórios devidos por Consumidores ("Critério de Elegibilidade"). Caberá ao Custodiante a verificação quanto ao cumprimento do Critério de Elegibilidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

- 4.1. Após o cumprimento das condições suspensivas referidas no item (2.12) da Cláusula Segunda, o Cessionário pagará à Cedente, o preço justo indicado no respectivo Suplemento "n" ("Preço de Aquisição").
- 4.2. O valor correspondente a cada Preço de Aquisição será transferido pelo Custodiante, atuando segundo instruções da Administradora, em fundos imediatamente disponíveis.

para a Conta da Cedente, servindo o extrato da Conta da Cedente como recibo de quitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR TOTAL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS E DO VALOR MENSAL DE ENTREGA

- 5.1. A Cedente, em contrapartida ao pagamento de cada Preço de Aquisição, obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a entregar ao Cessionário, de forma automática e independente de qualquer formalidade adicional, os Direitos Creditórios Cedidos na forma estipulada nesta Cláusula e na Cláusula Sexta a seguir.
- 5.2. Fica desde já estabelecido que os Direitos Creditórios não serão adquiridos mediante aplicação de taxa de desconto, sendo que o valor total dos Direitos Creditórios Cedidos (“Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos”) será apurado todo Dia Útil pelo Custodiante (“Data de Atualização”), por meio da seguinte expressão:

$$VDCC_{kp} = \sum_{p=1}^n VDCC_{kp};$$

onde:

- a) “VDCC” é o valor de Direitos Creditórios Cedidos em razão de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Cessionário, com o pagamento correspondente do Preço de Aquisição, conforme apurado pela seguinte fórmula:

$$VDCC_{kp} = PAqisl_{(k-1)p} \times \prod_{t=1}^p \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} + FAS_{kp};$$

onde:

- i) “PAqisl_{(k-1)p}” é o valor de cada Preço de Aquisição ‘p’, excluindo atualizações, do Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive), sendo que no primeiro período é o próprio Preço de Aquisição ‘p’, apurado pela seguinte expressão:

$$PAqisl_{kp} = PA_p - \sum_{k=1}^{n-1} VA_{kp};$$

onde:

- (A) “Preço de Aquisição ‘p’” ou “PA_p” é o Preço de Aquisição atribuído a cada cessão, conforme informado no respectivo Suplemento; e

- (B) $\sum_{p=1}^x VA_{kp}$ é igual ao somatório dos VA_{kp} efetivamente pagos até o Período de Disponibilidade imediatamente anterior (inclusive);

onde:

- (I) " VA_{kp} " é verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VA_{kp} = \frac{PA_p}{60 - (S - 1)};$$

onde:

- (I) " S " significa os períodos em que já foram realizados pagamentos dos Valores Mensais de Entrega, e que se inicia em "1" e termina em "60";
- ii) " $TaxaDI_{t-1}$ " Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "t". Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 12,75%, então Taxa DI t-1 = 12,75;
- iii) " Z " é o número total de Taxas DI;
- iv) " T " é o número de ordem da Taxa DI, sendo " $T=1$ " a Taxa DI divulgada na data de pagamento do 1º (primeiro) Preço de Aquisição e " $T=Z$ " a Taxa DI divulgada do Dia Útil anterior à data " T ";
- v) " $Spread$ " 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, conforme apurado em processo de *bookbuilding*; e
- vi) " FAS_{kp} " é o fator de ajuste de Sobretaxa, conforme a seguinte fórmula:

$$FAS_{kp} = PA_{ajst_{(t-1)p}} \times \left[\left(\frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right]$$

onde:

- (A) "Sobretaxa": tem os seguintes percentuais ao ano, base 252 Dias Úteis, a serem aplicados nos respectivos Períodos de Disponibilidade:

Período de Disponibilidade	Sobretaxa
1º ao 37º	1%
38º ao 48º	1,5%
49º ao 60º	2%

- b) " P ": o número da respectiva cessão, o qual se inicia em "1";

- c) "n" é o número total de "P"; e
- d) "k" número do respectivo período, iniciando-se em "1" e terminando em "60".

5.2.1. O fator de atualização utilizado na determinação do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos foi estabelecido considerando-se parâmetros (taxas) de mercado.

5.2.2. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicado, em seu lugar, automaticamente, o índice que oficialmente vier a substituí-la. Na hipótese de inexistência do parâmetro referido anteriormente, as Partes deliberarão em comum acordo acerca do novo índice, sob pena de ensejar um Evento de Revisão.

5.3. Não tendo ocorrido qualquer Evento de Recebimento Antecipado, o valor mensal de entrega dos Direitos Creditórios Cedidos ("Valor Mensal de Entrega") ficará limitado, em cada Período de Disponibilidade, ao valor apurado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VME_k = VAA_k + FAA_k + FASA_k;$$

onde:

- b) "VAA_k" significa o VA_k agregado, verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VAA_k = \sum_{p=1}^n VA_{kp};$$

- c) "FAA_k" é o fator de ajuste FA_k agregado, calculado nos termos da seguinte fórmula:

$$FAA_k = \sum_{p=1}^n FA_{kp};$$

onde:

- i) "FA_{kp}" é o fator de ajuste, calculado nos seguintes termos:

$$FA_{kp} = VA_{kp} \times \prod_{T=1}^2 \left\{ \left[\left(\frac{TaxaDI_{t-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1 \right\}$$

- d) "FASA_k" é o fator de ajuste Sobretaxa agregado, verificado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$FASA_k = \sum_{p=1}^n FAS_{kp}.$$

- 5.4. A entrega dos Direitos Creditórios Cedidos pela Cedente ao Cessionário deverá ser feita de forma continuada e incondicional, sendo que a Cedente compromete-se a entregar os primeiros Direitos Creditórios Cedidos performados até que seja atingido, em cada Período de Disponibilidade, o Valor Mensal de Entrega e/ou, conforme o caso, o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DE RECEBIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE VALORES

- 6.1. Até o recebimento, pelo Cessionário, do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, todos os Direitos Creditórios Cedidos serão cobrados através de Boleto de Cobrança e arrecadados através do Sistema Integrado de Compensação. Tal procedimento será regido pelo Convênio de Cobrança.
- 6.2. Não tendo ocorrido um Evento de Recebimento Antecipado serão observados, com vistas ao recebimento, pelo Cessionário, dos Direitos Creditórios Cedidos, em cada Período de Disponibilidade, os seguintes procedimentos:
- a) os Consumidores efetuarão o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos na Rede Conveniada, sendo esses recursos transferidos para a Conta de *Float*, na mesma data, por meio de Compensação Eletrônica;
 - b) os recursos de que trata a alínea “a” anterior permanecerão por 2 (dois) Dias Úteis (“Período de *Float*”) na Conta *Float*, na forma do Convênio de Cobrança;
 - c) a partir do ingresso dos recursos na Conta *Float*, o sistema do Custodiante disponibilizará ao Administrador, as informações dos valores arrecadados;
 - d) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando ao sistema do Custodiante transferir os recursos da seguinte forma:
 - i) para a Conta do Cessionário, até alcançar o Valor Mensal de Entrega, conforme estabelecido no item (5.3) da Cláusula Quinta; e
 - ii) o montante que exceder o Valor Mensal de Entrega, para a Conta da Cedente, até o encerramento do respectivo Período de Disponibilidade.
- 6.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Recebimento Antecipado, fica desde já determinado pelo Cessionário que, nos termos do artigo 261 do Código Civil brasileiro, automática e independentemente de qualquer outra formalidade adicional, a Cedente passará a entregar os Direitos Creditórios Cedidos ao Cessionário, até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, observados os

mesmos procedimentos indicados nas alíneas "a", "b" e "c" do item (6.2) e, na sequência, as seguintes rotinas adicionais:

- a) findo o Período de *Float*, os recursos ingressarão na Conta Transitória, possibilitando ao sistema do Custodiante transferir os recursos para a Conta do Cessionário, até alcançar o Valor Total de Direitos Creditórios Cedidos, conforme estabelecido no item (5.2) da Cláusula Quinta; e
 - b) a partir do momento em que os recursos transferidos para a Conta do Cessionário forem equivalentes ao Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante passará a transferir a totalidade dos recursos por esse acolhidos para a Conta da Cedente.
- 6.4. Caso quaisquer dos Consumidores efetuem o pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos por meio de cheque, e esse venha a ser estornado, por qualquer motivo, os respectivos recursos serão debitados da Conta Débito do Convênio, sendo que, nesse caso, nos termos do disposto no inciso I do artigo 347 e no artigo 348 do Código Civil brasileiro, a Cedente sub-rogar-se-á em todos os direitos e prerrogativas do Cessionário referentes aos respectivos Direitos Creditórios Cedidos, tudo nos termos do Convênio de Cobrança. Em caso de eventuais despesas decorrentes da devolução de cheques em virtude do pagamento dos Boletos de Cobrança por parte dos Consumidores, nos termos desta Cláusula e do Convênio de Cobrança, tais despesas serão debitadas da Conta Débito do Convênio.
- 6.5. A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes será realizada pela Cedente nos termos do Convênio de Cobrança, atuando por conta e ordem do Cessionário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RECEBIMENTO ANTECIPADO

- 7.1. São considerados eventos de revisão qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos de Revisão"):
- a) requerimento de aut falência, requerimento ou decretação de falência, decretação de intervenção, a qualquer tipo, na concessão, declaração judicial da dissolução e/ou liquidação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
 - b) convocação ou instalação de comitê ou assembléia de credores com vistas a negociação de plano de recuperação judicial, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou requerimento de falência da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;

- c) ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem o exercício pelo Cessionário de seus direitos, garantias e prerrogativas decorrentes deste Contrato que não sejam sanados dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência;
- d) evidência de que a Cedente tenha emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir faturas mensais de energia elétrica contra os Consumidores sem lastro e/ou em duplicidade;
- e) evidência de que tenham recaído sobre os Direitos Creditórios quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza;
- f) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações de natureza financeira assumidas pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, incluindo avais e outras garantias, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se tal evento for sanado no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo previsto no respectivo instrumento, o que for menor. Para os fins desta alínea, são consideradas obrigações de natureza financeira quaisquer obrigações relacionadas a: (i) quaisquer operações de empréstimos em moeda corrente nacional ou estrangeira; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em balanço (*off-balance*); (iii) empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Bacen; (iv) operações de abertura de crédito em conta-corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do Bacen; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de títulos de renda fixa e valores mobiliários, conversíveis ou não, no Brasil ou no exterior; (viii) concessão de garantias, avais, fianças ou penhores, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos, com ou sem co-obrigação; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; (xi) valores pagos ou a pagar a acionistas em decorrência de resgate e/ou compra de ações realizados ou a realizar; (xii) qualquer outro negócio jurídico cujo efeito financeiro seja a captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Cedente; ou (xiii) operações de *hedge*;
- g) protesto, contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer obrigação, cujo valor, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, validamente comprovados pela Cedente ou qualquer de suas Afiliadas; ou (ii) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência do protesto, esse (A) seja sanado pela Cedente e/ou por qualquer de suas Afiliadas; (B) seja cancelado; ou (C) sejam prestadas garantias suficientes em juízo;

- h) condenação da Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas em ação judicial, ou início de execução de título judicial, cujo valor agregado ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (A) contra tal decisão judicial a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas tempestivamente interpuser recurso ou medida judicial com efeito suspensivo; (B) caso a sociedade afetada tenha garantido o pagamento em juízo; ou (C) para atender ao pagamento das referidas ações, tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- i) ajuizamento contra a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, de qualquer ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto, e desde que a sociedade afetada pelo evento não tenha garantido o pagamento em juízo ou desde que, para atender ao pagamento das referidas ações, não tenham sido constituídas as necessárias provisões contábeis;
- j) fusão, cisão ou incorporação que envolva a Cedente ou suas Afiliadas, salvo se o Cessionário, previamente comunicado, tenha anuído, após deliberação nesse sentido dos titulares de Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral;
- k) perda ou revogação de qualquer autorização necessária e essencial para a continuidade de suas atividades;
- l) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, inclusive para empresas ligadas, pela Cedente ou por qualquer de suas Afiliadas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor cumulativo, contábil ou de venda, desde essa data, seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total da Cedente constante em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, atualizado anualmente, a partir da data de celebração deste Contrato, pelo IGP-M, salvo se o Cessionário, previamente comunicado, tenha anuído à realização do respectivo negócio;
- m) não manutenção da preferência absoluta do Cessionário com relação ao recebimento de todo e qualquer recurso relacionado aos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive com referência aos procedimentos de recebimento previstos na Cláusula Sexta deste Contrato, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, garantias, prerrogativas e ações a eles relacionados;
- n) ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Cedente, ou de qualquer de suas Afiliadas, cujo valor contábil, unitário ou em conjunto, represente mais de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Cedente, à época, levantado com base em suas últimas demonstrações financeiras, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 30 (trinta) dias, contado de seu início;
- o) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, que imponha restrição à

alienação de ativos de titularidade da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas;

- p) realização, direta ou indiretamente, pela Cedente, de qualquer transação, ou série de transações, (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens, concessão de empréstimos ou adiantamentos), que, nos termos da legislação, possa ser enquadrada como operação lesiva ao patrimônio da Cedente ou como fraude contra credores, com qualquer Pessoa ou entidade relacionada à Cedente, a menos que a referida transação ou série de transações seja(m) realizada(s) em termos e condições não menos favoráveis à Cedente do que aqueles que seriam obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma entidade ou Pessoa relacionada, conforme declaração assinada pelo diretor financeiro da Cedente entregue previamente à Administradora;
- q) alteração ou modificação do objeto social da Cedente que possa alterar substancialmente o ramo de negócios por ela atualmente explorado;
- r) descumprimento pontual e integral pela Cedente de qualquer obrigação assumida neste Contrato, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- s) caso o Índice de Cobrança, em qualquer data de apuração, seja superior a 10% (dez por cento);
- t) constatação de que a Cedente não informou às demais Partes acerca da extrapolação do percentual definido pelo Despacho ANEEL como limite máximo de comprometimento de sua receita, conforme estabelecido na Cláusula Nona, item (9.1), alínea "m", deste Contrato;
- u) caso as Partes, em comum acordo, não venham a concordar, em um prazo de 30 (trinta) dias, acerca do índice a ser utilizado em substituição à Taxa DI, nos termos do item (5.2.1) da Cláusula Quinta deste Contrato;
- v) caso, a partir do 1º Período de Disponibilidade, e até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, (i) durante 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos o Índice de Cobertura venha a ser inferior a 200% (duzentos por cento); ou (ii) durante qualquer Período de Disponibilidade o Índice de Cobertura venha a ser, em uma única ocasião, inferior a 130% (cento e trinta por cento);
- w) caso a Reserva venha a se desenquadrar e a Cedente não integralize novas Quotas Subordinadas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela Administradora nesse sentido, nos termos estipulados no Regulamento;
- x) caso a Convênio de Cobrança e/ou o Contrato de Custódia sejam rescindidos pela Cedente sem que um novo contrato ou convênio, conforme o caso, seja celebrado em termos satisfatórios ao Cessionário;

- y) caso a Cedente apte por substituir o Custodiante e/ou o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente de cobrança, sem a prévia e expressa anuência dos Quotistas; ou
 - z) rebaixamento da classificação de risco inicial das Quotas Seniores em 4 (quatro) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco.
- 7.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Revisão, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral de Quotistas do Cessionário para deliberar se tal evento caracteriza-se como um Evento de Recebimento Antecipado e, por conseguinte, ensejará a ocorrência de um Evento de Liquidação Antecipada, nos termos do Regulamento.
- 7.3. No caso de a Assembléia Geral deliberar que o Evento de Revisão é um Evento de Recebimento Antecipado, fica desde já determinado pelo Cessionário que, nos termos do artigo 261 do Código Civil brasileiro, automática e independentemente de qualquer outro procedimento adicional, a Cedente passará a entregar os Direitos Creditórios Cedidos ao Cessionário, até o recebimento integral do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos, nos termos do item (6.3) da Cláusula Sexta.
- 7.4. A Cedente deverá comunicar a Administradora e o Custodiante, por meio eletrônico, na hipótese da ocorrência de qualquer Evento de Revisão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data de ciência do respectivo evento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 8.1. A Cedente, devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e assegura ao Cessionário, à Administradora e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada data de pagamento do Preço de Aquisição, que:
- a) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação em vigor, inclusive com referência à regulamentação expedida pelas autoridades regulatórias brasileiras;
 - b) a celebração deste Contrato, a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como a outorga de mandatos, se fazem nos termos de seu Estatuto Social em vigor e têm plena eficácia, e, exceto pelas deliberações societárias devidamente registradas, as quais constituem o “Anexo VIII” (Deliberações Relevantes) deste Contrato, não dependem de quaisquer de seus órgãos deliberativos e executivos, assim como de qualquer deliberação prévia exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede;

- c) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento (i) de quaisquer contratos ou instrumentos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, nos quais a Cedente e/ou qualquer uma de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens ou direitos de propriedade de qualquer das Pessoas acima referidas; (ii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cedente e/ou qualquer uma das suas Afiliadas, ou de qualquer dos bens ou direitos de propriedade de qualquer das Pessoas acima referidas; e (iii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou qualquer uma das suas Afiliadas estejam sujeitas;
- d) todas as autorizações ou aprovações exigíveis e necessárias à cessão dos Direitos Creditórios Cedidos em favor do Cessionário, nos termos do presente Contrato, inclusive aquelas exigidas pelos órgãos reguladores, incluindo qualquer órgão, secretaria, autarquia ou outra entidade estadual, foram devidamente obtidas e encontram-se atualizadas e em pleno vigor;
- e) as Pessoas Autorizadas que assinam este Contrato e seus respectivos "Anexos" têm poderes para assumir, em nome da Cedente, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos aqui definidos, conforme verificado nos documentos societários das Partes e respectivas procurações, conforme o caso;
- f) a cessão dos Direitos Creditórios avençada neste Contrato foi prévia e consensualmente ajustada de forma a não prejudicar as atividades da Cedente e a consecução de seu objeto social;
- g) não existem pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, que possam afetar negativamente as atividades da Cedente ou que possam colocar em risco seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprimento de seu objeto social e das demais obrigações da Cedente decorrentes deste Contrato;
- h) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM e/ou da ANEEL, inclusive as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato;
- i) não há qualquer título de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, no Brasil ou no exterior, cujo valor unitário e/ou agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;

- j) não é devedora da Fazenda Pública, municipal, estadual ou federal, por créditos tributários ou previdenciários inscritos em dívida ativa, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- k) não há qualquer impedimento a que os Direitos Creditórios possam ser cedidos ao Cessionário, conforme previsto neste Contrato, bem como todos os Direitos Creditórios Cedidos ao Cessionário, nos termos deste Contrato, são de sua exclusiva titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames ou restrições, de qualquer natureza, judiciais ou extrajudiciais, inclusive fiscais, inexistindo contratos, ajustes ou litígios que impeçam a sua cessão, cobrança, liquidação ou que, direta ou indiretamente, possam afetar o exercício, pelo Cessionário, dos direitos, garantias e prerrogativas decorrentes da cessão prevista neste Contrato;
- l) seus sistemas internos de gestão e controle do processo de concessão de crédito e cobrança, que deram e darão origem aos Direitos Creditórios Cedidos, (i) não permitem; e/ou (ii) dispõem de controles e procedimentos que controlam a oferta ao Cessionário de Direitos Creditórios sem lastro, em duplicidade, liquidados ou vinculados a qualquer outro negócio jurídico;
- m) os programas de computador e sistemas de *hardware*, próprios ou de terceiros, necessários ao desempenho e cumprimento, pela Cedente, de todos os seus deveres e obrigações definidos nos Documentos da Securitização encontram-se devidamente licenciados e à disposição da Cedente;
- n) possui, diretamente ou por meio de seus Agentes, cadastro de identificação completo de todos os Consumidores;
- o) não é de seu conhecimento qualquer pedido de encampação, caducidade, rescisão e/ou anulação, a qualquer título, em sua concessão, falência ajuizada contra si ou qualquer ação ou procedimento que possa resultar em qualquer dos eventos acima referidos, nem tampouco requisitou voluntariamente sua falência, intervenção ou liquidação;
- p) a cessão objeto do presente Contrato (i) não se caracteriza como fraude contra credores, conforme previsto nos artigos 158 a 165 do Código Civil brasileiro; (ii) não é passível de revogação, nos termos dos artigos 129 e seguintes da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; (iii) não se caracteriza como fraude à execução, na hipótese do artigo 593 do Código de Processo Civil brasileiro; ou (iv) não caracteriza a hipótese do artigo 185, caput, do Código Tributário Nacional.

8.2. A Administradora devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e assegura à Cedente e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato e em cada data do pagamento do Preço de Aquisição:

- a) o Cessionário é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído nos termos da Resolução CMN nº 2.907 e da Instrução CVM nº 356, estando em situação regular perante a CVM;

- b) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- c) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- d) as Pessoas Autorizadas que assinam este Contrato e seus respectivos “Anexos” têm poderes para assumir, em nome da Administradora, ou, conforme o caso, por conta e ordem do Cessionário, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos aqui definidos;
- e) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das acima Pessoas referidas; (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas referidas estejam sujeitos; e (iii) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das Pessoas referidas; e
- f) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Cessionário, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais Documentos da Securitização e da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE

- 9.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, a Cedente obriga-se expressamente a:
- a) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula Oitava anterior, mantendo a Administradora e o Custodiante imediatamente informados de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar inverossimilhança ou a incorreção da declaração;
 - b) efetuar, de acordo com as regras contábeis e a legislação aplicável, os respectivos lançamentos contábeis necessários ao registro da cessão dos Direitos Creditórios ao Cessionário;
 - c) dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos da Securitização a seus executivos e prepostos e fazer com que eles cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;

- d) permitir à Administradora e ao Custodiante e/ou seus respectivos Agentes, previamente indicados, por escrito, em Dias Úteis e no horário normal de trabalho, sem qualquer custo adicional para o Cessionário, no prazo improrrogável de até 3 (três) Dias Úteis, contado da data da solicitação, acesso a todos os dados cadastrais, às informações e aos documentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos ou necessários à verificação, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, da consistência e atendimento pela Cedente dos procedimentos e atribuições que estejam sob sua responsabilidade, nos termos dos Documentos da Securitização, independentemente do meio em que elas estejam armazenadas ou disponíveis;
- e) encaminhar à Administradora e ao Custodiante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de sua realização, cópias reprográficas das atas das reuniões dos órgãos de administração da Cedente, devendo, na ocasião, informar à Administradora e ao Custodiante sobre a aprovação de qualquer deliberação que possa afetar, de maneira adversa, a boa ordem legal, administrativa, operacional e financeira do Programa de Securitização e os direitos, as garantias e as prerrogativas do Cessionário, incluindo, mas não limitado a, pedido de falência e/ou de encampação, caducidade, rescisão e/ou anulação por parte da ANEEL nas concessões exploradas pela Cedente ou qualquer de suas Afiliadas;
- f) entregar à Administradora, na data de assinatura deste Contrato e, caso solicitado, cópias do último balancete trimestral da Cedente e de suas últimas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devidamente auditadas;
- g) encaminhar à Administradora cópias devidamente auditadas por auditor independente (i) de suas informações financeiras trimestrais, no prazo de 30 (trinta) dias após a data do encerramento do trimestre respectivo; e (ii) de suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive notas explicativas, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício;
- h) caso venha a receber diretamente dos Consumidores quaisquer valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, de forma diversa daquelas descritas na Cláusula Sexta, fazê-lo para os fins dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, na qualidade de depositária, desde já se comprometendo a comunicar tal fato imediatamente à Administradora e ao Custodiante e a transferir tais verbas ao Cessionário, sem qualquer dedução, retenção ou desconto, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do seu recebimento;
- i) praticar todos os atos que lhes sejam possíveis e cabíveis a fim de evitar que quaisquer dos Consumidores pratiquem atos que, em última análise, possam acarretar o não pagamento de quaisquer dos Direitos Creditórios Cedidos de titularidade do Cessionário;
- j) informar imediatamente à Administradora e ao Custodiante a ocorrência de qualquer Evento de Revisão;
- k) indenizar o Cessionário por qualquer dano ou prejuízo por esse sofrido em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e

obrigações de que tratam esta Cláusula e as constantes da Cláusula Oitava deste Contrato;

- l) comunicar imediatamente à Administradora e ao Custodiante o descumprimento de qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas neste Contrato e nos demais Documentos da Securitização;
- m) comunicar à Administradora e ao Custodiante, no curso dos procedimentos definidos nos itens (5.2) e (5.3) da Cláusula Quinta, caso os valores retidos em cada Período de Disponibilidade venha a extrapolar o percentual máximo de comprometimento de sua receita mensal, nos termos definidos no Despacho ANEEL, sendo que, caso a Cedente deixe de comunicar, e tal percentual venha a ser extrapolado, a Cedente desde já expressamente exime a Administradora e o Custodiante de qualquer responsabilidade decorrente de tal extrapolação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Sétima, item (7.1), alínea "t", deste Contrato; e
- n) informar imediatamente à Administradora e ao Custodiante os detalhes de qualquer litígio, arbitragem, processo administrativo iniciado, pendente ou, até onde seja do seu conhecimento, iminente, fato, evento ou controvérsia que cause ou possa vir a causar um efeito adverso relevante no cumprimento das obrigações assumidas pela Cedente e pelos Consumidores neste Contrato.

9.2. As obrigações da Cedente previstas nesta Cláusula e nas demais disposições deste Contrato para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico serão exigíveis no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data em que a Cedente tomar conhecimento do fato ou receber comunicação enviada pela Administradora ou pelo Custodiante, conforme o caso, nos termos da Cláusula Quinze deste Contrato, exigindo o cumprimento da respectiva obrigação.

CLÁUSULA DEZ - DA CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DO FIEL DEPOSITÁRIO

10.1. A Cedente e/ou seus Agentes manterão sob sua guarda, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante nos termos da regulamentação em vigor, as vias originais ou os registros eletrônicos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, identificados pela UC do respectivo Consumidor ou, conforme o caso, pelo CNPJ/MF, CPF/MF ou fatura emitida contra ele ("Documentos Comprobatórios").

10.1.1. A Cedente, neste ato, expressamente autoriza à Administradora, ao Custodiante e/ou seus respectivos Agentes, o acesso aos Documentos Comprobatórios, no endereço indicado no Preâmbulo deste Contrato, observado o disposto no item (10.2) a seguir.

- 10.2. A Administradora e/ou o Custodiante poderão, a qualquer tempo, mediante o envio à Cedente de comunicação escrita com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, em data e horário comercial, examinar o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como a aderência da Cedente aos termos, às condições e aos procedimentos sob sua responsabilidade, nos termos dos Documentos da Securitização.
- 10.3. A responsabilidade da Cedente aqui prevista dar-se-á pelo prazo de duração do Cessionário e/ou pelo prazo legalmente exigido para tanto.
- 10.4. Para os fins da alínea “h” do item (9.1) da Cláusula Nona e do item (10.1) desta Cláusula, fica nomeado como fiel depositário a Cedente, na figura dos seus representantes que assinam este Contrato e, neste ato, assumem tal função (em conjunto, “Fiel Depositário”). A Cedente obriga-se a notificar a Administradora e o Custodiante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer evento que possa modificar a relação entre o Fiel Depositário e a Cedente.
- 10.5. Fica desde já estabelecido que o Fiel Depositário apenas poderá ser substituído mediante autorização prévia, por escrito, da Administradora e do Custodiante.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES

- 11.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora de tal Parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; (ii) correção monetária, com base na variação do IGP-M ou, na sua falta, o índice que vier a substituí-lo, calculada *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor; e (iii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DOZE – DA INDENIZAÇÃO

- 12.1. Caso, durante 2 (dois) Períodos de Disponibilidade consecutivos não venham, por qualquer motivo, a existir ou não sejam validamente constituídos, pela Cedente, Direitos Creditórios Cedidos em montante equivalente a, no mínimo, o Valor Mensal

de Entrega, a Cedente deverá pagar ao Cessionário uma indenização compensatória correspondente à totalidade do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos ainda não recebido pelo Cessionário, conforme apurado pelo Custodiante na ocasião.

- 12.2. O pagamento da indenização supra referida deverá ser efetuado pela Cedente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de comunicação conjunta enviada pela Administradora e pelo Custodiante à Cedente, por escrito, nesse sentido, por meio de crédito dos respectivos valores na Conta do Cessionário, sendo certo que, após o pagamento integral da indenização de que trata o item (12.1) anterior, conjuntamente com demais encargos e penalidades aplicáveis na ocasião, o presente Contrato resolver-se-á, ficando os Direitos Creditórios Cedidos totalmente livres e desembaraçados.
- 12.3. Na hipótese de ocorrência do evento referido no item (12.1) desta Cláusula ou de qualquer Evento de Recebimento Antecipado, a Cedente poderá ceder ao Cessionário, em contrapartida à subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas de emissão do Cessionário, novos Direitos Creditórios de sua titularidade, em montante suficiente para o recebimento, pelo Cessionário, do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos e ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro deste Contrato. Fica desde já estabelecido pelas Partes, que a Administradora, atuando por conta e ordem do Cessionário, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão e sem prejuízo da implementação dos procedimentos definidos no item (6.3) da Cláusula Sexta, poderá recusar-se a efetuar a cessão anteriormente referida ou definir os termos e condições para que essa se realize.

CLÁUSULA TREZE – DA TUTELA ESPECÍFICA

- 13.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Dezesseis abaixo, as obrigações previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da respectiva notificação enviada pela Parte inocente, à qual será facultada ainda a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; e/ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil brasileiro.
- 13.2. Caso qualquer das Partes descumpra qualquer de suas obrigações previstas neste Contrato e, notificadas para sanar tal inadimplemento, deixem de fazê-lo no prazo assinado na referida notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da faculdade de resilir este Contrato, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil brasileiro, a tutela específica da obrigação inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula Onze ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.

- 13.3. Para os fins do disposto nesta Cláusula, as Partes expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação aqui mencionada, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, constituirá documentação suficiente para instruir pedido de tutela específica.
- 13.4. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes neste Contrato, as Partes reconhecem, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Cláusula, assim como a caracterização do dano iminente para a Parte inocente na hipótese do descumprimento, por qualquer das Partes, de suas respectivas obrigações avençadas neste Contrato.

CLÁUSULA QUATORZE – DA CONFIDENCIALIDADE

- 14.1 As Partes obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como de quaisquer cópias ou registros desses, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte tiver acesso em virtude do presente Contrato ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ("Representantes"); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes.
- 14.2 As Partes comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros, responsabilizando-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 14.3 Caso qualquer das Partes ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte deverá, sem prejuízo do cumprimento tempestivo da lei, da decisão judicial, ou da determinação de qualquer autoridade governamental, comunicar imediatamente as outras Partes a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

- 14.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação indevida delas por qualquer das Partes ou por qualquer de seus Representantes; (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes ou de qualquer de seus Representantes antes de ter sido divulgada em função deste Contrato; e (iii) que, nos termos da legislação aplicável, devam ser divulgadas pela Administradora aos Quotistas.
- 14.5 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula permanecerá válido e em vigor ao término deste Contrato pelo prazo de 2 (dois) anos, e o seu descumprimento durante a vigência do dever ora referido, sujeitará o infrator ao pagamento de indenização das perdas e danos que forem apuradas, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINZE – DAS COMUNICAÇÕES

- 15.1 Todas as comunicações entre as Partes deverão ser sempre feitas por escrito, inclusive quando destinadas ao encaminhamento de informações em formato magnético ou digital e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

para a Cedente:

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

At.: Arnaldo Venício de Souza

Av. Itamarati, 160

Florianópolis/SC

CEP: 88034-900

Telefone: (+55 48) 3231-6011

Fac-símile: (+55 48) 3231-6019

e-mail: fide@celesc.com.br

para o Cessionário:

**CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MERCANTIS**

At.: Srs. Renato Cury / Rogério Prado / Marcelo Goes

Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar

São Paulo/SP

CEP: 04552-080

Telefone: (+55 11) 3074-4555 / 3074-8016 / 3074-8085

Fac-símile: (+55 11) 3074-8087

e-mail: bo@banifib.com.br

para a Administradora:

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A.

At.: Srs. Renato Cury / Rogério Prado / Marcelo Goes

Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar
São Paulo/SP
CEP: 04552-080
Telefone: (+55 11) 3074-4555 / 3074-8016 / 3074-8085
Fac-símile: (+55 11) 3074-8087
e-mail: bo@banifib.com.br

para o Custodiante:
BANCO DO BRASIL S.A.
At.: Sr. Uyracaba Strausz
Rua Senador Dantas, 105 - 38º Andar
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20031-923
Telefone: (+55 21) 3808.2730
Fac-símile: (+55 21) 3808.3466
e-mail: uyra@bb.com.br

para a Celesc:
CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
At.: Arnaldo Venício de Souza
Av. Itamarati, 160
Florianópolis/SC
CEP: 88034-900
Telefone: (+55 48) 3231-6011
Fac-símile: (+55 48) 3231-6019
e-mail: fido@celesc.com.br

- 15.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Cessionário, nos termos deste Contrato, devem ser encaminhadas à Administradora que é a responsável pela representação legal do Cessionário e, ainda, tais comunicações devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Cessionário.
- 15.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços desta Cláusula, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que dele constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA CLÁUSULA ARBITRAL

- 16.1. Salvo quanto à execução de valores previstos neste Contrato, incluindo, sem limitação, aqueles definidos na Cláusula Doze, que será realizada judicialmente, independentemente de instauração de procedimento arbitral, todas as divergências oriundas ou relacionadas ao presente Contrato e seus "Anexos" que não forem resolvidas amigavelmente e imediatamente pelas Partes, deverão ser dirimidas por arbitragem em conformidade com as Regras de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá ("Regras"), por três árbitros em conformidade com as referidas Regras.
- 16.2. A sede da arbitragem deverá ser a Capital de São Paulo, e a legislação processual brasileira deverá ser aplicada onde as Regras forem omissas. O idioma a ser usado no juízo arbitral é o português.
- 16.3. A sentença arbitral será imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas Partes, devendo ser proferida no prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo vedado o julgamento por equidade.
- 16.4. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem e conduzida de acordo com a presente Cláusula deverão ser arcadas pela Parte perdedora, a não ser que os árbitros decidam de outra forma.
- 16.5. Não obstante as disposições anteriormente referidas, cada Parte permanece com o direito de requerer medidas judiciais: (A) para obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instauração do procedimento de arbitragem, e, tal medida, não será interpretada como uma renúncia do procedimento arbitral pelas Partes; e (B) para executar qualquer decisão arbitral, inclusive o laudo final. Em sendo necessária a obtenção de medida liminar antes da instituição do procedimento arbitral, as Partes elegem o foro indicado no item (17.17) da Cláusula Dezesete. As Partes reconhecem que eventual medida liminar obtida perante o Poder Judiciário deverá ser, necessariamente, revista pelo tribunal arbitral (ou árbitro), que então decidirá pela sua manutenção, revisão ou cassação.
- 16.6. As Partes reconhecem que qualquer ordem, decisão ou determinação arbitral será definitiva e vinculativa, constituindo o laudo final título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Prazo. O presente Contrato vigorará até que o Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos seja integralmente recebido pelo Cessionário.

- 17.2. Registro. O presente Contrato, os Suplementos e qualquer aditamento serão levados a registro pela Administradora nos cartórios de registros de títulos e documentos da sede do Cessionário e da Cedente, cabendo as despesas de registro exclusivamente à Cedente.
- 17.3. Alienação a Terceiros. A critério do Cessionário, os Direitos Creditórios Cedidos poderão ser cedidos a terceiros, inclusive à Cedente.
- 17.4. Alterações. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito, assinado por todas as Partes.
- 17.5. Relações Comerciais. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria nem estabelece qualquer relação comercial ou societária entre a Cedente e o Cessionário ou a Administradora, nem tampouco entre os Consumidores e o Cessionário ou a Administradora.
- 17.6. Autonomia das Disposições. A invalidade ou inexecutibilidade de qualquer disposição deste Contrato não afetará a validade ou executibilidade de qualquer outra disposição. Qualquer disposição inválida ou inexecutível será considerada como excluída deste Contrato.
- 17.7. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. As Partes celebram este Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários a qualquer título.
- 17.8. Tolerância. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.
- 17.9. Acordo Integral. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com respeito ao presente negócio, substituindo todos os outros documentos, cartas, correios eletrônicos (*e-mails*), memorando ou propostas anteriores à presente data.
- 17.10. Cessão. Salvo disposição em sentido contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, de quaisquer direitos e obrigações aqui previstos, ressalvado que o Cessionário poderá ceder ou transferir quaisquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes, ou posição jurídica ocupada nos termos deste Contrato, sem necessidade de autorização prévia da Cedente, observado o que vier a ser deliberado pelos titulares de Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral.

- 17.11. Título Executivo. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil brasileiro.
- 17.12. Títulos. Os títulos das Cláusulas e, conforme o caso, dos itens deste Contrato serão considerados tão somente como referência e não limitam nem definem os termos e condições de qualquer Cláusula.
- 17.13. Preâmbulo e "Anexos". O Preâmbulo e os "Anexos" deste Contrato são partes integrantes e inseparáveis do presente e serão considerados meios válidos e eficazes para fins de interpretação das Cláusulas deste Contrato.
- 17.14. Indisponibilidade dos Direitos Creditórios. Em razão da cessão aqui prevista, ficam os Direitos Creditórios Cedidos, desde já, cedidos e indisponíveis para qualquer outra oneração ou alienação pela Cedente até o término deste Contrato.
- 17.15. Agentes. Todos os direitos e prerrogativas conferidos às Partes nos termos deste Contrato poderão ser realizados por quaisquer de seus Agentes, salvo se expressamente indicado de forma diversa neste Contrato.
- 17.16. Legislação Aplicável. O presente Contrato está sujeito à lei em vigor no Brasil.
- 17.17. Foro. As Partes irrevogavelmente estabelecem como competente o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para decidir sobre qualquer ação ou procedimento envolvendo disputa ou controvérsia relacionada ou não com a validade da Cláusula Dezesseis.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes firmam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 22 de novembro de 2007



CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MERCANTIS

Atila Noaldo S. A. Silva
Diretor

Kiyoshi Miyagi
Diretor





Eduardo Pinho Moreira
Diretor-Presidente



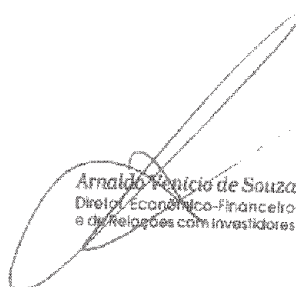
Arnaldo Venício de Souza
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.


Alvaro Germano Albemaz
Procurador

Alexandre Wanzeler Casali
Procurador
BANCO DO BRASIL



Eduardo Pinho Moreira
Diretor Presidente

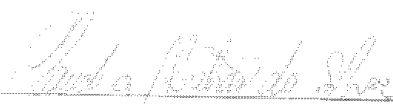

Arnaldo Venício de Souza
Diretor Econômico-Financeiro
e de Relações com Investidores

CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

Página de Assinaturas do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

TESTEMUNHAS:

1. 
NOME: Renato Cury
CPF/ME: RG 24.779.881-8
RG: CPF 247.182.678-87

2. 
NOME: Paulo Roberto do Amaral
CPF/ME: 109.080.597-08
RG: 0820618716-5



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO I

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 712, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006

Anui com o processo de segregação de atividades das
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 4º, §§ 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, incluídos pelo art. 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 70 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, com base no art. 1º do Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, no art. 4º, Incisos XI e XII do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Resolução Autorizativa nº 317, de 14 de setembro de 2005, o que consta do Processo nº 48.500.004973/2002-01, e considerando que: a concessionária de distribuição de energia elétrica Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, submeteu à ANEEL, em 19 de setembro de 2006, seu processo de segregação de atividades, portanto, após o prazo fixado na Resolução nº 317/2005; a documentação apresentada atende às disposições contratuais, legais e regulamentares, permitindo a necessária análise prévia por parte desta Agência; e as avaliações procedidas foram efetuadas com base na posição contábil de 30 de junho de 2006 e nas demais informações e demonstrações da segregação pretendida, conforme os dados emitidos e encaminhados pela concessionária, resolve:

Art. 1º Anui com a segregação de atividades das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, por meio da constituição das subsidiárias integrais CELESC Distribuição S.A., e da CELESC Geração S.A., mediante a versão de ativos e passivos correspondentes a cada segmento.

§ 1º A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, CNPJ/MF 83.878.892/0001-55, passará à condição de holding das empresas de distribuição e de geração, permanecendo em seu acervo as participações minoritárias nas sociedades a seguir:

I - Machadinho Energética S.A. - MAESA
II - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE
III - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN
IV - Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.
V - Dona Francisca Energética S.A. - DFESA
VI - Fundo Energia PCH
VII - Campos Novos Energia S.A., e outras

§ 2º Os ativos de geração a serem vendidos para a CELESC Geração S.A., correspondem aos seguintes empreendimentos:

Denominação	Potência	Denominação	Potência
UHE Pirai	780 kW	PCH Rio do Peixe	520 kW
USINA São Lourenço	420 kW	PCH Palmeiras	24.400 kW
PCH Salto	6.300 kW	PCH Garcia	8.900 kW
PCH Cedros	8.400 kW	PCH Pery	4.400 kW
PCH Braço do	15.000 kW	PCH Celso Ramos	5.400 kW
PCH Caveiras	4.290 kW	PCH Ivo Silveira	2.600 kW

§ 3º A CELESC Distribuição S.A. consignará ativos a receber da CELESC Geração S.A., correspondentes à participação da concessão nos investimentos vendidos bem como daqueles remanescentes na holding, de acordo com os valores apurados nos laudos específicos e demonstrações contábeis complementares, cujos instrumentos contratuais e respectivas garantias deverão ser submetidos à anuência da ANEEL.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Resolução para a alienação da participação na MAESA, cujos recursos serão capitalizados na Distribuidora.

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Descumprido o prazo do "caput", deverá a concessão relativa à MAESA ser transferida para a CELESC Geração S.A., devendo a holding fazer aporte de capital na Distribuidora, no montante equivalente ao preço previsto para a venda.

Art. 3º As operações referidas nos artigos precedentes deverão ocorrer de forma que a empresa criada, CELESC Distribuição S.A., obtenha a necessária neutralidade econômico-financeira no âmbito do processo de segregação e permaneça exclusivamente com a atividade de distribuição que lhe é pertinente.

Art. 4º A versão patrimonial e a transferência das concessões são atos vinculados e simultaneamente autorizados nesta Resolução, devendo a subsequente assinatura dos Aditivos e Contratos de Concessão, com transferência das concessões, ser realizada no prazo de 30 dias após a convocação formal pela ANEEL.

Art. 5º As concessionárias deverão encaminhar à ANEEL, após realização das respectivas Assembleias-Gerais, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Resolução, os seguintes documentos:

I - Atas das Assembleias-Gerais e documentos aprovados sobre as transações vinculadas a esta Resolução, bem assim as justificativas aplicáveis à operação; e

II - balanço de abertura da CELESC Distribuição S.A. e da CELESC Geração S.A., após a conclusão do processo de segregação das atividades.

Art. 6º Os registros contábeis deverão atender ao disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e todos os reflexos decorrentes da desverticalização ser divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras das concessionárias, com o encaminhamento à ANEEL, sempre que solicitado, de dados relativos à operação.

Art. 7º Os ajustes e acordos entre partes relacionadas, estritamente necessários aos serviços, devem ser devidamente assinados e submetidos à ANEEL, com as justificativas cabíveis, sob o rito da Resolução nº 22, de 4 de fevereiro de 1999.

Art. 8º As concessionárias deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da implementação da desverticalização, proceder aos devidos ajustes junto à ANEEL, referentes à abertura de número cadastral, mudanças de partes nos processos administrativos, segregação dos encargos setoriais e outros procedimentos que se façam necessários.

Art. 9º A manifestação da ANEEL, com subsídio nas demais informações e demonstrações apresentadas relativas às operações, assim como nos valores constantes do laudo contábil, não implica reconhecimento dos valores alocados para fins tarifários e indenização pela eventual reversão dos bens.

Art. 10º O descumprimento das condições estabelecidas nesta Resolução implicará aplicação da penalidade prevista no art. 7º, inciso XVI da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004.

Art. 11º A presente autorização não implica prejuízo à tramitação do Termo de Notificação nº 088/2006-SFF, de 3 de julho de 2006, no âmbito do Processo nº 48500.004176/2006-59.

Art. 12º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 06.10.2006, Seção 1, p. 71, v. 143, n. 193.

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO II

CONTRATO DE CONCESSÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PROCESSO Nº 48100.001138/96-40

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 56/99 - ANEEL

PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA QUE CELEBRAM A UNIÃO E A
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA
CATARINA S.A. - CELESC

A UNIÃO, doravante designada apenas PODER CONCEDENTE, no uso da competência que lhe confere o artigo 21, inciso XX, letra "b", da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 17 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, atuando em regime especial, com sede na SGAN, quadra 603, módulo "J", Anexo, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, representada pelo seu Diretor-Geral, JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO, nos termos do Inciso V do art. 10 do Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, doravante designada apenas ANEEL, e a CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, à Av. Itamarati, nº 160, Itacorubi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente, FRANCISCO DE ASSIS KÜSTER e seu Diretor ENIO ANDRADE BRANCO, na condição de concessionária de distribuição de energia elétrica, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, com intervenção do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, representada por seu Governador, ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO, neste instrumento designada apenas AÇÃOISTA CONTROLADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito têm entre si ajustado o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, que se regerá pelo Código de Águas, aprovado pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 852, de 11 de novembro de 1938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.648, de 27 de maio de 1998 e pelo Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, pela legislação superveniente e complementar, pelas normas e regulamentos expedidos pelo PODER CONCEDENTE e ANEEL e pelas condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto da concessão de que é titular a CONCESSIONÁRIA, regida, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.074/95 e do Decreto nº 1.717/95, por meio da Resolução ANEEL nº 207, de 11 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de 14 de junho de 1999, cujo prazo foi prorrogado de conformidade com a Portaria MME nº 198, de 22 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de 23 de junho de 1999.

PROPRIETÁRIA	
DIRETOR-GERAL ANEEL	
CELESC	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Cessão de Direitos Creditórios nº 56 - 99 - ANEEL - CLOUS - 11.2

Subcláusula Primeira - A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, objeto deste Contrato, consistirá concessão individualizada para a área reagrupada constante do Anexo I deste Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, em especial para fins de eventual intervenção, declaração de caducidade, encampação ou outras formas de extinção.

Subcláusula Segunda - As instalações de transmissão de âmbito próprio da distribuição são consideradas integrantes da concessão de distribuição de que trata este Contrato.

Subcláusula Terceira - Respeitados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão regulada neste Contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que, por força da Lei nº 9.074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor.

Subcláusula Quarta - A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado, pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei nº 9.074/95.

Subcláusula Quinta - A CONCESSIONÁRIA aceita que a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, de que é titular, seja realizada como função de utilidade pública prioritária, comprometendo-se a somente exercer outras atividades empresariais, que deverão ser contabilizadas em separado, nos termos e condições previstos em regulamentação própria e desde que as receitas auferidas sejam parcialmente destinadas a propiciar a modicidade das tarifas do serviço de energia elétrica, que serão consideradas nas revisões de que trata a Cláusula Sétima deste Contrato. Até que seja expedida a regulamentação própria previsto nesta Subcláusula, o exercício de outras atividades empresariais dependerá de prévia autorização da ANEEL.

Subcláusula Sexta - A CONCESSIONÁRIA renuncia a qualquer reivindicação relativa à concessão prerrogada e disciplinada neste Contrato, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 9.074/95, decorrente de eventuais direitos preexistentes que contrariem a Lei nº 8.987/95.

Subcláusula Sétima - Aplicam-se a este Contrato, as normas legais relativas ao serviço público de distribuição de energia elétrica vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, restando neste Contrato, a CONCESSIONÁRIA tem ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste Contrato, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a adotar, na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, tecnologia adequada e a empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas brasileiras, garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas.

PROCURADORIA GERAL DA ELETRO VISTO	
--	--

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007,

Contrato de Concessão de Distribuição nº 56. 99 - ANEEL - CEFISOL

FL. 3

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA atenderá os pedidos dos interessados na utilização do serviço concedido nos prazos e condições fixados nas normas e regulamentos editados pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, e nos termos do Anexo III deste Contrato, prevalecendo o menor prazo, sendo-lhe vedado condicionar a ligação ou religação de unidade consumidora de energia elétrica ao pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante.

Subcláusula Terceira - É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, até o ponto de entrega de energia elétrica, elaborar os projetos, executar as obras necessárias ao fornecimento e participar financeiramente, nos termos da legislação específica, bem como operar e manter o seu sistema elétrico. Sendo da conveniência do interessado, em face da sua participação financeira no custo do projeto e na execução das obras necessárias ao atendimento do seu pedido de ligação ou de aumento de carga, o mesmo poderá realizá-los diretamente ou contratar a sua elaboração, em conformidade com os procedimentos de aprovação, fiscalização e recebimento de instalações, constatações nas normas e padrões da CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Quarta - Quando for necessária a realização de obras no seu sistema, para possibilitar o fornecimento solicitado, a CONCESSIONÁRIA informará, por escrito, ao interessado, as condições técnicas e financeiras para a execução dessas obras e o prazo de início e de conclusão das mesmas, observadas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Quinta - O serviço de distribuição de energia elétrica somente poderá ser interrompido em situação de emergência ou após prévio aviso, quando ocorrer:

- I - motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- II - irregularidades praticadas pelo consumidor, inadequação de suas instalações ou faltas e atrasos nos pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, observada a legislação específica.

Subcláusula Sexta - Em qualquer hipótese, a CONCESSIONÁRIA somente poderá suspender a prestação do serviço de o consumidor, notificado, não efetuar, no prazo por ela estabelecido, os pagamentos devidos ou não cessar a prática que configure utilização irregular da energia elétrica ou, ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos de segurança exigidos pelas normas técnicas e de segurança.

Subcláusula Sétima - Na exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação.

Subcláusula Oitava - Quando a CONCESSIONÁRIA tiver de efetuar investimentos específicos, ou assumir compromissos de compra de energia para efetuar fornecimento requisitado, o contrato de fornecimento deverá estabelecer condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento dos ônus relativos aos compromissos assumidos.

Subcláusula Nona - Mediante condições ajustadas com outra concessionária, previamente consultada, a CONCESSIONÁRIA poderá fornecer energia elétrica, em caráter provisório, a consumidores localizados fora de sua área de concessão, sem prejuízo do disposto nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, com posterior comunicação à ANEEL, para fins de registro.

PROVIDÊNCIA	
TERCELA ANEEL	
VISTO	

[Handwritten signature and initials]

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 96 - 99 - ANTEL - CELFAP

17

Subcláusula Décima - Os contratos de fornecimento de energia elétrica, quando celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e os consumidores cativos, deverão indicar, além das condições gerais da prestação de serviços:

I - a identificação do interessado;

II - a localização da unidade de consumo;

III - a tensão e as demais características técnicas do fornecimento, bem como a classificação da unidade de consumo;

IV - a carga instalada e, se for o caso, os valores de consumo e de demanda contratados, com as suas condições de revisão para mais ou para menos;

V - a indicação dos critérios de medição de demanda de potência, de consumo de energia ativa e reativa, de fator de potência, tarifa a ser aplicada, encargos fiscais incidentes e critérios de faturamento;

VI - as condições especiais de fornecimento, se for o caso, e prazo de sua aplicação; e

VII - as penalidades aplicáveis, conforme a legislação em vigor.

Subcláusula Décima Primeira - A CONCESSIONÁRIA deverá manter registros das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, de acordo com os prazos legais e demais condições estabelecidas no Anexo III deste Contrato.

Subcláusula Décima Segunda - Sem prejuízo do disposto na Subcláusula anterior, a CONCESSIONÁRIA organizará e manterá em permanente funcionamento o Conselho de Consumidores, integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação do serviço e da qualidade do atendimento prestado pela CONCESSIONÁRIA, bem como para formulação de sugestões e propostas de melhoria do serviço.

Subcláusula Décima Terceira - Quaisquer normas, instruções ou determinações, de caráter geral e aplicáveis às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, expedidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, aplicar-se-ão, automaticamente, ao objeto da concessão ora prorrogação, a elas subentendendo-se a CONCESSIONÁRIA como condições implícitas e integrantes deste Contrato, observado o disposto na Subcláusula Décima Quinta da Cláusula Sexta.

Subcláusula Décima Quarta - A CONCESSIONÁRIA deverá instalar e manter, por sua conta, nas unidades consumidoras, os equipamentos de medição de energia elétrica fornecida, ressalvados os casos específicos ou de emergência, previstos em normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL.

Subcláusula Décima Quinta - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA assegurará aos consumidores, dentre outros, os seguintes direitos:

I - obter a ligação de energia elétrica para qualquer instalação que atenda aos padrões da CONCESSIONÁRIA e aos requisitos de segurança e adequação técnica, segundo as normas específicas;

II - obter os esclarecimentos sobre dúvidas com a prestação do serviço, bem assim as informações requeridas e consideradas necessárias para defesa dos seus direitos;

III - liberdade de escolha na utilização do serviço, observadas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL; e

PROCURADORIA GERAL DA CASA	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Cessão de Distribuição nº 50 - SE - ANEEL - CUESS - FL. 4

IV - receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora ou da má utilização das instalações.

Subcláusula Décima Sexta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a melhorar o nível de qualidade do serviço, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e padrões, definidos no Anexo III deste Contrato e na legislação atual e superveniente.

Subcláusula Décima Sétima - A CONCESSIONÁRIA obriga-se, caso pretenda participar de novos empreendimentos de geração, a organizar e administrar separadamente as concessões de distribuição e geração, inclusive constituindo empresa juridicamente independente, observadas as condições de participação estabelecidas em legislação específica.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DA CONCESSÃO E DO CONTRATO

A concessão para distribuição de energia elétrica referida na Cláusula Primeira deste Contrato tem prazo de vigência até 7 de julho de 2015.

Subcláusula Primeira - Para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica e com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, o prazo da concessão poderá ser prorrogado pelo período de 20 (vinte) anos, mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas neste Contrato.

Subcláusula Segunda - O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 30 (trinta e seis) meses antes do término do prazo deste Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à prestação do serviço público de energia elétrica, bem assim de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes.

Subcláusula Terceira - A ANEEL manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação até o 18º (décimo oitavo) mês anterior ao término do prazo da concessão. Na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da CONCESSIONÁRIA, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

CLÁUSULA QUARTA - EXPANSÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS

A concessionária obriga-se a prover o atendimento da atual demanda dos serviços concedidos e também implantar novas instalações, bem como ampliar e modificar as existentes, de modo a garantir o atendimento da futura demanda de seu mercado de energia.

Subcláusula Única - As novas instalações, as ampliações e as modificações das instalações existentes, dos sistemas de distribuição e de transmissão de âmbito próprio da

PROCTADORA	
GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 58 - 99 - ANEEL - CIESC II. 6

CONCESSIONÁRIA, deverão obedecer os procedimentos legais específicos e as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL, e incorporar-se-ão à respectiva concessão, regulando-se pelas disposições deste Contrato e pelas normas legais e regulamentares da prestação de serviço público de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Além de outras obrigações decorrentes da lei e das normas regulamentares específicas, constituem encargos da CONCESSIONÁRIA, inerentes à concessão regulada por este Contrato:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação, nas normas específicas e no Anexo III deste Contrato;

II - dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais, atendidas as normas do PODER CONCEDENTE e da ANEEL;

III - realizar, por sua conta e risco, as obras necessárias à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive reposição de bens, operando as instalações e os equipamentos correspondentes de modo a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas, nos termos da Subcláusula Terceira da Cláusula Segunda deste Contrato;

IV - organizar e manter registro e inventário dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar pela sua integridade, providenciando para que, aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente cobertos por seguro, vedado à CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação específica, alienar, ceder a qualquer título ou dar em garantia, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL;

V - alienar, quando determinado pela ANEEL, consoante o planejamento para o atendimento da demanda, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e as interligações que forem necessárias;

VI - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo, perante o PODER CONCEDENTE e a ANEEL, os usuários e terceiros, pelos eventuais danos e prejuízos causados em decorrência da exploração dos serviços, resultados os danos decorrentes de deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora ou da má utilização das instalações;

VII - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, os encargos oriundos das normas regulamentares estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto ao pagamento dos valores relativos à fiscalização do serviço público de distribuição, fixados pela ANEEL, e recolhidos mensalmente nas datas estabelecidas em conformidade com o art. 13 da Lei nº 9.427/96;

VIII - prestar contas anualmente, à ANEEL, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, mediante relatório elaborado segundo as prescrições legais e regulamentares específicas;

IX - prestar contas aos usuários, anualmente, da gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica concedido, fornecendo informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação do serviço e modicidade das tarifas, assegurando ampla divulgação nos meios de comunicação acessíveis aos consumidores da sua área de concessão;

PROCURADORIA GERAL/ANEEL VISTO

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 79/99 - ANEEL - CEEISA

Fl. 7

- X - observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento;
- XI - assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição, observada a capacidade operacional do sistema, por parte de produtores de energia elétrica e de consumidores que, por força de lei, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor, mediante celebração de contratos específicos, bem assim cobrar encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica, consoante as condições gerais de acesso e tarifas estabelecidas pela ANEEL;
- XII - publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios nos termos da legislação vigente;
- XIII - realizar programas de treinamento do seu pessoal, visando ao constante aperfeiçoamento do mesmo para a adequada prestação do serviço de distribuição concedido;
- XIV - instituir, por sua conta, programa de compensação reativa capacitiva, bem como os equipamentos de monitoramento e controle de tensão necessários para assegurar a qualidade do serviço, inclusive aqueles solicitados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- XV - submeter à prévia aprovação da ANEEL, qualquer alteração do seu Estatuto Social, transferência de ações do bloco de controle societário que implique mudança desse controle, bem como reestruturação societária da empresa;
- XVI - observar as normas específicas sobre a Classificação de Contas e o Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, devendo registrar e apurar, separadamente, os investimentos e os custos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive os relativos às novas instalações, expansões e modificações do seu sistema elétrico;
- XVII - observar o disposto em resolução da ANEEL sobre o oferecimento, em garantia, da receita do serviço concedido;
- XVIII - manter registro contábil, em separado, das atividades atípicas, não objeto da concessão, ou consultar outra empresa, juridicamente independente, para o exercício dessas atividades;
- XIX - subsidiar ou participar do planejamento indicativo do setor elétrico, abrangido pela art. 174 da Constituição Federal, na forma e condições estabelecidas em regulamento;
- XX - participar do Mercado Atacadista de Energia - MAE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, quando for o caso, nas condições previstas no Acordo de Mercado e no Estatuto do ONS, e submeter-se às regras e procedimentos emanados dessas entidades; e;
- XXI - manter seu acervo documental de acordo com o que determina a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e demais normas em vigor.

Subcláusula Primeira - Serão submetidos ao exame e à aprovação da ANEEL, nas hipóteses, condições e segundo procedimentos estabelecidos em regulamento específico, os contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e acionistas pertencentes ao seu Grupo Controlador, diretos ou indiretos, e empresas controladas ou coligadas, bem como os celebrados com:

- I - pessoas físicas ou jurídicas que, juntamente com a CONCESSIONÁRIA, façam parte, direta ou indiretamente, de uma mesma empresa controlada; e;
- II - com pessoas físicas ou jurídicas que tenham diretores ou administradores comuns à CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Segunda - Para possibilitar a distribuição da energia elétrica requerida pelos usuários do serviço, de forma regular e adequada, a CONCESSIONÁRIA deverá celebrar os contratos de compra de energia, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.648/98, bem como de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição que se fizerem necessários.

PROXY ATARMA	
ABRIL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Cessão de Distribuição nº 50-99 - ANEEL - CEL LSA

1 - 5

Subcláusula Terceira - Na contratação de serviços e na aquisição de materiais e equipamentos vinculados ao serviço objeto deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar ofertas de fornecedores nacionais antes no respectivo segmento e, nos casos em que haja equivalência entre as ofertas, em termos de preço, prazo de entrega e atendimento às especificações técnicas, obriga-se a assegurar preferência a empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no País.

Subcláusula Quarta - Compete à CONCESSIONÁRIA captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica regulado neste Contrato.

Subcláusula Quinta - A CONCESSIONÁRIA implementará medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, bem como a pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, devendo, para tanto, elaborar, para cada ano subsequente, programa que contemple a aplicação de recursos de, no mínimo, 1% (um por cento) da Receita Anual (RA), calculada segundo a Subcláusula Sexta da Cláusula Sétima. Deste montante, pelo menos 1/4 (um quarto) do valor deverá ser vinculado a ações especificamente ligadas ao uso final da energia elétrica e, no mínimo, 1/10 (um décimo) ser destinado para pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico no Brasil. Esse programa anual, contendo metas físicas e respectivos compromissos, deverá ter como objetivo a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a utilização da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores, bem como a implementação de ações próprias ou junto a centros de pesquisa e desenvolvimento, laboratórios, universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, voltadas à modernização das técnicas, equipamentos e instalações, na busca da excelência na prestação dos serviços de eletricidade. Tal programa deverá ser apresentado à ANEEL até 31 de março de cada ano, observadas as diretrizes estabelecidas pelo ANEEL para a sua elaboração.

Subcláusula Sexta - O programa anual previsto na Subcláusula anterior deverá ser analisado e aprovado pela ANEEL até 30 de junho do ano de sua apresentação. O descumprimento das metas físicas, ainda que parcialmente, sujeitará a CONCESSIONÁRIA à penalidade de multa, limitada esta ao valor mínimo que deverá ser aplicado conforme Subcláusula anterior. Havendo cumprimento das metas físicas sem que tenha sido atingido o percentual mínimo estipulado na Subcláusula anterior, a diferença será obrigatoriamente acrescida ao montante mínimo a ser aplicado no ano seguinte, com as conseqüentes repercussões nos programas e metas.

Subcláusula Sétima - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a submeter à prévia aprovação da ANEEL, qualquer alteração de seu controle acionário, restrito ao bloco de controle, equivalente a 50% mais uma das ações um direito a voto, comprometendo-se, outrossim, a não efetuar, em seus livros sociais, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou injeção desse bloco de controle, salvo quando receber a prévia anuência da ANEEL.

CLÁUSULA SEXTA - PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, referida na Cláusula Primeira deste Contrato, confere à CONCESSIONÁRIA, dentre outras, as seguintes prerrogativas:

1 - utilizar, por prazo indeterminado e sem ônus, os terrenos de domínio público, estabelecendo sobre eles estradas, vias ou caminhos de acesso e as servidões que se tornarem necessárias à exploração do serviço, com sujeição aos regulamentos administrativos;

PROCURADORIA GERAL ANEEL
VISTO

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 50 - 99 - ANEEL - CEFEM

Fl. 9

II - promover desapropriação e instituição de serviços administrativos sobre bens declarados de utilidade pública, necessários à execução de serviços ou de obras vinculadas ao serviço, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes; e,

III - construir estradas e implantar sistemas de telecomunicações, sem prejuízo de terceiros, para uso exclusivo na exploração do serviço, respeitada a legislação pertinente.

Subcláusula Primeira - As prerrogativas decorrentes da prestação do serviço objeto deste Contrato não conferem à CONCESSIONÁRIA imunidade ou isenção tributária, ressalvadas as situações expressamente indicadas em norma legal específica.

Subcláusula Segunda - Observadas as normas legais e regulamentares específicas, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer, em garantia de contratos de financiamento, os direitos emergentes da concessão que lhe é outorgada, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, observando-se o disposto no inciso XVII da Cláusula Quinta do presente Contrato.

Subcláusula Terceira - Ressalvados os casos expressos na legislação e neste Contrato, o oferecimento da garantia deverá ser precedido de autorização da ANEEL, cuja concordância não dará aos agentes financeiros, direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência do descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos seus compromissos financeiros.

Subcláusula Quarta - A CONCESSIONÁRIA poderá estabelecer linhas de transmissão destinadas ao transporte de energia elétrica até seus respectivos centros de carga, sendo-lhe facultada a aquisição negociada das respectivas servidões, mesmo em terrenos de domínio público e faixas de domínio de vias públicas, com sujeição aos regulamentos administrativos.

Subcláusula Quinta - As prerrogativas conferidas à CONCESSIONÁRIA em função deste Contrato não afetam os direitos de terceiros e dos usuários de energia elétrica, que ficam expressamente ressalvados.

CLÁUSULA SÉTIMA - TARIFAS APLICÁVEIS NA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica que lhe é concedido por este Contrato, a CONCESSIONÁRIA cobrará as tarifas discriminadas no Anexo II, que é rubricado pelas partes e integra este instrumento, ficando homologadas pela ANEEL.

Subcláusula Primeira - É facultado à CONCESSIONÁRIA cobrar tarifas inferiores às discriminadas no Anexo II, desde que a redução não implique pleitos compensatórios posteriores quanto à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro e resguardadas as condições constantes na Subcláusula Setima da Cláusula Segunda.

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA reconhece que as tarifas indicadas no Anexo II, em conjunto com as regras de reajuste e revisão a seguir descritas, são suficientes, nesta data, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Subcláusula Terceira - Os valores das tarifas de que trata esta Cláusula serão reajustados com periodicidade anual, obedecida a legislação e regulamentação vigente e superveniente, 01 (um) ano após a "Data de Referência Anterior", sendo esta definida da seguinte forma:

PRÉ-CEDÊNCIA
GERAL ANEEL
VISTO

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Cessão de Direitos nº 58/09 - ANEEL - CEFSC

I - no primeiro reajuste, a data de assinatura deste Contrato; e
II - nos reajustes subsequentes, a data de vigência do último reajuste ou revisão que a tenha substituído, de acordo com o disposto nesta Cláusula.

Subcláusula Quarta - A periodicidade de reajuste de que trata esta Cláusula poderá ocorrer em prazo inferior a (01) (um) ano, caso a legislação venha assim a permitir, adequando-se, neste caso, a "Data de Referência Anterior" à nova periodicidade estipulada.

Subcláusula Quinta - Para fins de reajuste tarifário, a receita da CONCESSIONÁRIA será dividida em duas parcelas:

Parcela A - parcela da receita correspondente aos seguintes custos: Conta da Reserva Global de Reversão - RGR; cotas na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; valores relativos à taxa de fiscalização do serviço público de distribuição concedido; compra de energia elétrica para revenda; compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, quando aplicável; e, encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Parcela B - valor remanescente da receita da CONCESSIONÁRIA, excluído o ICMS, após a dedução da Parcela A.

Subcláusula Sexta - O reajuste será calculado mediante a aplicação, sobre as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior", do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), assim definido:

$$IRT = \frac{VPA_t + VPB_t \times (IV \pm X)}{RA}$$

Onde:

RA: Receita atual, calculada considerando-se as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", não incluindo o ICMS;

Mercado de Referência: É o mercado de energia assegurada da CONCESSIONÁRIA, nos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste em processamento;

IV: Número índice obtido pela divisão dos índices do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo, do mês anterior à data do reajuste em processamento e o do mês anterior à "Data de Referência Anterior". Na hipótese de não haver um índice sucedâneo, a ANEEL estabelecerá novo índice a ser adotado;

X: Número índice definido pela ANEEL, de acordo com Subcláusula Oitava desta Cláusula, a ser eventualmente subtruído ou acrescido ao IV;

VPB_t: Valor da Parcela B, referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculadas da seguinte forma:

$$VPB_t = RA - VPA_t$$

Onde:

CONCESSIONÁRIA	
13 RAJ-ANTER	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 50/09 - ANEEL - CELFEM

11/11

VPAo: Valor da Parcela A referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e a energia comprada em função do "Mercado de Referência";

VPAi: Valor da Parcela A, referida na Subcláusula anterior, considerando-se as condições vigentes na data do reajuste em processamento e a energia comprada em função do "Mercado de Referência";

Subcláusula Sétima - A ANEEL, de acordo com o cronograma apresentado nesta Subcláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia elétrica, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da CONCESSIONÁRIA, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. Estas revisões obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida um ano após o quarto reajuste anual concedido, conforme previsto na Subcláusula Terceira; a partir desta primeira revisão, as subsequentes serão realizadas a cada 4 (quatro) anos.

Subcláusula Oitava - No processo de revisão das tarifas, estabelecido na Subcláusula anterior, a ANEEL estabelecerá os valores de X, que deverão ser subtraídos ou acrescentados na variação do IVI ou seu substituto, nos reajustes anuais subsequentes, conforme descrito na Subcláusula Sétima. Para os primeiros 4 (quatro) reajustes anuais o valor de X será zero.

Subcláusula Nona - A ANEEL poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão das tarifas, visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as Subcláusulas anteriores desta Cláusula, caso hajam alterações significativas nos custos da CONCESSIONÁRIA, incluindo as modificações de tarifas de compra de energia elétrica e encargos de uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica que possam ser aprovadas pela ANEEL durante o período, por solicitação desta, devidamente comprovada.

Subcláusula Décima - No atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.987/95, ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Subcláusula Décima Primeira - Na hipótese de ter ocorrido, após a "Data de Referência Anterior", revisões de tarifas previstas na Subcláusula anterior, que tenham sido realizadas por alteração de tributos ou encargos que não aqueles constantes da Parcela A, quando do reajuste previsto na Subcláusula Sexta, as tarifas, após a aplicação do IRT, serão alteradas, para mais ou para menos, pelos mesmos percentuais destas revisões.

Subcláusula Décima Segunda - A CONCESSIONÁRIA, na eventualidade de qualquer de seus consumidores se tornar autoprodutor ou passar a ser atendido por outra CONCESSIONÁRIA ou por produtor independente, poderá cobrar, pela utilização de suas instalações, as tarifas específicas estabelecidas pela ANEEL, que serão fixadas de forma a assegurar equivalência aos valores das parcelas de suas tarifas de fornecimento, correspondentes às instalações envolvidas no transporte de energia.

Subcláusula Décima Terceira - É vedada à CONCESSIONÁRIA cobrar dos consumidores de energia elétrica, sob qualquer pretexto, valores superiores àqueles homologados pela ANEEL.

PROCURADORIA GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/92 - ANEEL - CELFSC

11.17

Subcláusula Décima Quarta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a obter a energia elétrica requerida pelos seus consumidores ao menor custo efetivo, dentre as alternativas disponíveis. Na aplicação dos reajustes e revisões previstos nesta Cláusula, serão observados os limites de repasse dos preços livremente negociados na aquisição de energia elétrica, estabelecidos em resolução da ANEEL.

Subcláusula Décima Quinta - Havendo alteração unilateral do Contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela CONCESSIONÁRIA, a ANEEL deverá adotar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeito a partir da data da alteração.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto deste Contrato será acompanhada, fiscalizada e regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Subcláusula Primeira - A Fiscalização abrangerá o acompanhamento e o controle das ações da CONCESSIONÁRIA nas áreas administrativa, contábil, comercial, técnica, econômica e financeira, podendo a ANEEL estabelecer diretrizes de procedimento ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências da prestação do serviço adequado.

Subcláusula Segunda - Os servidores da ANEEL ou seus prepostos, especialmente designados, terão livre acesso, em qualquer época, a pessoas, obras, instalações e equipamentos vinculados ao serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive seus registros contábeis, podendo requisitar, de qualquer ator ou pessoa da CONCESSIONÁRIA, informações e esclarecimentos que permitam aferir a correta execução deste Contrato, bem como os dados considerados necessários para o controle estatístico e planejamento do sistema elétrico nacional.

Subcláusula Terceira - A Fiscalização técnica e comercial do serviço público de distribuição de energia elétrica abrangerá:

- I - a execução dos projetos de obras e instalações;
- II - a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - a observância das normas legais e contratuais;
- IV - o desempenho do sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA no tocante à qualidade e continuidade do fornecimento efetuado a consumidores finais, nos termos deste Contrato e da legislação específica;
- V - a execução dos programas de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica;
- VI - a estrutura de atendimento a consumidores e de operação e manutenção do sistema elétrico;
- VII - a utilização e o destino da energia; e,
- VIII - a qualidade do atendimento comercial.

Subcláusula Quarta - A Fiscalização econômico-financeira compreenderá a análise e o acompanhamento das operações financeiras, os registros nos livros da CONCESSIONÁRIA, balanços, relatórios e demonstrações financeiras, prestação anual de contas e quaisquer outros documentos julgados necessários para uma perfeita avaliação da gestão da concessão.

Subcláusula Quinta - A ANEEL poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a rescisão de qualquer contrato por ela celebrado, quando verificar que dele possam resultar danos ao serviço público de distribuição de energia elétrica concedido ou tratamento tarifário diferenciado a consumidores que

PROCURADORIA GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

se encontrem na mesma tensão de fornecimento e na mesma classe de consumo, exceto nos casos previstos na legislação.

Subcláusula Sexta - A fiscalização da ANEEL não diminui nem extingue as responsabilidades da CONCESSIONÁRIA, quanto à adequação das suas obras e instalações, à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

Subcláusula Sétima - O descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das solicitações, notificações e determinações da fiscalização implicará a aplicação das penalidades autorizadas pelas normas dos serviços e por este Contrato.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Pelo descumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes ao serviço e instalações de energia elétrica, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita às penalidades conforme legislação em vigor, especialmente aquelas estabelecidas em Resolução da ANEEL, sem prejuízo do disposto no inciso III, art. 17, Anexo I, do Decreto nº 2.335/97 e nas Cláusulas Décima e Décima Primeira deste Contrato.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL, no valor máximo, por infração incorrida, de 2% (dois por cento) do valor do faturamento da CONCESSIONÁRIA nos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração, nos termos da Lei.

Subcláusula Segunda - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, em que se assegure a CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa e ao contraditório. Nos casos de transgressão de padrões de qualidade de serviço ao consumidor, individualmente considerado, será observado o procedimento previsto no Anexo III deste Contrato.

Subcláusula Terceira - Quando a penalidade consistir em multa por transgressão de padrões de qualidade de serviço a um grupo de consumidores ou por descumprimento de disposições legais, regulamentares e contratuais e o respectivo valor não for recolhido no prazo fixado pela fiscalização, a ANEEL promoverá a sua cobrança judicial, por via de execução, na forma da legislação específica.

Subcláusula Quarta - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou descumprimento de notificação ou determinação do PODER CONCEDENTE para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e neste Contrato, sem prejuízo da operação das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE, a ANEEL, os usuários e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA - INTERVENÇÃO NA CONCESSÃO

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, a qualquer tempo, para assegurar a adequada prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica ou o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das normas legais, regulamentares e contratuais.

PROCURADORIA GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 50/98 - ANEEL - CILESC

Fl. 14

Subcláusula Primeira - A intervenção será determinada por Resolução da ANEEL, que designará o Interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, devendo ser instaurado, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes da publicação da resolução, o correspondente procedimento administrativo, para comprovar as causas determinantes da medida e as responsabilidades incidentes, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA direito de ampla defesa e ao contraditório.

Subcláusula Segunda - Se o procedimento administrativo não for concluído dentro de 180 (cento e oitenta) dias, consideram-se-á inválida a intervenção, devolvendo-se à CONCESSIONÁRIA a administração do serviço público de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo de seu direito à indenização.

Subcláusula Terceira - Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que esta não observou os pressupostos legais e regulamentares, devendo o serviço público de distribuição de energia elétrica ser imediatamente devolvido à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito de indenização.

Subcláusula Quarta - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço público de distribuição de energia elétrica será devolvida à CONCESSIONÁRIA, precedida de prestação de contas pelo Interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO, REVERSÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES VINCULADOS

A concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica regulada por este Contrato, consideram-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, nos seguintes casos:

I - pelo advento do termo final do contrato;

II - pela encampação do serviço;

III - pela caducidade;

IV - pela rescisão;

V - pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e

VI - em caso de falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

Subcláusula Primeira - O advento do termo final do contrato opera, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o presente Contrato até a assunção de nova concessionária.

Subcláusula Segunda - Extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao PODER CONCEDENTE, dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Subcláusula Terceira - Para efeitos da reversão, consideram-se bens e instalações vinculados aqueles realizados pela CONCESSIONÁRIA e efetivamente utilizados na prestação do serviço.

Subcláusula Quarta - Para atender ao interesse público, mediante lei autorizativa específica, o PODER CONCEDENTE poderá retomar o serviço, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.

PROCURADORIA GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/99 - ANEEL - UTE/RS

Fl. 15

que tenham sido realizados pela CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Subcláusula Quinta - Verificada qualquer das hipóteses de inadimplência previstas na legislação específica e neste Contrato, a ANEEL promoverá a declaração de caducidade da concessão, que será precedida de processo administrativo para verificação das infrações ou faltas da CONCESSIONÁRIA, assegurado direito de defesa e garantida a indenização das perdas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço público de distribuição de energia elétrica. Da indenização apurada serão deduzidos os valores das penalidades e dos danos decorrentes do fato motivador da caducidade.

Subcláusula Sexta - O processo administrativo acima mencionado não será instando até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONCESSIONÁRIA, em detalhes, de tais infrações contratuais, bem como tempo suficiente para providenciar as correções de acordo com os termos desse Contrato.

Subcláusula Sétima - A declaração de caducidade não acarretará, para o PODER CONCEDENTE, qualquer responsabilidade em relação aos ônus, encargos ou compromissos com terceiros que tenham sido contraídos pela CONCESSIONÁRIA, nem com relação aos empregados desta.

Subcláusula Oitava - Alternativamente à declaração de caducidade, poderá o PODER CONCEDENTE restringir a área da concessão, promover a subconcessão ou desapropriar o bloco de ações de controle da CONCESSIONÁRIA e levá-lo a leilão público. Neste último caso, o valor apurado no leilão será transferido ao AÇIONISTA CONTROLADOR, até o montante líquido da indenização que lhe seria devida no caso da caducidade.

Subcláusula Nona - Mediante ação judicial especialmente intencional para esse fim, poderá a CONCESSIONÁRIA promover a rescisão deste Contrato, no caso de descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, das normas aqui estabelecidas. Nesta hipótese, a CONCESSIONÁRIA não poderá interromper a prestação do serviço, enquanto não transitar em julgado a decisão judicial que decretar a extinção deste Contrato.

Subcláusula Décima - Em qualquer hipótese de extinção da concessão, o PODER CONCEDENTE assumirá, imediatamente, a prestação do serviço para garantir a sua continuidade e regularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ELETRIFICAÇÃO RURAL

A CONCESSIONÁRIA obriga-se a implementar e participar de programas de eletrificação rural, com vistas à incorporação da potencial demanda desse segmento e ao pleno atendimento do mercado de energia elétrica em sua área de concessão.

Subcláusula Primeira - A CONCESSIONÁRIA compromete-se a participar dos programas e ações decorrentes de políticas públicas federais ou estaduais que visem fomentar a eletrificação rural em sua área de concessão, quando solicitada, por escrito, pelos órgãos públicos promotores. A adesão se dará mediante instrumento jurídico próprio, onde serão definidas as obrigações das partes, o montante a ser investido e sua divisão entre os participantes, as metas físicas e respectivos prazos.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 56 - 99 - ANEEL - CELFAC FL. 16

Subetítulo Segunda - No caso de não adesão da CONCESSIONÁRIA aos programas públicos de eletrificação rural para os quais tenha sido convocada, fica a seu encargo propor à ANEEL, no prazo de 90 dias, uma alternativa de atendimento da demanda identificada de seu mercado, em cumprimento do que dispõe o inciso II da Cláusula Quinta deste Contrato.

Subetítulo Terceira - A participação da CONCESSIONÁRIA observará, em todos os casos, as determinações da legislação de regência para prestação dos serviços públicos de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMPROMISSO DO ACIONISTA CONTROLADOR

O ACIONISTA CONTROLADOR declara aceitar e submeter-se às condições e Cláusulas deste Contrato, obrigando-se a introduzir, no Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA, disposição no sentido de não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, as ações que fazem parte do bloco de controle sem a prévia concordância da ANEEL.

Subetítulo Única - Na hipótese de transferência, integral ou parcial, de ações que fazem parte do bloco de controle acionário, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverão assinar termo de anuência e submissão às Cláusulas deste Contrato e às normas legais e regulamentares da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O ACIONISTA CONTROLADOR obriga-se a organizar e administrar separadamente os contratos de concessão de distribuição, de transmissão e de geração e reorganizar socialmente a CONCESSIONÁRIA, até 31 de dezembro de 2000, com a constituição de empresas juridicamente independentes destinadas a explorar, separadamente, os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de que é titular.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS E FORO DO CONTRATO

Resguardado o interesse público, na hipótese de divergência na interpretação ou execução de dispositivos do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar, às áreas organizacionais da ANEEL, afetas ao assunto, a realização de audiências com a finalidade de harmonizar os entendimentos, conforme procedimento aplicável.

Subetítulo Única - Para dirimir as dúvidas ou controvérsias não solucionadas de modo amigável, na forma indicada no caput desta Cláusula, fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa das partes a outros, por mais privilegiados que forem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

O presente Contrato será registrado e arquivado na ANEEL, que providenciara, dentro dos 20 (vinte) dias de sua assinatura, a publicação de seu extrato no Diário Oficial.

PROCURADORIA GERAL-ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Contrato de Concessão de Distribuição nº 16 - 99 - ANEEL - CELESA

Pg. 17

Assim estando ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA e do AÇIONISTA CONTROLADOR, juntamente com duas testemunhas, para os devidos efeitos legais.

Brasília- DF, em 22 de julho de 1999

PELA ANEEL:

JOSÉ MARIO MIRANDA ABDO
Diretor-Geral da ANEEL

PELA CONCESSIONÁRIA:

FRANCISCO DE ASSIS KÜSTER
Diretor Presidente

ENIO ANDRADE BRANCO
Diretor

PELO AÇIONISTA CONTROLADOR:

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado de Santa Catarina

TESTEMUNHAS:

RODOLPHO TOURINHO NETO
CPF: 046.999.205-00

PAULO ROBERTO BAUER
CPF: 293.970.579-87

CLAUDIO GIRARDI
CPF: 182.499.499-00

PROCURADORIA GERAL ANEEL	
VISTO	

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO DE CONCESSÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA Nº 056/1989-ANEEL

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.



AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PROCESSOS Nºs 48500.004501/04-00 e 48500.003875/04-03

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 056/1999-
ANEEL, QUE CELEBRA A UNIÃO E A CENTRAIS
ELÉTRICAS DE SANTA CATARINAS A. - CELESC.

A UNIÃO, doravante designada apenas Poder Concedente, no uso da competência que lhe confere o artigo 21, inciso XII, alínea "b", da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, em conformidade com o disposto no inciso IV, art. 34, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, com sede na SGAN, Quadra 603, Módulo T1, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.689/0001-20, representada pelo seu Diretor-Geral, JERSON KELLMAN, portador do RG nº 2.676.547 SSP-DF e do CPF nº 155.082.937-87, nos termos do inciso V, art. 10, Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 8 de outubro de 1997, amparado pelo Decreto nº 4.532, de 23 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.570, de 30 de janeiro de 2004, doravante designada apenas ANEEL, e a CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarajé, nº 160, Itacorubi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.676.682/0001-55, na condição de Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente Carlos Rodolfo Schneider, portador do RG nº 117.059-7 e do CPF nº 804.888.328-01 e por seu Diretor Eduardo Carvalho Sântoro, portador do RG nº 132.950-2 e do CPF nº 223.915.339-34, com intervenção do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, representada por seu Governador Luiz Henrique da Silveira, designada apenas AÇÃOISTA CONTROLADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem firmar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 056/1999-ANEEL, de 22 de julho de 1999, de acordo com as condições e cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alendar as condições de eficácia constantes dos §§ 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 8.183, de 30 de junho de 2004, e na forma das alterações efetuadas na redação do Contrato de Concessão nº 056/1999-ANEEL, de 22 de julho de 1999, estabelecidos na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS TARIFAS APLICÁVEIS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Cláusula Sétima - Tarifas Aplicáveis na Prestação dos Serviços, do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 056/1999-ANEEL, de 22 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

PROSECUTOR
FEDERAL ANEEL
Visto



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 256/1999-ANEEL
CAMPUS ELÉTRICIDADE S/A - CEELEC



CLÁUSULA SÉTIMA - TARIFAS APLICÁVEIS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica que lhe é concedido por este Contrato, a CONCESSIONÁRIA cobrará as tarifas homologadas pela ANEEL.

Subcláusula Primeira - É facultado à CONCESSIONÁRIA cobrar tarifas inferiores às homologadas pela ANEEL, desde que a redução não implique pleitos compensatórios posteriores quanto à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro e respeitadas as condições constantes na Subcláusula Sétima da Cláusula Segunda.

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA reconhece que as tarifas indicadas no Anexo II, em conjunto com as regras de reajuste e reversão a seguir descritas, são suficientes, na data de 22 de julho de 1999, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desse Contrato.

Subcláusula Terceira - O valor das tarifas de que trata esta Cláusula será reajustado com periodicidade anual, obedecida a legislação e regulamentação vigente e superveniente, 01 (um) ano após a "Data de Referência Anterior", sendo esta definida da seguinte forma:

I - no primeiro reajuste, a data de início da vigência do reajuste realizado em 11 de agosto de 2000;

II - no segundo reajuste, a data de início da vigência do reajuste realizado em 7 de agosto de 2001; e

III - nos reajustes subsequentes, a data de vigência do último reajuste ou revisão que o tenha substituído, de acordo com o disposto nesta Cláusula.

Subcláusula Quarta - A periodicidade do reajuste de que trata esta Cláusula poderá ocorrer em prazo inferior a 01 (um) ano, caso a legislação venha assim a permitir, adequando-se, neste caso, a "Data de Referência Anterior" a o "Período de Referência" à nova periodicidade estipulada.

Subcláusula Quinta - Para fins de reajuste tarifário, a receita da CONCESSIONÁRIA será dividida em duas parcelas:

Parcela A: parcela da receita correspondente aos seguintes custos: Cota da Reserva Global de Reversão - RGR; cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; valores relativos à taxa de fiscalização do serviço público de distribuição concedido compra de energia elétrica em função do "Mercado de Referência", que inclui o montante da energia elétrica decorrente dos empreendimentos próprios de geração distribuída; contribuições ao ONS; compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, quando aplicável; encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica; encargos de serviços de sistema; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; cotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética.

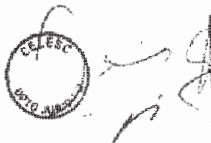
Parcela B: valor remanescente da receita da CONCESSIONÁRIA, excluído o PIS/PASEP, o COFINS e o ICMS, após a dedução da Parcela A.

Subcláusula Sexta - As tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" serão reajustadas de modo a recuperar a receita da CONCESSIONÁRIA decorrente da aplicação do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) abaixo, assim definido:

$$IRT = \frac{VPA1 + VPB0 \times (1 + I + X)}{RA}$$

RA

ASSINATURA
PROCURADOR
GÊNEO



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Para as Tarifas Antecipadas sobre Condições de Fornecimento de Energia Elétrica no SEB 1988/ASEP,
Ocupação de Linhas de Santa Catarina - CELESC

ANEEL
Reguladora Nacional de Energia Elétrica

Onde:

RA: receita anual de fornecimento, de suprimento e de uso dos sistemas de distribuição, calculada considerando-se as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, denominada como "Receita de Referência";

Receita anual de fornecimento: calculada considerando-se as tarifas de fornecimento homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de consumidores cativos, não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem de potência ativa ou reativa;

Receita anual de suprimento: calculada considerando-se as tarifas de suprimento homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de outras concessionárias de distribuição, permissionárias e autorizadas não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem;

Receita anual de uso dos sistemas de distribuição: calculada considerando-se as tarifas de uso dos sistemas de distribuição homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de consumidores livres, de autoprodutores, outras concessionárias de distribuição, permissionárias, autorizadas e geradores conectados ao sistema de distribuição, não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem;

Mercado de Referência: composto pelas quantidades de energia elétrica e de demanda de potência faturadas para o atendimento a consumidores cativos, consumidores livres, autoprodutores, outras concessionárias de distribuição, permissionárias e autorizadas, bem como pelas quantidades de energia elétrica e potência contratada para uso dos sistemas de distribuição e de transmissão pelos geradores, no período de referência;

Período de referência: 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste em processamento;

IVI: número índice obtido para derivação dos índices do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo, do mês anterior à data do reajuste em processamento e o do mês anterior à "Data de Referência Anterior". Na hipótese de não haver um índice sucedâneo, a ANEEL estabelecerá novo índice a ser adotado;

X: valor estabelecido pela ANEEL, de acordo com Subcláusula Grava desta Cláusula, a ser subtraído ou acrescido ao IVI;

Perdas Elétricas do Sistema de Distribuição: tratamento a ser estabelecido às perdas elétricas no momento da revisão tarifária periódica;

Energia Elétrica Comprada: volume de energia elétrica e potência adquirido para fornecimento aos consumidores cativos e para suprimento a outras distribuidoras, no período de referência, acrescido de: (i) perdas elétricas do sistema de distribuição, as quais se dividem em perdas técnicas e comerciais; e, quando aplicável, (ii) perdas associadas ao transporte de linha e perdas na Rede Básica;

VPA0: Valor da "Parcela A" considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

PROCURADOR
NACIONAL
DE DEFESA
PÚBLICA



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

PRIMEIRO TERMO ADICIONAL AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 006-1999-ANEEL
QUE TEM POR OBJETIVO A CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS - CELESC



(i) Para a energia elétrica comprada: montante de Energia Elétrica Comprada valorado pelo preço médio de repasse que foi considerado no reajuste ou na revisão anterior;

(ii) Para o uso dos sistemas de transmissão e/ou distribuição: montantes de demanda de potência contratados no período de referência, valorados pelas respectivas tarifas consideradas no reajuste ou na revisão anterior; e

(iii) Para os demais itens da "Parcela A": valores considerados no reajuste ou na revisão anterior.

VPBQ: Valor da "Parcela B" considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

$$VPBQ = RA - VPAQ$$

VPAQ: Valor da "Parcela A" considerando-se as condições vigentes na data do reajuste em processamento e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

(i) Para a energia elétrica comprada por meio de contratos firmados anteriormente à Lei nº 10.848/2004: o preço de repasse de cada contrato vigente na data do reajuste em processamento será aplicado ao montante de energia elétrica de cada contrato, verificado no período de referência, limitado ao montante de energia elétrica que poderá ser atendido pelo mesmo contrato nos 12 (doze) meses subsequentes;

(ii) Para a energia elétrica comprada por meio de contratos firmados após a Lei nº 10.848/2004: o preço médio de repasse dos contratos de compra de energia elétrica de que trata o caput do art. 3º do Decreto nº 6.163, de 2004, autorizados pela ANEEL até a data do reajuste em processamento, ponderado pelos respectivos volumes contratados para entrega nos 12 (doze) meses subsequentes, aplicado ao montante de Energia Elétrica Comprada, deduzidos os montantes referentes no inciso (i) anterior;

(iii) Para o uso dos sistemas de transmissão e/ou distribuição: montantes de demanda de potência contratados no período de referência, valorados pelas respectivas tarifas vigentes na data do reajuste em processamento; e

(iv) Para os demais itens da "Parcela A": valores vigentes na data do reajuste em processamento.

Subcláusula Sistema - A ANEEL, de acordo com o cronograma apresentado nesta Subcláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas aplicáveis na prestação dos serviços de energia elétrica, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da CONCESSIONÁRIA, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e à modificação das tarifas. Estas revisões obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida um ano após o quarto reajuste anual concedido, conforme previsto na Subcláusula Terceira desta Cláusula; a partir desta primeira revisão, as subsequentes serão realizadas a cada 4 (quatro) anos.

Subcláusula Oitiva - No processo de revisão das tarifas, estabelecido na Subcláusula anterior, a ANEEL estabelecerá os valores de X, que deverão ser subtraídos ou acrescidos na variação do IVA ou seu substituto, nos reajustes anuais subsequentes, conforme descrito na Subcláusula Sexta desta Cláusula. Para os primeiros 4 (quatro) reajustes anuais o valor de X será zero.

Subcláusula Monitor - A ANEEL poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão das tarifas, visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as Subcláusulas anteriores desta Cláusula, caso haja alterações significativas nos custos da CONCESSIONÁRIA, incluindo as modificações de custos de compra de energia elétrica e encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica que possam ser

RECONHECIMENTO
RUBRICADO
2008



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

INSTRUMENTO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS, EM FAVOR DA ENEC S.A. (CNPJ nº 06.919.999-00/ANEEL) e em nome da ENEC S.A. (CNPJ nº 06.919.999-00/ANEEL).

ANEEL
Núcleo Especial de Atendimento

aprovadas pelo ANEEL durante o período, por solicitação da concessionária, devidamente comprovada.

Subcláusula Décima - No atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1996, ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Subcláusula Décima-Primeira - Na hipótese de ter ocorrido, após a "Data de Referência Anterior", revisões de tarifas previstas na Subcláusula anterior, que tenham sido realizadas por alteração de tributos ou encargos que não aqueles constantes da Parcela A, quando do reajuste previsto na Subcláusula Sete, as tarifas, após a aplicação do IRT, serão alteradas, para mais ou para menos, pelos mesmos percentuais destas revisões.

Subcláusula Décima-Segunda - A CONCESSIONÁRIA, na eventualidade de qualquer de seus consumidores se tornar autoprodutor ou passar a ser atendido por outro fornecedor de energia, poderá cobrar, pela utilização de suas instalações, as tarifas específicas estabelecidas pela ANEEL, que serão fixadas de forma a assegurar equivalência aos valores das parcelas de suas tarifas de fornecimento, correspondentes às instalações envolvidas no transporte de energia e aos encargos e compensações de responsabilidade do segmento de consumo, previstos na legislação.

Subcláusula Décima-Tercera - As tarifas de uso dos sistemas de distribuição serão reajustadas de acordo com fórmula paramétrica específica, considerando-se as suas respectivas componentes de custo.

Subcláusula Décima-Quarta - Será observado tratamento isonômico entre as tarifas de uso dos sistemas de distribuição aplicadas aos consumidores livres e aquelas aplicadas aos consumidores cativos, inclusive quanto aos encargos e as compensações neles contidos.

Subcláusula Décima-Quinta - É vedado à CONCESSIONÁRIA cobrar dos consumidores de energia elétrica, sob qualquer pretexto, valores superiores àqueles homologados pela ANEEL.

Subcláusula Décima-Sexta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a obter a energia elétrica requirida, pelos seus consumidores ao menor custo efetivo, dentre as alternativas disponíveis. Na aplicação dos reajustes e revisões, previstos nesta Cláusula, serão observados os limites de repasse, às tarifas, dos preços livremente negociados na aquisição de energia elétrica, conforme estabelecidos em resolução da ANEEL e na legislação vigente.

Subcláusula Décima-Sétima - Havendo alteração unilateral do Contrato de Concessão que afete o seu atual equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela CONCESSIONÁRIA, a ANEEL, deverá adotar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeito, a partir da data da alteração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES RATIFICADAS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 056/1999-ANEEL, firmado em 22 de julho de 1999, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARTE ASSINADA POR
FELICIANO JAMES
22/11/07



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

Processo TUBIC 14.155/05 - Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC



As alterações efetuadas neste aditivo serão implementadas por ocasião do primeiro reajuste ou revisão tarifária subsequente à assinatura deste Termo Aditivo.
Assim havendo sido ajustado, firmaram as partes livres o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelas representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

Brasília, 11 de julho de 2005

PELA ANEEL:

NELSON KELMAN
Diretor-Geral

PELA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC:

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER
Diretor-Presidente

EDUARDO CARYALMY SIRONIO
Diretor-Técnico

PELO AÇIONISTA CONTROLADOR:

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado de Santa Catarina

TESTEMUNHAS:

Nome: Gerson Paulo Berni
RG: 1.415.872
CPF: 091.891.709-05

Nome: Gerson Paulo Berni
RG: 1.415.872
CPF: 091.891.709-05

PROCURADOR
SPECIALIZADO
VOTO

Assunto: Cessão de Direitos
Creditórios e Outras Avenças
Processo TUBIC 14.155/05
Data: 11/07/2005



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO III

DESPACHO ANEEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DESPACHO Nº 3.029, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2004, nos arts. 28 e 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Processo nº 48500.004963/2006-73, resolve: I - anuir com a cessão de créditos de titularidade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, na constituição de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC CELESC I, correspondentes a 5,40% da receita mensal da concessionária, com prazo de amortização de 5 anos e remuneração a ser definida, para operação de R\$ 200 milhões, destinados a investimentos na concessão de distribuição; II - ressaltar que a destinação dos recursos deverá estar estritamente vinculada ao objeto da concessão de distribuição, sendo de exclusiva responsabilidade da concessionária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custo inerentes à captação dos recursos; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes financiadores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; IV - estabelecer que a escritura do FIDC CELESC I e o prospecto de emissão, devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como os documentos relativos à comprovação da aplicação dos recursos fiquem à disposição para efeito de fiscalização desta Agência; e V - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 21.12.2006, Seção 1, p. 102, v. 143, n. 244.

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO IV

DESPACHO Nº 1.287

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DESPACHO Nº 1.287, DE 26 DE ABRIL DE 2007

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2004, nos arts. 28 e 28-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta dos Processos nos 48500.004963/2006-73 e 48500.004973/2002-01, resolve: I - substituir a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. pela Celesc Distribuição S.A. nas determinações do Despacho nº 3.029, de 20 de dezembro de 2006, tendo em vista o processo de segregação de atividades anuído pela Resolução Autorizativa nº 712, de 3 de outubro de 2006; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 27.04.2007, Seção 1, p. 65, v. 144, n. 81.

ANEXO V

BOLETO DE COBRANCA

Handwritten signature and initials. The signature is a large, stylized 'S' or 'J' shape. To its right are the initials 'H' and 'R' written vertically.

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO VI
CONSUMIDORES

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**Adendo ao Relatório Relativo à
Aplicação de Procedimentos
Pré-acordados**

KPMG Risk Advisory Services Ltda.
Novembro de 2007

14 20



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Ao
BB Banco de Investimento S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1º de novembro de 2007

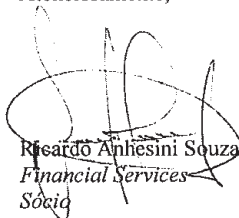
Prezados senhores:

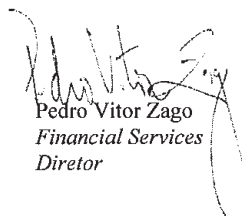
Em conformidade com os termos do Adendo à nossa proposta de prestação de serviços, datado de 30 de outubro de 2007, apresentamos o adendo ao nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do BB Banco de Investimento S.A. e das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Celesc no transcurso de nossos trabalhos e, colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Ricardo Anthesini Souza
Financial Services
Sócio


Pedro Vitor Zago
Financial Services
Diretor

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira,
de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-
membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma
cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability
company and a member firm of the KPMG network of independent
member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.



1 Introdução

A CELESC Distribuição S.A. (“Celesc” ou “Originadora”), em parceria com o BB Banco de Investimento S.A., em conjunto definidos como Grupo Estruturador, está estruturando um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), a partir de recebíveis gerados por faturas emitidas pela Celesc com consumidores finais dos setores residencial, industrial, comercial ou rural.

Após a definição pelo Grupo Estruturador sobre a estrutura da operação e definição dos critérios de elegibilidade, nos foi fornecida a relação de unidades consumidoras específicas que serão cedidas ao FIDC em constituição.

Segundo informações do Grupo Estruturador o objetivo deste documento é confirmar que as unidades consumidoras selecionadas atendem aos critérios estabelecidos nos documentos constitutivos do FIDC.

Outras Informações

Enfatizamos que este trabalho de revisão especial não representa uma auditoria conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Caso houvésssemos executado procedimentos adicionais previstos conforme as referidas normas de auditoria, outros assuntos poderiam ter sido objeto de análise.

Este relatório é de uso exclusivo do Grupo Estruturador envolvido no processo de cessão de recebíveis ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios com recebíveis originados pela Celesc que se encontra em processo de estruturação, e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

2 Critérios de Seleção Definidos

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador as unidades consumidoras a serem cedidas ao FIDC devem atender aos seguintes critérios:

- a. Pertencer aos segmentos (i) Residencial; (ii) Industrial, (iii) Comercial ou; (iv) Rural, de acordo com classificação interna da Celesc.
- b. Não ser classificado, na data-base do arquivo, como “Consumidores Livre”, de acordo com classificação interna da Celesc.
- c. Não pertencer direta ou indiretamente ao Setor Público, de acordo com classificação interna da Celesc.
- d. Não ter sua fatura cobrada em débito automático.
- e. Não possuir, nos 36 meses anteriores ao arquivo a ser gerado, histórico de pagamento com atraso superior a 15 (quinze) dias da data de vencimento correspondente ou faturas em aberto.



- f. O valor médio de consumo de suas respectivas faturas, nos 36 anteriores à data-base do arquivo, é de: (i) Alta Tensão: entre R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); e (ii) Baixa Tensão: entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
- g. Possuir um limite máximo de 16% (dezesesseis por cento) para consumidores pertencentes ao grupo A - alta tensão; e 84% (oitenta e quatro por cento) pertencer ao grupo B - baixa tensão, selecionadas de acordo com o critério de menor valor de fatura paga nos últimos 12 (doze) meses do arquivo disponibilizado.

3 Descrição dos Procedimentos de Revisão

A partir da base de dados fornecida pela Celesc, contemplando todo o seu faturamento correspondente ao período de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007, da relação de unidades consumidoras selecionadas pelo Grupo Estruturador e da relação de Consumidores Livres ou Potencialmente Livres, verificamos se as unidades consumidoras atendiam à totalidade dos critérios estabelecidos.

Conclusão

A relação disponibilizada atende à totalidade dos critérios de seleção estabelecidos e está composta da seguinte forma:

- Alta Tensão: R\$ 2.418.060,42 (16%)
- Baixa Tensão: R\$ 12.684.538,66 (84%)

A relação analítica das unidades consumidoras bem como o menor valor faturado para cada unidade nos últimos 12 meses disponíveis (período de 1º de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007) estão nos Anexos I (Alta Tensão) e Anexo II (Baixa Tensão) deste documento.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Relatório Relativo à Aplicação de
Procedimentos Pré-acordados

Anexos



Centro Elétrico de Santa Catarina S.A.
Atende os Relatores Relatores à Aplicação de
Procedimento Pré-acordado

Anexo I - Unidades Selecionadas - Alta Tensão

Unidade Consumidora	Menor Valor Faturado nos últimos 12 meses	Unidade Consumidora	Menor Valor Faturado nos últimos 12 meses	Unidade Consumidora	Menor Valor Faturado nos últimos 12 meses	Unidade Consumidora	Menor Valor Faturado nos últimos 12 meses	Unidade Consumidora	Menor Valor Faturado nos últimos 12 meses
2556486	6.981,02	2478215	5.469,74	1231026	4.622,72	2792840	3.993,15	1814725	3.476,59
1231746	6.877,04	2771876	5.459,88	2213095	4.607,50	1231541	3.989,49	1232993	3.470,14
1232482	6.867,52	2544079	5.446,78	1873307	4.604,01	1234207	3.982,68	2097740	3.460,28
2750824	6.839,77	2669521	5.443,47	2808740	4.602,34	2678590	3.974,93	1231017	3.461,51
1231533	6.831,07	2198185	5.442,01	2666870	4.599,67	1947283	3.968,49	2152482	3.458,68
2427763	6.828,55	2561671	5.437,87	2782923	4.595,21	2818333	3.967,26	1982288	3.455,76
2578335	6.811,83	2572315	5.434,23	2439536	4.589,32	2380230	3.965,40	2812867	3.453,01
2256684	6.781,14	1231178	5.413,34	1235428	4.574,62	2319797	3.962,57	2678872	3.449,28
2362999	6.734,78	2010756	5.407,84	2823894	4.567,93	2379623	3.956,51	1348366	3.448,61
2712725	6.719,67	2368574	5.399,78	1232256	4.557,40	2583999	3.950,94	2546542	3.447,58
1943071	6.704,28	2557056	5.397,79	2716493	4.557,01	2834615	3.950,88	2696933	3.447,20
2513975	6.699,91	2692049	5.396,77	2679813	4.549,63	2381285	3.948,55	1234410	3.443,69
2697739	6.690,37	2562629	5.390,55	1233499	4.548,23	2568635	3.947,71	2602756	3.439,94
2374971	6.632,72	2682635	5.337,15	2622488	4.539,75	1620177	3.945,28	2316084	3.439,59
2011402	6.626,36	2620287	5.330,73	2596637	4.539,47	2567944	3.943,41	1234526	3.437,20
2451370	6.616,37	2149554	5.349,26	2432296	4.538,59	2533711	3.935,66	1231039	3.426,75
2513896	6.609,26	2801510	5.346,98	2126613	4.531,43	2175508	3.934,27	2659687	3.423,86
2767323	6.604,78	2624468	5.345,74	2414495	4.504,90	2551993	3.925,64	2478677	3.419,49
1231152	6.603,58	2839243	5.327,76	2644269	4.506,79	1845755	3.917,06	1233467	3.414,41
1231733	6.596,65	2722453	5.308,40	204784	4.505,64	1915558	3.909,21	2751816	3.411,41
1918580	6.594,53	1235943	5.299,84	2379717	4.481,08	1919147	3.906,65	2626298	3.410,84
1932729	6.581,15	2340541	5.282,33	2396482	4.480,35	2499236	3.905,18	2814703	3.409,30
2841391	6.570,00	2798790	5.263,55	2370800	4.475,71	2539302	3.900,35	1231029	3.407,32
2148408	6.566,05	1234459	5.261,07	2635362	4.458,17	2499553	3.894,07	1231390	3.404,29
1231181	6.538,81	253581	5.256,63	1821348	4.437,02	1231177	3.892,64	2594962	3.402,76
2349002	6.536,20	1234415	5.246,78	2699147	4.437,02	2295242	3.883,60	2130210	3.374,28
2494073	6.475,11	2453033	5.244,28	1235405	4.424,69	2778197	3.880,06	2589108	3.373,93
1875841	6.469,44	1231325	5.243,92	1904130	4.426,05	2234668	3.878,67	1235427	3.368,39
2401721	6.465,47	2804457	5.204,73	1231148	4.421,62	12327121	3.877,58	2170541	3.362,46
1231537	6.442,21	2622053	5.202,16	1220931	4.411,16	2771406	3.877,20	1896795	3.360,25
1952711	6.422,25	2605418	5.196,25	2066444	4.396,62	1232466	3.873,64	2179447	3.359,69
2572468	6.400,72	2572665	5.188,22	2836197	4.379,99	1988841	3.873,14	2311727	3.356,69
1231099	6.376,91	2796641	5.182,20	1233641	4.378,88	2865431	3.867,49	2564604	3.356,01
2094542	6.349,32	1231265	5.174,96	2754337	4.376,07	2557198	3.866,75	2395916	3.355,71
1232166	6.329,74	2554323	5.172,10	2440481	4.373,21	1231682	3.854,16	2408051	3.351,35
2774045	6.328,91	2462605	5.171,36	1231983	4.368,33	2848633	3.849,25	2315530	3.351,17
2225761	6.283,42	1841809	5.169,25	1881915	4.363,69	2552046	3.846,54	2715994	3.342,23
2366567	6.253,27	2340242	5.162,51	2240308	4.359,45	2410819	3.837,89	1233529	3.338,56
1928117	6.248,42	2155952	5.154,53	2396288	4.355,98	2502770	3.816,62	2543982	3.333,31
1231744	6.242,06	1848987	5.119,20	2557193	4.348,56	2483932	3.809,24	2369662	3.332,76
2388878	6.239,75	1976867	5.109,01	2315506	4.354,64	2281915	3.809,21	2775420	3.331,75
1231200	6.209,71	2284557	5.093,75	2377320	4.349,41	1903945	3.801,88	1232638	3.323,53
2329309	6.193,16	2431369	5.092,83	2736504	4.348,60	2799584	3.793,59	1988855	3.322,24
2297129	6.193,16	2818653	5.086,53	2315180	4.347,15	2795840	3.786,21	2326566	3.320,52
1232353	6.191,28	2625868	5.070,38	1231941	4.343,33	2764105	3.779,70	2838610	3.311,48
1231860	6.190,69	2113082	5.051,37	2419256	4.338,84	2545422	3.773,37	2839901	3.307,70
282821	6.168,51	1984375	5.051,29	2411307	4.338,86	2575758	3.773,33	2396186	3.305,81
1232130	6.150,10	2549245	5.050,65	2440176	4.327,33	2776231	3.765,39	2333886	3.303,32
1231385	6.140,84	2318155	5.047,71	2377324	4.300,52	2703780	3.766,37	1953280	3.302,39
2524036	6.131,40	1231269	5.032,58	2313078	4.298,42	2747491	3.763,39	2607260	3.301,88
1231740	6.134,21	2512083	5.019,55	2011750	4.284,11	1233841	3.762,78	1232186	3.301,83
2403904	6.099,67	2397979	5.011,21	2183661	4.278,38	1977839	3.754,89	1231130	3.299,74
2671477	6.088,92	2829725	5.009,31	2158075	4.276,84	2256667	3.753,45	2613131	3.299,12
2396281	6.083,35	2100431	5.008,72	2388063	4.268,67	2496142	3.750,05	2326500	3.290,64
2372847	6.075,99	580274	5.002,24	2630776	4.265,31	1940623	3.744,87	2814025	3.289,34
2756592	6.028,28	1233968	4.992,54	2011299	4.264,31	2634002	3.743,82	2498921	3.288,92
2195624	6.019,49	2789715	4.992,31	1234059	4.262,44	2732286	3.737,39	2593732	3.287,42
2759227	6.017,02	2562777	4.986,96	2552466	4.252,78	2590554	3.731,73	1874844	3.276,05
2350828	6.010,67	2597556	4.973,56	1232848	4.250,98	2708955	3.727,87	2670743	3.274,98
2534632	6.009,98	2595847	4.972,39	2142009	4.249,97	1231274	3.722,20	2478436	3.272,86
2328247	5.977,81	1567940	4.961,49	1972290	4.248,56	1231865	3.707,80	2640759	3.271,24
2537466	5.965,18	2535755	4.960,40	2673976	4.241,67	2560182	3.702,72	1235044	3.269,01
2024149	5.959,50	2617739	4.959,16	2181806	4.237,58	2679661	3.702,68	2751664	3.268,58
1849125	5.950,67	2696322	4.929,55	1232376	4.229,55	1232811	3.701,08	2546332	3.259,40
2379858	5.935,73	2339564	4.928,73	1984416	4.227,26	1819254	3.675,22	2386005	3.257,31
2507977	5.918,58	2557361	4.925,47	2744298	4.226,82	2843408	3.669,86	2779671	3.256,76
2203705	5.891,67	1231816	4.907,50	2751729	4.220,68	1234947	3.668,67	2670704	3.249,54
1835280	5.881,96	2585851	4.894,51	1951495	4.207,95	2096984	3.651,42	1235033	3.247,64
2525489	5.860,14	2651279	4.888,81	2734390	4.201,61	1233161	3.643,24	1947033	3.245,44
2672994	5.854,07	2697645	4.883,55	1947029	4.197,56	2534227	3.642,80	1843138	3.232,51
1957622	5.845,56	2613470	4.865,72	2567948	4.197,27	2625598	3.639,54	2839922	3.231,80
2837325	5.825,07	4857,74	4.857,74	1231469	4.184,03	2140403	3.632,22	2556632	3.217,59
1231339	5.810,41	2677030	4.856,98	2663206	4.182,14	2542302	3.626,03	2631990	3.215,88
1918845	5.738,81	2586801	4.850,12	2268272	4.181,14	2553489	3.624,61	1231722	3.213,57
2740330	5.737,40	2819355	4.846,11	1231552	4.168,83	1234871	3.612,18	2276332	3.209,91
2171142	5.718,35	2616731	4.832,23	2569508	4.155,78	2666340	3.610,81	2347207	3.209,82
2654789	5.716,29	1231928	4.829,47	2830760	4.154,71	1926511	3.606,50	2484185	3.205,51
1231494	5.712,52	2772666	4.827,50	2566882	4.151,45	1234639	3.598,25	1852645	3.196,14
2564643	5.711,27	2576725	4.812,41	2575387	4.146,11	2798161	3.597,99	2118558	3.194,77
2211354	5.707,91	1231324	4.805,19	2210413	4.138,95	1232688	3.594,02	2497917	3.193,21
2735652	5.700,96	1232031	4.800,75	1231975	4.137,79	1231834	3.590,71	2780174	3.184,66
2519225	5.697,62	2657374	4.798,27	2638545	4.135,39	2831715	3.588,92	1231854	3.181,75
2298344	5.684,44	2716141	4.795,37	2516070	4.123,29	2312257	3.587,23	2787897	3.179,80
2765057	5.671,38	1944618	4.788,96	2678539	4.119,67	2787200	3.586,31	1231696	3.174,09
2634860	5.650,30	2767517	4.782,90	2515521	4.091,87	2813796	3.582,21	2763108	3.169,87
1231877	5.648,77	2149525	4.781,26	2728018	4.082,49	1886613	3.581,16	2785479	3.165,94
2124345	5.648,55	2514674	4.768,93	2372280	4.078,37	2861614	3.577,47	1232573	3.157,79
2678859	5.626,62	1231591	4.768,46	2632080	4.067,21	2796861	3.575,04	2041041	3.153,52
2670244	5.619,22	2867619	4.757,66	232434	4.062,25	1824945	3.572,36	2381939	3.149,80
2542818	5.614,60	2559783	4.754,73	1233439	4.061,82	2644286	3.561,49	2603831	3.146,51
2725202	5.603,84	1231794	4.764,39	2021911	4.061,62	2499658	3.559,80	2736201	3.141,41
2414844	5.583,66	2728011	4.753,92	2387122	4.054,37	1232005	3.557,58	2537267	3.131,72
2628089	5.574,17	2761869	4.728,63	2122557	4.053,68	2129211	3.556,27	2561694	3.131,15
1234151	5.560,13	2018207	4.758,93	2371110	4.051,07				

Q

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

[illegible]

2

1

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

2

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

29

2

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

[illegible]

20

24/11/16

10

337

12

[illegible]

RR

12

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Balza Tensión

Year	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100																																																		
Population	1000000	1050000	1100000	1150000	1200000	1250000	1300000	1350000	1400000	1450000	1500000	1550000	1600000	1650000	1700000	1750000	1800000	1850000	1900000	1950000	2000000	2050000	2100000	2150000	2200000	2250000	2300000	2350000	2400000	2450000	2500000	2550000	2600000	2650000	2700000	2750000	2800000	2850000	2900000	2950000	3000000	3050000	3100000	3150000	3200000	3250000	3300000	3350000	3400000	3450000	3500000	3550000	3600000	3650000	3700000	3750000	3800000	3850000	3900000	3950000	4000000	4050000	4100000	4150000	4200000	4250000	4300000	4350000	4400000	4450000	4500000	4550000	4600000	4650000	4700000	4750000	4800000	4850000	4900000	4950000	5000000	5050000	5100000	5150000	5200000	5250000	5300000	5350000	5400000	5450000	5500000	5550000	5600000	5650000	5700000	5750000	5800000	5850000	5900000	5950000	6000000	6050000	6100000	6150000	6200000	6250000	6300000	6350000	6400000	6450000	6500000	6550000	6600000	6650000	6700000	6750000	6800000	6850000	6900000	6950000	7000000	7050000	7100000	7150000	7200000	7250000	7300000	7350000	7400000	7450000	7500000	7550000	7600000	7650000	7700000	7750000	7800000	7850000	7900000	7950000	8000000	8050000	8100000	8150000	8200000	8250000	8300000	8350000	8400000	8450000	8500000	8550000	8600000	8650000	8700000	8750000	8800000	8850000	8900000	8950000	9000000	9050000	9100000	9150000	9200000	9250000	9300000	9350000	9400000	9450000	9500000	9550000	9600000	9650000	9700000	9750000	9800000	9850000	9900000	9950000	10000000

22

20

45

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

[illegible]

2000-01-01
2000-01-01

2

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

Q

14

35

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

Q

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Balva Tenallo

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Anexo II - Unidades Sch...

10/10/1964

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baliza Tensión

100

[Handwritten signature]

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

10001

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

02

7/20/98
12:11:8
BRUNAC

2

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

[illegible]

Anexo II - Unidades Seleccionadas - Baja Tensión

[illegible]

10

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO VII

SUPLEMENTO

Suplemento "n"

Para efeito do disposto no item (5.2), alínea "a", subitem (i), letra (A), da Cláusula Quinta do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado em 22 de novembro de 2007 entre o CELESC I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS, condomínio fechado inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.019.111/0001-14, representado por sua instituição administradora, BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL), S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 – 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., subsidiária integral de sociedade de economia mista estadual com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.336.783/0001-90, o BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Brasília, Distrito federal, no SBS, Quadra 01, Bloco G, Edifício Sede III, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 e, como interveniente-anuente, a CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A., sociedade de economia mista estadual com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Itamarati, 160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.878.892/0001-55, do qual este Suplemento é parte integrante, o valor do Preço de Aquisição 'p' é equivalente a R\$ [•] ([•] reais).

São Paulo, [•] de [•] de 2007

CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

BANCO DO BRASIL S.A.

CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

ANEXO VIII

DELIBERAÇÕES RELEVANTES



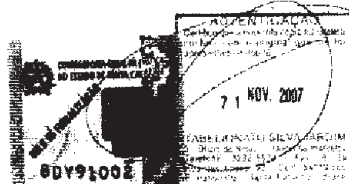
Celesc
Distribuição S.A.

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
NIRE Nº 42.300030759
CNPJ/MF Nº 08.336.783/0001-90

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2007

Data, hora e local: 28 de setembro de 2007, às 11 horas, na sede social da Empresa, localizada na Avenida Itamarati, 160, blocos A1, B1 e B2, bairro Itacorubi, Florianópolis – SC, 88034-900.
Edital de Convocação dos Acionistas: Ficam convocados os senhores acionistas da Celesc Distribuição S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 28 de setembro de 2007, às 11 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis – SC, com a seguinte ordem do dia: 1) Aumento de Capital, com a consequente alteração no Artigo 5º do Estatuto Social; 2) Deliberar a aprovação da celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" no âmbito do programa de securitização da Companhia, o qual terá por objeto a cessão da totalidade dos direitos de crédito, presentes e futuros, devidos por determinados consumidores à Companhia. **Quorum de Instalação:** Representando a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc Holding, com 100% do Capital Social votante, o Sr. Ivo Carminati – Secretário de Estado da Coordenação e Articulação, representante do Governo do Estado; Diretor Presidente Eduardo Pinho Moreira e Diretor Econômico-Financeiro Arnaldo Venício de Souza. **Composição da Mesa:** Presidente: Ivo Carminati; Secretário: Arnaldo Venício de Souza. **Sumário:** Por decisão do acionista presente, foi autorizada a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Aprovado por unanimidade o aumento do Capital Social da Celesc Distribuição S.A., por meio de recursos que a mesma deveria repassar para Celesc holding, tais como: contas recebidas (R\$19.889.213,98), saldo de parcelamentos de energia (R\$38.016.418,02), saldo da conta corrente (R\$216.654.447,46), que a maior parte destes valores pagos pela Celesc holding ocorreram no período de 01 de julho de 2006 a 30 de setembro de 2006; Dividendos (R\$41.999.680,08) a serem pagos a Celesc holding e valor líquido da venda da Maesa (R\$107.029.817,36), que por determinação da ANEEL deverá ser capitalizado na Celesc Distribuição S.A., totalizando R\$423.589.576,90. Com o aumento do capital aprovado, o caput do Artigo 5º do Estatuto Social, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$1.053.589.576,90 (um bilhão, cinquenta e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos), representado por 650.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". 2) Aprovado a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser realizada com o CELESC 1 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS, na qualidade de cessionário, a ser representado por sua administradora, BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A. e com o BANCO

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 28 de setembro de 2007



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.

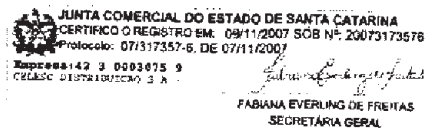


DO BRASIL S.A., na qualidade de custodiante, e, ainda, com a intervenção e anuência da CELESC – CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A., nos termos da minuta anexa a presente ata (Anexo I). A aprovação inclui, mas não se limita aos dispositivos indicados nas Cláusulas Quarta – Preço de Aquisição e Quinta – Do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos e do Valor Mensal de Entrega. Ainda, a presente autorização inclui a submissão da Companhia à Cláusula Compromissória Arbitral do Contrato conforme estabelecida pela Cláusula Dezesseis. Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral encerrada, sendo lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Florianópolis, 28 de setembro de 2007. Esta Ata foi processada por meio eletrônico e com autorização dos acionistas para que seja publicada sob a forma de sumário.

pp. Governador do Estado de Santa Catarina
Ivo Carmichael

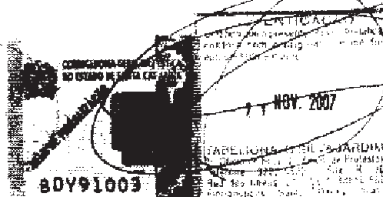
Arnaldo Vêncio de Souza
Secretário

Eduardo Pinho Moreira
Diretor Presidente



FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 28 de setembro de 2007



Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.



Deliberação Num: 310/2007 Protocolo Num:
Ata de Reunião de Diretoria Processo Administrativo Num:
Num: 32/2007 Data: 28/9/2007 Processo de Licitação Num:

Assunto:

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL.

Texto:

A Diretoria Colegiada, por encaminhamento do Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, resolve: 1) deliberar que as áreas responsáveis executem os procedimentos necessários para o aumento do Capital Social da Celesc Distribuição S.A., mediante a incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no montante de R\$423,6 milhões, conforme consta no Item 3 da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de setembro de 2007 da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc; 2) aprovar a celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser realizada com o CELESC 1 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS, na qualidade de cessionário, a ser representado por sua administradora, BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A. e com o BANCO DO BRASIL S.A., na qualidade de custodiante, e ainda, com a interveniência e anuência da Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., nos termos da minuta anexa; 3) a aprovação inclui os dispositivos indicados nas Cláusulas Quarta - Preço de Aquisição - e Quinta - Do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos e do Valor Mensal de Entrega - mas não se limita a estes; 4) a presente autorização inclui a submissão da Companhia à Cláusula Compromissória Arbitral do Contrato, conforme estabelecido pela Cláusula Dezesseis. Responsáveis: todos os Diretores.

Encaminhado para: **/TODAS DIRETORIAS/DEPTOS/AGÊNCIAS** Em:

Providências: **CUMPRIMENTO DO DELIBERADO**

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC. REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2007, NA SEDE DA COMPANHIA.

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e sete, na sede da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, nesta capital, com início às 9h30min, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia, por convocação do seu Presidente, na forma do disposto no parágrafo 5º, do artigo 22, do Estatuto Social, com a presença de seus membros: Glauco José Côrte – Presidente do Conselho de Administração, Eduardo Pinho Moreira, Wadico Waldir Bucchi, Içuriti Pereira da Silva, Pedro Bittencourt Neto, Francisco Teixeira Nobre, Nilton Torres de Bastos Filho, Adermo Francisco Crispim, Arno Veiga Cugnier e Gilberto Antônio Gadotti, que assinam a presente ata, registrando-se, também, a presença de Diretores e Assessores da Companhia. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho, Glauco José Côrte, que cumprimentou todos os presentes e, em seguida, após registrar a ausência justificada dos Conselheiros Herbert Steinberg e Lirio Albino Parisotto, passou à deliberação da seguinte Ordem do Dia: 1) **Apreciação da Ata da reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2007 (Relator: Glauco José Côrte).** Colocada em discussão e votação, a ata da reunião do Conselho de Administração de 17 de agosto de 2007 foi aprovada por unanimidade. 2) **Apreciação da Operação FIDC (Relator: Arnaldo Venício de Souza).** O Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Arnaldo Venício de Souza, apresentou um histórico da referida operação, já submetida anteriormente ao Conselho de Administração, e das etapas já cumpridas, assim como um cronograma dos próximos passos, informando que a administradora do Fundo será o BANIF Banco de Investimentos (Brasil) S/A e o Banco do Brasil S/A será o custodiante, com a interveniência e anuência da CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A, sendo que toda a parte legal da referida operação foi montada pelo Escritório de Advocacia Motta Fernandes. Informou, ainda, que o prazo dessa operação será de cinco anos (60 meses), cujo valor da operação é de R\$200.000.000,00, com taxa *teço bookbuilding* – CDI + 1,30% ao ano. Depois de prestados os esclarecimentos solicitados e discussão ampla da proposta da Diretoria Executiva, foi colocada em votação, pelo Presidente, a aprovação da celebração do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser realizada com a CELESC I – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS, na qualidade de cessionário, a ser representado por sua administradora, BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A e com o BANCO DO BRASIL S/A, na qualidade de custodiante e, ainda, com a interveniência e anuência da CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A", no âmbito do programa de securitização da Companhia, o qual terá por objeto a cessão da totalidade dos direitos de crédito, presentes e futuros, devidos por determinados consumidores à Companhia, tendo sido aprovada por unanimidade. A aprovação inclui, mas não se limita, aos dispositivos indicados nas cláusulas Quarta (Preço de Aquisição) e Quinta (Do Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos e do Valor Mensal de Entrega), assim como a submissão da Companhia à cláusula Dezesseis (Arbitramento). 3) **Informações sobre as ações destinadas a reduzir o nível de inadimplência junto à Companhia (Relator: Eduardo Pinho Moreira).** O Dr. Eduardo Pinho Moreira relatou que desde agosto a Diretoria Colegiada tomou uma série de ações visando combater a inadimplência. Num primeiro momento buscou-se impedir o aumento do "estoque" de inadimplência, ação realizada por meio das Agências Regionais, cujos gerentes foram orientados, em reunião com a Diretoria, para que, no caso dos clientes do Grupo A, o

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 15.10.2007
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

1 de 3

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



reaviso passasse a ser apresentado no primeiro dia após o vencimento da fatura, estabelecendo um prazo de mais quinze dias para a quitação do débito. Após esse prazo, os consumidores que mantiverem a sua fatura vencida terão o fornecimento de energia cortado. O Conselheiro acrescentou, ainda, que a Empresa está negociando com o objetivo principal de obter o pagamento à vista, mas que as negociações são feitas caso a caso diretamente na sede da Celesc Distribuição, geralmente implicando num pagamento inicial equivalente a 33% e o parcelamento do saldo restante em até 60 meses. Solicitado a se pronunciar, o Diretor Arnaldo Venício de Souza informou que não há mais consumidores de alta tensão inadimplentes em relação às faturas vencidas a partir de 28/08/2007, e que os que não quitaram suas contas tiveram a energia cortada, sendo que o único caso em que se tem buscado um atendimento diferenciado é o dos hospitais, em virtude da especificidade do serviço prestado por essas instituições. Informou, também, que o volume de dívidas caiu de cerca de R\$ 625 milhões em 30/06/2007 para cerca de R\$ 550 milhões em 30/09/2007, incluídos cerca de R\$ 200 milhões que se encontram em cobrança judicial e R\$ 100 milhões de débito da CASAN. Acrescentou que somente com essas medidas, houve um incremento de cerca de R\$60 milhões na receita mensal da Companhia, ao que o Diretor Comercial Carlos Alberto Martins agregou a informação de que não existe mais a possibilidade de se ser feito algo diferente dessa regra em qualquer uma das Agências, porque os procedimentos foram parametrizados no sistema. O Dr. Eduardo Pinho Moreira informou também que, na próxima reunião do Conselho, a Diretoria vai fazer uma apresentação mais detalhada desse assunto. Em seguida, o Conselheiro discorreu sobre a dívida da CASAN, informando que a Companhia recebeu uma proposta firme por parte daquela Empresa de saldar sua dívida em "cash", mediante desconto, pedindo a respeito o exame do Comitê de Assessoramento Financeiro, para que o assunto possa ser apreciado na próxima reunião deste Conselho. Por fim, o Conselheiro informou que a Empresa está estudando a possibilidade de reduzir também os prazos do Grupo B, mas que na classe Residencial tal tarefa seria muito complicada, devido ao número de consumidores ser muito alto. O Presidente Glauco José Côrte pediu ao Conselheiro Nilton Torres de Bastos Filho, Coordenador do Comitê Financeiro, prioridade na convocação de reunião para discutir o assunto Casan. Após esses esclarecimentos, o Conselheiro Arno Veiga Cugnier registrou que a negociação com a Casan é importantíssima para a Celesc, ressaltando, ainda, que estava muito satisfeito com os encaminhamentos dados pela Diretoria. O Conselheiro Francisco Teixeira Nobre também parabenizou a Diretoria pelo empenho na redução do nível de inadimplência, aproveitando a oportunidade para elogiar a confiança depositada nos Comitês de Assessoramento, oferecendo-se para participar de reunião referente ao assunto. O Conselheiro Wadico Bucchi fez questão de assinalar o progresso ocorrido nas negociações, elogiando o desempenho da Diretoria. Por fim, o Presidente Glauco José Côrte registrou o importante papel do Conselho junto à Diretoria nesse caso específico e em outros, além de reconhecer os bons frutos iniciais já alcançados. **4) Informações sobre o funcionamento dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Relatores: Coordenadores).** Inicialmente, o Presidente esclareceu que incluiu esse item na pauta, para ouvir dos Coordenadores dos Comitês informações sobre o trabalho já realizado. Como, excepcionalmente, apenas o Coordenador do Comitê Financeiro estava presente – Conselheiro Nilton Torres de Bastos Filho – o Presidente sugeriu que esse assunto fosse tratado na próxima reunião do Conselho, sendo a sugestão aceita por todos os presentes. **5) Informações da Diretoria Colegiada sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação de Consultorias (relator: Eduardo Pinho Moreira).** O Conselheiro Eduardo Pinho Moreira prestou esclarecimentos acerca das contratações diretas, por inexigibilidade de licitação, das empresas de consultoria já informadas na última reunião do Conselho – Symnetics, SIGLASUL Consultores em Energia e Galeazzi & Associados – por notória especialização, já

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 15.10.2007
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.
2 de 3

Este Anexo é parte integrante do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 22 de novembro de 2007.



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



que são reconhecidas no Setor Elétrico pelos diversos *cases* de sucesso na área. Disse, ainda, que, acompanhado do Presidente do Conselho, manteve reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e com o Procurador daquela Corte, para apresentar a necessidade dessas contratações, sem licitação, obtendo apoio de ambos. Acrescentou que, posteriormente, acompanhado do Diretor Econômico-Financeiro, manteve reunião com diversos Conselheiros e técnicos do Tribunal de Contas do Estado, relatando as necessidades da Companhia e a modalidade de contratação, sem licitação, a ser seguida, tendo, novamente, recebido "sinal verde" para prosseguir. Assim, o Dr. Eduardo Pinho Moreira destacou que, embora a decisão de contratação das consultoras seja da Diretoria Executiva, considerava importante para a Diretoria obter o apoio político do Conselho de Administração, lembrando que as indicações do nome das empresas a serem contratadas partiram de acionistas da Empresa, preocupados com o bom funcionamento da Celesc. Ressaltou que todas as empresas foram exaustivamente sabatinadas pela Diretoria Executiva da Companhia, assim como as suas respectivas propostas, tendo merecido a aprovação do Colegiado. Assessorado pela Sra. Iliane Cuparelli, o Conselheiro apresentou aos Conselheiros o objeto das contratações, conforme segue: Projeto de Consultoria Empresarial que contemple as seguintes atividades: Elaborar modelo de Planejamento Estratégico e Plano Operacional para os próximos anos; Implementar melhores práticas de gestão, a fim de obter melhores resultados econômico-financeiros, operacionais e indicadores de qualidade; Qualificar e implementar novas ferramentas de gestão (*Balanced Scorecard* – BSC e Orçamento Base Zero, que impulsionem a cultura de Gestão Profissional e Corporativa da Celesc. Feita a apresentação e diante das informações prestadas pelo Conselheiro Eduardo Pinho Moreira, os Conselheiros manifestaram-se favoráveis à continuidade do processo de contratação das consultorias, como exposto. Antes do encerramento da reunião, por solicitação do Presidente Glauco José Côrte, o Conselheiro Eduardo Pinho Moreira e o Diretor Eduardo Carvalho Sitônio fizeram uma breve explanação sobre a situação do fornecimento de energia para a ilha de Santa Catarina e das providências que estão sendo tomadas pela Companhia. E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, com a lavratura da presente ata, que foi lida e aprovada, sendo assinada por todos os Conselheiros presentes. Ata processada por meio eletrônico. Florianópolis, 15 de outubro de 2007.

Wadico Waldir Bucchi
Secretário "ad hoc"

Glauco José Côrte
Presidente

Fundo
CELESC I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS

CNPJ nº 09.019.111/0001-14
Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar
São Paulo - SP
CEP 04552-080

Cedente
CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ nº 08.336.783/0001-90
Avenida Itamarati, nº 160, Blocos A1, B1 e B2
Florianópolis - SC
CEP 88034-900

Instituição Líder
BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
CNPJ nº 24.933.830/0001-30
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-923

Instituição Intermediária
BANCO ABC BRASIL S.A.
CNPJ nº 28.195.667/0001-06
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 4º andar
São Paulo - SP
CEP 04543-000

Administradora
BANIF BANCO DE INVESTIMENTOS (BRASIL), S.A.
CNPJ nº 33.753.740/0001-58
Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar
São Paulo - SP
CEP 04552-080

Custodiante
BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 00.000.000/0001-91
Rua Senador Dantas, nº 105, 38º andar
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-923

Empresa de Auditoria
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ nº 57.755.217/0001-29
Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar
São Paulo - SP
CEP 04530-904

Assessoria Legal
MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS
CNPJ nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2.335, 11º andar
São Paulo - SP
CEP 01419-002

Agência de Classificação de Risco
FITCH RATINGS BRASIL LTDA.
CNPJ nº 01.813.375/0002-14
Alameda Santos, nº 1.470, cj. 511
São Paulo - SP
CEP 01418-100

Este Prospecto está disponível no Website:
www.mercadosdecapitais.com.br



(11) 3121-5555